



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUSTAVO DIAS DOS SANTOS

**O FIM DA URSS NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DOS EDITORIAIS DE *O ESTADO DE S. PAULO* SOBRE O COLAPSO
SOVIÉTICO (1990-1991)**

SEROPÉDICA

2026





GUSTAVO DIAS DOS SANTOS

O FIM DA URSS NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DOS EDITORIAIS DE *O ESTADO DE S. PAULO* SOBRE O COLAPSO
SOVIÉTICO (1990-1991)

Trabalho apresentado como requisito parcial
para qualificação no Mestrado Acadêmico em
História pela Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro (UFRRJ).

Área de Concentração: Relações de Poder e
Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Koifman

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237f Santos, Gustavo Dias dos, 09/12/1998-
O fim da URSS no Brasil: uma análise dos editoriais de O Estado de S. Paulo sobre o colapso soviético (1990-1991) / Gustavo Dias dos Santos. - Rio de Janeiro, 2026.
180 f.: il.

Orientador: Fábio Koifman.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, História, 2026.

1. Imprensa. 2. Neoliberalismo. 3. Anticomunismo. 4. Estado de S. Paulo. 5. União Soviética. I. Koifman, Fábio, 1964-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. História III. Título.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 185 / 2026 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.014936/2026-98

Seropédica-RJ, 01 de abril de 2026.

Nome do(a) discente: GUSTAVO DIAS DOS SANTOS

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 27 de março de 2026

Banca Examinadora:

Dr. EDUARDO GRANJA COUTINHO, UFRJ Examinador Externo à Instituição
Dr. LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES, UFRRJ Examinador Interno
Dr. FABIO KOIFMAN, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 01/04/2026 19:39)
FABIO KOIFMAN
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matricula: 1775134

(Assinado digitalmente em 08/04/2026 10:36)
LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matricula: 1353338

(Assinado digitalmente em 02/04/2026 10:22)
EDUARDO GRANJA COUTINHO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 014.294.757-14

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **185**, ano: **2026**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **01/04/2026** e o
código de verificação: **492b40ddb8**

Para Ralf, meu eterno amigo de quatro patas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a todos aqueles, entre família e amigos, que dividiram momentos comigo durante esse tempo de Mestrado. A vida não para e nem é mais branda durante o processo de escrita acadêmica. Ter tido pessoas que me auxiliaram com palavras e gestos foi fundamental para levar adiante e concluir esta dissertação. Seria em vão qualquer tentativa minha de mensurar tamanha importância, bem como eu correria o risco de ser injusto em nomear todas as pessoas. Reforço aqui o meu agradecimento a cada um.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Fábio Koifman, pela orientação cuidadosa e pela postura humana e respeitosa ao longo de todo o processo de pesquisa. Sua orientação contribuiu para eu tivesse uma pesquisa acadêmica tranquila e autoral.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural e a todos os seus professores por me formar e contribuir para a minha trajetória acadêmica até aqui. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela oportunidade de participar de seu programa temporariamente.

Agradeço ao Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho e ao Prof. Dr. Luís Edmundo de Souza Moraes, por terem aceitado compor a minha banca examinadora e por toda atenção, conselhos e críticas, que contribuíram imensamente ao meu trabalho.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Financial Code 001.

“Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe dominante”
(Karl Marx)

“é onde a História é recusada que ela age mais claramente”
(Roland Barthes)

RESUMO

SANTOS, Gustavo Dias dos. **O fim da URSS no Brasil:** uma análise dos editoriais de *O Estado de S. Paulo* sobre o colapso soviético (1990-1991). 163f. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2026.

O presente trabalho analisa o discurso do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o fim da União Soviética entre 1990 e 1991 a partir dos editoriais do periódico. A pesquisa fundamenta-se na Análise de Discurso Crítica de Norman Fairclough, compreendendo o discurso como prática social dialética, simultaneamente constituinte e constituída pela realidade social. Como recurso metodológico, mobiliza-se o conceito de intertextualidade para examinar as diferentes vozes presentes no discurso jornalístico e seus usos. A análise articula-se ainda aos estudos de Antonio Gramsci sobre os jornais como aparelhos privados de hegemonia e ao conceito de “mito”, de Roland Barthes, entendido como ferramenta linguístico-ideológica. O trabalho busca responder às seguintes questões: quais projetos políticos e visões de mundo foram defendidos pelo *Estado de S. Paulo* no contexto da dissolução da URSS e de sua repercussão no Brasil? Quais sentidos foram atribuídos à liderança de Mikhail Gorbachev e à ascensão de Boris Yeltsin? Como o jornal apresentou a configuração do sistema internacional pós-Guerra Fria sob a unipolaridade estadunidense? Por fim, investiga-se se houve adesão estrita à chamada Nova Ordem Mundial ou se esta foi apresentada com ressalvas. Em síntese, a pesquisa analisa o fim da URSS como evento habilitador de narrativas e práticas de poder no discurso jornalístico. Foi demonstrada, ao fim da pesquisa, a presença do *ethos* pró economia de mercado durante todo o período analisado. Esta prática discursiva seguiu uma marca anticomunista materializada no *ethos* de ameaça soviética utilizada retoricamente para defender, ao governo brasileiro e sua chancelaria, políticas convergentes aos Estados Unidos e ao Fundo Monetário Internacional. Ademais, foi exposto que o discurso analisado foi uma “fala mítica” à medida que se valeu da forma de defesa da liberdade, mas defendeu um sentido de única visão possível da História através de um processo de naturalização do fim do Estado soviético e pretensa despolitização de suas proposições enquanto silenciou outras vozes e visões políticas ao leitor brasileiro.

Palavras-chave: *Estado de S. Paulo*; imprensa; neoliberalismo; União Soviética;

ABSTRACT

SANTOS, Gustavo Dias dos. **The end of the USSR in Brazil:** an analysis of *O Estado de S. Paulo's* editorials of the Soviet collapse (1990-1991). 163p. Postgraduate Program in History, Institute of History, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, 2026.

This paper analyzes the discourse of the newspaper *O Estado de S. Paulo* regarding the end of the Soviet Union between 1990 and 1991, based on the newspaper's editorials. The research is grounded in Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis, understanding discourse as a dialectical social practice, simultaneously constitutive and constituted by social reality. As a methodological resource, the concept of intertextuality is used to examine the different voices present in journalistic discourse and their uses. The analysis is also articulated with Antonio Gramsci's studies on newspapers as private apparatuses of hegemony and with Roland Barthes' concept of "myth" understood as a linguistic-ideological tool. The work seeks to answer the following questions: what political projects and worldviews were defended by *O Estado de S. Paulo* in the context of the dissolution of the USSR and its repercussions in Brazil? What meanings were attributed to the leadership of Mikhail Gorbachev and the rise of Boris Yeltsin? How did the newspaper present the configuration of the post-Cold War international system under US unipolarity? Finally, it investigates whether there was strict adherence to the so-called New World Order or whether it was presented with reservations. In short, the research analyzes the end of the USSR as an enabling event for narratives and practices of power in journalistic discourse. The research demonstrated the presence of a pro-market economy *ethos* throughout the analyzed period. This discursive practice followed an anti-communist mark materialized in the *ethos* of Soviet threat used rhetorically to defend, to the Brazilian government and its foreign ministry, policies convergent with the United States and the International Monetary Fund. Furthermore, it was shown that the analyzed discourse was a "mythical speech" insofar as it used the form of defending freedom, but defended a sense of a single possible vision of History through a process of naturalizing the end of the Soviet state and a purported depoliticization of its propositions, while silencing other voices and political views from the Brazilian reader.

Palavras-chave: *Estado de S. Paulo*; press; neoliberalism; Soviet Union;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo tridimensional do discurso.....	28
Figura 2 - Sistema semiológico.....	38
Figura 3 - Derrota da Arena [capa censurada] (19/11/1974).....	106
Figura 4 - Trecho de Os Lusíadas compõe a matéria censurada.....	107
Figura 5 - 18/01/1991	129
Figura 6 - 26/02/1991	135

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I.....	25
2. CAPÍTULO I: Imprensa: Poder, Hegemonia e Ideologia	26
2.1 O ‘discurso’ a partir da Análise de Discurso Crítica.....	27
2.2 Uma empresa hegemônica	34
2.3 Uma produtora de mitos.....	39
CAPÍTULO II:.....	48
3. CAPÍTULO II: O Neoliberalismo: Origem, Principais Proposições e Experiência Histórica ..	49
3.2 O fim do liberalismo clássico e o consenso keynesiano	51
3.3 O momento neoliberal.....	57
3.4 Thatcher, Reagan e Collor	63
CAPÍTULO III.....	70
4. CAPÍTULO III: Da <i>perestroika</i> ao fim da União Soviética	71
4.1 Introdução.....	72
4.3 O papel de Mikhail Gorbachev.....	87
4.4 O papel de Boris Yeltsin	101
CAPÍTULO IV	105
5. CAPÍTULO IV: A Imprensa	106
5.1. <i>O Estado de S. Paulo</i> : a voz do Ocidente	107
5.1.2 Trajetória histórica	107
5.1.3 Sobre as fontes.....	118
5.1.4 Análise das fontes.....	118
5.1.4.1 A caminho da paz	118
5.1.4.2 A volta da Guerra Fria?.....	132
5.1.4.3 O Grupo dos 7, o FMI e o BIRD	146
5.1.4.4 O Golpe de Agosto e a “ficção soviética”	154
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS	175

1. INTRODUÇÃO

Em 25 de dezembro de 1991, a bandeira soviética, outrora hasteada em Berlim na vitória do Exército Vermelho sobre os nazistas, foi retirada do Kremlin em Moscou. A cor vermelha deu lugar às cores tricolores da Federação Russa. Naquele dia, a renúncia de Mikhail Gorbachev tornou o País dos Sovietes legalmente inexistente. A “mãe pátria”, pela qual mais de 20 milhões de homens e mulheres ofereceram suas vidas durante a Segunda Guerra, não existia mais.

Nos seis anos anteriores, a ascensão de Gorbachev – um líder carismático e jovial para os padrões soviéticos – seguida por seus discursos de descentralização, democracia e desarmamento dominou os veículos de mídia do Ocidente¹. O mundo testemunhou mudanças dificilmente imaginadas anteriormente², tais como o advento de eleições democráticas, a introdução da economia de mercado e a desintegração da União Soviética, culminando no fim do “país do socialismo realmente existente”³.

O impacto deste evento manifestou-se de formas diversas. Às antigas repúblicas que compuseram a União Soviética, houve a eclosão de conflitos interétnicos, guerras civis, recessões econômicas, extensa crise política e redução da expectativa de vida. No exterior, houve o reordenamento da esfera geopolítica global. O mundo bipolar da Guerra Fria degenerou-se na unipolaridade norte-americana e na adoção do neoliberalismo massivamente. Nos Estados Unidos, a dissolução da União Soviética foi interpretada pelo presidente norteamericano, George H. W. Bush, como a vitória da democracia, da liberdade e “a vitória da força moral” dos valores norte-americanos⁴.

¹ Em 1988, Gorbachev foi eleito o homem da década pela revista *Time* e, em 1990, venceu o Prêmio Nobel da Paz pelas suas contribuições ao fim da Guerra Fria. Não é raro, também, autores citarem uma *gorbymania* para a supervalorização e exposição de sua imagem, como em: FRANCISCON, Moisés Wagner. A trajetória política e intelectual de Gorbachev e as Relações Internacionais da URSS. **Revista de História** [34]; João Pessoa, jan./jun. 2016. pp. 222 e 227.

² Sob Gorbachev, pode-se dizer que a União Soviética passou pelas mais profundas mudanças de sua história em quatro anos de governo (1985-1989). Após dissertar sobre pequenos avanços no campo das liberdades individuais nos anos pós stalinismo, Eric Hobsbawm comenta: “Apesar disso, continuava sendo um Estado policial, uma sociedade autoritária e, por quaisquer padrões realistas, sem liberdade. Só a informação autorizada ou permitida chegava ao cidadão - qualquer outro tipo continuou sendo pelo menos tecnicamente punível por lei até a política da *glasnost* (abertura) de Gorbachev”. HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.382.

³ É significativo mencionar que o último dia de Gorbachev em seu cargo foi televisionado pela *American Broadcasting Company (ABC)*, emissora norte-americana.

⁴ HUDAYA, Salman. Cold war ended 25 December 1991. 2020. Vídeo online. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=LBVwzXUfnf8>. Acesso em: 15/out/2024. Entretanto, Serhii Plokly apontou que “o discurso do presidente Bush à nação em 25 de dezembro de 1991, assim como sua fala sobre o Estado da União em janeiro de 1992, contradizia as declarações anteriores do governo sobre a Guerra Fria não ter terminado em confronto com Gorbachev, e sim em cooperação com ele” PLOCHY, Serhi. **O último império: os últimos dias da União Soviética**. São Paulo: LeYa, 2015. p.2.

No Ocidente, como um todo, adotou-se a posição triunfante de seus modos de organização política e econômica. Os governos dos países centrais do capitalismo – principalmente a partir das instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – procuraram guiar os passos dos países do antigo bloco socialista rumo à economia de mercado⁵. Entre parte dos intelectuais ocidentais, seguiu-se a mesma premissa. Em janeiro de 1990, Jeffrey Sachs, professor em Harvard, publicou um artigo com o nome "O que deve ser feito?"⁶ como forma de intervir e dar as diretrizes ao progresso das sociedades do leste europeu⁷. Francis Fukuyama popularizou o termo e a concepção de “fim da história”⁸, o triunfo definitivo da democracia liberal e capitalismo de mercado como o apogeu, a forma final das sociedades. Em diferentes instituições – ainda que imbricadas entre si⁹ – o Ocidente promoveu os valores neoliberais por mecanismos heterogêneos, verticalizados e em tom de portadores do conhecimento ao triunfo histórico.

Concomitantemente aos acontecimentos em território soviético, o Brasil passou por um conjunto de transformações heterogêneas das quais o trabalho da imprensa foi significativamente perpassado. A transição política para o regime democrático se deu através de eventos com forte apelo nacional e cobertura da mídia. A campanha das *Diretas Já!*, em 1984, a Constituinte de 1987, a Constituição de 1988 e as eleições presidenciais de 1989

⁵ Luís Fernandes analisou a tratativa destas instituições – e mais o BERD, o GATT e a CEE – com os países do antigo bloco socialista. Em suma, os critérios de adesão a esses países se deram, não por razões técnicas, mas por razões políticas. Eles receberam tratativas similares: rígidas negociações bilaterais de acordo com a especificidade de cada país (diferentemente do processo de ingresso dos países ocidentais) e a fiscalização cuidadosa quanto à transição destas economias à passagem de uma economia de mercado baseada na propriedade privada. O ingresso soviético, entretanto, foi ainda mais rígido e cauteloso. Mesmo durante a aposta na maior liberalização econômica em curso, o GATT alegou que “o sistema de comércio externo internacional soviético continua divergindo em termos práticos e filosóficos fundamentais, dos princípios e práticas do GATT” FERNANDES, Luís. **O capital e o Estado soviético: o debate na URSS sobre as leis do capitalismo e do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.227. - embora outros países do ex bloco socialista já fizessem parte do órgão.

⁶ Em linhas gerais, Sachs defendeu a Terapia de Choque aos governos do leste europeu em plena recessão econômica, como se encontravam desde meados de 1989. Ele defendeu o livre mercado, a conversibilidade da moeda e o setor privado como o motor do crescimento. Peter Gowan resumiu a política econômica de Sachs: “um país tão aberto quanto possível para as forças dos operadores econômicos internacionais; um país com uma estrutura institucional globalizada, através da qual os recursos do que ele chama ‘economia dominante global’, podem fluir.”. GOWAN, Peter. **A roleta global**. trad.: Regina Bhering. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.276.

⁷ Para mais informações sobre as proposições e as políticas neoliberais para o leste europeu, ver: GOWAN, Peter. A Teoria e a Prática do Neoliberalismo para o Leste Europeu. In: **A roleta global**. trad.: Regina Bhering. Rio de Janeiro: Record, 2003.

⁸ FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. New York: Free press, 1992. O termo também é visto na arte brasileira. No decorrer do desmantelamento dos regimes comunistas do leste europeu, o cantor Gilberto Gil lançou a música “Fim da história”. GIL, Gilberto. *O Fim da História*. In: **Parabolicamará**. [S.l.]: Warner Music Brasil (WEA), 1991.

⁹ Os grupos de pesquisa das universidades dos países centrais como a Inglaterra e os EUA estiveram à serviço das políticas neoliberais fornecendo insumo teórico para as práticas dos governos e instituições capitalistas. “O tema de Sachs foi repetido sem descanso por diplomatas americanos e funcionários das Instituições Financeiras Internacionais” (GOWAN, 2003, p.276)

representaram a cristalização do Estado democrático de direito no país. Em suma, o retorno à democracia reordenou a dinâmica de influência da imprensa.

Nas eleições presidenciais de 1989, a grande imprensa¹⁰ contribuiu para a construção da imagem moderna, jovial e honesta de Fernando Collor de Mello, candidato dos setores à direita. O “Caçador de Marajás” combateria o funcionalismo público parasitário à medida que governaria acima das ideologias¹¹. Era, ao mesmo tempo, a antítese do atraso, do Estado inchado, da burocracia, da esquerda decadente e o caminho à abertura ao moderno, ao novo mundo, à economia mundial, aos novos tempos sem muros ou fronteiras.

Somado a isto, os novos rumos econômicos globais iniciados nos anos 1970 e concretizados com o fim do socialismo real – a financeirização, o abandono das economias planificadas e a posição do mercado como centro da sociabilidade humana – promoveram reordenamentos na política e na economia, bem como nos paradigmas de desenvolvimento de forma geral. A neoliberalização do país, uma pressão de Washington sucumbida pelas elites brasileiras¹², provocou o abandono da política econômica nacional desenvolvimentista seguida desde os tempos de Getúlio Vargas. Os novos valores éticos e políticos do neoliberalismo, promovendo o Estado mínimo e um capitalismo “flexibilizado”, se chocou com a tradição brasileira e, sobretudo, provocou “profundas mudanças nas bases de acumulação e de regulação social e política do capitalismo”¹³.

Diante da instabilidade, do reordenamento das relações de poder e das forças econômicas durante a Nova República, Francisco Fonseca apontou que a imprensa escrita¹⁴ desempenhou um “papel de fundamental importância no que diz respeito à difusão dos princípios do novo consenso” (forjado)¹⁵. Ela veiculou a visão de mundo neoliberal como

¹⁰ O termo “grande imprensa” é comumente utilizado em diferentes ambientes, muitas vezes de maneira coloquial, e seu sentido tende a ser impreciso. Neste trabalho, utilizo “grande imprensa” como sinônimo dos veículos de informação que pertencem a grandes conglomerados de mídia do país, cuja prática discursiva alcança todo o território nacional. No recorte de minhas fontes, faziam parte da chamada “grande imprensa” o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*.

¹¹ PEIXOTO, Fernanda. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 3, n. 4, p. 36, 1998.

¹² “As elites brasileiras executaram o que sua condição historicamente subordinada lhes acenava como o mais imediatamente vantajoso: ‘a adesão a uma Agenda que implicaria investimentos internacionais, mesmo que a contrapartida fosse a desnacionalização, [...] o desemprego, o empobrecimento da sociedade e a renúncia à soberania’. VIEIRA, Rosa Maria. O consenso midiático. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p.391, dez. 2007.

¹³ VIEIRA, 2007, p.387.

¹⁴ Fonseca analisou os editoriais da mídia hegemônica (o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*) entre 1985 e 1992.

¹⁵ É importante ressaltar que foi um “consenso forjado”, como se refere o título da obra. Isto significa que a imprensa escrita trabalhou através da naturalização e da defesa dos ideais “ultraliberais”, tornando a realidade e os eventos da política e da economia brasileira a partir de um viés, em detrimento de qualquer outra perspectiva. Não menos importante, o autor cita o embate entre a tradição desenvolvimentista (parte, inclusive, de um embate internacional entre keynesianistas e ultraliberais travado ao longo do século XX) e o novo modelo de capitalismo ultraliberal.

forma de naturalizar e “preparar o terreno” para as transformações que estavam em curso no país. Algumas delas são a defesa da precedência da esfera privada sobre a pública, a ênfase nas virtudes do livre-mercado e do Estado mínimo, a desestatização da economia e a privatização das empresas estatais, a desmontagem do Estado de Bem-estar Social, entre outras. Nesse sentido, a imprensa atuou como um *aparelho privado de hegemonia* na disputa ideológica das elites brasileiras em alcançar o consenso ultraliberal¹⁶, isto é, a hegemonia do novo modelo de capitalismo.

Diante deste cenário, surge o interesse de investigar o discurso de *O Estado de S. Paulo* sobre o fim da União Soviética, entre 1990 e 1991¹⁷. Trata-se de elucidar os usos políticos, a construção de sentido e a explicação para um evento complexo e simbólico. Diante da “onda neoliberal”, busco analisar e entender de que maneira o fim do socialismo real foi utilizado como ferramenta política e ideológica. Não se trata de buscar a verdade sobre os fatos, mas de compreender *o que se fala e como se fala*, o que é defendido em detrimento do quê e de quem.

O estudo sobre o discurso da imprensa ganha importância à medida que o advento neoliberal trouxe consigo a expressão de uma nova cultura – sobre o indivíduo na sociedade, a Educação, a Política, as Artes – que se materializou, entre outras formas, no discurso. A alteração lexical, por exemplo, foi uma das consequências. De acordo com Fernando Escalante Gonzalbo, o neoliberalismo possui uma matriz intelectual com um conjunto de textos canônicos e ideias indiscutíveis, uma ortodoxia que se cristalizou em uma linguagem própria: um idioma, um repertório de imagens e metáforas¹⁸. Isto é, a mudança social acarreta a mudança discursiva e vice-versa. Assim, a teorização de Norman Fairclough em *Discurso e mudança social*¹⁹ me auxilia a entender a imbricação entre discurso, poder e sociedade. Por isso, analisar o discurso não é tomá-lo meramente como um fim, mas um mecanismo para

¹⁶ Sobre o termo utilizado por Fonseca: “Utilizamos o termo ‘Ultraliberal’ em vez de ‘neoliberal’, devido ao uso indiscriminado deste último, que mais confunde do que esclarece. Como a própria grande imprensa se refere ao liberalismo de forma pouco criteriosa, a idéia de um ultraliberalismo revela-nos a radicalidade - no sentido da implementação de uma agenda claramente determinada em razão de seu *modus operandi* - com que os liberais do século XX atuaram com vistas à obtenção da hegemonia. Busca-se, com isso, um critério de diferenciação capaz de desvendar os meandros e artimanhas da contenda ideológica protagonizada pelos periódicos em foco.” [Sobre o conceito de hegemonia, ver: BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p.46] FONSECA, Francisco César Pinto da. A grande imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na Nova República. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 101, 2003.

¹⁷ Esta periodização está vinculada ao que Ângelo Segrillo chamou de “Fase da desintegração e restauração capitalista (segundo semestre de 1990-1991)”. Em linhas gerais, é o momento em que os grupos políticos de oposição tomam o centro do debate político acerca dos rumos do país, junto do caos econômico e da decisão central pela volta à economia de mercado. Pode ser lido em: SEGRILLO, Ângelo. **De Gorbachev a Putin: a saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo**. Curitiba: Editora Prismas, 2013.

¹⁸ GONZALBO, Fernando Escalante. **História mínima del neoliberalismo**. México, D.F.: El Colégio de México, 2015. p.240.

¹⁹ FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

compreensão do mundo social e de suas incongruências por vezes naturalizadas (hegemônicas) e nem sempre claras aos envolvidos²⁰.

Em consonância com Antonio Gramsci, Fairclough introduziu a teorização sobre Poder e Hegemonia para a sua análise linguística socialmente orientada, a qual trago a este trabalho. Trata-se de entender a hegemonia na sociedade como um “equilíbrio instável” sob o qual diferentes grupos sociais (a exemplo dos capitalistas nacional-desenvolvimentistas e dos neoliberais) utilizam a prática discursiva como ferramenta ideológica para obter ou manter a hegemonia. O linguista britânico assinalou a prática discursiva como forma de normalizar e reproduzir consensos, valores e crenças (prática ideológica) no intuito de conservar e neutralizar as posições de poder (prática hegemônica).

Influenciado pela visão constitutiva do discurso aventada por Michael Foucault em seus estudos arqueológicos, Fairclough adicionou a noção do discurso como uma prática social *dialética*. Isto é, discurso como um modo de agir sobre os outros, que atua na “representação e [...] significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”²¹, e contribui para a constituição de todas as dimensões dessa estrutura social que o molda – identidades e relações sociais, representações e significações do mundo. Entretanto, é também moldado e restringido por toda essa estrutura social que ele produz. O discurso atua de maneira convencional e criativa: “contribui para construir sociedade [...], mas também para transformá-la”²². Portanto, é socialmente constitutivo e condicionado.

Nesse sentido, levarei adiante neste trabalho o entendimento dos jornais enquanto *aparelhos privados de hegemonia*. Em linhas gerais, trata-se de “organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente e que não se caracterizam pelo uso da repressão”²³. Na teoria gramsciana²⁴, os aparelhos de hegemonias são privados em relação ao Estado, ou seja, possuem autonomia material e funcional. Diferentemente deste “Estado em sentido estrito”, que figura sociedade política e trabalha com a coerção, os *aparelhos privados de hegemonia* atuam na sociedade civil através da formação de consenso, da direção política e da manutenção da hegemonia.

²⁰ “Meu objetivo é desenvolver uma abordagem para a análise de discurso que poderia ser usada como um método dentre outros para investigar mudanças sociais como as referidas anteriormente” (FAIRCLOUGH, 2001, p.27)

²¹ FAIRCLOUGH, 2001, p.91.

²² FAIRCLOUGH, 2001 p.92.

²³ COUTINHO, Carlos N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p.76.

²⁴ Na “teoria ampliada do Estado”, de Gramsci, a sociedade política (Estado-coerção) e a sociedade civil (consenso) compõem o Estado. Ambos também podem ser lidos a partir do esquema *ditadura + hegemonia = Estado*.

Entretanto, cabe o cuidado em relativizar a autonomia destes aparelhos. No caso da imprensa, Nelson Werneck Sodré mostrou como a transformação da imprensa artesanal para a imprensa industrial e o seu alinhamento com o Capital internacional prejudicou a sua liberdade ideológica durante o século XX²⁵. Na Nova República, os jornais da grande imprensa (sob o *status* de grandes conglomerados de mídia) advogaram pela defesa do Capital privado. Atuaram como intelectuais coletivos, em termos gramscianos, ocupando-se da formulação e da elaboração sistemática da ideologia necessária à dominação do grande capital financeiro²⁶, como o fizeram no processo das reformas liberais de Collor²⁷ e das privatizações de Fernando Henrique Cardoso²⁸.

Assim, o estudo sobre a imprensa não significa, simplesmente, conhecer a sua opinião, mas compreender como ela delimita espaços, demarca temas, mobiliza opiniões, constituem adesões e consensos²⁹. Enquanto força ativa na reprodução da hegemonia na sociedade, ela articula passado e presente através de seus próprios marcadores e juízos de valor, realiza prognósticos e afirma memórias de indivíduos, partidos e instituições.

Antes de esmiuçar porquês e os objetivos desta pesquisa, é importante apresentar algumas considerações envolvendo comunismo e imprensa. As obras historiográficas sobre o comunismo no Brasil tendem a focar nos períodos de maior acirramento ideológico ou ruptura democrática, como o levante comunista de 1935, o Estado Novo (1937-1945) ou a ditadura

²⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.515. Acredito que a fala de Sodré pode ser problematizada. A liberdade de imprensa é sempre relativa, pois sempre precisou haver um mínimo interesse na sua venda e na manutenção de um público-leitor, ou seja, na mínima constância de uma linha ideológica. Em sociedades não capitalistas, como a União Soviética, o *Pravda* certamente não tinha essa orientação para o mercado, mas seus editores tinham a ideologia marxista-leninista do partido e a censura institucionalizada (até a *glasnost* de Gorbachev) como limites de sua liberdade de escrita. Entretanto, penso que a fala de Sodré é oportuna, pois se trata de um contexto específico e distinto da história progressista da imprensa brasileira, sobretudo na relação entre os interesses nacionais e internacionais. No pós-guerra, houve um movimento maciço de empresas norte-americanas destinando dólares e exercendo a pressão ideológica em uma cruzada anti Estado, cuja pauta sobre a extração do petróleo estava na luz do dia. Pierre Bourdieu também tratou deste tema ao discutir a autonomia do jornalismo e dos jornalistas. Quanto ao primeiro termo, o autor escreveu que “o grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob a forma de publicidade ou subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes”. BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo: *In*: BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. tradução: Maria Lúcia Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. pp.102-103.

²⁶ COUTINHO, Eduardo G. **Comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014. pp.21-22.

²⁷ Para mais informações, ver: FONSECA, 2005, pp. 273-329.

²⁸ Um estudo sobre *O Globo* e seu discurso privatista pode ser lido em: FERRARI, Bruno Baptista. **Imprensa, hegemonia e a agenda neoliberal no Brasil: o discurso privatista e a imagem depreciada do Estado e do funcionalismo público nas páginas do jornal O Globo (1990-1999)**. 2017. 154f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

²⁹ CRUZ; PEIXOTO. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p.258, dez. 2007.

militar (1964-1985) – principalmente após o AI-5, em 1967. No tocante ao discurso sobre os comunistas na imprensa, algumas obras são fundamentais sobre o tema.

Uma das obras historiográficas cruciais para entender a representação sobre o comunismo na Imprensa é *O ano vermelho*³⁰, de Luís Alberto Moniz Bandeira, que se debruçou sobre os reflexos da Revolução Russa no Brasil. Em seu livro, Moniz Bandeira expôs que “a imprensa acolheu com emoção e simpatia a revolução de março”³¹. Alexander Kerensky, primeiro-ministro do Poder Provisório, foi igualmente bem recebido. Quando milhares de manifestantes chegaram ao centro de Petrogrado em protesto à ofensiva russa contra a Alemanha de Kaiser II, Kerenski mandou abrir fogo aos operários. Seu governo prendeu Leon Trotsky, Nikolai Bukharin e Alexandra Kollontai, e ordenou a abertura de processo por “alta traição” de Vladimir Lênin. O primeiro-ministro também suspendeu os meios de comunicação – o *Pravda*, o *Soldatskaia Pravda* e o *Listok Pravda*, além de autorizar o exército a desarmar os guardas vermelhos. No Brasil, a imprensa aplaudiu “a energia de Kerenski”³².

Instaurada a revolução de outubro, a imprensa carioca passou a apresentar Lênin e os bolcheviques como agentes do governo alemão. Além da ofensiva contra o Governo Provisório, havia um sentimento de aversão aos alemães no Brasil por conta de submarinos alemães terem afundado navios mercantes brasileiros³³. Os aliados ao movimento revolucionário foram retratados como “monstros” e “traidores da pátria” conforme as notícias sobre a independência e a autonomia da Finlândia, da Ucrânia e do Cáucaso do Império Russo chegava em território brasileiro³⁴. Na perspectiva veiculada pelo jornal *A Razão*³⁵, por exemplo, os bolcheviques traíram a ordem czarista e os seus compromissos firmados com os Aliados.

Esses infelizes são dirigidos e guiados por um
monstro da ordem de Lenin que se prestou ao papel

³⁰ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O ano vermelho**: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

³¹ MONIZ BANDEIRA, 1980, p.75.

³² Moniz Bandeira também expôs que os cinemas do Rio de Janeiro passaram a exhibir um documentário sobre a revolução russa, com cenas da luta de março captadas pela Cruz Vermelha Americana. (MONIZ BANDEIRA, 1980, p.81).

³³ Em 1917, submarinos alemães afundaram quatro embarcações brasileiras: Paraná, em abril; Tijuca e Lapa, em maio; e Macau, em outubro.

³⁴ MONIZ BANDEIRA, 1980, pp.292-293.

³⁵ O jornal também publicou: “São [o bolcheviques] também uns notáveis canalhas, apontados universalmente como agentes alemães e que, além disso, querem suprimir o direito de propriedade na Rússia, entregando todas as terras à plebe inconsciente que, levada por essa miragem de ficar rica em poucas horas, esquece os altos deveres de defender a Pátria, já invadida e em parte dominada pelo estrangeiro.” (MONIZ BANDEIRA, 1980, p.296).

ignóbil de abrir as portas da Rússia ao mais perigoso de todos os imperialismos o que tem por centro-motor a casta dominante na Rússia militar. Alimentados por dinheiro, conduzido por espões e pangermanistas de Berlim [...] conseguiram se apoderar da Rússia.³⁶

Foi comum na cobertura da imprensa a construção de narrativas desconexas com a realidade com o intuito de desmoralizar Lênin e o movimento revolucionário. O líder bolchevique ora foi dado como preso, ora como morto – quando não em fuga. A notícia – como a intitulada “O governo russo prende o traidor Lênin”³⁷ – acompanha uma reprodução imagética do líder revolucionário também tão falsa quanto o seu título.

A partir dessa obra de exposição crítica do anticomunismo na imprensa e do modo como foi feito, Moniz Bandeira trouxe uma questão de suma importância historiográfica: a influência de nações ocidentais nos veículos de comunicação brasileiros. Segundo o autor: “o Brasil acompanhou a queda do Czar e a deposição de Kerensky com a retina de *Havas*, *United Press* e outras agências”³⁸. Com isso, Moniz Bandeira evidenciou que “a imagem da Revolução Russa, que projetavam, era a imagem que as altas finanças de *New York*, Londres e Paris dela faziam”³⁹.

Bethania Mariani analisou a produção e a manutenção de sentidos da imprensa brasileira acerca do Partido Comunista Brasileiro. A premissa de seu trabalho consistiu em analisar a criação e o desenvolvimento do discurso no qual “o comunista é um inimigo”. Através do campo da Análise de Discurso e do enfoque nos termos “comunismo” e “comunistas”, a autora apresentou as principais representações destes através dos periódicos brasileiros.

Assim, a autora aponta o processo de negatização sobre os comunistas e o comunismo ao longo do século XX⁴⁰ e suas implicações políticas. A consequência desta postura foi o desenvolvimento de uma “memória institucional” sobre os vermelhos na imprensa. A constante representação enquanto inimigos – em suas mais variadas formas – provocou uma sentido unívoco nas páginas dos periódicos. Nas palavras da autora: “Em seu empenho em informar, desambiguizando e didatizando, colocando o mundo na lógica do mundo ocidental,

³⁶ MONIZ BANDEIRA, 1980, pp.296-297.

³⁷ MONIZ BANDEIRA, 1980, p.92.

³⁸ MONIZ BANDEIRA, 1980, p.73.

³⁹ MONIZ BANDEIRA, 1980, p.73.

⁴⁰ “[...] porque detectamos uma estabilização de sentidos que se mantém até o final dos anos 80.” MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)** – Campinas, SP, 1996, p.155.

o discurso jornalístico de referência não deu voz ao dizer do comunista.”⁴¹ Sendo assim, a atuação da imprensa promoveu a despolitização do PCB na mesma, colocando-o como parte de um “terreno de sentidos” extremamente pejorativo construído durante décadas - o comunismo/comunistas - que, sobretudo, limitou o debate para uma arena não política, mas de ameaça aos valores cristãos e à pátria, isto é, como inimigos, antítese aos valores brasileiros⁴².

Rodrigo Motta se debruçou sobre o anticomunismo brasileiro entre os anos de 1917 a 1964. O autor expõe a sua tese na qual o comunismo foi um dos principais recursos retóricos utilizados para as rupturas institucionais no país⁴³. Entre as variadas fontes – inclui-se *O Estado de S. Paulo* – o autor reconstrói o anticomunismo no Brasil, seus atores, seus períodos principais, suas formas e sua sustentação ideológica.

Assim, as duas ondas anticomunistas em solo brasileiro foram evidenciadas entre 1935 e 1937, com a “Intentona” Comunista⁴⁴, e entre 1961 e 1964 com o governo reformista de João Goulart. O historiador afirma que “as matrizes do anticomunismo” foram o catolicismo, a partir da luta travada do papa às instâncias mais baixas da Igreja, no qual o comunismo era relacionado a temas cristãos, como inferno e Diabo, “o bem contra o mal”⁴⁵; o nacionalismo, caracterizando os comunistas como inimigos internos, agentes de uma potência estrangeira (a URSS)⁴⁶; e o liberalismo, através da defesa da democracia e da propriedade privada como antagônicos à experiência comunista. Em suma, o autor aponta a heterogeneidade dos atores e da retórica anticomunista, cujos contornos abrangeram clérigos, fiéis, grupos civis, militares e imprensa.

No tocante a esta última, foco deste trabalho, a obra de Rodrigo Patto Sá Motta elucida a atuação da imprensa em reverberar as investidas anti esquerdistas. O próprio surgimento do anticomunismo iniciou-se a partir da Imprensa, após a Revolução Bolchevique de 1917.⁴⁷ É certo que sua forma de representar a “ameaça vermelha” se modificou ao longo dos anos, entretanto, o autor sublinha que

A caracterização do comunismo soviético como uma experiência perversa constituiu-se num dos principais elementos do imaginário anticomunista, argumento

⁴¹ MARIANI, 1996, p. 148.

⁴² “[...] o partido é discursivamente colocado visível de modo a ser identificado e reconhecido pelos leitores em um circuito de imaginária, cujas “raízes de sentidos” podemos reconhecer em outros discursos de outra natureza e de outras épocas” (MARIANI, 1996, p.155).

⁴³ Como o Estado Novo e o Golpe Militar de 1964. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002, p.13.

⁴⁴ “A ‘Intentona’ deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática” (MOTTA, 2002, p.18)

⁴⁵ MOTTA, 2002, p.37.

⁴⁶ MOTTA, 2002. p.52.

⁴⁷ MOTTA, 2002. p.20.

central nos esforços de dificultar o proselitismo das idéias [sic] comunistas no Brasil.⁴⁸

Isto é, a União Soviética foi o país balizador na representação do comunismo na imprensa brasileira seja a partir de afirmações infundadas⁴⁹, ou na caracterização deste país enquanto ineficiente⁵⁰ e portador de mazelas sociais⁵¹. Entre continuidades e descontinuidades da representação comunista, o autor conclui de modo a apontar a estruturação de uma tradição anticomunista no Brasil, isto é, “se configurou como um fenômeno estrutural”.

É valioso o entendimento sobre o anticomunismo como um fenômeno estrutural, do qual a imprensa hegemônica é uma ferramenta. Não se trata, pois, de entender o processo de pejorativização aos comunistas como próprio apenas dos jornalistas ou de análises políticas dos periódicos. Este “fenômeno” emana – e requer do historiador a atenção – de estruturas diversas, como o catolicismo, o nacionalismo e sobretudo os interesses políticos que se destinam.

As obras expostas acima elucidam alguns recursos discursivos da imprensa ao abordar um objeto – neste caso, o comunismo/comunista. A narratividade (a naturalização, a desambiguação do mundo dotando os eventos de sentidos lógicos) e a memória institucional funcionam como processos de auto referenciação e auto validação; são insumos teóricos produzidos por si próprios. Os jornais se remetem às suas próprias vozes do passado como exemplos da história real – e não de um discurso político e ideológico. Nas palavras de Heloísa Cruz e Maria Peixoto, a imprensa “articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro”⁵².

Conforme Fairclough expôs, existem três funções da linguagem e as dimensões de sentido dentro do discurso presentes neste destacado acima – da imprensa sobre o comunismo e seus adeptos. Primeiro, “a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos' sociais”⁵³. Depois, “o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas”⁵⁴. Por último, “o discurso contribui para a

⁴⁸ MOTTA, 2002, p.21.

⁴⁹ “Não era incomum encontrar erros factuais graves nas narrativas sobre os acontecimentos da URSS, como confusão de datas e de nomes.” (MOTTA, 2002, pp.27-28).

⁵⁰ “Na década de 1960, as críticas tenderam a concentrar-se na tentativa de mostrar o modelo comunista como frágil no aspecto econômico e deficiente no plano social. Questionava-se, por exemplo, a pobreza existente na URSS e a falta de conforto decorrente [...]” (MOTTA, 2002. p. 301)

⁵¹ “O diário da família Marinho publicou, em agosto de 1962, uma série intitulada ‘Um engenheiro brasileiro na Rússia’. As reportagens atacavam as realizações materiais da URSS, pintando um quadro de ineficiência e atraso.” (MOTTA, 2002. p. 303)

⁵² CRUZ; PEIXOTO, 2007, pp. 258-259.

⁵³ FAIRCLOUGH, 2001, p.91.

⁵⁴ FAIRCLOUGH, 2001, p.91.

construção de sistemas de conhecimento e crença”⁵⁵. Estes efeitos – identitário, relacional e ideacional – interagem no discurso da imprensa sobre o Outro.

Portanto, o recorte temporal deste trabalho representa o fim de uma era. No sentido político-ideológico, importante a esta pesquisa sobre a imprensa, significa o fim do intenso acirramento entre propostas de governo e de mundo típico da Guerra Fria. A supremacia da corrente neoliberal após a implosão da URSS levou também ao adormecimento das correntes comunistas ou, ao menos, simpáticas a ela. Resta, entretanto, colocar luz sobre esta passagem de “eras” na grande imprensa brasileira a partir de *O Estado de S. Paulo*.

Minha escolha sobre este periódico passa pelo interesse em analisar um jornal da “grande mídia”⁵⁶, de projeção nacional, símbolo da corrente liberal-conservadora de São Paulo. É na sua posição de poder, alcance e hegemonia que procuro entender sua prática social no processo discursivo de construção de sentido sobre o tema supracitado.

Utilizo como fonte os editoriais, encontrados na seção *Notas e Informações*, localizada na página 3 do jornal paulistano. Trata-se de opiniões oficiais deste jornal, não assinadas, mas que exprimem a opinião da família Mesquita, em contraponto ao restante do jornal, escrito pela redação do jornal. Portanto, minhas fontes não são notícias propriamente ditas, mas artigos de opinião.

Dessa forma, busco responder: quais projetos políticos e visões de mundo foram defendidos pelo *Estado de S. Paulo* durante a queda da URSS para o contexto brasileiro? Quais os sentidos aplicados à derrocada do líder esclarecido e bem-recebido pelo Ocidente, como Mikhail Gorbachev e a sobreposição de Boris Yeltsin na condução da Federação Russa? Como o jornal apresentou o cenário global que emergia pós-Guerra Fria sob a unipolaridade estadunidense? É possível afirmar que houve uma adesão estrita à Nova Ordem Mundial ou esta foi apresentada com ressalvas?

Além dos objetivos formais desta dissertação expostos acima, esta pesquisa permite lograr outros entendimentos. A partir da análise comparada deste jornal, é possível historicizar o pensamento neoliberal, as propostas e os temas que a desintegração soviética e a passagem ao mundo unipolar suscitou, isto é, compreender as análises e os prognósticos no calor dos eventos. Ademais, acredito que este estudo permita, ao fim, novas compreensões sobre o colapso da União Soviética enquanto um evento habilitador de narrativas. Em outras

⁵⁵ FAIRCLOUGH, 2001, p.92.

⁵⁶ “Desde os anos 1970, dez grupos familiares praticamente detinham o monopólio da grande mídia brasileira: Mesquita (*O Estado de S. Paulo*), Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*), Levy (*Gazeta Mercantil*), Frias (*Grupo Folha*) Marinho (*Organizações Globo*), Civita (*Abril*), Bloch (*Manchete*), Sirotsky (*Rede Brasil Sul*), Saad (*Rede Bandeirantes*) e Abravanel (*SBT*)”. (LUCA, 2008, pp. 175-176)

palavras, “Não se trata de discutir o valor real dos fatos na história, mas na sua percepção e as condições históricas nas e pelas quais eles são percebidos”⁵⁷.

Diante do histórico político-ideológico, parto da hipótese de que o periódico supracitado utilizou a derrocada do comunismo soviético como retórica na defesa do neoliberalismo como marca do progresso político, econômico e social. Isto é, na defesa do Estado mínimo e da abertura ao mercado internacional. Entretanto, acredito que a Nova Ordem Mundial, com a hegemonia do poder de Washington, possa ter suscitado vozes dissonantes mesmo dentro do espectro neoliberal brasileiro. Afinal, a abertura da política econômica brasileira às instituições multilaterais era, ao mesmo tempo, conflituosa, como a relação com o FMI. O Brasil seguia a passagem para o mundo pós-Guerra Fria não como superpotência, mas com um país com pendências diante da cadeia global do capitalismo. Uma das incongruências no discurso à direita pode ser na defesa de um nacionalismo e na soberania nacional frente a outras nações estrangeiras.

Nesse plano, eu acentuo a noção de “liberalismos” proposto por Maria Aparecida Aquino, isto é, o caráter heterogêneo do espectro. Em seu estudo sobre a atividade do *Estado de S. Paulo* durante o regime militar, Aquino conclui que

não se pode considerar a grande imprensa sob uma única visão no que tange aos ataques à liberdade de expressão, princípio básico da concepção liberal. Por outro lado, [o *Estado de S. Paulo*] mostrou que o liberalismo não tem uma só faceta, devendo sua prática ser considerada com diversidade. Comprovou como podem ser reducionistas as terminologias “conservador” e “reacionário”, presas a uma determinada circunstância deixando-se de encarar a coerência de atitudes ao longo de um processo de existência.⁵⁸

No caso de outro jornal da grande mídia como *O Globo*, por exemplo, o apoio editorial ao Golpe de 1964 foi ratificado ainda em 1984 durante o processo de redemocratização⁵⁹. Assim, embora categorizados no mesmo espectro político, o *Estado de S. Paulo* e *O Globo* possuem histórias e atividades diferentes no tocante à sua linha editorial.

⁵⁷ CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, A; TÉTART, P. (Org.). **Questões para história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 33.

⁵⁸ AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado autoritário (1968-78): O exercício cotidiano da repressão e resistência O Estado de S. Paulo e Movimento**. Tese (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 152.

⁵⁹ BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023, p.116.

Na esteira dessas reflexões, tratar a imprensa meramente como um sujeito (a imprensa que ataca, que defende; a imprensa paulista, a imprensa carioca) pode levar a um processo de homogeneização e entendimento deturpado sobre a mesma. Do contrário, tratar a imprensa apenas como um objeto resultante das relações de força das oligarquias urbanas e rurais, da superestrutura e do Estado capitalista pode, também, levar ao mesmo ponto referido acima.

A imprensa é, sobretudo, uma imbricação de todos estes fenômenos – e mais outros a serem listados a seguir neste trabalho – cujo produto final pode ser um resultado diferente daquele almejado pelos seus sujeitos na sua prática. Afinal, o trabalho da imprensa envolve atores distintos: o veículo – na figura do(s) sócio(s) proprietário(s) –, os profissionais envolvidos na elaboração do periódico, os acionistas e financiadores e o público leitor. Todos envoltos pelas condições geográficas, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas de seu tempo. A imprensa constitui a realidade, certamente, interferindo-a e indo ao encontro do seu leitor, mas é constitutiva pelas circunstâncias de ordem multifatorial. Não atentar-se a essas situações pode, inclusive, configurar a imprensa como onipotente, que faz e consegue o que quer.

A eclosão da Primeira Guerra, por exemplo, reavivou os sentimentos nacionalistas em território brasileiro. Isto não foi um objetivo dos jornais brasileiros, ainda que possa ter sido usado em prol de objetivos próprios, como no caso do *Estado de S. Paulo*. Nos anos 1950, a crise do governo de Getúlio Vargas enfrentou oposição de alguns jornais. A fatídica morte de Vargas resultou em comoção nacional entre as camadas populares e ataque à sede d’*O Globo* e da *Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro.⁶⁰

Da mesma forma, pensar os jornais em grandes classificações como “grande imprensa”, “a imprensa liberal”, “jornal de direita”, torna invisível os meandros da atividade jornalística, tão rica e complexa, ao longo do tempo. O *Estado de S. Paulo*, por exemplo, reconhecidamente um liberal alinhado à elite agrária paulista, sofreu forte intervenção do Estado Novo (quando foi “confiscado” pelo regime, que colocou um gestor próprio na empresa jornalística) e censurado na ditadura militar. Não se trata de evitar estes rótulos por completo – pois muito ajudam durante a narrativa –, mas historicizá-los, atentar-se à especificidade do periódico e do tempo histórico a ser tratado. Este trabalho seguirá esta premissa.

⁶⁰ “A *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e a *Rádio Globo* foram depredados” (LUCA, 2008, p.131) “A fúria dos getulistas foi atizada e não tardou a se manifestar em atos. Apedrejaram a *Tribuna*, tombaram e incendiaram carros distribuidores de *O Globo*”. CAPELATO, Maria H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

Este estudo consiste em um esforço interdisciplinar, reunirei Linguística, Ciência Política, Semiologia, Economia e História. No primeiro capítulo, busquei fazer um debate sobre Poder, Ideologia e Hegemonia na Imprensa. Nesse sentido, apresentei a Análise de Discurso Crítica, o conceito de discurso que norteia esta pesquisa, bem como o conceito de “intertextualidade”; em seguida, apresentei o pensamento de Gramsci, que orienta as minhas reflexões sobre o papel da imprensa, isto é, seu papel enquanto *aparelho privado de hegemonia*; depois, apresentei reflexões sobre os usos dos signos enquanto instrumentos ideológicos burgueses pela imprensa, sobretudo a partir do conceito de “mito”, de Roland Barthes.

No segundo capítulo, darei ênfase à União Soviética. Iniciei com um levantamento historiográfico sobre o colapso da URSS, de modo a propor a apresentação de diferentes perspectivas analíticas a partir de um outro campo, o da História, e não o do jornalismo. Em seguida, propus reflexões sobre o papel central de Gorbachev na trama soviética e a importância de sua personalidade para análise deste período. Por último, apresentei o papel de Boris Yeltsin na construção de uma rivalidade em torno do PCUS e de Gorbachev e a sua condução política rumo à independência da Rússia da União Soviética.

No terceiro capítulo, apresentei um breve estudo diacrônico do capitalismo de modo a fundamentar o supracitado neoliberalismo, plano de fundo desta pesquisa sobre a imprensa. Iniciarei com a exposição do liberalismo do século XIX, suas especificidades e fragilidades. Em seguida, tratarei da derrocada do liberalismo clássico pós *crack* da bolsa de 1929 e pós Segunda Guerra, período chamado de consenso keynesiano quando vigorou o capitalismo de economia mista. No segundo tópico, apresentarei o neoliberalismo enquanto programa ideológico, político, econômico e social; suas proposições, seu momento histórico, suas rupturas com o modelo pregresso de capitalismo de economia mista e suas continuidades com o liberalismo do século XIX.

No quarto capítulo, apresentei a pesquisa sobre *O Estado de S. Paulo*. Inicialmente, fiz um levantamento da trajetória histórica deste periódico cristalizado como liberal-conservador com ênfase no período do recorte de minhas fontes, de modo a elucidar suas posições políticas e alinhamentos ao longo dos anos. Em seguida, realizei a apresentação das fontes, suas características gerais e a seleção do *corpus* documental. Por fim, foram expostos a análise qualitativa cronológica diante dos editoriais do jornal.

A metodologia aplicada na análise do discurso seguiu as três dimensões da Teoria Social do Discurso, de Norman Fairclough⁶¹: 1) Análise textual (vocabulário, gramática, coesão e a estrutura textual). Utilizo o conceito de “intertextualidade”⁶² para analisar os diversos gêneros e vozes que relacionam-se nos enunciados, isto é, a polifonia⁶³ e a polissemia textual. Esta etapa consiste em um estudo linguístico voltado a todo o processo de construção semântica dos textos, incluindo o discurso não-verbal, como charges e caricaturas⁶⁴. 2) Análise da prática discursiva; esta etapa é voltada para a análise dos discursos veiculados pelos jornais, quem tem espaço e como é apresentado no jornal. É uma análise mais abrangente da reunião dos textos analisados na etapa anterior. 3) Análise da prática social; analiso os desdobramentos do discurso de *OESP*. Esta etapa está vinculada à dimensão social daquilo que foi construída semanticamente nas duas análises anteriores. Em linhas gerais, trata-se de compreender para que fins os jornais produziram tais discursos.

⁶¹ Norman Fairclough não faz menção a um procedimento fixo para se fazer análise de discurso. O autor aponta, apenas, que a análise deve ser um empreendimento interdisciplinar (a variar de acordo com a natureza específica do projeto e conforme as respectivas visões do discurso do pesquisador) e propõe a utilização do conceito de “intertextualidade” para melhor acessar a heterogeneidade semântica dos textos. Ver: **A prática da análise de discurso**. In: FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2001.

⁶² Fairclough divide a intertextualidade em dois termos. O autor utiliza “interdiscurso” para dar conta da intertextualidade inerente aos textos, isto é, as convenções discursivas que entram em sua produção, e “intertextualidade manifesta” para quando outros gêneros e vozes do discurso aparecem de forma explícita no texto. A discussão sobre a interdiscursividade inerente aos textos é uma das marcas da influência de Michel Foucault e Mikhail Bakhtin para Norman Fairclough.

⁶³ A polifonia é um termo complexo desenvolvido por Mikhail Bakhtin em sua análise literária sobre Fiódor Dostoiévski. Aqui, utilizo polifonia para indicar as diferentes vozes do discurso jornalístico trazidas aos textos, tais quais testemunhas, intelectuais, políticos, entre outros.

⁶⁴ Está incluído, também, o estudo do projeto gráfico (a diagramação, a organização do conteúdo noticioso e a distribuição do texto).

CAPÍTULO I

IMPrensa: PODER, HEGEMONIA E IDEOLOGIA

2. CAPÍTULO I: Imprensa: Poder, Hegemonia e Ideologia

RESUMO

Este capítulo tem como objetivo apresentar um debate aprofundado sobre o plano teórico-metodológico que alicerça o meu estudo. No primeiro tópico, apresento as continuidades e as rupturas da Análise de Discurso Crítica, de Norman Fairclough, com outros autores que teorizaram sobre Discurso e Poder e apresento suas contribuições a este trabalho – com ênfase no conceito de “Intertextualidade”. Em seguida, exponho uma teorização política para análise linguística socialmente orientada através dos estudos sobre Hegemonia de Antonio Gramsci. Por último, trabalho o conceito de “mito”, de Roland Barthes, isto é, o processo metalinguístico de uso dos signos pela sociedade burguesa.

Palavras-chave: discurso; poder; hegemonia; ideologia; signo;

2.1 O ‘discurso’ a partir da Análise de Discurso Crítica

Expoente da Análise de Discurso Crítica (ADC), Norman Fairclough desenvolveu, em *Discurso e Mudança Social*, uma nova abordagem teórico-metodológica como ferramenta para a análise textual socialmente orientada e caminho para a mudança social. Sua inovação em relação à Análise de Discurso francesa se deu na introdução da noção dialética entre o discurso e as estruturas sociais. Fairclough propôs a análise discursiva para além dos textos, incluindo outras dimensões como a distribuição, o consumo e a produção a partir da Teoria Social do Discurso (prática discursiva, prática social e texto). Neste tópico, desenvolverei o pensamento faircloughiano, a TSD e sua dimensão tridimensional, suas continuidades e rupturas com Michel Pêcheux e Michel Foucault, Louis Althusser e Antonio Gramsci e as suas contribuições para este trabalho sobre a imprensa escrita.

O ponto de partida da teoria de Fairclough está na ideia de que a linguagem é multifuncional, como propôs Fred Halliday. Nesse sentido, os textos representam a realidade à medida que ordenam a realidade e estabelecem as identidades. De Pêcheux, o linguista britânico Fairclough utilizou também a concepção de que a linguagem é uma forma material de ideologia fundamentalmente importante. O discurso enfatiza a natureza ideológica do uso linguístico.

Ressalto três contribuições teóricas mais notáveis de Foucault à Análise de Discurso Crítica. A primeira delas é a dimensão constitutiva do discurso, que “envolve uma noção de discurso como ativamente constituindo e construindo a sociedade em várias dimensões”, isto é, “o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e formas sociais do 'eu', as relações sociais e as estruturas conceituais”⁶⁵. Está intrínseco a essa concepção do discurso a prática discursiva enquanto um exercício de poder sobre o outro. Fairclough utilizou essa concepção para ressaltar a dimensão social do discurso como força ativa na sociedade atuando sobre os objetos, e não meramente como reflexo passivo das relações humanas. A linguagem significa, portanto, a realidade à medida que a dota de sentido.

Outro ponto importante do pensamento foucaultiano é a natureza discursiva do poder e o seu papel na estrutura social⁶⁶, isto é, a ordem do discurso. Nas palavras de Fairclough

⁶⁵ FAIRCLOUGH, 2001, p.64.

⁶⁶ SANTOS, Ismael Andrade. Linguagem e Poder: as contribuições de Deleuze e Fairclough. **Revista de Filosofia**, v.10, n.2, dezembro/2014, p.97.

A principal tese de Foucault com respeito à formação de modalidades enunciativas é a de que o sujeito social que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso mas em determinar que posição pode e deve ser ocupada por qualquer indivíduo para que ele seja o sujeito dela.⁶⁷

Ou seja, o posicionamento do sujeito no discurso é um indicador das possibilidades de exercer tal função, revela-se o que pode ou não ser dito, assim como desvenda-se as intenções por trás do evento discursivo. Assim, as ordens do discurso estão intimamente imbricadas da posição hegemônica nos eventos discursivos. Engendrar a transformação social através de um discurso contra-hegemônico significa articulação e a rearticulação de ordens de discurso⁶⁸.

A outra contribuição está na intertextualidade intrínseca aos textos. A partir da “interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição”, Fairclough afirmou que “os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam”⁶⁹. O autor recorreu também a Mikhail Bakhtin para reiterar o dialogismo dos textos e o processo de recepção, ressignificação e reordenamento das palavras e conceitos de outra pessoa. Assim, Fairclough apontou a possibilidade de levar à mudança social a partir da transformação dos textos e suas convenções (gêneros, discursos), mas ressaltou os limites diante das circunstâncias de produção dos enunciados, isto é, da disputa social pelas práticas enunciativas que tornam a inovação textual “socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de poder”⁷⁰. Apesar de nem todo discurso ser ideológico, o autor argumenta que “toda ideologia está materializada no discurso, sendo produzido a partir de intertextos, resgata os rastros de ideologias outras que compõem determinada ordem discursiva”⁷¹.

Portanto, o último ponto – não menos importante – do legado de Foucault a Fairclough: a natureza discursiva da mudança social. Conforme exposto acima, a partir de seus estudos arqueológicos e genealógicos, Foucault caracterizou a natureza política e ideológica do discurso sobre o outro, as ordens do discurso e a disputa nessas práticas discursivas. A partir destes entendimentos, Fairclough expôs que “toda mudança social está

⁶⁷ FAIRCLOUGH, 2001, p.68.

⁶⁸ “Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica.” (FAIRCLOUGH, 2001, p.123)

⁶⁹ FAIRCLOUGH, 2001, p.64.

⁷⁰ FAIRCLOUGH, 2001, p.135.

⁷¹ IRINEU, Lucineudo Machado (org.) *et al. Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p.104.

diretamente relacionada a uma mudança discursiva não sendo, portanto, duas realidades de natureza diferente, mas, ao contrário, o discurso é uma dimensão da prática social.”⁷².

A principal divergência de Fairclough a Foucault está no processo constitutivo do discurso sobre os sujeitos e objetos sociais. Para o autor britânico, há um desnível no pensamento foucaultiano sobre o poder do discurso no sustento da ordem social e na dominação. Em suas palavras: “A insistência de Foucault sobre o sujeito como um efeito das formações discursivas tem um sabor pesadamente estruturalista que exclui a agenda social ativa de qualquer sentido significativo”. Isto significa, para a ADC, uma perspectiva demasiadamente unilateral que invalida a dimensão da luta política e da transformação social a partir das práticas discursivas.

Fairclough fez ponderações semelhantes à Althusser e seus estudos sobre os *aparelhos ideológicos do Estado*. A abordagem faircloughiana compartilhou dos pressupostos teóricos marxistas do discurso utilizado a partir de instituições e convenções arbitrárias, entretanto ressaltou que

o trabalho de Althusser contém uma contradição não-resolvida entre uma visão de dominação que é imposição unilateral e reprodução de uma ideologia dominante, em que a ideologia figura como um cimento social universal, e sua insistência nos aparelhos como local e marco delimitador de uma constante luta de classe cujo resultado está sempre em equilíbrio.⁷³

Novamente, Fairclough criticou a abordagem por exagerar a constituição ideológica dos sujeitos e, dessa maneira, inviabilizar a mudança social através do discurso⁷⁴ – o núcleo do pensamento faircloughiano. Como alternativa a essa abordagem, Fairclough se valeu da concepção gramsciana de Hegemonia, na qual a dominação ocorre em meio à disputa política dinâmica entre as classes sociais que almejam se sobrepor àquelas hegemônicas, configurando um “equilíbrio instável”.

Desse modo, Fairclough propôs uma noção *dialética* da relação entre o discurso e as estruturas sociais como forma de evitar “erros de ênfase indevida”⁷⁵. Isto é, uma abordagem focada na determinação social do discurso, como um reflexo direto destas estruturas; ou na construção social do discurso, na qual este é apresentado “idealizadamente como fonte do

⁷² SANTOS, 2014, p.97.

⁷³ FAIRCLOUGH, 2001, p.121.

⁷⁴ “A teoria althusseriana do sujeito exagera a constituição ideológica dos sujeitos e, consequentemente, subestima a capacidade de os sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes até mesmo no compromisso com a crítica e na oposição às práticas ideológicas” (FAIRCLOUGH, 2001, p.121)

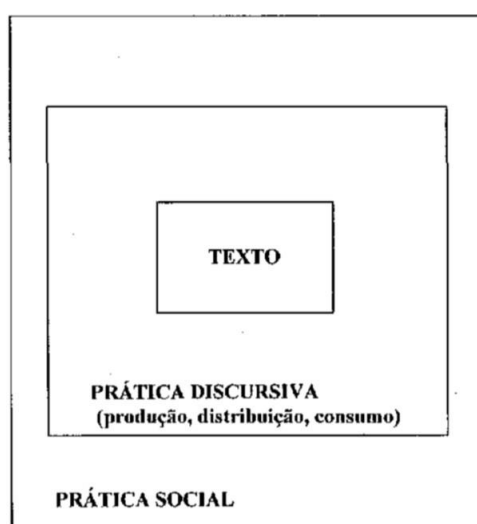
⁷⁵ FAIRCLOUGH, 2001 p.92.

social”, o discurso em si mesmo desapropriado das dimensões do social como as classes. Ao contrário, o autor expôs que:

A perspectiva dialética considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória.⁷⁶

Apresentadas a concepção dialética do discurso, resta-me a apresentação da dimensão tridimensional do discurso, chave-analítica para compreender as análises socialmente orientadas propostas por Fairclough.

Figura 1 - Modelo tridimensional do discurso



Fonte: Fairclough, 2001, p. 101.

A figura acima ilustra a concepção tridimensional do discurso (prática social, prática discursiva e texto). A prática discursiva, como exposto na figura, representa a produção, a distribuição e o consumo/interpretação dos textos. Ela pode contribuir para a reprodução ou transformação das ordens de discurso (analisadas por meio da produção textual), bem como das relações sociais assimétricas envolvidas neste processo. Enquanto inserida na prática social, representa as relações sociais que o moldam e o constituem. Ele é reproduzidor das incongruências e das relações de poder advindas da sociedade, é socialmente restringido pelas estruturas e pelos sujeitos.

⁷⁶ FAIRCLOUGH, 2001, p.94.

o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como direito, ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante.⁷⁷

Enquanto prática social, contribui é não apenas um meio de representação do mundo, “mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”⁷⁸.

Enquanto o discurso é uma instância maior, teórica e abstrata (“forma de ação e forma de representação, [...] o que significa que agimos discursivamente, bem como representamos discursivamente o mundo social a nossa volta”⁷⁹), o texto é a instância central⁸⁰, a materialização desse discurso, tornando-o parcialmente inteligível, fonte de conhecimento, acordos ou guerras – e é por onde analisarei e terei acesso ao que é escrito em *OESP*.

Nesse sentido, Fairclough apresentou três dimensões do discurso: identitária, relacional e ideacional. “O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos' sociais”. Além disso, “contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. Em sua dimensão ideacional, “o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença”⁸¹. Isto é, a prática discursiva atua como reprodução da Ideologia na luta de classes por Hegemonia.

Para Fairclough, o discurso pode ser uma prática ideológica a partir do momento em que ele é utilizado para manter ou reestruturar relações de poder⁸². Sua concepção de ideologia se assemelha à de Edward P. Thompson, que vê a linguagem como dispositivo de manutenção das ideologias dominantes⁸³. Funcionam como inversões idealizadas, pois apagam as distinções e as contradições de classe. Atuam sob o poder de apresentar as ideias das classes privilegiadas como naturais, que existem por si só⁸⁴. A prática discursiva é,

⁷⁷ FAIRCLOUGH, 2001, p.92.

⁷⁸ FAIRCLOUGH, 2001, p.91.

⁷⁹ IRINEU, 2020, p.108.

⁸⁰ “Os textos como elementos de eventos sociais [...] causam efeitos – isto é, eles causam mudanças. Mais imediatamente, os textos causam mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas com eles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante [...]. Os textos podem também iniciar guerras ou contribuir para transformações na educação, ou para transformações nas relações industriais, e assim por diante.” (IRINEU, 2020, p.115)

⁸¹ FAIRCLOUGH, 2001, p.92.

⁸² SANTOS, 2014, p.98.

⁸³ IRINEU, 2020, p.71.

⁸⁴ É importante mencionar que Fairclough destinou seus estudos sobre as relações assimétricas e de poder no discurso e sua relação dialética com as estruturas sociais como suporte teórico-metodológico para estudos

segundo Fairclough, um marco delimitador na luta de poder, pois recorre “a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta”⁸⁵. Portanto, novamente é colocada a prática discursiva como um poder em disputa, seja para alcançar a dominação ou exercê-la.

Diante do exposto, ressaltarei algumas contribuições importantes da ADC para esta pesquisa. É certo que a Teoria Social do Discurso é em si a ferramenta teórico-metodológica que guia e fornece as bases conceituais para este trabalho. Sendo assim, estes são apenas destaques referentes a contribuições específicas.

A tradição anticomunista na imprensa não deve ser pensada como um *continuum*, imutável. Primeiro, ela se dá a partir de um processo discursivo sincrônico a respeito do universo simbólico comunista (a União Soviética, o Estado, o PCUS, Stalin, os russos, etc.) de acordo os rumos políticos, sociais e econômicos do Brasil e do mundo. Em outras palavras, os eventos discursivos sobre o comunismo se deram de forma dialética entre a prática discursiva da imprensa e a estrutura social. Nos anos 1930, estas vozes jornalísticas colocaram os vermelhos contra a Nação e os valores nacionais. No pós 1964, o comunismo representou a subversão, a ameaça de agentes estrangeiros contra a democracia e a soberania nacional. No fim dos anos 1980, a decadência do comunismo foi um argumento retórico na efetivação dos valores e medidas neoliberais. Portanto, é preciso conceber os discursos em um processo dialético entre estes conglomerados de mídia e as circunstâncias históricas que os cercam.

Segundo, a tradição – qualquer que seja – é cambiante, não é como uma estrutura que se perpetua acima da história e das relações sociais. É preciso entendê-la como um processo *comunicativo* intergeracional que envolve a negação, reinterpretação e reutilização e tem uma dimensão *política*⁸⁶. Fairclough contribuiu com essa análise à medida que reuniu os estudos sobre a intertextualidade intrínseca aos textos e o discurso como uma prática hegemônica (ou contra hegemônica). Com isso, Fairclough abriu as possibilidades para pensar as mudanças discursivas – em sistemas de normas, crença, conhecimento e nas relações sociais entre os

variados, não necessariamente àqueles voltados à análise marxista da dominação de classe. “A ADTO, por outro lado, está preocupada, em princípio, com *qualquer tipo de discurso* - conversação, discurso de sala de aula, discurso da mídia, e assim por diante.” [grifo meu] (FAIRCLOUGH, 2001, p.62)

⁸⁵ FAIRCLOUGH, 2001, p.94.

⁸⁶ “A tradição (entendida como reinterpretação de mensagens ancestrais) e sua forma conservadora (o tradicionalismo) são concebidos, nessa perspectiva, como processos de comunicação intergeracional, não dialógica. Tais processos pressupõem, fundamentalmente, uma interpelação, um apelo do passado latente na memória coletiva; uma mensagem, o traço ou o signo; uma transmissão, que se dá por meio de processos narrativos; e uma recepção, momento de atribuição de sentido em que ocorre a seleção e a interpretação das formas simbólicas ligadas ao passado. Assim, a comunicação intertemporal é a reelaboração de um traço que nos foi legado pelas gerações passadas.” COUTINHO, Eduardo G. **Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição em Paulinho da Viola**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p.36.

indivíduos, por exemplo – mas não o faz de forma idealista. Isto é, qualquer mudança discursiva envolve disputa com aqueles que detém o discurso hegemônico. Entretanto, é preciso deixar claro que a tradição anticomunista é um processo intenso e contínuo pela imprensa, cujo alcance e estrutura é muito consistente, mas não é um processo metafísico, acima da realidade social, é um processo vivo de transmissão de valores e visões de mundo localizáveis.

O conceito de *intertextualidade* é importante para minha análise jornalística como ferramenta teórica e metodológica. Fairclough reuniu os estudos de Mikhail Bakhtin, Júlia Kristeva (discípula de Bakhtin e quem cunhou o termo “intertextualidade”) e Michel Foucault. Para Bakhtin, “todo enunciado é um elo na cadeia de enunciados”⁸⁷. Para a linguista, todo texto possui uma historicidade à medida que promove diálogos com textos anteriores, como também será trabalhado futuramente por outros textos⁸⁸. Foucault, em seus trabalhos arqueológicos, escreveu sobre a interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição, afirmou que todo texto incorpora outro contemporâneo ou anterior a ele⁸⁹. O produto final da aplicação do conceito da intertextualidade é o entendimento de que diferentes gêneros, estilos e vozes se relacionam dentro de um único texto, podendo não haver necessariamente um único sentido acabado, mas uma relação fluida e, por vezes, ambígua.

Fairclough adaptou os estudos destes autores e as categorizou em seus termos. Dividiu a intertextualidade em intertextualidade manifesta e interdiscurso. O interdiscurso diz respeito a como um texto é constituído por uma combinação de elementos de ordem de discurso⁹⁰. Entre os elementos que compõem as ordens de discurso estão “gênero”, “estilo”, “registro” e “discurso”. Na intertextualidade manifesta, os textos referem-se aos anteriores de forma explícita, suas vozes estão bem demarcadas, comumente através de aspas. Pode aparecer através de representação do discurso, pressuposição, negação, metadiscurso ou ironia.

A imprensa, portanto, utiliza-se diariamente da intertextualidade. A nível do *texto* (análise linguística/semântica), ela articula pressuposições como em: “a ameaça comunista”, indica que há uma ameaça ou, ao menos, um rumor de ameaça. Frases como “A *perestroika* introduziu a liberdade na URSS” possui um interdiscurso com a retórica neoliberal, tal qual a

⁸⁷ BAKHTIN apud FAIRCLOUGH, 2001, p.134.

⁸⁸ “Kristeva observa que intertextualidade implica ‘a inserção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história’ [...] Por ‘a inserção da história em um texto’, ela quer dizer que o texto absorve e é construído de textos do passado (textos sendo os maiores artefatos que constituem a história). Por ‘a inserção do texto na história’, ela quer dizer que o texto responde, reacentua e retrabalha textos passados e, assim fazendo, ajuda a fazer história e contribui para processos de mudança mais amplos, antecipando e tentando moldar textos subsequentes” (FAIRCLOUGH, 2001, pp.134-135)

⁸⁹ FAIRCLOUGH, 2001, p.64. As proposições de Foucault podem ser lidas em: FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Trad. L. F. B. Neves. 3. ed, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

⁹⁰ FAIRCLOUGH, 2001, p.152.

de Friedrich von Hayek, de que a economia de mercado significa liberdade. A nível da *prática discursiva* (onde se cristaliza a dimensão crítica da análise textual), ela apresenta vozes (autoridades, políticos à direita e à esquerda, intelectuais) e dota de sentido ao seu interesse, pressupõe, nega, relata discursos, parafraseia, ironiza, entre outros recursos linguísticos. Ela amplifica vozes enquanto silencia outras.

Assim, a intertextualidade, além de me permitir acessar as camadas do discurso, me auxilia a alcançar a dimensão ideológica e hegemônica desse discurso ao nível da *prática social*. Portanto, é necessário uma teoria do poder no discurso para compreender a dimensão ideológica e política desse discurso. Entendê-lo para além da prática discursiva, mas em sua prática social.

Fairclough deixou claro que a teoria da intertextualidade não explica as limitações sociais e as relações de poder por trás desses processos discursivos. Ela precisa “ser combinada com uma teoria de relações de poder e de como elas moldam (e são moldadas por) estruturas e práticas sociais”⁹¹. Sendo assim, apresentarei a teoria gramsciana de Hegemonia como forma de situar o lugar do discurso de *O Estado de S. Paulo* na esfera do poder e sua importância na sociedade capitalista.

2.2 Uma empresa hegemônica

Diferente de seus predecessores — Marx, Engels e mesmo Lenin —, Gramsci se deparou com circunstâncias sócio-políticas diferentes. Pôde observar a socialização política de fins do século XIX (o advento de sindicatos, partidos operários, imprensa operária) e a concretização da revolução socialista no elo mais fraco da cadeia, ao passo que também viu a não concretização de outras revoluções nos países ocidentais, como a Alemanha. Diante dos rumos do capitalismo mundial até meados dos anos 1930, Gramsci se pôs a responder duas perguntas pertinentes como o porquê da sociedade burguesa ser tão resistente e o porquê do socialismo ter triunfado justamente no país onde era o capitalismo era mais frágil, como a Rússia czarista, diferente do que previra Marx. Para responder tais questionamentos, o filósofo italiano se valeu da teoria marxista para desenvolver sua principal contribuição à Ciência Política: *a teoria ampliada do Estado*. Sendo assim, apresentarei o pensamento gramsciano, que embasa este trabalho, e articularei o papel da imprensa a partir de sua teoria.

⁹¹ FAIRCLOUGH, 2001, p.135.

Gramsci percebeu que nas sociedades burguesas avançadas, a dominação não ocorria de maneira monolítica, através apenas da força, mas em conjunto com a dominação cultural, com o *consenso*. Com isso, canalizou os esforços de análise para a análise da *cultura* como instância de poder das classes hegemônicas. Isto não significou negar os pressupostos marxistas, mas de articular a dominação de classe e a questão hegemônica (trabalhada por Lênin) com enfoque em uma outra esfera, não mais no Estado e sua burocracia, mas no que Gramsci chamou de *sociedade civil*⁹².

Diferentemente da *sociedade política*, cujo termo significa o Estado e seus aparelhos burocráticos e de repressão (a polícia, o aparato jurídico), a sociedade civil é o tecido por onde ocorre a disputa pela direção política, pelo consenso, pela sobreposição de uma visão de mundo de um grupo (classe) sobre os demais. Na teoria gramsciana, o Estado, em sentido amplo, é a síntese da relação dialética entre a sociedade política (baseada em *coerção*) e da sociedade civil (baseada em *consenso*)⁹³.

É preciso lembrar que, embora ambas estejam a serviço de promover ou conservar uma base econômica e interesses de classes, há uma autonomia entre os dois planos. Isto é, a dominação no âmbito político não implica necessariamente a dominação na sociedade civil, pois “elas têm materialidade (social-institucional) própria”⁹⁴. Por isso, em Gramsci, há outra inovação aos clássicos: a revolução socialista deve acontecer a partir de uma *guerra de posições*, isto é, a partir da imposição da visão de mundo proletária como forma de obter a hegemonia e, assim, alcançar a esfera política⁹⁵. Trata-se de um embate cultural.

É intrínseco à sociedade civil, portanto, os *aparelhos privados de hegemonia* (escolas, partidos, igrejas, sindicatos, imprensa). Podem ser definidos como “organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política”⁹⁶. Frutos do processo histórico das revoluções burguesas (isto é, da emergência da esfera privada) e da supracitada socialização política em fins do XIX (que demandou o consenso ativo e organizado como base para dominação), estes aparelhos aparecem como portadores de visões de mundo e atores sociais ativos de mobilização política. São privados em relação ao Estado, dotados de normas e materialidades próprias. Em Gramsci, a hegemonia só pode ser

⁹² A concepção de sociedade civil no pensamento gramsciano é diferente da de Marx. Em Gramsci, a sociedade civil compõe a superestrutura. Isto não significa negar a determinação em última instância, ou seja, negar que as relações de produção e forças produtivas da sociedade influenciam nas demais instâncias da vida humana.

⁹³ No sentido integral, trata-se de: Estado (em sentido amplo) = ditadura + hegemonia.

⁹⁴ COUTINHO, 1992, p.77.

⁹⁵ “[...] a conquista do poder de Estado, nas sociedades *complexas* do capitalismo *recente*, deve ser empreendida por uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior e através da sociedade civil, ou seja, no *interior do próprio estado em seu sentido amplo*” (COUTINHO, 1992, p.81)

⁹⁶ COUTINHO, 1992, p.77.

concebida a partir destas circunstâncias dos aparelhos de hegemonia. A sociedade civil, como tal, só pode ser concebida desta maneira, uma esfera específica de manifestação.

Tema deste trabalho, a imprensa é um dos grandes *aparelhos privados de hegemonia*. No Brasil, teve papel fundamental como organizador (não apenas influenciadora) da opinião pública⁹⁷ durante os debates sobre a Independência, a primeira carta magna do país (a Constituição de 1824), o caótico e disputado cenário político da Regência (1831-1840) e o definir monárquico junto ao fervor republicano – concretizado na Proclamação (1889). Foi polêmica e ativa nos rumos do país, certamente, na crise do governo Vargas nos anos 1950 e no período do golpe militar de 1964. É preciso ter em mente que a imprensa é, “a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira”⁹⁸.

Não há dúvidas na função social da imprensa como aparelho de hegemonia influenciando nos rumos políticos e na formação da opinião pública. O mesmo é válido para a sua autonomia material. Entretanto, o alinhamento com o capital exerceu influência na atividade jornalística como um todo.

Nelson Werneck Sodré analisou o desenvolvimento da imprensa no país a partir das relações materiais da sociedade, bem como o capitalismo contribuiu para a expansão dos jornais e revistas através de empréstimos e suporte tecnológico. Assim, narrou a maneira que a imprensa perdeu seu bem maior, a liberdade, em decorrência das concessões feitas ao imperialismo sob a forma de capital internacional no contexto do século XX. Em suma, a imprensa “torna-se o contrário do que era, e, particularmente do que deveria ser, na medida em que se desenvolve, na sociedade capitalista. O jornal é menos livre quanto maior como empresa”⁹⁹.

Assim, a grande imprensa¹⁰⁰ atuou como *intelectuais orgânicos coletivos* dos grupos e classes dominantes¹⁰¹. Trabalhou de modo a reunir profissionais variados, formular, sintetizar

⁹⁷ Sobre o conceito: “O conceito de ‘opinião pública’ apareceu no final do século XVIII, e a preocupação com as ‘massas’ tornou-se visível a partir do século XIX, na época em que os jornais [...] ajudavam a moldar uma consciência nacional, levando as pessoas a ficarem atentas aos outros leitores” (BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2.ed. Peter Burke; tradução Maria Carmelita Pádua Dias – 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006., p.11). No Brasil, sua gênese foi mais tardia. “O momento crucial para a emergência de uma opinião pública no Brasil, portanto, situa-se nos anos 1820 e 1821, contexto que antecede a Independência e marca mudanças significativas na estrutura política da Península Ibérica e de seus domínios na América” (DE LUCA, 2008, p.18).

⁹⁸ DE LUCA, 2008, p.1.

⁹⁹ SODRÉ, 1967, p.515.

¹⁰⁰ Reitero que me refiro à *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*.

¹⁰¹ “Um *intelectual orgânico coletivo*, já que sintetiza a atividade, o descortino e as formulações de várias categorias de intelectuais: jornalistas e sociólogos, locutores e atores, escritores e animadores, âncoras e debatedores, técnicos e engenheiros, psicólogos e publicitários; todos mobilizando tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas como técnicas sociais de alcance local, nacional, regional e mundial.” (IANNI, 1999, pp.27-28)

e atuar na manutenção do modo de produção vigente. O *Estado de S. Paulo*, por exemplo, até verbalizou a posição neoliberal, mas tal atitude sempre foi feita a partir da correlação entre neoliberalismo com o bem social, a modernidade e o caminho natural da história. As outras correntes de pensamento foram categorizadas como preconceito ideológico, atraso e anacronismo. Em linhas gerais, o liberalismo foi exaltado e apoiado, ainda que abertamente, como uma escolha natural e lógica. Este liberalismo resumiu-se à instância econômica, pois a grande imprensa atuou (e atua) através da massiva pejorativização e do silenciamento das propostas de mundo minimamente contrárias às suas.

No pós-redemocratização, a grande imprensa atuou como “partido do Capital Global”¹⁰². Embora os jornais cariocas tenham sido críticos ao capital nacional, ao passo que os paulistas exerceram este papel frente ao governo federal, todos advogaram a favor do Capital, isto é, da iniciativa privada ante o trabalho. Engendraram um grito uníssono pró Collor durante sua campanha e à agenda neoliberal que pôs em curso. Entre brandas críticas e elogios, a grande imprensa atuou como forma de dar direção política e guiar os rumos à caminho do neoliberalismo sob a forma de advogar em nome do bem do país, como um todo¹⁰³. Atuaram como *aparelhos privados de hegemonia* em busca do *consenso*.

Durante este fervor neoliberalizante, os jornais utilizaram os mesmos argumentos atirados a esmo sem o mínimo de análise concreta da realidade histórica. Na tentativa de reunir argumentos à cruzada anti-Estado e à fraca concretude histórica do novo modelo, os jornais não se constrangeram em criar realidades históricas e repeti-las até que se tornassem verdadeiras e bons argumentos. Foi o caso da Coréia do Sul, a qual apareceu nas páginas dos periódicos como exemplo a ser seguido, isto é, um país que, no pós guerra, cresceu e se desenvolveu a partir da pouca participação do Estado. Essas afirmações contradizem a História, afinal, este país teve intensa participação do Estado em seu desenvolvimento na segunda metade do século XX, principalmente no setor tecnológico.

O parágrafo acima exemplifica o *modus operandi* da grande imprensa. Na busca incessante pela manutenção/obtenção da hegemonia, entrega à massa leitora representações reificadas, isto é, por meio de estereótipos e mitos, desenvolve uma representação sensacionalista, fragmentada e descontextualizada do real histórico¹⁰⁴. Ao desenvolver

¹⁰² “De modo geral, toda a grande imprensa, como vimos observando desde 1985, fala em nome do “setor privado”, ou “livre iniciativa” - eufemismos de Capital - procurando defendê-lo da interferência do Estado [...] por diversas vezes a grande imprensa atua como “partido do Capital Global”, pois, de modo geral, não distingue sua origem, se nacional, se estrangeira” (FONSECA, 2005, p.344)

¹⁰³ Portanto, nuances e particularidades à parte, tanto o governo como o Plano Collor são, inicialmente, apoiados pela grande imprensa. [...] a grande imprensa, em uníssono, postou-se favoravelmente à sua implementação” (FONSECA, 2005, p.338)

¹⁰⁴ COUTINHO, 2018, p.97.

narrativas e análises unilaterais, sem espaço a outras vozes e sob representações estritamente pejorativas de atores políticos, a grande imprensa despolitiza a realidade como um todo, pois até mesmo sua defesa pelos seus princípios é apresentada de modo natural, como um entendimento lógico ao qual todos devem seguir – e, não, uma opção política.

As atividades dos aparelhos de hegemonia respondem Gramsci sobre a resistência da sociedade burguesa ocidental. Estes aparelhos atuam de modo a atenuar, abrandar e enfraquecer outras intenções de classe e propostas de mundo. Dão sustentação ao Estado burguês “absorvendo e amortecendo as ‘irrupções catastróficas’ tanto do elemento político (contestações, pressões, revoltas) quanto do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.)”¹⁰⁵. Diminuem o atrito entre governantes e governados. Eles amortecem e dissipam os atritos e as incongruências dentro do Estado (em sentido amplo), ao dominar pelo *consenso* antes de exercer a dominação pela *força*.

Além da análise macro feita até aqui, é importante o olhar à mudança discursiva concomitante à mudança social ocorrida no advento neoliberal – ênfase dos estudos de Norman Fairclough. Em outras palavras, há um processo de reorientação no modelo de produção capitalista, uma etapa pós-fordista e neoliberal, que trouxe consigo novos valores, novas concepções sobre o mundo, sobre o Estado, sobre as relações humanas e sobre os indivíduos, novas intenções políticas e hegemônicas. A competição total, a atomização e a lógica empresarial para todos as instâncias da vida humana são algumas das características mais latentes desta nova cultura.

Portanto, houve um processo de alteração lexical. “Iniciativa privada” foi utilizada para referir ao Capital, “trabalhadores” viraram “empreendedores”, “alunos” viraram “clientes” e “consumidores”, o chefe do Executivo é um “gestor”, entre outros exemplos. Gramsci foi oportuno em elucidar que a dominação ocorre inicialmente no consentimento e na dominação ideológica, na cultura. Essa nova cultura se materializou, sobretudo, no discurso. Alguns dos vetores dessa mudança foram membros dos governos que tiveram interesse no advento desta nova cultura como mecanismo de adesão e consentimento de determinada sociedade à sua agenda. Outros foram os jornais, como este que analiso neste trabalho, que reuniram intelectuais formadores de opinião e reforçaram diariamente certa prática discursiva. Preciso sublinhar mais uma vez que a relação entre a prática discursiva e a estrutura social não é retilínea ou instantânea, mas um processo dialético, as duas instâncias do discurso exercem influências entre si.

¹⁰⁵ COUTINHO, 2018, p.97.

Nesse sentido, através de Gramsci, chego ao entendimento de que *cultura é hegemonia*. Quanto à cultura, entendo-a como um processo comunicacional – “uma transmissão que se dá por meios narrativos”¹⁰⁶. O advento neoliberal não ocorreu apenas no Estado, mas a partir de um esforço pela recepção, normalização, adesão e consentimento deste modelo capitalista que vai muito além de uma proposta política e econômica, mas de uma nova racionalidade. Logo, comunicação é hegemonia.

2.3 Uma produtora de mitos

a imprensa encarrega-se de demonstrar todo os dias que a reserva dos significantes míticos é

inesgotável¹⁰⁷

Roland Barthes, 1957

Escrevi anteriormente sobre a teorização de discurso que norteia este trabalho, seu uso como exercício de poder, ferramenta ideológica e (contra) hegemônica. Além disso, apresentei o papel dos *aparelhos privados de hegemonia* na disputa pelo consenso no seio da sociedade civil e a cultura, um processo comunicacional, como forma de poder. Em consonância com o que fora abordado, apresentarei aqui uma das facetas em que o discurso apresenta enquanto instrumento ideológico na manutenção da ordem social burguesa. Para isto, dissertarei a respeito do conceito de “mito” de Roland Barthes, o papel da imprensa nessa ordem e darei alguns exemplos a partir de minhas fontes.

Décadas anteriores aos estudos de Barthes, Fernand du Saussure provou que a língua não é apenas um produto do passado, mas um processo em constante transformação. O seu estudo dos signos mostrou que os objetos não possuem significado intrínseco, mas um valor determinado por sua diferença em relação aos outros signos do sistema. O linguista analisou um sistema semiológico específico – a língua – para desenvolver seus estudos sobre o processo de construção dos signos, isto é, a “união” de uma imagem acústica (significante) e de um conceito de ordem psíquica (significado). Este processo é regido por convenções sociais, os significantes não existem como formas autônomas, eles compõem um processo de significação. O resultado final desta combinação – a palavra (signo) – é uma unidade mental de associação entre os dois termos, é dotada de sentido.

¹⁰⁶ COUTINHO, 2011, p.36.

¹⁰⁷ BARTHES, 1980, p.148.

Nesse plano, retomo o exemplo dado pelo próprio Barthes: uma rosa que significa paixão para ele. O significante (a rosa) recebeu um significado (paixão) por ele cuja combinação configura um signo. Nesse sistema semiológico, o significante por si só não possui sentido, é vazio, enquanto o signo pleno é um sentido¹⁰⁸. Na esteira destes trabalhos semiológicos de Saussure, Roland Barthes analisou a mistificação dos signos, isto é, sua alteração, deslocamento e ressignificação. Mas, afinal, o que é o mito?

“O mito é uma fala”, disse Barthes. Por “fala”, entende-se qualquer sistema de comunicação. Em suas palavras:

Esta fala é uma mensagem. Pode, portanto, não ser oral; pode ser formada por escritas ou por representações: o discurso escrito, assim como a fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, os espetáculos, a publicidade, tudo isto pode servir de suporte à fala mítica.¹⁰⁹

A fala mítica se apropria de algo que já possui uma consciência significante, que já fora articulada em um processo comunicativo. Portanto, nem o objeto, nem a matéria são impedimentos para que se crie um mito.

O mito é um sistema semiológico segundo. Ele se apropria de uma mensagem (um signo) anterior, portanto configura uma *metalinguagem*. Este sistema é diferente do primeiro que expus acima, onde o signo é uma totalidade associativa – a cadeia final – entre conceito e imagem. No sistema mitificado, o signo é reduzido ao primeiro elemento, isto é, à forma. Seu sentido é esvaziado para fornecer insumos a outro significado.

Figura 2 - Sistema semiológico¹¹⁰



Fonte: Barthes, 1980, p.37.

¹⁰⁸ BARTHES, Roland. **O mito, hoje**. In: Mitologias. São Paulo: Difel, 1980, p.135.

¹⁰⁹ BARTHES, 1980, p.132.

¹¹⁰ BARTHES, 1980, p.137.

No intuito de ilustrar com um exemplo, o de Eduardo Granja Coutinho é oportuno, irônico e trágico¹¹¹. Certa vez, durante um jogo da Seleção Brasileira de Futebol, o narrador Galvão Bueno, da Rede Globo, fez um apelo aos jogadores brasileiros diante da dificuldade da partida e do pouco tempo restante. Então, disse: “Vamos lá, Brasil! Vamos embora que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer!”. Este é certamente “um mito em cheio”. Deixo o exemplo de lado e volto ao sistema semiológico primeiro. O trecho da canção “Para não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, era o significante; a canção de protesto significava um canto aos jovens, intelectuais e aos militantes de esquerda, em geral, durante a ditadura militar nos anos 1960¹¹². Este era o signo. De volta ao exemplo dado, este signo (carregado de história) é reduzido à forma (significante) num processo metalinguístico. Ele é apenas uma ferramenta para incentivar os jogadores de futebol na partida (significado) televisionada por uma emissora que apoiou o golpe e o regime militar, justamente o que a canção (o signo, no primeiro sistema) era contra. O mito foi criado.

Portanto, nas palavras do próprio Barthes: “o mito é uma fala roubada”. Além disso, o signo é apropriado e ressignificado, de modo que seu conteúdo histórico é apagado. Enquanto seu objetivo era de transformação do mundo, o mito busca sua apropriação como mecanismo de manutenção da ordem vigente, como é feito na sociedade burguesa.

Barthes desenvolveu novos termos para este sistema semiológico segundo. O signo, enquanto papel de significante no sistema mítico, recebe denominação de “sentido”, por possuir valor, significar algo, e “forma”, por ser reduzido a essa finalidade. O significado, neste sistema, é intitulado de “conceito”, isto é, o conceito aplicado ao signo roubado do primeiro sistema, à nova forma. E o resultado final destes elementos combinados é a significação. À título de ilustração, obtém-se o seguinte sistema mítico: *sentido (forma) + conceito = significação*.

É importante ressaltar que o signo não perde *completamente* o seu valor, pois precisa contribuir ao conceito¹¹³. No exemplo mencionado, o trecho da canção carrega ainda algum fragmento de seu uso original (promover a ação de um grupo de pessoas em razão de uma urgência, um chamamento ao povo, etc.). O mito não apaga, ele inverte. O significante do mito é ambíguo, é sentido e forma, “pleno de um lado e vazio do outro”. De qualquer modo,

¹¹¹ COUTINHO., 2018, pp.46-49.

¹¹² A canção foi finalista do III Festival Internacional da Canção, pela TV Globo, a canção “teria ganhado o festival se não fosse a censura e o DOPS proibirem”. (COUTINHO, 2018, p.46)

¹¹³ “O mito não esconde nada e nada ostenta também: deforma; o mito não é nem uma mentira nem uma confissão: é uma inflexão” (BARTHES, 1980, p.150)

ambos servem ao processo mítico, pois “o sentido existe sempre para apresentar a forma; a forma existe sempre para distanciar o sentido”¹¹⁴.

O conceito atende a um uso social. Ele é motivado, possui interesse e história. Ele é uma fala ideológica, pois é uma fala política, inverte valores e sentidos em detrimento de uma outra comunicação. Enquanto o signo no primeiro sistema é um processo comunicativo de transformação, de ação no mundo (*práxis*), o mito é uma fala sobre outra, é uma metalinguagem que objetiva a conservação da ordem social.

Assim, o processo mítico visa a naturalização da vida social: ideias, formas, símbolos, imagens. Neste sistema, significante e significado são apreendidos pelos leitores como indução, um processo causal. As coisas são porque são. Obtém-se, com isso, a ideia de que o mito é uma verdade, e não um valor. A problemática do processo de mitificação se torna mais grave quando amplificadas por veículos que compõem uma ordem discursiva e cujo alcance é ampliado, como é o caso da grande imprensa.

Boa parte do uso das formas míticas se dá pela recusa da burguesia em ser reconhecida como tal. Como expôs Barthes, há uma “hemorragia” do termo burguês – e seus derivados. No plano político, o termo se funde com o de *nação*. Utilizam os símbolos nacionais como forma de angariar apoio das classes intermediárias como se não compusessem a classe social específica – a burguesa. No plano ideológico, ocorre o apagamento total da denominação através da literatura, do cinema, do teatro e da imprensa, pois nesta sociedade, tudo que não é burguês, precisa “pedir emprestado”. As formas culturais são perpassadas pelos valores desta classe como se fossem “leis evidentes de uma ordem natural”¹¹⁵.

Portanto, a sociedade burguesa é movida por relações mitificadas. O sujeito histórico (localizado, pertencido, alienado) dá lugar ao *Homem Eterno* (a-histórico, sem classe social, nem burguês, nem proletário); a vida social, hierarquizada, material e historicamente situada, é transformada em uma imagem homogênea e harmônica, fruto das determinações naturais. A cultura (as Artes, o Cinema, a Música, a Literatura) são expressões que reproduzem esta sociedade, pois nela “tudo o que não é burguês é obrigado a pedir emprestado à burguesia”¹¹⁶. Trata-se de uma sociedade de consciência reificada, como categorizou Lukács, a realidade é vista como natural e imutável. Apesar de ser produto da ação humana, homens e mulheres não se reconhecem na cultura.

¹¹⁴ BARTHES, 1980, p.145.

¹¹⁵ BARTHES, 1980, p.161.

¹¹⁶ BARTHES, 1980, p.159.

A (grande) imprensa, certamente, é uma das grandes produtoras de mitos. Enquanto aparelho privado de hegemonia, exerce a expressão dos interesses de classes em busca da direção política e da formação de consenso. O processo de narratividade, de desambiguação da vida social e omissão de vozes políticas compõem os artefatos para um ambiente propício para a construção do mito. Sendo assim, apresentarei um caso encontrado nas minhas fontes.

Em julho de 1991, Gorbachev foi à Londres solicitar ao G7¹¹⁷ o ingresso ao Fundo Monetário Internacional (FMI), mesmo sem ter recebido um convite formal ao encontro das sete nações mais industrializadas¹¹⁸. Além do interesse em alinhar-se à economia mundial, consonante com o “novo pensamento” da política econômica de Gorbachev, a União Soviética necessitava de créditos e investimentos externos diante da crise alarmante. Diferente do status de “membro pleno”, o que implicava a oportunidade de aquisição de empréstimos, a URSS teve o sinal verde para receber o status de “nação observadora”, isto é, receber auxílio técnico à transição de sua economia. Uma semana depois, inesperadamente, Gorbachev solicitou a entrada ao FMI como “membro pleno”. Foi quando *O Estado de S. Paulo* escreveu seu editorial mítico intitulado “Gorbachev e o FMI”¹¹⁹.

O editorial se desenvolve em contrapontos. O primeiro se dá diante da figura do líder soviético: “Gorbachev é um homem surpreendente” inicia o texto. A afirmação é dúbia, pois “um homem surpreendente” provoca a expectativa de um texto que o exalte. O outro caminho seria referi-lo meramente como alguém que causa surpresa.

Há uma semana ele parecia satisfeito com o comprometimento dos líderes das sete nações mais industrializadas com a prestação de assistência técnica necessária às reformas da economia soviética e com a promessa de que a União Soviética ingressaria no Fundo Monetário Internacional (FMI), mas o pedido [...] solicita o status de membro pleno do FMI, portanto com direito também a empréstimos.

¹¹⁷ O Grupo dos Sete era composto pelos sete países mais industrializados do mundo. Eram eles: Estados Unidos, Canadá, Japão, França, Itália e Reino Unido, embora a União Europeia também seja representada. As reuniões da cúpula abordavam temas como políticas econômicas para os países membros. Atualmente, temas como saúde e sustentabilidade também são pautas nos encontros do grupo. Em 1997, a Rússia foi oficializada como membro pleno do grupo configurando, dessa forma, o G8.

¹¹⁸ “[...] a reunião de cúpula dos “Sete Grandes” países capitalistas, em 1990, encomendou ao FMI, ao Banco Mundial, ao BIRD, e à OCDE, um estudo amplo e profundo da economia soviética para indicar os grandes rumos de mudança que a URSS deve seguir. A conclusão deste estudo indicou que a liderança soviética ainda estava vacilante em relação à privatização de sua economia, e sugeriu que a liberalização de financiamentos substanciais fosse condicionada à adoção de medidas mais firmes nessa direção.” (FERNANDES, 1991, p.240)

¹¹⁹ Gorbachev e o FMI. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 jul. 1991. Notas e Informações, p.3.

O adjetivo utilizado para caracterizá-lo apoia-se no “inesperado”, naquilo que causa surpresa. A quebra de expectativa após a frase inicial provoca ironia e a crítica a um líder mundial que “há uma semana atrás parecia satisfeito”.

Entretanto, *OESP* contrabalanceia, dizendo que “Trata-se, por um lado, de decisão *auspiciosa*, de vez que a adesão ao FMI e ao Banco Mundial representará a integração da União Soviética no sistema financeiro internacional [...]” [grifo meu]. Então, Gorbachev não está de todo modo vacilante. “Por outro lado”, reitera *OESP*, a solicitação “*constrange* o Grupo dos Sete (G7), mas principalmente os Estados Unidos e o Japão¹²⁰, que em Londres deixaram muito claro ser ainda muito cedo para que a União Soviética receba mais que assistência técnica” (leia-se créditos). Portanto, de um lado, constrói-se discursivamente um líder com uma boa inclinação surpreendente, assim como sua impulsividade. Do outro, sua atitude *constrange* os países ocidentais, os quais têm o controle e o conhecimento do tempo das ações, uma vez que deixaram “*claro* que ainda é *muito cedo* que a URSS receba mais que ajuda técnica” [grifos meus]. Deixo o “homem surpreendente” de lado por um momento.

O outro contraponto é sobre a rapidez em que age o FMI. O editorial se desenvolve e, ao expor que o tempo de candidatura soviética (a membro pleno) poderá durar mais dois anos e coincidir com o cronograma do G7 de apoio substantivo à *perestroika* (leia-se créditos), ele contrapõe dizendo:

Na verdade, tanto o FMI quanto o G-7 estão se movimentando rapidamente para prestar assessoria econômica à URSS. [...] Entre outras coisas, os funcionários do FMI sugeriram aos soviéticos a adoção de práticas de contabilidade, para que a economia soviética possa ser orientada com um mínimo de confiabilidade¹²¹.

O editorial inverteu a realidade como se os empréstimos (permitidos pelo status de membro pleno) e a assessoria técnica estivessem qualitativamente no mesmo nível. Assim, constrói um discurso de benevolência de quem está agindo rapidamente, comprometido com a recuperação

¹²⁰ É importante ressaltar que estas duas nações propuseram controles mais rígidos quanto à adesão da União Soviética ao grupo, diferentemente dos países da Comunidade Econômica Europeia (CEE), interessados em um mercado europeu fortalecido – a destacar a Alemanha, do chanceler Helmut Kohl, cuja parceria com Gorbachev em torno da unificação do país foi um componente importante para o comprometimento com a disponibilização de empréstimos à URSS.

¹²¹ O pedantismo de *OESP* é, em parte, reflexo dos intelectuais ocidentais como Jeffrey Sachs (cujas proposições para a transição dos países do leste europeu fora adotado no G7), o qual acreditava que se os países do leste europeu seguissem seus próprios esforços coletivos, eles tomariam rumos errados ou poderiam não optar por suas metas (a transição completa à economia de mercado). (GOWAN, 2003, p.272)

econômica soviética¹²². O discurso editorial implica ao FMI e ao G7 o domínio sobre o saber, a eficiência e o crescimento econômico.

O *OESP* também se esforçou para manter a imagem do FMI e do G7 intacta. Ele informou a problemática, mas aplicou outro significado. Refiro-me ao “cozinhamento” da URSS pelo FMI¹²³. Dois anos para o ingresso como membro pleno seria uma eternidade diante da necessidade soviética de créditos e investimentos diretos instantâneos (talvez isso explique as atitudes atrapalhadas de Gorbachev, indo onde não é chamado, aceitando o mínimo e logo depois pedindo mais). Os países centrais do capitalismo e *OESP* sabiam disso. O balanço dos números da grave situação econômica expostos pelo jornal no decorrer do penúltimo parágrafo são indicadores da tragédia anunciada – ainda que tenham sido utilizados para corroborar com o discurso de que a “ajuda” técnica dos conselheiros do FMI deveria ser rápida.

O último parágrafo encerra o editorial e aglutina em poucas linhas o grande mito construído até aqui. Disse *OESP*: “É para corrigir essa situação que Gorbachev busca o FMI. O líder soviético não apenas afirma como demonstra por atos estar disposto a conduzir seu país à modernidade, isto é, ao Primeiro Mundo, sem temer pela soberania da União Soviética”. O editorial toma para si o signo “modernidade” e o aplica o sentido de globalização, isto é, de abertura política e sobretudo de alinhamento ao capitalismo mundial supostamente inócuo à sua soberania nacional, ignorando as assimetrias de poder no sistema internacional.

O raciocínio de que a adesão ao FMI o leva à modernidade e à figurar o Primeiro Mundo é um mito, pois despolitiza a questão em torno do alinhamento ao capitalismo mundial enquanto é abstrato, isto é, não leva em conta as condições materiais, políticas e sociais pela qual a URSS dispunha em 1991. Essa abertura rápida à economia mundial traria mais resultados nocivos do que favoráveis ao país. Entre elas estavam uma posição inferior na cadeia econômica mundial devido ao relativo atraso tecnológico em relação aos países centrais do capitalismo; a desvalorização do rublo devido à “corrida” pela compra de moedas fortes ocidentais; e a desintegração do bloco comercial do leste europeu por conta do

¹²² Neste editorial está implícito a noção de recuperação econômica e abertura ao capitalismo mundial. Sobre o essa correlação, é importante ressaltar que “o FMI abandona o discurso tecnicista e aparentemente ‘neutro’, de que o objetivo é apenas o de ‘equilibrar a balança de pagamentos de países em dificuldades, para adotar como objetivo político oficial a *organização capitalista da economia* dos países que compunham o antigo ‘campo socialista’ no Leste”. (FERNANDES, 1991, p.239)

¹²³ Assim como se deu com outros órgãos e instituições financeiras mundiais como o GATT e a OCDE.

redirecionamento dos fluxos comerciais rumo ao Ocidente¹²⁴. A URSS seria vítima, e não beneficiária da estrutura desigual dos preços do mercado capitalista mundial.

O mito também pode ser lido a partir da inexistência de contradição entre globalização e soberania. O ingresso nas instituições multilaterais foi negociado sob longas e rígidas condições. Conforme a crise se agravou a partir de 1989 em meio a erupções sociais em todo o leste europeu, o poder de barganha soviético se deteriorou enquanto membro-âncora de uma região. A adesão – repito, como observadora – ao FMI só se deu quando dois dos três obstáculos impostos ao seu ingresso foram desfeitos: o fim do monopólio estatal sobre as relações com o comércio exterior, o fim da proibição de investimentos diretos de empresas exteriores na sua economia e, a última restante, a conversibilidade do rublo¹²⁵. Este último, junto de uma privatização completa, seriam os passaportes às instituições financeiras. Entretanto, a URSS carecia de capital endógeno, para se privatizar necessitava de investimentos e financiamentos externos, o que a tornava mais vulnerável às pressões das organizações financeiras¹²⁶. Sendo assim, é tão somente possível afirmar que a “modernização” (globalização) não oferecia riscos à soberania nacional soviética a partir de uma fala mítica.

A esta altura deve estar claro que o meu esforço de mitólogo aqui não se refere apenas a um estudo semiológico. Isto se dá, pois, a mitologia “faz parte simultaneamente da semiologia, como ciência formal, e da ideologia, como ciência histórica: ela estuda ideias-em-forma”¹²⁷. Não há mito sem história; seu conceito – repito – está alinhado a um uso e uma finalidade historicamente situada.

Assim, a teorização de Barthes sobre o mito como ferramenta ideológica da sociedade burguesa – em sua engenhosa e bem-sucedida inversão e manipulação da esfera cultural humana – contribuiu significativamente (e continua a contribuir) para a minha análise sobre a grande imprensa. É ela que, com alta vendagem, reúne publicidade, opinião e notícia, cujos limites não são plenamente discriminados¹²⁸. Além disso, torna nebulosa sua identidade de

¹²⁴ FERNANDES, 1991, p.221.

¹²⁵ Por pressão dos EUA e do Japão, e respaldados pelo artigo VIII do estatuto do FMI, a URSS sofreu forte pressão em torno da conversibilidade de sua moeda como obstáculo à sua adesão ao grupo. Entretanto, o artigo XIV permitia aos membros manter temporariamente e transitoriamente a inconvertibilidade de suas moedas, sob o escrutínio anual do próprio Fundo – uma brecha do estatuto. Em 1988, por exemplo, apenas 63 dos 151 membros cumpriam o artigo XVIII. (FERNANDES, 1991, p.227-228)

¹²⁶ FERNANDES, 1991, p.241.

¹²⁷ BARTHES, 1980, p.134.

¹²⁸ “O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de “mentes” e “corações”, em escala global.” (IANNI, 1999, p.17)

aparelho privado e apresenta-se como porta-voz do bem comum, comprometida com os interesses de todos. Internamente, reúne à sua disposição jornalistas, editores e *designers* gráficos para atrair, manter e convencer o leitor; para produzir mitos e, então, despolitizar, deformar e se apropriar de tudo aquilo que for contrário aos seus interesses burgueses. Nesse sentido, “a imprensa encarrega-se de demonstrar todos os dias que a reserva dos significantes míticos é inesgotável”¹²⁹.

129 BARTHES, 1980, p.148.

CAPÍTULO II:

NEOLIBERALISMO: ORIGEM, PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES E EXPERIÊNCIA HISTÓRICA

3. CAPÍTULO II: O Neoliberalismo: Origem, Principais Porposições e Eexperiência Histórica

RESUMO

Este capítulo tem como objetivo apresentar um panorama geral do neoliberalismo enquanto projeto intelectual, político, social, econômico, cultural e suas experiências históricas. Defendo que o neoliberalismo não representou apenas uma resposta à crise do capital, mas uma nova forma de governabilidade e uma nova racionalidade, baseada na competição como norma geral. À fim deste propósito, o capítulo inicia-se com uma análise das continuidades e rupturas entre o neoliberalismo do século XX e o liberalismo do século XIX. Em seguida, é apresentado o “momento neoliberal” seguido de uma apresentação geral de três contextos específicos: na Inglaterra de Margareth Thatcher, nos Estados Unidos, de Ronald Reagan, e no Brasil, de Fernando Collor.

Palavras-chave: neoliberalismo; Estado mínimo; keynesianismo;

3.1 Introdução

Escrevi anteriormente neste trabalho a relação da emergência de um novo modelo econômico conjugado ao tema do discurso e do papel político da imprensa. Neste capítulo, o meu objetivo é aprofundar sobre o que é esse “novo modelo de capitalismo”. Julgo importante historizá-lo, apresentar continuidades e rupturas diante de fatores ideológicos, históricos e regionais. Sendo assim, apresentarei o neoliberalismo enquanto ideologia, programa político e econômico, sua influência no advento de uma nova cultura, seus principais formuladores e algumas experiências históricas.

Preciso ressaltar que não tenho como objetivo fazer um trabalho pormenorizado sobre História Econômica do século XX. Entretanto, entendo que, para explicar o neoliberalismo, é necessário fazer algum recuo temporal, ainda que breve. Afinal, o *novo* se remete – entre rupturas e continuidades – a um liberalismo anterior, cujo fim se deu nas primeiras décadas do século passado. É igualmente difícil tratar deste tema e não contrapor o neoliberalismo ao modelo político-econômico cristalizado no pós-guerra, o keynesianismo (o capitalismo de economia mista e Estado de Bem-Estar Social).

Portanto, no primeiro subtópico apresentarei as características gerais e as razões do fim da civilização do século XIX e o período de hegemonia do pensamento keynesiano. Em seguida, apresentarei o neoliberalismo, suas razões e o seu momento histórico de emergência, seus principais formuladores e a sua multilateralidade. Por último, apresentarei três experiências neoliberais: dos Estados Unidos, da Inglaterra e do Brasil. As duas mais notórias, por se tratarem dos países mais protagonistas do capitalismo mundial e onde o modelo foi implantado largamente – inclusive altamente personificado na figura de Ronald Reagan (EUA) e Margareth Thatcher (Inglaterra). A terceira e última por razões mais aparentes, trata-se do contexto sobre o qual me debruço, sobre o qual as medidas governamentais estão exercendo influência.

3.2 O fim do liberalismo clássico e o consenso keynesiano

Ao longo do século XIX, houve um substancial otimismo entre as burguesias dos principais países capitalistas. Na segunda metade daquele século, a Revolução Industrial levou a países como Alemanha, França, Japão e Estados Unidos um ideal de progresso em meio à disseminação de novas técnicas e invenções¹³⁰. Não por acaso, o positivismo foi uma corrente filosófica bem-sucedida naquela altura. A filosofia de Auguste Comte entendia a História como um caminhar para o progresso, uma visão positiva cuja locomotiva desse progresso era a Europa industrializada. À nível político, a burguesia tinha as rédeas do poder e a economia mundial se internacionalizava em um fluxo dinâmico de bens e capitais sob a batuta do *laissez-faire*.

A economia se mundializou como nunca antes. O avanço tecnológico possibilitou o avanço capitalista a novos países (sobretudo os da Europa ocidental, seguidos de Japão e Estados Unidos) e culminou em um constante crescimento produtivo. A mundialização do comércio de bens primários pôde ser observada na América do sul, onde a Argentina passou a figurar no mercado mundial de carnes como uma grande exportadora, e na América do norte, onde o Canadá tornou-se um dos maiores produtores mundiais de trigo após 1900. O outro ponto característico ao fim deste século foi a financeirização. À medida que a Inglaterra perdia sua posição isolada de nação industrializada, avançava na exportação de capitais e na financeirização de sua economia. Estas características gerais foram o que mudou e o que funcionou na economia do século XIX, mas como entender o fim desse modelo político, econômico e, sobretudo, de sociedade?

Em *A Grande Transformação*, Karl Polanyi examinou os motivos que levaram ao fim deste cenário exposto acima e à eclosão de duas grandes guerras mundiais. Segundo Polanyi, a civilização do século XIX esteve apoiada sob algumas bases: o sistema de equilíbrio de poder, o padrão-ouro internacional, o mercado autorregulado e o Estado liberal. “A fonte e a matriz” deste sistema foi o mercado autorregulado, o qual proporcionou ganhos materiais sem precedentes e evocou a criação e desenvolvimento das outras bases deste sistema. Polanyi desenvolveu a sua tese de que o mercado regular a si mesmo é uma utopia. As contradições teóricas e práticas do mercado autorregulado foram desenvolvidas em seu livro como fio

¹³⁰ Segundo Hobsbawm, a principal inovação foi a atualização das tecnologias da primeira revolução industrial, isto é, “o aperfeiçoamento da tecnologia do vapor e do ferro: o aço e as turbinas” (HOBBSAWM, 2022, p.86).

condutor para explicar o cataclisma mundial materializado em duas guerras mundiais. Esse período de crise da ordem capitalista mundial resultou no fim deste liberalismo ortodoxo e na adoção de alternativas viáveis ao sistema que se recusava a funcionar, isto se deu a partir da ascensão do fascismo, na Alemanha, do socialismo, na União Soviética, e do New Deal, nos Estados Unidos.

A primeira contradição do livre mercado estava na sua artificialidade. Em contraponto aos ideólogos do liberalismo clássico como Adam Smith, Polanyi demonstrou que o mercado, em si, nunca foi uma tendência natural na história da humanidade ao demonstrar que o mercado sempre fora um mecanismo de troca em busca de suprir as necessidades, mas nunca a partir uma lógica de produção de excedentes. A formação de mercados nacionais foi fruto de ações governamentais em busca do fim de mercados regionais e provinciais em busca da constituição de um mercado nacional.

O outro ponto estava na questão cultural. Polanyi argumentou que a história pregressa da humanidade se debruçou em relações extra mercantis, como a reciprocidade, a vassalagem e a redistribuição, que baseavam-se em valores e simbolismos de uma comunidade ou tribo; o coletivo sobre o individual. A instituição da economia de mercado inaugurou um novo tipo de sociedade, isto é, uma nova cultura para os indivíduos. O lucro passou a ser um objetivo universal das trocas na sociedade inglesa e não mais a subsistência. Ela provocou uma ruptura com as organizações sociais anteriores à medida que a economia passou a ter um papel cada vez maior na regência da vida das pessoas. A Revolução Industrial trouxe consigo a necessidade de uma possuir matéria prima e mão de obra disponíveis, ou seja, aptas a serem vendidas e compradas. A consequência disso foi uma completa mercantilização da vida humana. Esta foi a primeira grande transformação, entretanto, não fez parte de um curso histórico natural, mas de uma intervenção vertical do Estado.

Outro ponto crítico deste sistema foi o que Polanyi chamou de “mercadorias fictícias” – aquelas mercadorias que não foram produzidas para serem vendidas no mercado, como o trabalho, a terra e o dinheiro. O autor defendeu que subjugá-las aos mecanismos do mercado, à compra e venda, causaria a aniquilação da espécie humana. A poluição dos rios, a desmatagem desenfreada, o fim dos recursos naturais; o pauperismo, a degradação física e psicológica do homem; e a deflação ou inflação dos preços, são algumas das consequências. Portanto, o produto final desse processo mercantil foi a desorganização das relações humanas e o aniquilamento de seu *habitat*. A sociedade do século XIX se desenvolveu sobre parâmetros artificiais e uma organização utópica e nociva à Vida.

Polanyi demonstrou que esta sociedade desenvolveu-se sob um duplo-movimento. À medida que os governos dos países centrais do capitalismo criaram as condições políticas e legislativas para a constituição da sociedade de mercado (desde os cercamentos ingleses no século XVI ao fim dos governos paternalistas), eles também criaram os meios para a auto proteção em face a este novo sistema. De um lado, a força do progresso, da introdução da maquinaria pesada e dos capitalistas; do outro, os freios a esse progresso, como a luta de diversos setores sociais (de proletários a burgueses) e a criação de novas regulações, leis, direitos conquistados. A História social do século XIX se deu na disputa pelos atores sociais dos caminhos possíveis para se protegerem da mercantilização da Vida e da sua nocividade.

No tocante aos trabalhadores, a partir de 1870 os últimos anos do século foram marcados por um intenso processo de socialização política “quer isto agradasse os governantes ou não”¹³¹. Complementarmente a Polanyi, Hobsbawm escreveu sobre a “era da democratização”, período no qual a “a democratização da política forçou governos muitas vezes relutantes e inquietos a enveredarem pelo caminho de políticas de reforma e bem-estar sociais”¹³². Esse processo se tornou um dos dois grandes impasses daquela sociedade do século XIX. Os governos liberais europeus tiveram de lidar com a crise de governabilidade, pois “situava-se o problema de garantir a legitimidade, talvez a própria sobrevivência da sociedade tal como então construída, ao enfrentar a ameaça dos movimentos de massa pela revolução social”¹³³.

Entretanto, os próprios capitalistas recorreram aos “freios” do capitalismo. Por um lado, o Estado não apenas foi utilizado para instituir, mas também para *assegurar* a sociedade de mercado e a domesticação das reivindicações dos trabalhadores. No tocante à economia mundial, o Banco Central dos Estados nacionais tornou-se peça fundamental na regulação dos preços, de modo a evitar quedas bruscas. O sistema financeiro internacional clamava por liberdade de comércio à medida que se tornava mais protecionista. O protecionismo deu as caras em forma de nacionalismo liberal a partir dos Bancos Centrais dos países. Com isso, as grandes potências passaram a visar mercados exóticos, frágeis politicamente, sem tantas barreiras fiscais. O produto final desse processo foi o antagonismo imperialista entre as potências e uma guerra mundial, o segundo grande problema que sublinho aqui. Em síntese, Polanyi demonstrou que foi o processo de contra força ao capital a verdadeira espontaneidade desse processo, e não a sociedade de mercado.

¹³¹ HOBSBAWM, 2022, p.137.

¹³² HOBSBAWM, 2022, p.89.

¹³³ HOBSBAWM, 2022, p.153.

O advento de novas nações industrializadas deslocou o eixo de poder econômico tão centrado no domínio inglês até a segunda metade do século XIX. Metade das exportações dos países subdesenvolvidos destinaram-se à Inglaterra em 1860. Quatro décadas depois, essas exportações foram reduzidas para um quarto, enquanto os países da Europa ocidental recebiam 31% das exportações, ultrapassando os números ingleses¹³⁴.

Retomei os pontos principais sobre a derrocada da civilização do século XIX ancorada no mercado autorregulado para ilustrar alguns pontos importantes para a compreensão do neoliberalismo posteriormente. A sociedade liberal provou equívocos tácitos e estratégicos. Ressalto a tentativa de transformar a economia em uma instância superior e alheia à política (Estado) a partir de uma crença no *laissez-faire*. Polanyi demonstrou a partir de seu conceito de enraizamento (*embeddedness*) a impossibilidade de tal movimento. Ao fim, o próprio mercado autorregulado enveredou para a proteção do Estado, seja por reivindicação da burguesia ou dos proletários, o que gerou a crise de governabilidade e funcionalidade dos governos liberais.

Polanyi mostrou como o ritmo das transformações são uma peça fundamental para a estabilidade social (ou instabilidade) e não tanto a exploração dos trabalhadores em si. Ele deu, como exemplo, os governos paternalistas Stuart e Tudor, na Inglaterra, cujas políticas de auxílio foram ferramentas importantes para diminuir o ritmo do progresso e proporcionar tempo hábil para a assimilação da sociedade desde o século XVI. Com isso, as crescentes contradições entre o avanço dos cercamentos e instituição da propriedade privada diante da antiga vida pastoril comunal inglesa amortizaram-se. No século XIX, uma vez que os rumos do progresso e os atritos com o tecido social não sofreram intermediações imediatas entre a ordem política, houve uma completa desarticulação da vida humana, desde a pauperização em massa à desregulação das relações sociais, e as reivindicações dos trabalhadores tornaram-se uma questão pública. Conforme expus anteriormente, a ação de contraposição à sociedade de mercado aconteceu através da luta política, “uma queda de braço”. O ponto final desse processo foram sistemas políticos travados entre diferentes propostas após a socialização política ocorrida a partir da década de 1880.

Na esteira desse processo, ressalto a impotência dos governos burgueses em manter o sistema funcionando apesar das contradições do capital. Em outras palavras, os governantes europeus em fins do XIX não conseguiram exercer uma dominação cultural efetiva e tornar inócua as reivindicações das massas ao sistema político e social. A falta de consenso dos dominados junto às contradições e ao choque cultural aventado pela nova cultura de uma

¹³⁴ HOBBSAWM, 2022, p.85.

sociedade mercantilizada provocaram a união de diferentes frentes de combate ao sistema, como partidos políticos e grupos revolucionários, entre anarquistas, social-democratas, fascistas e comunistas. Portanto, qualquer sistema que surgisse posteriormente, haveria de lidar com a realidade das massas a fim de ser funcional.

O consenso keynesiano

O *crack* da bolsa de Nova Iorque em 1929 solapou as esperanças de reconstruir o modelo político liberal do século XIX. A Grande Depressão foi um episódio traumático às sociedades industrializadas, a perda de grandes fortunas e o desemprego em massa impôs reordenar os valores políticos e ideológicos daquele tempo. Estes países promoveram esforços para reabilitar o aparato produtivo e sanar os graves problemas decorrentes da Grande Depressão mediante a elevação do gasto público. Os Estados Unidos, de Franklin D. Roosevelt, implementaram o New Deal. Previdência social, obras públicas e uma nova legislação laboral foram algumas das iniciativas norte americanas. Àquela altura, a URSS, apartada da economia mundial, passava ilesa à crise global enquanto engendrava sua industrialização através da planificação estatal. Na Europa e nos EUA, os partidos socialistas pressionaram por direitos e relações menos desiguais. Na Alemanha, o governo nazista rechaçava a cultura moderna e a emancipação liberal¹³⁵. A Grande Depressão suscitou novas propostas de governo mundo afora, sociais-democratas, comunistas e fascistas tinham em comum a descrença no mercado autorregulado.

O papel do Estado e de sua relação com a economia mudou. Os catastróficos acontecimentos ao longo das três primeiras décadas do século XX levaram à desconfiança no mercado e ao abandono das teorias ligadas ao liberalismo ortodoxo. A necessidade de sobrevivência deu lugar ao bem-estar como mecanismo de produtividade. O pensamento liberal adotou um conjunto de condições materiais (saúde, educação e renda mínima) como fundamentais à liberdade¹³⁶. Os anos 1930 representaram o fim do *laissez-faire*, mas, sobretudo, de um novo entendimento sobre o papel do Estado na sociedade. Trata-se de o início de um longo período em que o Estado atuou fortemente na economia¹³⁷, seja em Moscou ou Nova Iorque, no socialismo soviético ou no capitalismo ocidental.

¹³⁵ HOBBSBAWM, 1995, p.121.

¹³⁶ GONZALBO, 2015, p.19.

¹³⁷ No caso dos países capitalistas: para evitar uma nova depressão, o trauma do capitalismo durante algumas décadas, e arrefecer a pressão social envolta pela pressão política de um país que crescia sob lemas de poder ao povo enquanto o mundo capitalista estava em uma grave crise: a União Soviética.

Após a Segunda Guerra, a economia mundial cresceu exponencialmente. A produção de manufaturas quadruplicou na década de 1950 e o comércio mundial destes produtos duplicou nos anos 1970¹³⁸. A quantidade de invenções também chamou a atenção. Produtos como televisores, discos de vinil, relógios digitais e demais eletrodomésticos entraram na vida do cidadão comum, sobretudo nos países centrais. O capitalismo no pós-guerra foi movido por uma alta produtividade, na expansão de mercados e no comprometimento com o social. Hobsbawm deu um panorama geral desse período:

Essencialmente, foi uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social (ou, em termos americanos, política do New Deal rooseveltiano), com substanciais empréstimos da URSS, que fora pioneira na ideia do planejamento econômico. Por isso a reação contra ele, dos defensores teológicos do livre mercado, seria tão apaixonada nas décadas de 1970 e 1980, quando as políticas baseadas nesse casamento já não eram salvaguardadas pelo sucesso econômico¹³⁹.

Portanto, os objetivos gerais dos protagonistas estavam alcançados: evitar uma nova Depressão, abafamento da pressão social e do movimento comunista, crescimento econômico, produtivo e reabilitação do comércio mundial.

Utilizo o termo “consenso” keynesiano para tentar exprimir este modelo de economia mista – muito influenciada por John Maynard Keynes – que vigorou como modelo de governo nos Estados Unidos e na Europa em contraposição à baixíssima expressão do ideal liberal. Ideologicamente ou politicamente, poucos intelectuais ou políticos reivindicavam o *laissez-faire* ou algum tipo de “lei do mais forte” naqueles anos entre a década de 1930 e os anos 1970. Embora existissem, estes estavam à margem da discussão política.

Este consenso, entretanto, foi uma construção política. um acordo entre a direita e a esquerda da maioria dos países ocidentais¹⁴⁰. Ele foi, em grande parte, possibilitado pelas circunstâncias da Guerra Fria. O fascismo havia sido derrotado e o comunismo permanecia de pé no Leste europeu, na URSS e na China. Em uma era de crescimento econômico, a política de grandes salários era viável ao passo que também esterilizava a tensão entre Capital e Trabalho.

¹³⁸ HOBBSAWM, 1995, p.257.

¹³⁹ HOBBSAWM, 1995, p.266.

¹⁴⁰ HOBBSAWM, 1995, p.276.

A crescente produtividade econômica possibilitou a sustentação de governo capitalistas de economia mista ao passo que manteve abafados a ideologia do livre mercado. Quando os rumos econômicos se estagnaram e as demandas sociais continuaram, esse modelo cristalizado como Estado de Bem-Estar Social passou a ser uma questão nos países centrais do capitalismo. Deve ser lembrado que, ao passar dos anos, novas gerações cresceram sob o pleno emprego e garantias sociais, ou seja, sem o trauma da Depressão ou de guerras mundiais. Suas reivindicações partiram sempre a partir dessa perspectiva de respaldo político-institucional. Surgiu, novamente, a questão entre Capital e Trabalho, entre a desaceleração econômica e a socialização política. Não se trata de uma repetição idêntica do que aconteceu ao liberalismo clássico, mas é possível fazer cuidadosas analogias entre essas contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Somado ao que é inerente, outros fatores contribuíram para o reordenamento da política econômica capitalista mundial e o fim do Estado de Bem-Estar Social. Havia sinais de desgaste neste modelo desde os anos 1960. Indícios de diminuição da produtividade de mão de obra, queda do sistema monetário com base no ouro e exaustão da mão de obra interna. O *boom* dos salários não era compatível com o desaceleramento econômico e o alto poder de barganha dos trabalhadores também não. O colapso do sistema financeiro de Bretton Woods em 1971 e a crise do petróleo em 1973 e 1979 provocaram a subida do preço do barril de petróleo minaram o consenso keynesiano, o equilíbrio entre setores à esquerda e à direita e, sobretudo, a crença no capitalismo de economia mista mediante a sua crise.

3.3 O momento neoliberal

Dissertar a respeito do neoliberalismo não é uma tarefa simples, pois requer algum tipo de generalização em meio a um tema denso. Isto se dá pois não há *um* neoliberalismo universal e homogêneo. Tentarei apresentar suas disposições gerais, uma verdadeira síntese de um fenômeno complexo¹⁴¹.

Em primeiro lugar, o neoliberalismo é um programa intelectual. Por “programa intelectual”, me refiro a um projeto pensado, delineado, debatido e articulado previamente. Seu propósito central foi a reabilitação do liberalismo esmagado pelo coletivismo do século XX, sobretudo após a década de 1930.

Um grande pontapé para este programa intelectual foi o Colóquio Lippmann, em 1938. Convocada por Louis Rougier, o Colóquio foi uma conferência internacional, realizada

¹⁴¹ Digo “fenômeno” pois se dissesse “um programa político” ou “programa econômico” já estaria fazendo uma grave redução do que é o neoliberalismo – e estou evitando o máximo que puder.

em Paris em agosto daquele ano, que reuniu cerca de 84 intelectuais e teve como objetivo restabelecer uma nova agenda para o liberalismo. Entre as propostas diversas, os austríacos Friedrich Hayek e Leopold von Mises advogavam um liberalismo mais intransigente, sem concessões; Alexander Rustow e Walter Lippmann simpatizavam com o governo de Roosevelt e os gastos sociais. Em meio às diferenças, os participantes convergiam pela renovação do liberalismo e restauração do mercado, pelo combate ao coletivismo e, majoritariamente, pela denúncia aos riscos do gasto público e da gestão monetária¹⁴².

Walter Lippmann trouxe consigo um entendimento sobre o mercado que veio a ser crucial para o pensamento neoliberal: o regime liberal é um feito histórico, não é espontâneo. Logo, deve ser construído e mantido para que funcione apesar das mudanças. Este entendimento é um dos rompimentos com a ortodoxia liberal do século XIX e implica a noção de que o Estado deve ser utilizado para *produzir* e *salvaguardar* o mercado através de um sistema de leis, normas e instituições¹⁴³. Em seu outro argumento, Lippmann alegou que o Estado deve evitar as arbitrariedades, deve lançar mão de leis que garantam a propriedade e o livre comércio, mas não deve interferir nos rumos de ninguém. Em linhas gerais, o Estado deve garantir a liberdade, sem dar ordens – o que torna ambíguo a questão da educação como dever público ou o papel estatal sobre a desigualdade.

Outro expoente pensador neoliberal foi Ludwig von Mises. Seu livro *Socialismo*¹⁴⁴ é considerado o pontapé inicial do que veio a ser o pensamento neoliberal décadas mais tarde. Publicado em 1922, Mises propôs uma crítica científica ao socialismo – ressalto que não havia uma experiência socialista ainda (a URSS foi criada no mesmo ano), logo, seu livro se enquadra muito mais em construções pessoais do que empirismo. O austríaco reivindicou a revivência dos princípios liberais para oferecer perspectivas políticas, sociais e filosóficas mais novas. Algumas de suas proposições estão aglutinadas em um utilitarismo radical. Segundo o autor, as cooperações sociais seriam legítimas apenas quando os interesses dos participantes contribuintes fossem refletidos nas ações engendradas. A crítica ao gasto público também é um tema importante em seu livro. Mises critica-o como “dissipação de capital”, um sacrifício do futuro por conta do presente¹⁴⁵. O outro alvo de fortes críticas foram os sindicatos que, para Mises, obtêm aquilo que querem às custas do restante da população. As greves, por exemplo, são uma forma de terrorismo.

¹⁴² GONZALBO, 2015, p.22.

¹⁴³ GONZALBO, 2015, p.22.

¹⁴⁴ MISES, Ludwig von. **Socialismo**: uma análise econômica e sociológica. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

¹⁴⁵ GONZALBO, 2015, p.25.

O ponto de virada do pensamento liberal a partir de “Socialismo” foi a reconceitualização do mercado enquanto um sistema de informações – e não meramente como circulação de bens. O Estado não deveria intervir na economia, pois ele não seria capaz de processar a vontade dos consumidores. Nesse sentido, o socialismo torna-se uma utopia à medida que elimina o sistema de preços e, conseqüentemente, renuncia a um sistema de informações que regula a vida e a vontade dos indivíduos. A ordem capitalista, segundo Mises, deveria se chamar “democracia econômica”¹⁴⁶.

Em 1944, Friedrich Hayek escreveu *O caminho da servidão*¹⁴⁷, livro no qual afirma que todo caminho ao socialismo ou à economia mista leva ao totalitarismo. Hayek escreveu dicotomicamente e suas formulações se tornaram máximas da corrente neoliberal. Uma delas é a de que o sistema de preços permite processar informações impossíveis de serem apreendidas pela cabeça humana, isto é, o mercado é o orientador eficaz da economia, uma ordem espontânea¹⁴⁸ e evolutiva¹⁴⁹. A sua perspectiva sobre o Estado remete a Lippmann, segundo o qual deve haver leis que garantam a liberdade, mas não atuem por restringir ou dar ordens aos cidadãos, como distribuir recursos e destiná-los a classes sociais específicas. Tais movimentos configuram, para Hayek, um risco de tirania. Hobsbawm caracterizou-o como um dos “crentes da equação ‘Livre Mercado = Liberdade do Indivíduo’”¹⁵⁰ por conta da fervorosa crença de Hayek na pureza do mercado até mesmo durante a Grande Depressão ou quando o capitalismo crescia sob sua forma mista.

Neste meu esforço de síntese, destaco quatro conceituações teóricas fundamentais sobre o neoliberalismo. Primeiro, o entendimento de que é necessário utilizar o Estado para instituir e gerir o mercado, pois este não é um feito natural – uma das grandes rupturas com o liberalismo do XIX. Segundo, a lógica empresarial da superioridade técnica e moral do privado sobre o público¹⁵¹. Terceiro, o mercado como um sistema de informações, centro da

¹⁴⁶ GONZALBO, 2015, p.26.

¹⁴⁷ HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

¹⁴⁸ Hayek faz a distinção entre ordens espontâneas e ordens evolutivas para explicar a superioridade do mercado. Ele não aponta que as ordens espontâneas são naturais, mas diz que não são artificiais. Hayek explica pela biologia. As ordens espontâneas são as únicas que permitem a existência de sociedades complexas. Elas existem em um processo evolutivo. O mercado, por exemplo, permite o processamento de informações a partir da sociabilidade envolvida e desenvolvida ao longo do tempo, garantindo o funcionamento das sociedades complexas. Trata-se de um processo evolutivo. Há também um argumento moral: para Hayek, as ordens espontâneas não são fruto de coerção.

¹⁴⁹ GONZALBO, 2015, p.28.

¹⁵⁰ HOBBSAWM, 1995, p.266.

¹⁵¹ GONZALBO, 2015, p.28.

inteligibilidade e sociabilidade humana. Quatro, atomização da sociedade em decorrência da mercantilização total da vida humana e da competição¹⁵².

Outros temas são muito presentes no neoliberalismo e remetem o leitor mais atento à ortodoxia liberal do século XIX. Um deles é a pretensão científica do modelo econômico¹⁵³. Há um discurso de cientificidade e impessoalidade no pensamento neoliberal no qual o mercado dita as regras e os rumos sociais em contraposição à arbitrariedade estatal. A Economia Política, portanto, torna-se uma disciplina de cálculos frios, os números e os gráficos passam a ser os reguladores das políticas nacionais em detrimento de qualquer tipo de planejamento ou intenção socialmente orientada por um governante. Os rumos econômicos devem seguir parâmetros objetivos.

Há ecos do spencerismo de fins do XIX no neoliberalismo, mesmo quando o evolucionismo biológico foi abandonado. Herbert Spencer deslocou o pensamento liberal focado na divisão do trabalho como motor do crescimento para a competição geral. Este seria o princípio do progresso da humanidade. Portanto, a competição econômica é tomada como uma luta vital, “que é preciso deixar que se desenvolva para que a evolução não seja interrompida”¹⁵⁴.

Em segundo lugar, enquanto “programa intelectual” pensado e articulado, ele foi um plano político-ideológico delineado em uma estratégia. Como mencionei, o Colóquio Lippmann abriu os caminhos para pensar e articular a revivência do capitalismo liberal cujas propostas discutidas sofreram com as circunstâncias da guerra mundial estourada no ano seguinte. Em 1947, Hayek criou a Sociedade Mont Pelerin¹⁵⁵. Gonzalbo a descreveu como “muito mais político, mais estadunidense, mais empresarial e uma ambição muito mais concreta também”¹⁵⁶.

¹⁵² “Uma cultura política vibrante precisa de grupos comunitários, bibliotecas, escolas públicas, associações de moradores, cooperativas, locais para reuniões públicas, associações voluntárias e sindicatos que propiciem formas de comunicação, encontro e interação entre os concidadãos. A democracia neoliberal, com sua idéia de mercado *über alles*, nunca tem em mira esse setor. Em vez de cidadãos, ela produz consumidores. Em vez de comunidades, produz shopping centers. O que sobra é uma sociedade atomizada, de pessoas sem compromisso, desmoralizadas e socialmente impotentes” (CHOMSKY, 1999, p.6)

¹⁵³ Gonzalbo escreveu sobre o “entusiasmo científico”: “pero con una idea muy particular de la ciencia, cuyo modelo es la física de fines del siglo XVIII: leyes universales, fórmulas algebraicas, soluciones lógicas e inequívocas. Está también la convicción de que las explicaciones pueden ser – deben ser – siempre simples y claras, indiscutibles” (GONZALBO, 2015, p.230)

¹⁵⁴ DARDOT; LAVAL, 2016, p.53.

¹⁵⁵ Nos anos 1980, a Sociedade chegou a ter 800 membros com conferências a cada dois anos. Além de Hayek, foram membros nomes como Röpke, Jewkes, Popper, Milton Friedman, Bruno Leoni, Maurice Allais, George Stigler, James Buchanan, Antonio Martino, Gary Becker, Bertrand de Jouvenel, Deepak Lal, Kenneth Minogue, Vaclav Klaus.

¹⁵⁶ GONZALBO, 2015, p.30.

Fazendo jus às análises de Gramsci sobre a guerra de posições na sociedade civil, Hayek e seus colegas engendraram um projeto político contra hegemônico com objetivo de alcançar a opinião pública e propor uma alternativa às ideias dominantes (keynesianistas)¹⁵⁷. A investida passava pela criação de centros de estudo e pesquisa, como a Universidade de Chicago, e o contato direto com os formadores de opinião (jornalistas, intelectuais, professores, líderes políticos) – “os vendedores de ideias de segunda mão”, nas palavras de Hayek. Sua estratégia se baseou em naturalizar e espalhar sua filosofia de maneira mais natural possível a partir destes aparelhos privados de hegemonia em vez de criar uma nova ortodoxia. Anos depois, quando o neoliberalismo foi adotado como política nacional, ele ainda possuía essa dimensão de contra hegemônica, anti sistêmica.

Tudo o que escrevi até aqui não foi, por si só, suficiente para a emergência do neoliberalismo no fim dos anos 1970. Trata-se muito mais de sua história pregressa e de movimentos que ganharam corpo quando reagiram com circunstâncias críticas, como a crise monetária, produtiva e a pressão social cada vez maior. Os pormenores sobre a aplicação do neoliberalismo como política de governo serão apresentados no próximo bloco.

Houve, como expus anteriormente, a *luta ideológica* de diversos intelectuais na crítica ao Estado de Bem-estar até o advento neoliberal, os quais introduziram e respaldaram o novo modelo produtivo. Houve também a investida governamental em políticas neoliberais que foram mutuamente amparadas pelas transformações de um capitalismo em crise entre a década de 1960 e 1970. Entretanto, a transformação do neoliberalismo enquanto um tipo de norma e conduta geral se deu em grande parte a partir de sistemas de disciplina e coerção, tanto econômicos quanto sociais. Fatores como a desarticulação dos sindicatos e o abandono de políticas sociais reagiram em torno de um modelo societário voltado para a competição. A ampliação desses mecanismos, tal qual a sua cristalização a nível institucional, levou a uma racionalidade geral “segundo os princípios do cálculo maximizador e uma lógica de valorização do capital”¹⁵⁸.

O neoliberalismo representou um novo paradigma humano. Ele é um programa político que degenerou-se em uma nova proposta liberal de educação, de saúde, de

¹⁵⁷ David Harvey escreveu sobre o projeto hegemônico neoliberal, em termos gramscianos: “Fortes influências circularam nas corporações, nos meios de comunicação e nas numerosas constituições que constituem a sociedade civil – universidades, escolas, Igrejas e associações profissionais. A ‘longa marcha’ das ideias neoliberais nessas instituições, que Hayek concebera em 1947, a organização de bancos de ideias (apoiados e financiados por corporações), a cooptação de certos setores de comunicação e a conversão de muitos intelectuais a maneiras neoliberais de pensar – tudo isso criou um clima de opinião favorável ao neoliberalismo como o garante exclusivo da liberdade. Esses movimentos mais tarde se consolidaram com o domínio dos partidos políticos e, em última análise, o poder do Estado” HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2ª edição. p.50.

¹⁵⁸ DARDOT; LAVAL, 2016, p. 193.

desenvolvimento, de ciência e de cultura. Concorro com a tese de Dardot e Laval sobre o advento de uma “nova racionalidade”, isto é, o neoliberalismo enquanto desenvolvimento da lógica do mercado desenvolvida em uma lógica normativa generalizada¹⁵⁹.

A fim de evitar erros de ênfase indevida na “estratégia” do programa intelectual neoliberal, retomo a leitura destes dois autores sobre o tema. Eles utilizam a noção foucaultiana de “estratégia sem sujeito”¹⁶⁰ para entender a grande virada neoliberal, em outras palavras, a cristalização do neoliberalismo enquanto um novo tipo de racionalidade que instaurou a concorrência como norma geral das sociedades. Entende-se que este fenômeno foi uma imbricação de métodos conscientes planejados e circunstâncias econômicas e sociais que reagiram rumo a internalização de um novo tipo de mentalidade orientada ao mercado e à concorrência – sem que tenha havido uma “estratégia” consciente com este fim em específico. Penso também que o deslocamento destes autores para a análise foucaultiana sobre a questão da manutenção do poder seja oportuno e complementar à análise marxista (do neoliberalismo enquanto resposta à crise do capitalismo). Os autores apontaram a questão da crise de governabilidade capitalista no período do Estado de Bem-estar, de alto poder dos sindicatos e socialização política. Estes fatores foram temas que, em outro contexto, foram obstáculos na sociedade liberal do século XIX. Assim, a política neoliberal supracitada neste trabalho – reforma e abandono da legislação trabalhista, introdução da lógica empresarial na política, atomização da sociedade, entre outros – deram conta de atuar na desarticulação dos entraves ao exercício do poder governamental. O novo modelo capital não serviu apenas à expansão do Capital em termos econômicos, mas ao livre funcionamento da dimensão política e social para tal fim. Continuo convergente com a dimensão econômica como principal vetor neoliberal, mas, antes, penso que o advento neoliberal e a sua cristalização em uma nova racionalidade deva ser compreendido sobre todas as frentes possíveis (econômica, política, ideológica e social).

Em suma, o neoliberalismo representou uma virada de chave para o modelo capitalista. Apesar de não ser uma continuação *à priori* do liberalismo do século XIX, representou a retomada da luta pela sobrevivência como motor do desenvolvimento humano,

¹⁵⁹ DARDOT; LAVAL, 2016, p.34.

¹⁶⁰ “Essa ideia de ‘estratégia sem sujeito’ ou ‘sem estratégia’ foi elaborada por Foucault. Tomando o exemplo do objetivo estratégico de moralização da classe operária nos anos 1830, ele defende que esse objetivo produziu a burguesia como o agente de sua instauração, e não que a classe burguesa, como sujeito pré-constituído, é que tenha concebido esse objetivo a partir de uma ideologia já elaborada. O que se trata de pensar aqui é ‘certa lógica das práticas’: primeiro, há as práticas, frequentemente díspares, que instauram técnicas de poder (entre as quais, em primeiro lugar, as disciplinares), e são a multiplicação e a generalização de todas essas técnicas que impõem pouco a pouco a uma direção global, sem que ninguém seja instigador desse ‘impulso na direção de um objetivo estratégico’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.192)

uma influência do spencerismo de *fin de siècle*. Os neoliberais de meados do século XX propuseram suas políticas de modo a evitar os erros anteriores. A crença desmedida no *laissez-faire* e na espontaneidade dos mercados deu lugar à necessidade de produzir e salvaguardar mercados. As políticas neoliberais atuaram concomitantemente em uma nova forma de dominação social através da atomização da sociedade e do estímulo à concorrência. A um só tempo, este novo modelo se mostrou mais forte pelo seu poder de atenuar as contradições históricas entre Capital e Trabalho mediante a intervenção de novas legislações e políticas públicas, bem como a mudança discursiva, tema deste trabalho. Apesar de suas disposições gerais, o neoliberalismo teve suas particularidades e atendeu a objetivos específicos em cada país.

3.4 Thatcher, Reagan e Collor

Economics are the method; the object is to change the soul.

Margaret Thatcher, 1981.

Government is not the solution to our problem. Government is the problem.

Ronald Reagan, 1981.

O Brasil não pode ser uma ilha de protecionismo no mar tempestuoso da globalização.

Fernando Collor de Mello, 1990.

A perda de poder econômico dos Estados propiciou o ambiente favorável aos ideólogos do neoliberalismo, sobretudo após 1973. A construção política que foram os governos social-democratas através do acordo entre direitas e esquerdas tornava-se difícil diante da crise. A estagflação cristalizou-se em críticas contundentes à administração estatal das indústrias e do setor público durante os anos 1980. Para essa direita neoliberal, qualquer sinal de Estado e direção econômica era representada como “subvariedade do socialismo” ou como “caminho para a servidão” como escreveu Friedrich Hayek, cuja popularidade foi alavancada neste período. Ancorava-se na crítica segundo a qual a política e a economia dos Estados dificultavam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo, como nas empresas privadas, impedindo, assim, que os lucros aumentassem¹⁶¹.

Margaret Thatcher ascendeu ao cargo de primeira-ministra em 1979 onde permaneceu até 1990. Tinha como objetivo principal acabar com a inflação. Para tal empreitada, recorreu à

¹⁶¹ HOBBSAWM, 1995, p.399.

tese monetária de Milton Friedman, a qual Friedman reivindicou a compressão monetária como antídoto anti-inflação, isto é, menos dinheiro circulando é igual a preços mais baixos, logo, menos inflação. Apesar dos custos sociais – afinal, menos dinheiro leva a menos consumo e, por fim, menos empregos –, Thatcher engendrou sua política econômica baseada na tese de Friedman.

O segundo ponto importante de sua política foi a massiva campanha de privatização de empresas e ativos públicos. Empresas como *British Petroleum*, *British Gas*, *British Steel*, *British Aerospace*, *British Telecom*, *British Airports Authority*, *British Rail*, *Associated British Ports* e a *National Freight Corporation* foram vendidas por preços mais baixos para que seus novos proprietários pudessem melhorar suas infraestruturas¹⁶².

Em 1980, Thatcher criou a Lei de Habitação (*Housing Act*) na qual permitiu que inquilinos residentes de casas populares (*council houses*) por um determinado período pudessem comprá-las por um preço reduzido sob o subsídio do Estado. O governo britânico entendia a administração estatal como ineficiente, ao passo que desejava reduzir os custos sociais do Estado e estimular a propriedade privada. Por um lado, a lei foi motivo de alta popularidade de Thatcher entre a classe trabalhadora. Por outro, muitas casas foram vendidas, mas não substituídas, o que agudizou a questão da moradia para os mais vulneráveis que não puderam adquirir os imóveis. Esse evento é um exemplo concreto de como o Estado é utilizado inclusive para criar mercados.

Seguindo a cartilha neoliberal, o governo thatcherista atacou massivamente o poder dos sindicatos. Este era um dos temas de Hayek. Para ele, o principal obstáculo para preservar a economia de mercado era o monopólio sindical. As greves foram uma realidade constante desde os anos 1970 e a situação se agravou em 1984 quando a *National Coal Board* decidiu encerrar quatro das 174 minas e dispensar 20 mil funcionários. A forte greve, em represália à ação da empresa, foi respondida de forma dura, sem ceder aos pedidos sindicais, pela “Dama de Ferro” – aliás, este é um dos eventos que fazem jus à antonomásia. No ano seguinte, vinte e cinco minas de carvão foram fechadas. Há de se mencionar que o fim do velho sindicalismo passou por uma fadiga da opinião pública por conta das greves constantes, não sendo apenas uma vontade do governo orientado pelo novo modelo produtivo, que se beneficiou com a drástica perda de poder político dos sindicatos.

Mediante à desindustrialização, a saída foi o incentivo à financeirização. Thatcher pôs fim a regras e restrições ao mercado financeiro, movimento que ficou conhecido como *Big*

¹⁶² GONZALBO, 2015, p.94.

Bang, em 1986. A *City* de Londres passou a ser um dos centros financeiros mais importantes do mundo todo.

Um ponto muito importante do programa thatcherista foi o seu apelo moral. Este tema está presente na literatura de Hayek sobre o mercado e a intervenção estatal. Wendy Brown apontou que:

A moral tradicional só pode funcionar quando se impede igualmente que o Estado intervenha nesse domínio [dos mercados] e quando a expansão daquilo que Hayek chama de "esfera pessoal protegida" confere à moralidade mais poder, amplitude e legitimidade do que as democracias sociais seculares e racionais propiciam. Assim, mais que um projeto de ampliação da esfera da competição e valoração de mercado ("economicizando tudo", como argumentei em *Undoing the Demos*), o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação.¹⁶³

Assim, o liberalismo hayekiano, tão amplificado e posto em prática por Thatcher e seus companheiros, é um projeto-moral que passa pela manutenção das hierarquias sociais ao negar a dimensão da esfera social na política econômica do Estado.

Thatcher objetivava a racionalidade neoliberal como princípio de todo inglês. A cultura de negócios, da produtividade, do sacrifício, da confiança individual, entre outros. Além disso, a máxima “não há alternativa” (*There is no alternative*) seguiu o discurso thatcherista ao longo de seu governo. Todo o processo de cortes de impostos, cortes de gastos públicos, eliminação de regulamentações, privatização de empresas públicas, entre outros, era recebido como o único caminho, uma espécie de equação. Parafraseando Gonzalbo: “as decisões são impostas e justificadas com a autoridade indiscutível da Ciência”¹⁶⁴. Thatcher, entretanto, não foi uma voz isolada ao propor soluções para a crise do capitalismo através do ataque ao Estado de Bem-Estar imiscuído de uma argumento ético-moral.

O republicano Ronald Reagan assumiu a presidência norte-americana após o governo democrata de Jimmy Carter (1976-1980). Àquela altura, Reagan teve de lidar com uma crise política, econômica, geopolítica e moral dos Estados Unidos que se arrastava desde fins dos

¹⁶³ BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos, São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, p.23.

¹⁶⁴ GONZALBO, 1995, p.97.

anos 1960. Um conjunto de eventos minaram o principal país do bloco capitalista, tais como a derrota na Guerra do Vietnã, o advento de governos revolucionários em Angola, Moçambique e Nicarágua, a desvalorização do dólar e o caso do *Watergate*. O ex-ator hollywoodiano haveria de encontrar saídas para retomar o papel e, sobretudo, a autoestima estadunidense abalada na década anterior.

O governo de Reagan marcou a coalizão de três grupos heterogêneos e com propostas nem sempre convergentes: neoliberais, nacionalistas e neoconservadores. Os primeiros advogavam pelo Estado mínimo, equilíbrio fiscal e controle cambial. Estas reivindicações chocavam-se com a proposta nacionalista de endurecimento da política (militar) americana face à URSS e aos países revolucionários, ou seja, mais gastos militares. Além disso, a proposta neoliberal de globalização e fim das fronteiras nacionais não era compatível com as críticas à imigração dos neoconservadores.

Reagan trouxe consigo a cruzada anti-Estado. Suas frases como “o governo não era a solução, mas o problema”¹⁶⁵ representam a antítese à economia mista, à herança das políticas desde os tempos de Roosevelt. Seu governo deu início à desregulação de transporte, ônibus, ferrovias, petróleo e telecomunicações. A administração reaganista compartilhou da mesma crença tatcherista de que o Estado é inoperante e dispendioso, e enveredou também pelo monetarismo de Friedman e pelos orçamentos equilibrados. Entretanto, Reagan utilizou métodos keynesianistas para sair da depressão de 1979-1982, levando-o a um déficit gigantesco e aumentou os gastos com armamentos¹⁶⁶.

Nos anos 1980, os EUA propôs uma nova agenda econômica a partir da generalização das regras do comércio¹⁶⁷. Tratava-se da abertura comercial e de um clima favorável para o investimento externo, não mais um discurso de políticas sociais no combate à pobreza. Esta nova agenda foi amplificada pelo FMI e o BIRD, cujas políticas de crédito eram seguidas pela condição da adoção de um Plano de Ajuste estrutural. Em 1983, ajuste para o crescimento envolveu “apertura de los mercados, liberalización comercial, control de la inflación, reducción del déficit público, reforma de la administración pública, y en general evitar la intervención del Estado en la economía.”¹⁶⁸. Esta generalização das regras do comércio fazia parte da nova racionalidade, a qual trazia consigo um entendimento abstrato e a-histórico, pois interpretava e propunha a todos os países as mesmas regras e condições de comércio, sem

¹⁶⁵ HOBBSAWM, 1995, p.401.

¹⁶⁶ HOBBSAWM, 1995, p.402.

¹⁶⁷ Esse processo se deu a partir da Rodada do Uruguai no GATT, da Criação da Organização Mundial do Comércio e do Consenso de Washington.

¹⁶⁸ GONZALBO, 2015, p.111.

levar em conta as dimensões históricas e materiais, como no caso de países com passado colonial.

Um dos traços mais duros do programa neoliberal – na Inglaterra, nos Estados Unidos ou no Brasil – é a redefinição do papel do Estado perante o social. A virada tecnocrática dos governos levam, não somente à pauperização, mas a manutenção do racismo e da violência de gênero, isto é, das incongruências sociais que entrecruzam as sociedades. Através das instituições multilaterais e do Consenso de Washington, os EUA de Reagan fizeram pressão para a adesão da cartilha neoliberal ao redor do mundo. No Brasil, isto se deu a partir de Fernando Collor de Melo.

Em 1990, Collor iniciou seu mandato com objetivos mais aparentes, como o combate à inflação, mas também com o intuito de pôr fim à crise de hegemonia burguesa¹⁶⁹. Àquela altura, no plano econômico, a reabilitação do modelo desenvolvimentista ancorado no Estado a partir do Plano Cruzado (1986), de José Sarney, não funcionou. No político, a pressão popular (sindicatos e partidos) fazia frente aos setores burgueses na Constituinte e faziam valer suas proposições, a exemplo de Constituição de 1988. Nas eleições presidenciais de 1989, a crise se manifestou quando os grandes partidos tiveram baixo rendimento e outros políticos como Ulysses Guimarães, Lula e Collor propunham novos programas políticos. Diante da má sucessão das estratégias econômicas e da incapacidade política de Sarney conduzir os rumos democráticos, Collor ascendeu ao poder imiscuído de canalizar um projeto burguês a partir de algum consenso¹⁷⁰.

Nesse sentido, Collor foi eleito com base em um projeto modernizador. Essa dimensão, inclusive, foi alinhada a ele pela imprensa comercial (a Rede Globo, o *Estado*, a Revista *Veja*) durante sua campanha presidencial. Segundo Ricardo Nunes, este projeto contemplava uma “integração subordinada do Brasil nos marcos do capitalismo avançado”¹⁷¹. É importante mencionar que esta proposta neoliberal chocava-se com diferentes setores da sua base de apoio, cristalizando-se como um entrave político para o avanço em torno de um programa bem-sucedido. A abertura econômica ao capital internacional trazia a desconfiança do capital bancário nacional e o capital industrial, seja pela concorrência externa ou pela dependência do setor produtivo estatal¹⁷².

Lançado em 1990, o Plano Collor I reuniu uma agenda neoliberal para o Brasil. O Plano esteve fundamentado na redução forçada da liquidez como mecanismo de controle da

¹⁶⁹ MACIEL, 2011, pp.99-100.

¹⁷⁰ MACIEL, 2011, pp.99-100.

¹⁷¹ ANTUNES, 2005, p.16.

¹⁷² MACIEL, 2011, p.101.

taxa, ele determinou o confisco dos ativos de contas poupanças e correntistas. O Plano também aventou uma reforma monetária, na qual o Cruzado Novo deu lugar ao Cruzeiro, seguido da proibição do aumento dos salários acima do índice inflacionário, o reajuste de diversas tarifas públicas e o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Além disso, o Plano previa um programa de privatizações e uma reforma administrativa¹⁷³. O Plano foi, a um só tempo, uma tentativa de conter a inflação, como também reuniu pontos convergentes entre para o setor do capital monopolista: o arrocho salarial, a diminuição do déficit público e a privatização do Estado. Seu resultado, porém, foi negativo. Naquele ano, a taxa de crescimento do PIB foi negativa (-4,4%) e a inflação chegou a alarmantes 21,1% em fevereiro de 1991.

Neste primeiro ano, a popularidade de Collor esteve em alta. Este primeiro Plano suscitou o apoio da mídia de setores ligados ao capital externo e os exportadores, bem como de sindicatos ligados à corrente neoliberal e os demais setores sociais não organizados politicamente. O “messianismo”¹⁷⁴ em torno da figura de Collor vigorou até o ano seguinte, quando lançou o Plano Collor II.

O novo plano foi um recurso para sair da inflação e da estagnação decorrente do plano anterior. Não foi, dessa forma, uma mera continuação. O diplomata e economista ligado ao mercado financeiro, Marcílio Marques Moreira, foi admitido no Ministério da Economia onde estabeleceu uma política ortodoxa. Entre as medidas estavam a alta dos juros como mecanismo para regular a inflação, somado à restrição ao crédito, corte de gastos públicos, liberalização da área financeira e renegociação da dívida externa. As medidas visavam a entrada de capitais e a melhora nas relações com o mercado financeiro internacional.

Collor não conseguiu angariar apoio suficiente para o seu programa político. Os militares, presentes como base de apoio de Sarney, descontentaram-se com a política de cortes orçamentários e arrocho salarial. Portanto, após o rompimento com a política de Estado e o pacto político-social desenvolvimentista, Collor não conseguiu engendrar uma base sólida para a continuação de seu programa neoliberal. Em 1991, os esquemas de corrupção foram escancarados por seu irmão, Pedro Collor, culminando em um impeachment em dezembro de 1992. Entre tantos fatores, a necessidade de viabilizar apoio político através do estabelecimento de um balcão de negócios foi uma delas¹⁷⁵.

¹⁷³ MACIEL, 2011, p.102.

¹⁷⁴ Francisco de Oliveira utilizou este termo para se referir ao primeiro ano de Collor, quando gozou de prestígio e apoio maciço de diversos setores da sociedade, sobretudo a imprensa comercial. O “tempo messiânico” se encerrou em 1991 após as consequências do Plano Collor I. Para mais informações, ver: OLIVEIRA, Francisco de. **Collor, a falsificação da ira**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

¹⁷⁵ MACIEL, 2011, p.104.

Em linhas gerais, há uma diferença alarmante nos esforços de Collor e naqueles de Thatcher e Reagan: trata-se de um país subdesenvolvido¹⁷⁶. A meu ver, todos eles têm em comum o impacto de suas políticas tecnocráticas nas quais o mercado está acima de tudo – a força-guia da política econômica –, onde os setores mais frágeis da sociedade são penalizadas. Em todos os casos, há um esforço rumo à lógica empresarial em todos os ramos (Governo, Educação, Economia) e reorganização do papel do Estado como mero garantidor do sistema neoliberal. Entretanto, as possibilidades e os alcances são díspares. Apesar dos custos sociais, Thatcher conseguiu algum tipo de triunfo mundial, ainda que para uma pequena parcela; a *City* de Londres alcançou uma posição global forte após as reformas legislativas do governo britânico. Os EUA exerceram tremenda pressão na América latina e na África – sem mencionar a “Terapia de Choque” aos países do Leste europeu – em torno dos ajustes estruturais, cuja força política prevaleceu inclusive em instituições multilaterais globais como o FMI e o BIRD. No caso de Collor, havia a necessidade de um trabalho político de angariar forças econômicas, políticas e sociais em torno de *um projeto*, o que não se sucedeu. Outrossim, sua neoliberalização do Brasil trouxe consigo, além do supracitado ataque aos mais vulneráveis, fragilidade ao pequeno e médio capital. O resultado foi a permanência da crise econômica e o crescente isolamento político.

¹⁷⁶ “De Terceiro Mundo”, para utilizar a terminologia da Guerra Fria, ou “em desenvolvimento”, para uma terminologia mais atual e eufemística.

CAPÍTULO III

DA ASCENSÃO DA *PERESTROIKA* AO FIM DA UNIÃO SOVIÉTICA

4. CAPÍTULO III: Da *perestroika* ao fim da União Soviética

RESUMO

Este capítulo tem como objetivo apresentar perspectivas e um panorama sobre o período final da União Soviética, mais especificamente os anos do governo de Mikhail Gorahcev (1985-1991). No primeiro tópico, proponho um debate historiográfico sobre as razões que levaram ao colapso da URSS. Nos dois últimos, apresento os papéis desempenhados por Gorbachev, o último secretário-geral e presidente da URSS, e Boris Yeltsin, ex burocrata do Partido Comunista da União Soviética e primeiro presidente russo no pós independência da Federação Russa.

Palavras-chave: União Soviética; *perestroika*; *glasnost*; Mikhail Gorbachev; Boris Yeltsin;

4.1 Introdução

Este trabalho, como já foi dito algumas vezes, privilegia o estudo sobre o discurso dos jornais. Esta prática discursiva – a produção e a circulação do discurso jornalístico – é uma entre outras, como a dos líderes mundiais, das organizações multilaterais e a da Acadêmica. Todos, de alguma maneira, desenvolveram análises e afirmações sobre o desmembramento da União Soviética. A diferença maior está na “ritualística” do lugar ocupado por cada sujeito, em outras palavras, nas exigências, nos interesses e nas finalidades de cada um.

No tocante à diferença entre o Jornalismo e a História, os jornais têm o laborioso ofício de escrever no calor imediato dos acontecimentos, tecer análises e divulgá-las em uma produção praticamente fordista. É certo que suas afirmações são menos preocupadas que em outros campos; afirma-se, categoriza-se, ataca-se e defende-se com menos atenção em embasar *profundamente* seu ponto de vista ou de excluir a possibilidade de se afirmar o contrário. Além disso, o jornal, enquanto empresa comercial, atende à dinâmica do mercado¹⁷⁷. É preciso cativar o leitor, atentar-se à diagramação e às técnicas de escrita, como o *lead*¹⁷⁸ e à “pirâmide invertida”¹⁷⁹. Necessita-se, antes de tudo, manter o leitor consumidor de seu produto¹⁸⁰.

Não é a minha intenção reduzir o trabalho jornalístico a uma mera produção de opiniões infundadas e pretensões mercadológicas. Antes, reitero as especificidades que

¹⁷⁷ Sobre a questão da “profundidade” que citei e o fator mercado, trago as palavras de Pierre Bourdieu: “o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos dos veredictos do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência [...] e os jornalistas são sem dúvidas mais propensos a adotar o critério “índice de audiência” na produção (‘fazer simples’, ‘fazer curto’, etc.) [...]” (BOURDIEU, 1997. p.106).

¹⁷⁸ “O *lead* era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que devia resumir o relato do fato principal, respondendo a seis perguntas básicas: quem?, fez o quê?, quando?, onde?, como? e por quê? Símbolo máximo do jornalismo moderno, o *lead* veio substituir o “nariz de cera”, texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que anteceda narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor.” GOULART, Ana Paula. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n. 31, 2003, p.149.

¹⁷⁹ “De acordo com essa técnica narrativa, o texto noticioso deveria ser estruturado segundo a ordem decrescente de interesse e relevância das informações, de maneira que o leitor tivesse acesso aos dados essenciais sobre o acontecimento nos parágrafos iniciais, caso não pudesse ler a matéria até o final. Os fatos não deveriam ser narrados cronologicamente, mas expostos; não ordenados pela sequência temporal, mas por sua importância (definida a partir dos interesses de um suposto ‘leitor-médio’).” (GOULART, 2003, p.150)

¹⁸⁰ “A mídia de notícias está no negócio competitivo de recrutar leitores, telespectadores e ouvintes em um contexto de mercado no qual suas vendas ou seus índices são decisivos para a sobrevivência” (FAIRCLOUGH, 2001, p.143)

exercem influência sobre o jornalista, cuja atenção à *forma* é mais rigorosa que ao conteúdo da redação em comparação com a produção acadêmica.

No caso dos historiadores, contudo, a escrita (acadêmica) tende a ser mais cautelosa. Nas palavras de Serge Bernstein e Pierre Milza, “ele [o historiador] é obrigado ao rigor da análise, ao conhecimento do contexto indispensável para esclarecer e relativizar as informações dos documentos”¹⁸¹ e “está preocupado com o peso esmagador do passado”¹⁸². Somado a isto, o discurso produzido pela Academia passa pelo crivo de diferentes bancas, orientadores, críticas, sugestões, revisões e mais revisões. Não se trata de conceber o discurso historiográfico como uma ciência histórica, mas de ressaltar a concretude das análises onde a fonte atua como poder de situar o discurso ou de vetar aquilo que não atende à realidade dos fatos. Portanto, apresento a seguir algumas abordagens historiográficas sobre o fim da União Soviética como forma de apresentar neste trabalho outras perspectivas de análise sobre este evento.

4.2 Perspectivas acadêmicas sobre o fim da URSS

Em seu (já) clássico livro, *Era dos Extremos: o breve século XX (1917-1991)*, Eric Hobsbawm destinou um capítulo para responder o que levou ao fim do comunismo soviético. Antes de se ater aos meandros do fim, o autor ressaltou as circunstâncias históricas da União Soviética. Em sua ótica, havia um conflito insolúvel: a estrutura de comando Estado/partido herdada do stalinismo – uma realidade até mesmo no czarismo (a centralização do poder). O entrave se dava, pois, tal estrutura funcionava, mas era também o principal obstáculo para reformar, estabelecer uma alternativa diante do sistema que fora criado, adaptado e continha interesses investidos. De qualquer maneira, a reforma haveria de vir de cima. Assim, o historiador rechaçou qualquer afirmação de que a URSS fora derrubada por uma (contra) revolução popular. A sua queda, quando se deu, foi por fatores políticos.

Hobsbawm analisou que a introdução de uma série de medidas descentralizadoras da *perestroika* não acompanhou um mecanismo claro e funcional para o país. Um dos erros fundamentais da administração soviética foi a crença idealista no mercado ao focar nas virtudes de um mercado dinamizado e sem dedicar a devida análise em como uma economia planejada seria transformada em alguma outra versão. Com isso, o fim abrupto do planejamento centralizado desarticulou a economia nacional de dimensões transnacionais. Diante de uma sociedade e de um Estado cuja a última experiência sob uma economia de mercado remetia aos anos 1920 (sob a NEP e em um contexto político-econômico muito

¹⁸¹ CHAUVEAU; TETARD, 1999, p.128.

¹⁸² CHAUVEAU; TETARD, 1999, p.128.

diverso¹⁸³), a descentralização rápida e sem um plano de ação efetivo levou a uma anarquia econômica. A situação em 1989 após o aprofundamento da *perestroika* foi lida nas palavras de Hobsbawm: “não havia economia nacional efetiva, mas uma corrida, empreendida por qualquer comunidade, território ou outra unidade que pudesse consegui-lo, para a autoproteção e auto-suficiência, ou trocas bilaterais”¹⁸⁴.

Para Hobsbawm, a *glasnost* foi uma política mais específica, cujo sucesso de seus objetivos estava ligado a mudanças estruturais na direção do governo soviético, como a separação entre Partido e Estado e a constituição de um corpo legislativo diretamente eleito e com poder de escolha sobre o Executivo. Seria o “império da lei” e das liberdades civis. A abertura política abriu as vias para a crítica ao Partido e a livre manifestação, e mais ainda: colocou o país em um cenário pluripartidário. Assim, Hobsbawm argumentou que a efervescência política da *glasnost* somada aos vacilantes rumos da *perestroika* foi o reagente para o desmembramento do país. O historiador britânico apresentou duas questões sociais. Por um lado, diante da crise irremediável e dos conflitos fiscais-legislativos entre o centro e a periferia, os líderes das repúblicas (os “chefetes locais”) trabalharam mais para manter seus postos de poder do que manter o Estado comunista oriundo da Revolução de Outubro de 1917. O autor apontou que o comunismo, enquanto ideologia, tinha pouca fé e real poder de mobilização na sociedade, até entre esses administradores. Segundo ele, “O princípio que legitimava os Estados era, para a maioria das pessoas, a retórica oficial ou o anedotário dos velhos cidadãos”¹⁸⁵. Por outro lado, isto explica a predisposição de adequar-se a um outro sistema que lhes agradasse e por que o fim do país não foi contraposto por uma resistência popular contundente. A adesão dos cidadãos não idosos ao comunismo estava menos na ideologia marxista-leninista e mais no grau de satisfação diante do que o Estado proporcionava.

Portanto, a desintegração da União Soviética pode ser lida pela desintegração da autoridade central, “que obrigou toda região ou subunidade do países a cuidar de si mesma e, não, menos, a salvar o que pudesse das ruínas de uma economia que escorregava para o caos”¹⁸⁶. A descentralização econômica levou à competição entre as repúblicas e também às rivalidades. As vias abertas da crítica pela *glasnost* proporcionaram a reclamação por aqueles

¹⁸³ “[...] não havia comparação entre a Rússia desesperadamente pobre, tecnologicamente atrasada e esmagadoramente rural da década de 1920 e a URSS altamente industrializada e urbanizada da de 1980, cujo mais avançado setor industrial, o complexo científico-industrial-militar (incluindo o programa espacial), de qualquer modo dependia de um mercado que consistia em um único cliente.” (HOBSEAWM, 1995, p.467)

¹⁸⁴ HOBSEAWM, 1995, p.470.

¹⁸⁵ HOBSEAWM, 1995, p.473

¹⁸⁶ HOBSEAWM, 1995, p.476.

que se sentiam preteridos dentro daquela União. O nacionalismo, embora ingênuo e legítimo em muitos cantos, foi a bandeira dos oportunistas administradores locais cujo futuro era mais vantajoso em um mundo pós comunista do que em esforços de contornar a crise multifatorial. Boris Yeltsin foi o grande condutor desse processo, uma vez que juntou dureza, esperteza, senso de mídia e astúcia política para sobrepor-se a Gorbachev midiaticamente e politicamente, até a assinatura do acordo de evasão da União junto das outras duas repúblicas eslavas, Ucrânia e Bielorrússia. Na União Soviética, como dito anteriormente, o poder central tinha um peso enorme de condutor do país e mantenedor da ordem, uma circunstância histórica desde o czarismo. Uma vez que suas bases foram solapadas, não houve como se manter uno.

Uma análise convergente foi realizada por Lenina Pomeranz. Para a autora, a *perestroika* desmontou o sistema de planejamento e sua capacidade de mobilização “em moldes quase militares”¹⁸⁷ sem ter criado os mecanismos de mercados necessários a essa empreitada. Ela ressaltou que o mercado é uma instituição social moldada pelo tempo “a partir da criação, evolução e ajustamento de seus elementos constitutivos às condições ditadas pela utilização de seus agentes econômicos”¹⁸⁸. Em sua perspectiva, a *perestroika* foi concebida tardiamente pela direção soviética, pois ela deveria ter sido aventada na assunção de Krushev, quando houve descentralização administrativa. Sob Gorbachev, a agudização do desaceleramento econômico e o atrito com os interesses de grupos políticos tornou a situação mais problemática.

A autora expôs as quatro tentativas de reforma no sistema anteriores à *perestroika*¹⁸⁹. Em todas elas, o insucesso se deu pelo bloqueio entre os rumos do poder dentro do sistema, havia um impasse histórico-estrutural entre a centralização e a descentralização¹⁹⁰. Em 1957, Krushev, por exemplo, passou o planejamento dos ministérios para os conselhos regionais, ao passo que também deu mais autonomia aos administradores locais¹⁹¹. Entretanto, a medida não foi apenas um método de maximizar a produção, mas um mecanismo de fortalecimento de seu poder entre as fileiras do partido. Portanto, Pomeranz apontou como a burocracia estatal sempre impôs limites às reformas diante de seus interesses em se manter nas condições de privilégio. Três décadas depois, após os dourados anos brejnevianos quando a

¹⁸⁷ POMERANZ, 2023, p.158.

¹⁸⁸ POMERANZ, 2023, p.147.

¹⁸⁹ A autora apontou as quatro reformas anteriores: I. A reforma dos *sovkharnoses* de Krushev, em 1957; II. A reforma Brejnev-Kossigin de 1965; III. A reforma industrial de 1973; IV. As reformas de 1979. Para mais informações, ver: POMERANZ, 2023, pp.108-112.

¹⁹⁰ POMERANZ, 2023, p. 120.

¹⁹¹ POMERANZ, 2023, pp.114-115.

*nomenklatura*¹⁹² cresceu e se fortaleceu ainda mais, a *perestroika* de Gorbachev abriu a possibilidade desta elite estatal aproveitar-se do processo de privatização para a posse e a exploração dos recursos estatais e figurar uma nova classe – a elite empresarial –, cujo rumo ao desmembramento do país menos importava, pois suas posições de privilégio político e econômico estariam preservados num cenário pós independente.

Outro fator importante à derrocada soviética foram os erros tácitos de Gorbachev. Pomeranz elencou a imprecisão no reconhecimento da dimensão da questão das nacionalidades, a falha no cálculo sobre as consequências da reorientação da política externa internamente e na subestimação das reivindicações populares ao introduzir uma abertura completa do sistema no molde das democracias ocidentais. A consequência de todos esses processos listados acima foi o fim do socialismo, até mesmo aquele de face humana proposto por Gorbachev.

Em sua leitura dos acontecimentos durante a *perestroika*, Luís Fernandes ressaltou um erro substancial da direção soviética. O autor expôs que Gorbachev e seus assessores se voltaram para o enfrentamento imediato das incongruências e das demandas acumuladas do país sem identificar os contrapontos das medidas aplicadas. O secretário-geral adotou uma visão ingênua do mercado como garantidor de maior produtividade e dinamização da economia.

As medidas de autonomia empresarial tinham como objetivo conceder-lhes responsabilidade sob a gerência das empresas. Esperava-se alavancar a produtividade, alcançar uma melhor gestão dos recursos e insumos e incitar a criatividade das empresas para um melhor funcionamento. Entretanto, o resultado da autonomia empresarial nos marcos da *perestroika* foi a elevação dos preços dos produtos devido à carência histórica da URSS de bens de consumo de massa (em função do padrão de desenvolvimento extensivo soviético desde os anos 30). Ao passo que, diante dessa “pressão inflacionária”, tornava-se impossível abandonar a fixação centralizada dos preços, medida essencial para que haja a gerência dos recursos e o aumento da produtividade pelas empresas. O abandono da garantia das empresas (como mecanismo impulsionador da auto gestão destas), da planificação central e a sua introdução no deficitário mercado soviético levaram a uma “febre estoquista” devido à pouca garantia do mercado na alocação dos produtos e insumos necessários. Mais uma vez, a pressão inflacionária cresceu a níveis altíssimos junto à crise de abastecimento de produtos.

¹⁹² Neste contexto, Lenina Pomeranz utilizou “*nomenklatura*” para se referir à elite política no interior do PCUS. Ao longo de sua obra, a autora faz distinção entre esta velha *nomenklatura* do aparato administrativo e a *nomenklatura* empresarial (os novos diretores de empresas, os novos empresários e pelos proprietários de vouchers no contexto da Rússia pós-soviética). (POMERANZ, 2023, p.193).

A adoção das formas de propriedade (visando a estatização) foi um dos mecanismos de impulsionar o real interesse na produtividade e eficiência das empresas. Entretanto, Fernandes apontou a carência em capital endógeno necessário para concretizar a investida soviética. O Plano Shatalin, então, reordenou as formas de propriedade visando a privatização e o investimento em capital externo. Diante do baixo fluxo de investimentos, o autor aponta que a URSS ficou ainda mais *à mercê* dos países centrais do capitalismo, sobretudo à partir das instituições financeiras (como o FMI e o BIRD), que impunham ainda mais duras condições ao investimento estrangeiro no país, como o fim dos preços regulados, a conversibilidade do rublo e a privatização total da economia.

Concomitantemente, esta crise inflamou as contradições políticas dentro do país. O rumo à economia de mercado plena aumentou as disputas e as rivalidades entre as repúblicas em torno do controle de seus recursos e das tarifas alfandegárias, bem como desarticulou seus mercados historicamente “harmônicos” devido ao planejamento central. Consequentemente, o PCUS sofreu uma crise de legitimidade¹⁹³, com enfraquecido poder simbólico e força para angariar as massas diante dos sacrifícios advindos da transição à economia de mercado.

Em seu balanço geral sobre a derrocada do socialismo, Luís Fernandes apontou o abandono da perspectiva dialética dos desafios do desenvolvimento socialista, segundo o qual seria necessário passar por diferentes fases, cada uma delas com seus desafios e medidas necessárias à ação. Do contrário, os governos socialistas adotaram uma concepção linear do percurso histórico das suas instituições e economias, arraigados no período inicial da construção do socialismo¹⁹⁴. Por esse motivo, o padrão de desenvolvimento soviético (datado dos anos 1920) se mostrou ineficiente e esgotado diante das inovações tecnológicas e produtivas ocidentais com a Revolução Técnico-Científica a partir dos anos 1950. Assim, o dilema da *produtividade* estava ligado ao dilema da *democracia*, ou seja, a criação de “mecanismos e instituições que garantam o controle e participação democrática”¹⁹⁵ no planejamento estatal. Nesse caso, a defasagem de absorção da tecnologia produzida pelo país em seu setor produtivo não seria alarmante como o caso soviético – e socialista, em geral¹⁹⁶.

Nessa perspectiva, Ângelo Segrillo se debruçou sobre o modelo de produção soviético ao longo do século XX. O autor apontou que os problemas sensíveis na economia iniciaram

¹⁹³ POMERANZ, 2023, p.244.

¹⁹⁴ Isto vale também para os rumos que a *perestroika* tomou. Fernandes apontou que o erro de Gorbachev foi a *perestroika* não como um *reco* (necessário) temporário, mas a volta à economia de mercado plena.

¹⁹⁵ SEGRILLO, Ângelo. **Reconstruindo a ‘reconstrução’**: uma análise das principais causas da *perestroika* soviética. 1999. 203 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999. p.269.

¹⁹⁶ Excetuando a China.

tão somente durante os anos 1960¹⁹⁷ quando a Revolução Científico-Técnica (RCT) impunha uma série de novos métodos e exigências de produção. A grande transformação aventada pela RCT foi o alinhamento da computação à robótica, isto é, a ciência em força produtiva direta, o que tornou possível a cientificização da produção¹⁹⁸. Além destas transformações de ordem tecnológica, somaram-se as mudanças no âmbito organizacional-gerencial. O fordismo e o taylorismo, adotados em larga escala na primeira metade do século XX para atender o mercado de massa, foram perdendo espaço para o toyotismo (inicialmente no Japão no pós-guerra). À cientificação da produção supracitada, somou-se a flexibilização da produção, o estoque zero, a qualificação dos trabalhadores, a versatilidade das máquinas e dos operadores empregada, a “auto-ativação” (“a ideia de que os operários tenham autonomia para parar a produção em caso de anomalia ou erro”¹⁹⁹) e bônus pela rentabilidade e produtividade (gerando um estímulo ao trabalhador e à fábrica, como um todo)²⁰⁰. A mudança ocorrida foi, sobretudo, na mentalidade sobre o processo produtivo. Os japoneses entenderam que o investimento em capital humano era tão importante quanto o em capital fixo²⁰¹. Com isso, pouco a pouco o Ocidente introduziu um modelo de produção mais eficiente, mais rentável, menos custoso, mais produtivo e com mecanismos de organização e gestão mais sustentáveis ao funcionamento da empresa.

Na contexto soviético, Segrillo ressaltou que os princípios que guiavam a economia eram os planos centrais do governo e não os sinais do mercado²⁰². As unidades produtivas tinham de seguir o plano e atender às suas metas, diferentemente das sociedades capitalistas onde as empresas buscam o lucro em sua produção. Desde o primeiro plano quinquenal (1928-1932), a URSS seguiu o modelo fordista – produção em série, ênfase em grandes quantidades, economia de escala, fluxos verticais de produção e comando. O autor apontou que a URSS “importou” tal modelo do ocidente cujos resultados foram satisfatórios nas duas décadas iniciais de sua implementação, tendo em vista o objetivo de fortalecer a indústria pesada (sobretudo o aço), energia e obter altos índices de produção bruta.

Entretanto, o hiato entre ciência e produção era uma problemática deste sistema e a centralização impunha outros problemas. Um deles era a distância entre “os planejadores e o

¹⁹⁷ “Na década de 50, o desenvolvimento de sistemas computadorizados já prenunciava grandes mudanças na velocidade de processamento de dados, mas com a inauguração do primeiro robô industrial em 1961 abriu-se uma nova era no circuito da produção industrial mundial.” (SEGRILLO, 1999, p.16)

¹⁹⁸ SEGRILLO, 1999, p.27 e p.64.

¹⁹⁹ SEGRILLO, 1999, pp.30-31

²⁰⁰ SEGRILLO, 1999, p.32.

²⁰¹ SEGRILLO, 1999, p. 32.

²⁰² SEGRILLO, 1999, p.43

chão da fábrica”²⁰³, pois tornava difícil a contemplação das realidades, sobretudo nas regiões mais afastadas de Moscou, prejudicando a eficiência da planificação²⁰⁴. O conceito de *val*²⁰⁵ (produção bruta) inclinava os administradores estatais a ter a quantidade de produção bruta como sucesso econômico, independente da qualidade, os gastos e o desperdício dos recursos²⁰⁶. A técnica de “planejamento a partir do [último] patamar alcançado”²⁰⁷ era igualmente problemática. Isto significava que os repasses às empresas seguiam os últimos números de sua última produção. Em consequência disso, era comum os administradores não produzirem ao máximo de suas capacidades. Do contrário, as empresas com menores custos de produção receberiam menores repasses do centro ou metas mais difíceis de alcançar para o próximo ano²⁰⁸. O produto final desse sistema problemático era uma economia dispendiosa, ininteligível (logo, difícil de atuar sobre ela) e pouco produtiva. A RCT tornou essa problemática mais aguda.

Portanto, Segrillo argumentou que a economia planificada (da forma que se estabeleceu), agudizou a defasagem produtiva da URSS com o Ocidente diante das transformações técnico-científicas da RCT e operacional-gerencial do toyotismo. Entretanto, o autor apontou que a Revolução Científica-Técnica provocou consequências desagregadores em ambos os blocos capitalista e comunista. A diferença, contudo, foi em seus moldes. Disse ele:

A RCT seria então um desenvolvimento da Economia Mundial que teve consequências diferentes em partes diferentes (isto é, de níveis de desenvolvimento desigual dos modos de produção): na parte "proto-socialista" (i.e., nos países do *sorex*), *ela acabou desaguando numa perestroika desagregadora*, enquanto que nos países capitalistas avançados ela também cria elementos de pressão, como excessiva concentração de renda, aumento do desemprego em escala mundial. [...] A RCT envolve investimentos em tecnologias caríssimas. Isto

²⁰³ SEGRILLO, 1999, p.66.

²⁰⁴ SEGRILLO, 1999, p.48.

²⁰⁵ Do russo, *valovaya produktsiya*. Pode-se dizer que o conceito de *val* é uma herança stalinista, pois durante os anos 1930, a produção de força bruta era o expressivo índice de sucesso das fábricas. Este conceito se tornou um problema à medida que a economia soviética se complexificou e as necessidades produtivas não eram mais a indústria pesada. Compreende-se, portanto, o foco de Gorbachev na indústria de bens de consumo durante os anos 1980, ao menos três décadas depois de Stalin. Mais uma vez, lembro que, desde os anos 1960, a RCT agudizou a obsolescência do conceito de *val*, bem como o modelo de produção soviético.

²⁰⁶ SEGRILLO, 1999, p.44.

²⁰⁷ SEGRILLO, 1999, p.47.

²⁰⁸ Esse sistema de gastos foi alterado apenas em 1982, já na esteira das transformações iniciadas por Yuri Andropov.

aumenta a concentração de riquezas em oligopólios e nos países centrais, alijando amplos setores mais atrasados da produção, o que causa desemprego²⁰⁹ [grifo meu].

Nesse sentido, a RCT produziu reordenamentos na política econômica mundial, inclusive sintomas colaterais diferentes a ambos os sistemas²¹⁰.

O autor defendeu que a URSS era um país proto-socialista, com resquícios dos dois modos de produção. Logo, o resultado final da reestruturação soviética “poderia ser um avanço do sistema em direção ao socialismo ou um retrocesso ao capitalismo”²¹¹ e era “natural, então, que uma volta de elementos de consciência puramente nacionalista acompanhasse este processo”²¹². O autor apontou que não havia uma havia um movimento multiétnico ordenado e “autônomo”. A questão das nacionalidades reagiu com as transformações e circunstâncias econômicas. Para Segrillo, a desintegração da URSS, desse modo, não foi uma vitória do capitalismo sobre o comunismo, pois a volta ao capitalismo, por si só, não seria suficiente para o processo de desintegração. O nacionalismo foi a bandeira utilizada para justificar “processos e interesses”²¹³ pois “a ‘carta’ nacionalista era uma forma de acelerar os processos desintegrativos do antigo sistema, utilizando-se um conceito que pudesse estar próximo ao imaginário popular (pelo menos, a nível local)”²¹⁴.

Segundo o autor, portanto, a questão econômica foi cerne do advento da *perestroika* e da desintegração soviética, sem excluir os demais fatores. Como exposto, a distância entre o planejamento e as indústrias, a inércia do planejamento central para introduzir as inovações decorrentes da RCT, um corpo de administradores pouco estimulados à mudança, a falta de estímulos à produtividade dos trabalhadores, o problemático sistema de preços (que não revelavam o real custo dos produtos) e a política de repasses às fábricas (culminando em menores níveis de produção intencionalmente e, assim, dados “falseados” da realidade econômica) geraram empecilhos à propostas de mudanças. Os “gargalos” da economia e a

²⁰⁹ SEGRILLO, 1999, p.84.

²¹⁰ Inicialmente, Segrillo argumentou que eram os países do bloco socialista os mais propensos a passar pelas transformações decorrentes da RCT de forma satisfatória, uma vez que eles detinham o controle político, social e econômico, logo, não sofreriam as pressões de baixo por conta de contradições do capitalismo que se agudizaram nesse período, como o desemprego e a concentração de renda. Nas palavras do autor: “Somente uma economia planejada poderia, então, evitar que a automação crescente da RCT conduzisse ao desemprego e ao caos econômico, e canalizar esta automação e maior produtividade para a criação de mais tempo livre para os membros da sociedade (em vez de aumentar o grau de exploração da força de trabalho, como no capitalismo).” (SEGRILLO, 1999, p.40)

²¹¹ SEGRILLO, 1999, p.132.

²¹² SEGRILLO, 1999, p.133

²¹³ SEGRILLO, 1999, p.132

²¹⁴ SEGRILLO, 1999, p.132.

crise consequente reagiram com a questão das nacionalidades, infladas pela conjuntura política e líderes regionais interessados em mudanças. A volta ao capitalismo se deu à medida que o socialismo pleno ainda estava em vias de sua construção – a URSS era um sistema híbrido, com características dos dois sistemas. No contexto de crise, seria natural o reavivamento desta bandeira que agiu como força centrífuga. Esta não pode, na ótica do autor, ser analisada à parte da crise econômica e da conjuntura política e social que agiram sobre ela durante a conturbada *perestroika*.

Para explicar o colapso soviético, Roger Keeran e Thomas Kenny se debruçaram nas fileiras do PCUS e as frações de classe representadas por ele. Os autores apresentaram que havia uma linha de burocratas pequeno-burgueses ao longo da história do PCUS, uma alternativa abafada durante os anos de Stalin, mas que emergiu após a sua morte em 1953. Nos anos 1920, Nikolai Bukharin era um desses camaradas e representava o campesinato. Nos anos 1950, sob Krushev, emergiram novas configurações econômicas para as ideias burguesas (a segunda economia da qual tratarei mais adiante). Nos anos 1980, foi Gorbachev quem atuou por representar a fração pequeno-burguês do partido. Para os autores, suas reformas serviram a contemplar as aspirações de quem tinha interesses no setor privado e no livre mercado, como empresários da segunda economia e funcionários corruptos²¹⁵. Portanto, os autores colocaram Bukharin, Krushev e Gorbachev como componentes (entre os outros camaradas) de uma tradição histórica pequeno-burguesa dentro do partido que ora esteve adormecida, ora esteve no poder.

A argumentação central está na influência da segunda economia. De acordo com a definição dos autores, ela significa uma “atividade econômica, quer ganho legal quer ilegal, para ganho privado”²¹⁶. Eles apontaram o desenvolvimento da corrupção, do nepotismo, do protecionismo e do apadrinhamento sob Brejnev. Houve também a emergência de “novos ricos” durante este período, isto é, “pessoas cujo rendimento total, ou uma parte substancial deste, dependia da atividade privada”²¹⁷. Entre as atividades ilegais estavam os subornos, o desvio de produtos das fábricas pelos gestores para a revenda no mercado negro, serviços exercidos com materiais e tempos roubados do trabalho normal, cobrança de serviços (legalmente gratuitos), entre outras atividades. A segunda economia, portanto, atuou negativamente na construção do socialismo a partir de sua falha ética e lógica burguesa de acumulação. Além disso, tornou difícil o rendimento das empresas – por conta dos roubos e

²¹⁵ KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. **O socialismo traído**: por trás do colapso da União Soviética. Trad. Gabriel Landi Fazzio, Giovanna Laranja. São Paulo: Lavrapalavra, 2022. p.38.

²¹⁶ KEERAN; KENNY, 2022, p.89.

²¹⁷ KEERAN, KENNY, 2002, p.102.

desvios – e dificultou o planejamento, tornando distorcido o mapa da economia. Do ponto de vista político, a corrupção implicou no interesse material de homens do partido na iniciativa privada, pois a “fraqueza ideológica, o formalismo, o cinismo e outras fraquezas entrelaçavam-se com a corrupção”²¹⁸.

Na ótica dos autores, a guinada à liberalização total da economia por Gorbachev após 1987 se deu por sucumbir às forças pequeno-burguesas do partido, ao passo que suas reformas econômicas – como a alteração nas formas de propriedade (empresas mistas, cooperativas, privatizações) – podem ser compreendidas como esforços de regulamentar a segunda economia e satisfazer os interesses privados (dos “novos ricos” da era Brejnev e outros empresários do sistema)²¹⁹.

Portanto, o desmantelamento do socialismo soviético se deu quando Gorbachev passou de apoiar as reformas socialistas tradicionais de Yuri Andropov e promoveu um ataque aberto aos pilares fundamentais do sistema²²⁰. Além do alargamento das formas de propriedade colocadas acima, o último secretário-geral “começou a encorajar os intelectuais e os meios de comunicação a criticar o Partido e a história do Partido, ao mesmo tempo que diminuía o papel a autoridade do Partido sobre os meios de comunicação”²²¹. A partir de seu “Novo Pensamento”, as ideias advindas da luta de classes foram, dessa maneira, trocadas por ideais de paz e cooperação. Assim, Gorbachev abriu o caminho para o poder àqueles oportunistas com mentalidade pequeno-burguesa da qual a segunda economia foi a grande influência.

Em sua análise, Archie Brown ressaltou que as “mudanças desestabilizadores” ocorreram após a reforma estrutural, ou seja, elas “não foram economicamente determinadas”. Assim, Brown converge com os autores acima de que o colapso do sistema soviético não se deu por ordem econômica. Dito isso, o autor apresentou diferentes fatores que atuaram na deterioração do Estado soviético.

Um deles foram as mudanças sociais. Nos anos 1980, o nível educacional era bem mais alto em comparação à época do “degelo” krustcheviano. Em 1954, um por cento da população possuía ensino superior, ao passo que em 1984, 18,5 milhões concluíram seus cursos. O autor ressaltou que a impossibilidade de viajar para outros países e a restrição de

²¹⁸ KEERAN; KENNY, 2022, p.107.

²¹⁹ Este tema é perpassado por Hobsbawm e Pomeranz. No caso de Hobsbawm, não foi feito juízo de valor, o autor apenas destacou a ação de Gorbachev de “legalizar” parte da “segunda economia” a partir da introdução de empresas mistas. Para Keeran e Kenny, contudo, aglutinar a segunda economia às formas legais do Estado sob novas formas de propriedades é interpretada como uma medida danosa, tal iniciativa é, por si só, uma alternativa ofensiva e cruel ao socialismo.

²²⁰ KEERAN; KENNY, 2022, p.176.

²²¹ KEERAN; KENNY, 2022, p.145.

informações vindas do Ocidente tornava-se cada vez mais difícil. Em suas palavras, “o comunismo continha as sementes de sua própria destruição”²²². Por sua vez, os problemas econômicos podiam ser lidos a partir da defasagem tecnológica da URSS com os demais países ocidentais. Ficar à margem do desenvolvimento tecnológico impôs limites ao crescimento econômico e mal preparado para participar da globalização econômica – como bem elucidou Segrillo. O nacionalismo foi sempre um perigo em potencial ao regime comunista, afirmou Brown. Entretanto, ele ressaltou que a resposta a qualquer manifestação ou conflito desta ordem foram “por meio de séria repressão a qualquer manifestação”²²³ e “manipulação dos símbolos de identidades nacionais para roubar algumas roupas dos nacionalistas anticomunistas”²²⁴. Portanto, as questões problemáticas dentro do sistema foram sempre abafadas pela repressão e censura – até a segunda metade dos anos 1980.

O outro ponto levantado por Brown foi o pensamento crítico dentro do partido. Brown demonstrou que o pensamento político de Gorbachev e outros intelectuais estava em constante evolução. Muitos destes romperam gradativamente com a ortodoxia comunista. Este é o caso de Alexander Yakovlev, membro do Politburo, que se distanciou do comunismo, passou a ter aversão a Lênin e tornou-se um dos mais significativos apoiadores do aprofundamento da *perestroika*. Já o secretário-geral chegou a apoiar a social-democracia por volta de 1990 e rompeu com Lênin em algumas de suas medidas “sobretudo ao reconhecer que, em política, os meios não são menos importantes que os fins”²²⁵ e “que os objetivos utópicos, que sempre tendem a ser ilusórios, serão ainda mais uma quimera se forem buscados por meios violentos e não democráticos”²²⁶. A esta altura, Brown dá indícios de sua crítica à Lênin e ao Estado soviético conforme se cristalizou até os anos 1980.

Em síntese, a queda da União Soviética se deu pelas escolhas centrais de transformação radical do sistema, sobretudo no âmbito político. Em sua ótica, o que mantivera a URSS atuante fora o Estado *totalitário*, cuja repressão e abafamento de qualquer força contrária era o mecanismo de controle. Não apenas a *glasnost*²²⁷ engendrou o fim desses “freios”, mas também possibilitou o livre pensamento dentro do próprio partido, as visões distintas diante da ortodoxia comunista, a mutação do pensamento político e o embate de ideias (e mesmo a rivalidade) entre membros do Politburo e dos demais órgãos políticos. Com

²²² BROWN, Archie. **Ascensão e queda do comunismo**. Trad. Bruno Casotti. São Paulo: Record, 2011. p.681.

²²³ BROWN, 2011, p.685.

²²⁴ BROWN, 2011, p.685.

²²⁵ BROWN, 2011, p.689.

²²⁶ BROWN, 2011, p.689.

²²⁷ “No fim dos anos 1980, a *glasnost* se tornara quase idêntica à liberdade de expressão, e o fluxo de informações alcançara níveis sem precedentes na União Soviética.” (BROWN, 2011, p.694).

o pluripartidarismo, então, o partido perdeu ainda mais força. Brown ressaltou que as eleições parlamentares nas repúblicas “tiveram a enorme consequência de alimentar as tendências fissíparas dentro da União Soviética”²²⁸. Juntamente ao fluxo de informações advindas do ocidente, a perda de fé no sistema tornou-se mais forte entre os políticos e a sociedade. Nessas condições, um Estado multiétnico não poderia funcionar com todos tendo igual direito de reivindicar suas posições. Yeltsin, não menos importante, deu corpo e agiu pela desintegração ao apresentar uma via alternativa ao partido em meio a duras críticas ao privilégio do partido e à crise econômica. Logo, Archie Brown interpretou a democracia como a principal ameaça ao comunismo. Ao longo de sua obra, sua introdução foi representada como um objeto oposto ao Estado soviético, cuja existência mútua seria paradoxal. Uma vez que foi colocada em prática, o Estado se desmantelou.

Em perspectiva semelhante, Zbigniew Brzezinski pôs em cheque as intenções da *perestroika* de abertura política diante da complexidade étnica do país. Diante do desnível de poder exercido pelas etnias no interior da URSS, a crescente descentralização significaria o apelo por mais poder aos não-russos a nível político e social. No Politburo, por exemplo, a maioria era de etnia russa. Nos Estados do Báltico – de movimento antirusso substancial – e nas repúblicas da Ásia central, onde o islamismo se fortaleceu, a inquietação social por mais participação ativa nos rumos do país seria forte. Soma-se a isto o acidente de Chernobyl. Para Brzezinski, o acidente nuclear foi mais uma catástrofe humana advinda de Moscou aos ucranianos (a grande fome dos anos 1930 fora a primeira). Portanto, as aspirações da *perestroika* eram problemáticas e contrárias à unidade do país, pois “descentralizar o sistema político de um império multinacional significa conceder poder a nações previamente subordinadas”²²⁹. O resultado desse processo seria a diluição do poder moscovita das elites russas, suscitando resistências desta classe às mudanças em curso e abrindo caminho para um golpe por esta elite historicamente; o desaceleramento da *perestroika* e o caos econômico; ou a desintegração da União Soviética²³⁰.

No tocante aos trabalhadores, a *perestroika* também representava um entrave eruptivo. As medidas trabalhistas, como o apoio ao desempenho, o corte dos gastos em seguridade social e a mudança na política de preços, sem inserir vantagens trabalhistas aparentes, se chocavam com o padrão de vida soviético. Habitação mais cara, inflação e desemprego – problemas que qualquer cidadão numa sociedade capitalista aprende a lidar desde muito cedo

²²⁸ BROWN, 2011, p.640.

²²⁹ BRZEZINSKI, Zbigniew. **O grande fracasso: o nascimento e morte do comunismo no século XX**. Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Record, 1989. p.106

²³⁰ BRZEZINSKI, 1989, p.107.

– não era uma realidade do povo soviético. Os aluguéis estavam congelados desde 1928²³¹ e o transporte público, desde os anos 1960. Em consequência, Brzezinski apontou o risco de uma “inquietação esporádica ou revolucionária”²³² disfarçados de início em *slogans* socialistas e trabalhistas. Diante da questão multiétnica, estas reivindicações poderiam se aglutinar aos apelos nacionalistas descritos acima e reagir em forma de separatismos. O autor aponta que não seria possível conceber freios a estes processos sem algum tipo de coerção, o que poderia vir de um golpe de centro, arquitetado pela KGB e pelos militares. Brzezinski concluiu apontando o dilema da URSS, cujo sucesso econômico seria possível a partir da estabilidade política que, por sua vez, só poderia existir através do insucesso econômico.

Além disso, Brzezinski apontou um “paradoxo da reforma”, sobretudo no âmbito político-ideológico. O autor afirma que a URSS fora desenvolvida sob três fases formativas “ossificadas” sobrepostas e intimamente ligadas: a de Lênin, cujo partido totalitarista visava a transformação da sociedade; a de Stalin, a qual o Estado totalitarista havia subordinado toda a sociedade; e aquela de Brejnev, sob a qual o Estado havia se tornado estagnado e tomado por corrupção. Segundo Brzezinski, o mais fácil para Gorbachev seria atacar este cenário sob os anos de Brejnev e angariar apoio às reformas e ao “novo pensamento”. A crítica à herança stalinista, entretanto, apresentaria riscos aos “interesses burocráticos e a lealdade residual de alguns cidadão soviéticos mais idosos”²³³. O mais difícil seria o ataque à Lênin, figura que remetia à nostalgia dos anos da Nova Política Econômica e proporcionava legitimidade histórica à burocracia soviética. Para o autor, Gorbachev não tinha muito o que fazer em seu processo de descentralização, senão a revitalização do leninismo em conjunto à crítica à Stalin e Brejnev. Do contrário, a crítica ao leninismo acarretaria a redefinição básica da natureza do partido, de seu papel e da sua legitimidade histórica. O paradoxo se deu, portanto, à medida que a elite burocrática era revitalizada e reenergizada, ou seja, eram perpetuadas as forças ideológicas que possibilitaram o stalinismo emergir – mesmo sob a nova orientação da *perestroika*, crítica ao legado stalinista e comprometida com uma nova orientação (criatividade social, descentralização econômica, democratização, etc.)

Em linhas gerais, Brzezinski fez um balanço sobre o “grande fracasso” do comunismo mundial. Isto se deu para além de “erros e excessos”, mas de deficiências operacionais, institucionais e filosóficas do comunismo. No âmbito operacional, destaca-se a vigilância e o clima de sabotagem que se cristalizou nos governos comunistas. Tal cenário inviabilizou a

²³¹ BRZEZINSKI, 1989, p. 109.

²³² BRZEZINSKI, 1989, p.106.

²³³ BRZEZINSKI, 1989, p.55.

oposição e a crítica (entendida como hostilidade sob um entendimento de rivalidade) e, assim, a correção das políticas engendradas apenas ocorriam após calamidades catastróficas²³⁴. No âmbito institucional, a detecção dos sinais de inoperância do sistema eram retardados a chegar no topo dos partidos dirigentes enquanto “o medo inibia a auto-análise aberta”²³⁵ e os políticos agarravam-se ao poder público. A ausência de mecanismos de sucessão dos dirigentes tornava a gestão de um líder dificilmente freada por sua inabilidade ou falta de sucesso na política. Estas circunstâncias postas estão subordinadas ao que Brzezinski chamou de “raízes filosóficas do fracasso”, isto é, o julgamento errôneo da história e a concepção errônea da natureza pelo marxismo-leninismo. Ao seu entendimento, o comunismo subestimou a etnia e o nacionalismo, a “conexão orgânica entre criatividade econômica e inovação”²³⁶ e o anseio pela criatividade social. Este “fracasso” foi, portanto, de matriz intelectual.

Observa-se que, entre as variadas abordagens expostas acima, a questão nacional esteve presente em todas como força físsipara, mas nunca como a causa da queda. Hobsbawm expôs a importância da administração central diante do Estado soviético multiétnico e transnacional; Fernandes apontou a crise política, aduaneira e econômica; Segrillo ressaltou que a bandeira nacionalista seria um curso natural para mobilizar os povos em um contexto de volta à economia de mercado, pois o capitalismo, em si, não seria; Brown e Brzezinski argumentaram a favor da impossibilidade democrática diante do imenso território multiétnico; mas todas os autores colocam a questão das nacionalidades como consequência de reformas política e econômicas. Logo, não podem ser vistas como a efetiva causa para o desmembramento, pois não houve a derrubada do poder por um levante étnico apesar de toda a pressão considerável nos rumos do país.

A centralização da economia foi um fator chave para as análises e as críticas dos autores listados acima. Hobsbawm manteve o pragmatismo em ressaltar que, apesar de suas debilidades, a autoridade central o que mantinha aquele sistema operando de alguma forma. Posição similar apresentou Pomeranz, ao apontar a inexistência de mecanismos de mercado para a sua implementação tão rápida. Outro autor à esquerda, Luís Fernandes reconheceu as debilidades da economia soviética – sua defasagem tecnológica e o “atraso no tempo” diante dos avanços da RCT – e defendeu o advento da *perestroika* como um recuo na construção do socialismo. Foi categórico, contudo, ao ressaltar que as escolhas de Gorbachev não foram as únicas possíveis, uma vez que princípios básicos do socialismo foram renunciados pelo líder

²³⁴ BRZEZINSKI, 1989, p.248.

²³⁵ BRZEZINSKI, 1989, p. 248.

²³⁶ BRZEZINSKI, 1989, p.249.

ao abandonar da luta de classes e o monopólio do mercado externo. Entretanto, Keeran e Kenny apresentam uma abordagem diferente sobre este tema. Para os autores, não havia uma defasagem entre a gestão e o planejamento e o desenvolvimento das forças produtivas²³⁷. Havia, na verdade, uma centralização insuficiente. A saída deveria ser mais centralização.

Sobre o último secretário-geral soviético, foi ressaltada a falha tácita dos acontecimentos e da sua vacilante condução política. Hobsbawm, Pomeranz e Fernandes apontaram a sua crença ingênua no mercado como solução para a recuperação econômica. Além de Pomeranz, Keeran e Kenny ressaltaram a sua fraca resistência à pressão política dos democratas pró abertura. Brown e Brzezinski apontaram os esforços de Gorbachev em conduzir a abertura do sistema e o fim ao Estado autoritário, cujos rumos de secessão eram como um caminho inevitável.

O trabalho de Yeltsin na crítica ao Partido Comunista e sua carreira na política russa como principal oponente a Gorbachev e a preservação da URSS foram notáveis em todos os autores. Entretanto, em nenhum deles a figura de Yeltsin foi central para entender o porquê do *sistema* ter desmoronado. Isto significa que os esforços do primeiro presidente da Rússia foram substanciais ao canalizar o apelo popular e aproveitar a crise multifatorial para entoar uma alternativa nova política e econômica, mas os expressivos esforços de Yeltsin no desmembramento soviético e o seu sucesso foram possíveis tão somente por conta dos processos, escolhas e transformações aventados pela própria administração soviética.

Portanto, o fim da União Soviética suscitou análises que flutuam entre o peso político ou econômico nos rumos. Em nenhum deles, entretanto, adotou-se o colapso econômico como a causa principal. Observa-se o foco nos erros estratégicos da administração e no aparato burocrático como os principais sujeitos nocivos ao curso das reformas do país. Aos autores mais críticos ao sistema, o Estado soviético era irreformável, uma vez que a democracia era incompatível com o sistema. Em uma perspectiva macro das abordagens listadas anteriormente, trata-se de um debate existente – que não tenho a pretensão de encerrar – sobre a possibilidade ou não de reforma daquele sistema. Acredito agora que o leitor está minimamente munido de perspectivas analíticas e referências para sua própria análise.

4.3 O papel de Mikhail Gorbachev

²³⁷ KEERAN; KENNY, 2022, p.70.

A ascensão de Mikhail Gorbachev ao cargo de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética representou um novo momento na história de seu país. Carismático, jovial e energético, Gorbachev se tornou um dos líderes políticos mais comentados no mundo todo. Foi ele quem pôs em marcha uma gama de reformas econômicas e políticas na URSS – *perestroika* (“reestruturação”) e a *glasnost* (“transparência”) – que transformaram seu país como nenhum de seus predecessores. Em meio à necessidade de reformas modernizadoras visando o fim do atraso técnico-científico do seu modelo de produção em relação ao ocidente e o alarmante desaceleramento econômico, Gorbachev foi muito além, levando à abertura política total e à volta à economia de mercado. Seu processo de reformas incluiu também o reordenamento da política externa. O “Novo Pensamento” se materializou na aproximação com os Estados Unidos e com a Europa ocidental, ao passo que o suporte econômico, político e militar aos países do bloco socialista foi retirado. O desdobramento das políticas engendradas pela administração gorbacheviana, entretanto, levou ao desmembramento do bloco socialista no leste europeu e ao colapso da URSS.

As tensões bélicas entre os Estados Unidos e a União Soviética, típicas do mundo bipolar da Guerra Fria, desapareceram. Seu processo de reformas e suas contribuições à paz mundial renderam a Gorbachev a admiração do Ocidente e um prêmio Nobel da Paz em 1990. Entre a baixa popularidade interna (e entre as esquerdas mundo afora) e a exaltação ocidental, a trajetória de Gorbachev à frente da URSS tende a ser superdimensionada, seja para qual lado for. Afinal, qual foi o papel e a responsabilidade do último líder soviético diante dos acontecimentos durante os nebulosos anos da *perestroika*? Até que ponto é possível creditá-lo aos avanços ou digressões na União Soviética? Não se trata de apontar erros – pois penso que o historiador não é o juiz da História –, mas de ressaltar e analisar a agência de Gorbachev, isto é, as suas proposições e iniciativas imiscuídas de sua posição político-ideológica a partir de seu cargo de dirigente máximo do PCUS.

Diante de um Estado altamente centralizado e burocrático como a União Soviética, qualquer mudança efetiva haveria de vir de cima. Nesse cenário, Gorbachev empenhou-se em renovar o Politburo – a cúpula máxima do governo soviético. Os membros mais conservadores como Nikolay Tikhonov, Grigory Romanov e Viktor Grishin foram forçados a se aposentar até o fim de 1985²³⁸. No lugar de Tikhonov, Ryzhkov foi alçado à presidência do Conselho de Ministros, onde recebeu como tarefa a administração e reforma da economia soviética. Yegor Ligachev tornou-se o novo segundo secretário, cargo que lhe dava poder nas nomeações do partido. Eduard Shevardnadze foi admitido estrategicamente como ministro do

²³⁸ BROWN, 2011, p.569.

exterior. O economista georgiano ocupou o lugar do experiente Andrei Gromyko, ainda que não disponibilizasse experiência em assuntos internacionais. O novo chanceler tornava Gorbachev preponderante na influência sobre a política externa²³⁹. Foram admitidos também Anatoly Chernyaev, subchefe do Departamento Internacional, e Georgy Sakharov, subchefe do Departamento de Países Socialistas. Somados a eles, Gorbachev aproximou-se de intelectuais “mais arejados” como o economista Abel Aganbegyan e a socióloga Tatiana Zaslavskaya. Os dois exerceram forte influência nos primeiros anos da *perestroika* enquanto consultores. O último secretário-geral utilizou-se do poder para reduzir as prováveis resistências de dentro do partido no curso da transformação do sistema ao introduzir membros mais jovens e menos ortodoxos, aqueles convergentes à ideia de que o sistema precisava se modernizar²⁴⁰.

Em 1986, durante o XXVII Congresso do PCUS, Gorbachev ressaltou a importância da *glasnost* e a necessidade de uma “reforma radical” para o sistema²⁴¹. Até a sua ascensão, a palavra “reforma” era um tabu. Outras como “*perestroika*”, “*glasnost*” e “*uskoroniye*” (“aceleração”) também passaram a fazer parte do vocabulário político. Durante o congresso, Gorbachev elegeu Aleksandr Yakovlev como chefe de Departamento de Propaganda do Comitê Central (Agitprop). Inicialmente, entre 1986 e 1987, houve o início de um contínuo abrandamento da censura sobre as obras artísticas, expandindo a variedade de temas e circulação de filmes e peças. Seu trabalho à frente do Agitprop se tornou crucial nos rumos da *perestroika*, pois Yakovlev passou a ter forte poder sobre a mídia a ponto de trocar editores dos jornais por aqueles mais radicais e críticos ao PCUS²⁴².

As cartadas de Gorbachev na administração central tinham como objetivo eliminar os velhos camaradas dos “anos da estagnação”²⁴³ e criar o consenso sobre as reformas. Do consenso, deu-se lugar ao embate ideológico, principalmente após 1987, quando a direção soviética traçou planos para aprofundar a *perestroika* e a *glasnost*. O Politburo, então, polarizou-se entre aqueles mais cautelosos quanto aos rumos das reformas e aqueles apoiadores de maior aprofundamento delas.

A cúpula máxima da direção soviética polarizou-se entre Ligachev e Yakovlev, cada um angariando apoio de outros membros. Ligachev não era um comunista ortodoxo. Ele

²³⁹ BROWN, 2011, p.568.

²⁴⁰ SEGRILLO, 2013, p.34.

²⁴¹ BROWN, 2011, p.571.

²⁴² ARANTES JR, Abelardo. **A passagem do neoestalinismo ao capitalismo liberal na União Soviética e na Europa Oriental**. Brasília : FUNAG, 2015. p.281

²⁴³ Também chamado de “era da estagnação”, trata-se dos anos da administração de Brejnev quando “o regime parava de tentar fazer qualquer coisa séria em relação a uma economia em visível declínio” (HOBBSBAWM, 1995, p.458).

apoiou a modernização de Gorbachev inicialmente, mas não concordava com a instalação de uma “economia de mercado” ou com alguma medida que colocasse em risco a hegemonia do partido. Yakovlev, entretanto, propunha uma ampla *glasnost*, permitindo pontos de vistas distintos aos do partido, e não hesitava em utilizar palavras como “economia de mercado”²⁴⁴. A agudização da polarização teve seu pico em 1988, “pois o processo começava a fugir das rédeas do partido. A *glasnost* favorecera o aparecimento de pontos de vista mais radicais e liberais que os vinculados dentro do PCUS²⁴⁵. A esta altura, Gorbachev ainda detinha considerável poder político e social para frear a mídia, a articulação de novos interesses e a formação de uma incipiente oposição, mas nada fez. Exceto com a polêmica carta de Nina Andreeva, a qual criticou a *perestroika* de revisionismo, quando surgiram os rumores de que Ligachev estava por trás do manuscrito. O evento se configurou em uma “caça às bruxas” quanto aos membros do politburo convergentes com a carta. Em suma, os laços entre Gorbachev e Yakovlev se estreitaram ainda mais e a *perestroika* teve seu ponto de virada para maior agudização. Na queda de braço do Politburo, portanto, Yakovlev saiu vitorioso, uma vez que continuou em posição estratégica enquanto chefe do Agitprop, e Ligachev fora rebaixado para agricultura²⁴⁶. Assim, sem grandes resistências, pôde utilizar-se de seu poder para interferir e instigar a crítica de artistas, intelectuais e da imprensa contra o PCUS e o pensamento socialista²⁴⁷.

Inicialmente, a introdução da *glasnost* – abertura política e cultural – se dava como um mecanismo de possibilitar a *perestroika* – reestruturação econômica. Antes de Gorbachev, ao menos quatro tentativas de reformas no sistema não alcançaram êxito²⁴⁸. Os entraves dentro de uma economia de comando centralizada e burocrática puseram limites às iniciativas reformadores no sistema produtivo. Nesse sentido, tanto a *perestroika* quanto a *glasnost* receberam o apoio substancial daqueles comunistas insatisfeitos com a burocracia corrupta do partido e com o atraso técnico-científico do país. Os marcos destas reformas não estavam predeterminados, mas dificilmente alguém poderia imaginar em 1985 que o próprio secretário-geral do PCUS enveredaria por uma abertura tão ampla, como se viu após o XXVII congresso e sobretudo a partir de 1988. Portanto, apesar do considerável pragmatismo em volta destas reformas, os seus termos devem ser, em boa parte, creditados a Gorbachev.

²⁴⁴ SEGRILLO, 2013, p.35.

²⁴⁵ SEGRILLO, 2013, p.36

²⁴⁶ KEERAN; KENNY, 2022, p.182

²⁴⁷ KEERAN; KENNY, 2022, p.148.

²⁴⁸ Sobre as reformas anteriores, ver Lenina Pomeranz (2023): As Reformas do Sistema de Planejamento (pp.112-121.)

Entre 1985 e 1988, o líder soviético proferiu discursos clamando por maior transparência enquanto tecia críticas à história do partido – mas não a Lênin. Seu slogan “mais democracia, mais socialismo” angariava força dentro e fora do país por maior liberalização. Gorbachev encorajou a mídia e a sociedade a criticar a velha burocracia, ao mesmo tempo que diminuía a autoridade central sobre os meios de comunicação²⁴⁹. Na Plenária Central do Comitê, em 1987, Gorbachev reclamou que o pensamento do socialismo permanecera no nível daquele dos anos 1930 e 1940²⁵⁰. Sua intenção estava em criar um cenário social e político mais democrático e com participação popular ativa nos rumos do país. Gorbachev entendia a realidade em termos próprios; a burocracia, o Estado autoritário, a censura e a repressão estavam de um lado e o seu governo, a democracia, o socialismo humanizado estavam de outro²⁵¹.

Seus esforços em angariar apoio às suas reformas descentralizadoras, porém, virou uma arma contra os governos comunistas do leste europeu. Pouco a pouco, novos focos de separatismo ganharam força ao longo desta região. O fim da censura sobre os meios de comunicação e da repressão no país âncora do bloco socialista certamente tiveram um peso enorme nos rumos dos demais países socialistas do globo. Na Polônia, cuja comunidade católica era maciça – em que pese o pontífice de Karol Wojtyła, o papa João Paulo II – o grupo Solidariedade se organizou em protestos e recebeu suporte dos EUA²⁵². Os países soviéticos do Báltico, independentes no entre guerras e onde o sentimento antirusso era historicamente mais forte, também se organizaram. Na Alemanha Oriental, quando as ondas de protestos se agudizaram, Gorbachev disse que não interviria. Em novembro de 1989, a queda do muro de Berlim simbolizou o fim da Guerra Fria. Sendo assim, o reavivamento das massas da apatia política a maior engajamento na construção de um socialismo esclarecido e de face humana não se concretizou. A *glasnost* foi utilizada como *antítese* dos governos

²⁴⁹ KEERAN; KENNY, 2022, p.145.

²⁵⁰ BROWN, 2011, p.571.

²⁵¹ Esse curto período entre 1986 e 1989 foi repleto de transformações – inclusive discursivas. Inicialmente, o conceito de “*perestroika*” esteve bem concentrado na mão de Gorbachev, que o utilizava como sinônimo de “democracia”. Segundo Archie Brown, o termo já passou a significar uma reforma radical mesmo em 1987. Isso ocorreu devido aos esforços em introduzir essa democracia a nível social e partidário, como através de eleições intrapartidárias (mas não no alto escalão). Àquela altura, a *glasnost* reabilitou obras e autores antes censurados. Quando os movimentos separatistas e a oposição política organizada tornaram-se ameaças reais ao secretário-geral, a *perestroika* foi concebida como sinônimo de secessão e antítese à Gorbachev, que procurava o que fazer para manter o país unido. Pode-se dizer que Gorbachev perdeu o controle, até mesmo linguístico, uma vez que fora ele o grande propagador da *perestroika*, mas sob outros significados e objetivos. Os estudos linguísticos de Norman Fairclough clareiam a situação, pois, segundo ele, a manutenção da prática discursiva em uma sociedade ocorre a partir de um “equilíbrio instável”, na qual as classes dominantes disputam a manutenção desta dominação; ou seja, a transformação discursiva segue a transformação social ao passo que também é o meio pelo que se luta. Uma vez que Gorbachev e o PCUS perderam a posição de classe hegemônica, perderam também o controle e a posição na produção do discurso hegemônico.

²⁵² KEERAN; KENNY, 2022, p.121

comunistas. O objetivo de “levantar” as massas foi atingido, mas de construir um socialismo democrático, não.

A política externa de não intervenção nos países do Pacto de Varsóvia fez parte do reordenamento político que Gorbachev introduziu na União Soviética. A partir de seu “Novo Pensamento”, a URSS abandonou a “Doutrina Brejnev”, a perspectiva anti-imperialista e a luta de classes como diretrizes da política externa soviética – embora ainda o líder soviético ainda falasse em “mais democracia, mais socialismo” e “socialismo de mercado” até 1989. Nesse sentido, Gorbachev reviu a antiga posição de negociar pela não proliferação de armas nucleares pela França e Inglaterra e da redução pela metade dos mísseis americanos de médio alcance com o potencial de atingir a URSS e aceitou a “opção zero” ao acordar com os Estados Unidos a eliminação unilateral de todos os mísseis soviéticos de médio alcance na Europa em troca da remoção dos mísseis americanos Pershing e de cruzeiro do continente europeu²⁵³. O líder soviético abdicou-se de uma posição bem estabelecida (enquanto potência bélica e predominante na Europa) para *apostar* em uma integração mundial através de ascensão moral e confiabilidade ocidental e, assim, compor um Mercado Comum Europeu e ingressar nas instituições multilaterais, tais quais o Fundo Monetário Internacional e o Grupo dos Sete²⁵⁴.

A outra concessão feita ao Ocidente foi a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão. Antes de mais nada, é verdade que a *perestroika* trazia consigo a necessidade, não só de maximização da produtividade e aumento do PNB, mas também a redução de gastos onerosos. Novamente, havia um pragmatismo em Gorbachev rever a situação dos gastos militares. Embora não seja possível precisar exatamente a dimensão das despesas em Segurança, estimativas ocidentais apontavam 18% do PNB soviético²⁵⁵. Isto não significa que foram esses gastos a causa do desaceleramento econômico, mas, no período de desaceleração, tornaram-se uma questão importante ao Estado²⁵⁶. Quanto ao Afeganistão, as tropas soviéticas estavam no *front* de batalha desde 1979 na defesa do líder comunista Najibullah. Com o apoio maciço dos EUA em dólares e armas aos Mujahedin, a guerra tornou-se mais complicada à

²⁵³ Há de se ressaltar que Gorbachev se encontrou com Ronald Reagan em outubro de 1986 em Reykjavik para discutir os acordos sobre os mísseis intermediários na Europa. A reunião foi insatisfatória para o acordo entre os líderes. O maior obstáculo foi a Iniciativa de Defesa Estratégica (a “Guerra nas Estrelas”). Gorbachev foi categórico ao condicionar o acordo à permanência dos EUA nos limites do Tratado de Mísseis Antibalísticos de 1972, o que Reagan certamente não concordou. Depois, Gorbachev escreveu que ficou evidente em Reykjavik o objetivo dos EUA: “colocar a URSS em desvantagem custe o que custar” (GORBACHEV, Mikhail. **Perestroika**: novas ideias para o meu país e o mundo. São Paulo, SP: Editora best seller, 1988, p.284) No ano seguinte, porém, Gorbachev assinou, em Washington, a “opção zero”. (BROWN, 2011, pp.583-584)

²⁵⁴ FRANCISCON, 2016, p.239.

²⁵⁵ SEGRILLO, 1999, p.97.

²⁵⁶ SEGRILLO, 1999, p.99.

URSS. No encontro entre Reagan e Gorbachev em 1986, o presidente americano solicitou a retirada dos soviéticos do Afeganistão. Em fevereiro de 1988, foi anunciada a retirada das tropas, que se concretizou em fevereiro de 1989. Neste “capítulo Afeganistão”, Gorbachev minimizou as áreas de influências e os aliados históricos, optando por uma política externa baseada em motivações como a paz universal e a crença superdimensionada na cooperação mútua entre os países. Após a retirada das tropas soviéticas, contudo, os EUA continuaram a apoiar os extremistas contra Najibullah²⁵⁷.

Tanto o aprofundamento da *glasnost* quanto a política de não intervenção e a “opção zero” podem ser compreendidas através da trajetória de Gorbachev. Embora tenham sido iniciativas tomadas em conjunto de outros membros governamentais de sua cúpula, é possível compreender motivações pessoais do líder soviético.

Mikhail Sergeyevich Gorbachev nasceu em 1931 em Privoloye, uma aldeia camponesa na região agrícola de Stavropol. A região, localizada no Cáucaso russo, passou pelo processo de coletivização dos anos 1930 e foi ocupada pelos alemães. Seu pai era mecânico de equipamentos de uma fazenda agrícola. Seu avô, embora membro do Partido e dirigente do *kolkhoz* local, foi acusado de chefiar uma organização trotskista clandestina e preso em 1937²⁵⁸. Durante a Segunda Guerra, Gorbachev perdeu 7 familiares. Pôde sentir e ver a dimensão da destruição causada pela guerra em seu trajeto para a Universidade Estatal de Lomonossov em 1950. Seu ingresso à universidade foi facilitado pela Medalha Vermelha do Trabalho, que recebeu por sua atividade no campo à frente da ceifeira-debulhadora. No ensino superior, estudou a tradição intelectual ocidental, oratória pública e Direito²⁵⁹. Após receber seu diploma, foi dirigente do *Komsomol*²⁶⁰ e delegado de Stavropol. Em suma, Gorbachev teve uma carreira-modelo, pois galgou praticamente todos os graus da vida comunista, desde a vida pastoril do interior até o mais alto grau da direção soviética.

Enquanto delegado de sua região natal, esteve presente no polêmico XXII Congresso do PCUS, onde Krushev fez o discurso denunciando os crimes de Stalin. Não bastasse a experiência concreta em sua vida, Gorbachev presenciou um dos momentos mais críticos do Estado soviético até então. Após 1961, estudou Agronomia no Instituto de Agronomia de Stavropol. Em 1978, tornou-se membro do Comitê Central e, em 1980, o membro mais novo do Politburo, onde passou a presidir as reuniões quando Constantin Chernenko estava

²⁵⁷ BROWN, 2011, p.583

²⁵⁸ ARANTES JR, 2015, p.288.

²⁵⁹ KEERAN; KENNY, 2022, p.125.

²⁶⁰ Abreviação de *Kommunisticheski Soyuz Molodiôji*, em português, União da Juventude Comunista.

enfermo. Quando tornou-se secretário-geral em março de 1985, foi o primeiro desde Lênin a ter ensino superior.

A trajetória de Gorbachev aponta como o líder fez parte de uma geração de intelectuais distinta de seus camaradas mais antigos. Trata-se de uma geração que, em boa parte, conviveu com o horror da guerra enquanto crianças, não no *front* de batalha. Além disso, consumiu obras, autores e notícias do Ocidente ao longo de sua carreira como nunca antes na recente história da URSS²⁶¹. Gorbachev viajou mais do que seus predecessores desde Lênin e viu de perto o “eurocomunismo” dos anos 1970. Visitou a Bélgica e a Holanda em 1973; a França em 1966, 1975, 1976 e 1978; a Alemanha em 1975; e o Canadá, em 1983. Manteve amizade com personalidades como o Felipe Gonzalez, primeiro-ministro espanhol e social-democrata, e Zdenek Mlynar, dissidente checo da “Primavera de Praga”²⁶². Isto posto, é possível entender o ímpeto de Gorbachev por mudanças para além do pragmatismo, como suas críticas ao stalinismo e à burocracia do PCUS, e as suas referências intelectuais.

Além das circunstâncias expostas acima, o acidente nuclear de Chernobyl, em abril de 1986, teve forte influência na condução da *glasnost* por Gorbachev. À princípio, não houve pronunciamento oficial do governo soviético sobre o ocorrido. Foi somente quando a Suécia alertou o mundo para os altos índices de radioatividade vindos da URSS que a situação de um suposto acidente nuclear tornou-se pública. O infortúnio pressionou a direção soviética a aprofundar a abertura do sistema. No segundo ano de seu governo, já havia a expectativa do mundo – sobretudo do ocidente – na concretização da “transparência” tão presente nos discursos de Gorbachev desde o seu primeiro ano (posteriormente, Gorbachev ficaria refém de suas próprias palavras e promessas). Internamente, jornalistas e acadêmicos utilizaram a escassez de informações sobre a natureza e a dimensão do acidente como um sintoma da necessidade de mais *glasnost*²⁶³. Em termos pessoais, o tradutor e amigo de Gorbachev de longa data, Pavel Palaszhchenko, afirmou que a tomada de conhecimento do secretário-geral das consequências do acidente nuclear sobre a população, especialmente nas crianças, levou-o a tornar mais efetiva a proposta de fim das armas nucleares e abertura democrática do sistema²⁶⁴.

²⁶¹ Yakovlev, por exemplo, frequentou a Academia de Ciências Sociais do Comitê Central entre 1956 e 1960, e fez pós-graduação entre os anos letivos de 1958 e 1959 na Columbia University em Nova Iorque. Trabalhou dez anos como embaixador no Canadá, onde recebeu Gorbachev em sua visita de uma semana em 1983. (KEERAN; KENNY, 2022, pp.147-148)

²⁶² KEERAN; KENNY, 2022, p.187

²⁶³ BROWN, 2011, p.572.

²⁶⁴ “Then you can use the word ‘turning point’. Gorbachev said: ‘There’s a line that divides my life, and that’s before Chernobyl and after Chernobyl’ [...] Ultimately, it linked in his mind with the idea that nuclear weapons were just wrong and that the problem of reducing them radically needed to be addressed” Ponto de virada: a

Assim, seguiu-se, como objetivo de um socialismo “aberto”, uma série de inovações e reformas institucionais que deslocaram o poder do centro às instituições do Estado. Em 1989, aconteceu a eleição do novo órgão soviético, o Congresso de Deputados do Povo. Estas eleições suscitaram o engajamento político diante da possibilidade das repúblicas terem seus representantes a nível federal. Abriu também os caminhos para a crítica em um momento quando a *perestroika* dava sinais negativos e a *glasnost* aprofundava-se ainda mais.

Outras duas iniciativas democráticas aconteceram no ano seguinte. Gorbachev tornou-se indiretamente eleito para o novo cargo de presidente da URSS – em seguida, as repúblicas criaram o mesmo cargo. A outra inovação foram as eleições legislativas nas repúblicas, mecanismo que tornou oportuno a pressão nacionalista e o engajamento oportunista de políticos locais na subsequente guerra de leis com o centro. Quando essa rivalidade ocorreu entre a maior república da URSS, a Rússia comandada por Boris Yeltsin, a queda de braço foi fatal para os comunistas. Portanto, as iniciativas de Gorbachev de descentralizar o poder político e introduzir a democracia liberal na URSS junto às transformações econômicas (vacilantes) reagiu com pressões historicamente acumuladas e abafadas justamente pelo poder centralizado no centro.

Gorbachev *subestimou* a dimensão das forças separatistas e da potencial bandeira política do nacionalismo. Quando se deu conta, por volta do fim de 1989, já havia uma oposição formada politicamente e respaldada institucionalmente. Não acredito que a desintegração do país tenha sido a intenção do secretário-geral, mas suas reformas institucionais tornaram a secessão como um objetivo possível e oportuno do ponto de vista político.

Do ponto de vista econômico, o ano de 1988 foi crucial para o aprofundamento das reformas. O crescimento do Produto Interno Bruto serviu de incentivo para seguir com a descentralização econômica. Foram admitidas em 1987 a autogestão das empresas – introduzindo a falência das empresas enquanto um mecanismo disciplinador – e o trabalho individual/privado – desde que não fosse assalariado. Durante a Reunião Plenária do Comitê Central em junho de 1987, aprovou-se para o ano seguinte o fim da determinação central da produção²⁶⁵. As empresas passariam a depender do mercado para obtenção de recursos e escoamento da produção. A Lei Sobre as Cooperativas entrou em vigor em junho de 1988 e permitiu a extensão das cooperativas das áreas rurais para as urbanas. Diferente de trabalho

bomba e a Guerra Fria. Episódio 5: *Jogos de guerra*. Direção: Brian Knappenberger. Estados Unidos: Netflix, 2024. *Streaming*.

²⁶⁵ FERNANDES, 1991, p. 202.

individual mencionado acima, as cooperativas deveriam reunir três sócios e podia contratar mão de obra assalariada (por contratos temporários ou longos)²⁶⁶. Até então, as reformas estavam no marco do socialismo, uma vez que as cooperativas são uma forma de propriedade social.

Com os tímidos números econômicos e a crise de abastecimento – em decorrência dos altos preços das cooperativas ou da falta de produtos por conta das dificuldades das empresas em adquirir recursos ou alocarem seus produtos a partir do mercado –, a pressão de alguns grupos cresceram. Diante do cenário político efervescido pela *glasnost* ampla e pelas eleições para o Congresso de Deputados do Povo em 1989, muitos “democratas” advogaram a favor do fim do monopólio estatal e da economia de mercado como forma de sair da crise de abastecimento e inflacionária. Gorbachev cedeu à crescente pressão da oposição formada e dos veículos de mídia inflados em seus discursos nos anos iniciais de seu governo. Em 1989, a “Reforma Econômica Radical: Medidas Imediatas e a Longo Prazo”, também conhecido como Plano Abalkin, formalizou a criação de diversas formas de propriedade como estatal, cooperativa, arrendamentos e propriedade privada.

É certo que a guinada rumo a um modelo econômico mais próximo à social-democracia do que um socialismo de mercado tem a ver com a pressão da mídia, a oposição dos democratas, a pressão externa, a necessidade de sanar a crise e, sobretudo, dos intelectuais reunidos em torno de Gorbachev, como Abel Aganbeguian e Tatiana Zaslavskaia. Entretanto, não se trata de creditar a Gorbachev o desenho econômico aventado, mas, certamente, ele estava ciente dos rearranjos de sua economia a partir de 1989 e das cisões político-ideológicas. Fica evidente mais um traço do governo gorbachevista: a mutabilidade do pensamento político e, conseqüentemente, a *falta de convicção*. Penso que na virada à abertura total da economia, a proximidade de Gorbachev com o ocidente e as experiências bem sucedidas – sobretudo aquelas social-democracias escandinavas – foram combustíveis para a aposta de Gorbachev no aprofundamento da *perestroika* e na cessão à classe pequeno-burguesa que se beneficiaria com este plano.

Não apenas o secretário-geral, mas seus intelectuais próximos também passaram por mudanças de pensamento e estratégia. Aganbeguian defendeu, em 1989, a adoção de medidas que, dois anos antes, disse ser a “negação do socialismo”²⁶⁷, e Zaslavskaia, concordou com o desemprego como forma de impulsionar a economia. Concordo que Gorbachev e seus

²⁶⁶ SEGRILLO, 1999, p.41.

²⁶⁷ FERNANDES, 1991, p.210.

assessores tiveram mais poder tácito do que estratégico²⁶⁸. Ele propôs mudanças partindo de um “novo pensamento”, mas ao longo dos revezes de suas transformações, o seu próprio “novo pensamento” tomou outra forma. Do socialismo de mercado, ele passou a apoiar a social-democracia.

O último governo soviético caracterizou-se por reordenamentos abruptos e extremos na política ideológica, econômica e externa. A liderança de Gorbachev representou uma mudança no paradigma socialista histórico de *recuo* diante das adversidades tal qual o tratado de Brest-Litovsk em 1917, a Nova Política Econômica nos anos 1920 e o Pacto Germânico-Soviético de Não-Agressão em 1937. No âmbito econômico, as dificuldades enfrentadas pelo insucesso das iniciativas descentralizadoras foram respondidas em tempo recorde com maior abertura a ponto de renunciar ao socialismo ao restituir a economia de mercado, o fim do monopólio estatal sobre o comércio exterior e a conversibilidade do rublo entre 1989 e 1991. Pode-se compreender tais apostas de Gorbachev a partir de sua frágil e cambiante convicção, sua tentativa de criar um socialismo de mercado e depois emular a social democracia escandinava, e ao círculo de intelectuais conselheiros que ele reuniu em torno de si. No outro lado da moeda estava a pressão externa de outros “conselheiros” que ele também reuniu em torno de si.

Os discursos de Gorbachev o comprometeram demais com pautas diversas. É certo que parte da nova política externa baseava-se no fim da corrida armamentista com o Ocidente e no estreitamento das relações entre os países, seja com intercâmbio técnico-científico ou a configuração de um lar comum europeu. Entretanto, as concessões feitas ao Ocidente deixou a URSS à mercê das políticas econômicas das grandes instituições multilaterais.

A situação se agravou a partir da crise em 1989 quando a URSS passou a depender de investimento externo. O ingresso soviético ao FMI foi meticulosamente negociado, com rígidas condições e negociações bilaterais. O País dos Sovietes haveria de garantir a transição à economia de mercado, o fim do monopólio estatal sobre o comércio exterior e a conversibilidade do rublo^{269 270}. Em 1990, Gorbachev foi à cúpula do G7 em Londres atrás de créditos, mas o máximo que conseguiu foi apoio técnico-administrativo para a transição econômica à economia de mercado. O status de membro pleno do FMI seguido de

²⁶⁸ FERNANDES, 1991, p.242.

²⁶⁹ O rublo passou por um processo de conversibilidade parcial a partir de 1989 como uma estratégia da URSS de se vincular à moeda da Comunidade Econômica Europeia (CEE), a unidade de conta europeia (ECU). (FERNANDES, 1991, p.222-223).

²⁷⁰ As negociações da entrada da URSS ao FMI representaram a hegemonia dos EUA na organização. Os acordos se deram sob paradigmas políticos, não técnicos. Em 1988, apenas 63 dos 151 membros possuíam a conversibilidade de suas moedas. (FERNANDES, 1991, p.228).

investimentos substanciais ocorreria somente dois anos depois (caso a URSS seguisse as diretrizes impostas). Certamente, Gorbachev não almejou estar em posição de pedinte, nem perder todo o seu poder de barganha, mas foi ele quem apostou em diversas concessões e em uma visão mais do que otimista à abertura total da economia ao mercado internacional²⁷¹.

Não apenas as medidas sobre a política econômica soviética, mas também o tratamento sobre os movimentos nacionalistas foram monitoradas de perto pelos EUA. Novamente, a imagem e as garantias que Gorbachev construiu para si o comprometeram com “a paz acima de qualquer coisa”. No período de crise econômica, oposição cada vez mais forte (Boris Yeltsin teve crucial) e fragilidade política, o apoio ocidental foi um pilar importante à sustentação de seu governo – e cada vez mais à medida que as forças centrífugas reagiam na URSS. Dado a necessidade do cenário caótico de separatismo na Lituânia, Estônia, Letônia, Armênia, Geórgia e Moldávia, qualquer uso da força em prol da unidade de seu país traria danos ao seu governo, desde à crítica de sua considerável rede de apoiadores mundialmente até as instituições multilaterais, cujo ingresso era um objetivo (à medida que tornava-se uma necessidade) de Gorbachev. Nesse sentido, a desarticulação econômica do bloco socialista europeu e a perda de força política interna levaram à dependência ao ocidente. A perda do domínio sobre o seu território e sobre os rumos do país foi o grande drama de Gorbachev nos últimos três anos de seu governo. Com movimentos criticamente limitados, tentou o que pode para se manter no cargo e impedir a secessão.

O ano de 1990 representou a pluralidade de propostas de governo e a disputa entre a URSS e as repúblicas. Em março, o Soviete Supremo revogou o artigo 6 da constituição segundo o qual o PCUS era o “líder e força-guia na sociedade soviética e o núcleo de seu sistema político”²⁷². O país se desmantelava à medida que Boris Yeltsin tomava a cena política. Em junho, ainda como membro do PCUS, foi eleito presidente do Soviete Supremo russo. Yeltsin foi a personificação dos democratas, advogou por mais *perestroika*, declarou a supremacia das leis russas sobre as soviéticas, angariando força política e social contra o centro e o próprio Gorbachev. Ficou evidente durante o XXVIII Congresso a fragilidade política do secretário-geral. Além dos democratas, a Plataforma Marxista criticava Gorbachev pela sua política econômica afastada do marxismo, e a Unidade, de Nina Andreeva, pregava a volta aos princípios stalinistas-leninistas em crítica ao “revisionismo” gorbachevista. Seja por

²⁷¹ Isso pode ser observado com a questão da competitividade internacional. Diante do baixo nível tecnológico dos produtos manufaturados, a URSS se viu em condição inferior aos demais países, vendendo apenas matéria prima e combustível. Além disso, a entrada de moeda forte na URSS e nos demais países do bloco socialista desarticulou o bloco que, apesar das fragilidades, funcionava. Estes países tiveram as piores crises desde a Segunda Guerra e a Comecon teve seu fim em 1991.

²⁷² SEGRILLO, 2013, p.53.

mais ou por menos *perestroika*, Gorbachev encontrava-se sem base política em um país cujos arranjos constitucionais e econômicos estavam caminhando para o desmembramento.

A saída encontrada para “apaziguar os ânimos” dos políticos conservadores descontentes com a desestruturação do país foi a admissão de alguns deles em seu governo. Àquela altura, um plano de volta à economia de mercado estava sendo discutido (o “Plano de 500 dias” ou “Plano Shatalin”) e um novo tratado da União também (o país passaria a se chamar União República das Soberanas Soviéticas). No segundo semestre de 1990, Gorbachev admitiu Boris Pugo como ministro do Interior, Oleg Baklanov, como vice-presidente do Conselho de Defesa Soviético, Vasily Starodubtsev, como presidente da União dos Agricultores Soviéticos, e Alexandr Tizyakov, como presidente de uma associação de empresas estatais. Em dezembro daquele ano, o chanceler Eduard Shevardnadze renunciou alegando que um golpe seria dado. Em agosto do ano seguinte, foi Yakovlev quem deixou o PCUS alegando a iminência de golpe.

Nas vésperas da assinatura de um novo tratado da União, Gorbachev foi mantido em custódia em sua casa de campo na Criméia. O frustrado “Golpe de Agosto”, como ficou conhecido, foi anunciado por um Comitê Estatal do Estado de Emergência e durou três dias. O incidente deixou escancarado mundialmente a fragilidade de Gorbachev para comandar seu país, principalmente por seis dos oito envolvidos na tentativa de golpe terem sido admitidos por ele mesmo no ano anterior. Tal evento marcou o fim simbólico de Gorbachev à frente de seu país, ao passo que Yeltsin utilizou-se do acontecido para discursar contra o autoritarismo e pela liberdade russa. A imagem do presidente russo falando para as multidões em cima de tanques de guerra rodou o mundo e reordenou o apoio norteamericano para o russo. Em dezembro, Yeltsin assinou um acordo com os presidentes da Ucrânia e da Bielorrússia para a retirada destes países da União.

A ascensão de Mikhail Gorbachev à frente da União Soviética trouxe consigo boas doses de pragmatismo, afinal, havia a urgência por reformas econômicas que pusessem o setor produtivo a crescer novamente. Concomitantemente, algum tipo de descentralização política haveria de ser levada a cabo para dinamizar as relações de trocas e evitar obstáculos à reestruturação. Gorbachev, então, utilizou o poder para reformar o politburo, trocando os velhos camaradas dos “anos da estagnação” e aglutinando políticos mais abertos às reformas. Como exposto, entretanto, o governo gorbachevista se caracterizou por exceder o pragmatismo e levar as reformas até às últimas consequências.

A *glasnost* foi adotada por Gorbachev como um objetivo tão importante quanto a reestruturação, como pôde ser visto a partir da abertura total da imprensa e do advento de

eleições diretas. Muito do apoio à transparência tem a ver com a formação e trajetória de Gorbachev, marcada pela sua proximidade com o ocidente através do estudo de obras, correntes de pensamento, contato com políticos ocidentais e diversas viagens ao exterior. A inclinação política do secretário-geral figurou entre um socialismo de mercado regido pela liberdades civis até, nos dois últimos anos, uma social-democracia.

Outrossim, a administração de Gorbachev foi marcada pela *subestimação* das múltiplas realidades soviéticas. Primeiro, o discursos entusiasmados contra a velha burocracia partidária e contra o stalinismo não levantou o senso crítico das massas para um “socialismo mais humano”, mas caminhou para uma crítica ao próprio PCUS como um todo, suscitando uma crise de legitimidade que se agudizou com o oportunismo político a partir de 1989. O mesmo ocorreu com a questão das nacionalidades, cuja complexidade foi ignorada e cujo tratamento da questão foi dada tardiamente neste mesmo ano. A nível externo, o fim do apoio e a política de não intervenção nos países socialistas abriu caminhos para a queda destes governos, assim como o esfacelamento de um bloco com enorme peso estratégico para a URSS. A renúncia de uma esfera de influência consolidada levou a processos de colapso sistêmico e tornou os países do leste europeu (assim com a URSS!) agentes frágeis para as políticas das organizações multilaterais – de preponderância norte-americanas – sobretudo àquelas voltadas à adoção da Terapia de Choque (abertura total de suas economias e privatizações em larga escala).

O secretário-geral também se caracterizou pela dupla estratégia de *concessões* e *apostas*. Tal estratégia pôde ser vista em suas negociações em torno dos mísseis antibalísticos com Ronald Reagan e a escolha pela “opção zero”, assim como na estratégia de integração ao mercado mundial e à composição de um Lar Comum Europeu. As concessões, seja em torno dos mísseis de médio alcance (nos esforços para a *détente* como um todo) ou na retirada das tropas do Afeganistão, deveriam levar ou facilitar as apostas políticas da administração soviética. Dentro de suas apostas na integração com o capitalismo mundial como alavanca econômica, estava também o superdimensionamento daquilo que dispunha a URSS e a do seu papel na divisão internacional do trabalho.

Gorbachev foi *oscilante* em suas propostas, cujas mudanças de rotas foram bruscas e rápidas. Novamente, os acalorados debates sobre os mísseis antibalísticos são oportunos para elucidar essa postura. Nos acordos de Reykjavik, Gorbachev foi firme na sua postura contra a Guerra nas Estrelas de Reagan. Em 1987, deixou claro em seu livro que os EUA tinham o interesse em manter o belicismo da Guerra Fria e prejudicar a URSS. Pouco mais de um ano depois, o mesmo Gorbachev assinou a “opção zero”. A nível ideológico, Gorbachev emergiu

como uma injeção de sangue novo no socialismo. Seu pensamento propunha modernizar e tornar mais eficiente o socialismo. A partir de 1988, entretanto, a URSS abandonou características fundamentalmente socialistas ao abrir caminhos para a privatização e o fim do monopólio externo. Seu governo ficou caracterizado por ceder às pressões e aprofundar suas reformas, sem se ater a um plano pré determinado. A nível político, Gorbachev se viu encurralado pela oposição pró economia de mercado (com apoio cada vez maior à secessão) e pelos grupos mais conservadores. Sua saída foi aglutinar velhos burocratas do partido à sua administração como forma de equilibrar a correlação de forças em seu governo, de modo a tornar descontente aqueles seus apoiadores – como Shevardnadze e Yakovlev – e contradizer a si mesmo.

As problemáticas expostas acima, entretanto, não devem levar à crença de que o desmembramento da URSS fora um objetivo de Gorbachev desde o início, pois não há bases sólidas para tal afirmação. Os embaraços do último líder soviético estão claros; ele foi mais sonhador do que realista, foi mais apostador do que pragmático; colocou seu mundo ideal (um socialismo intelectualizado e humanizado com livre circulação de ideias, pessoas e mercadorias sob um mundo cujas superpotências tem o interesse no bem comum e na paz mundial) à frente de sua realidade política, histórica, econômica, social, bélica e étnica. Entretanto, afirmar que o fim da URSS foi um projeto pré concebido por Gorbachev trata-se igualmente de ignorar estas realidades.

4.4 O papel de Boris Yeltsin

A questão das nacionalidades, a estratégia atrapalhada da administração central e a crise de legitimidade do Partido Comunista foram fatores substanciais ao fim do Estado soviético. Conforme expus anteriormente, o desencadeamento de muitos dos processos de profunda transformação supracitados foram habilitados a partir das ações de Mikhail Gorbachev e sua administração. Isto não anula, entretanto, a necessidade de analisar um fator-chave em todo o processo: Boris Nikolayevich Yeltsin.

O posteriormente presidente da Federação Russa não teve uma vida pública e uma carreira de expressão até 1985, quando Ligachev (o novo segundo-secretário do partido) o indicou a Gorbachev para nomeação à chefia de um departamento do Comitê Central de Moscou. Saído do distrito russo de Sverdlovsk, onde fora primeiro-secretário da região industrial, Yeltsin esteve cada vez mais próximo do poder. Em fevereiro de 1986, foi eleito

membro-candidato do Politburo. Vale lembrar que o político russo fazia parte de uma gama de burocratas mais jovens convergentes ao espírito que a administração gorbacheviana almejava formar nas regiões centrais da URSS.

Em 1987, Yeltsin demonstrou coragem e ousadia ao proferir um discurso crítico e não programado no Comitê Central, reunido em virtude da celebração do 70º aniversário da revolução bolchevique. Segundo ele, havia demasiada atenção à revolução anterior, de fevereiro, cujo contorno burguês não era claramente exposto. Houve também a reclamação da não implementação das medidas aprovadas nos dois anos anteriores e uma forte aclamação do novo secretário-geral por parte do Politburo. Além de seu discurso, fez um pedido de renúncia ao seu cargo em Moscou. A atitude Yeltsin foi um tanto quanto arriscada para quem almejava uma carreira política, pois àquela altura, a crítica aberta – sobretudo em um momento solene – era uma transgressão que se chocava com as normas soviéticas durante um período mais de transição do que propriamente aprofundamento total da *glasnost*.

Contudo, a opinião pública estava em progressiva agitação – e Yeltsin devia bem saber disso, dada a sua proximidade com os moscovitas. Após seu discurso no Comitê Central, sua popularidade cresceu entre os habitantes da cidade. Alterações em seu discurso envolvendo preconceitos populares, como o papel de Raíssa Gorbachev no governo de seu marido, foram atribuídos a Yeltsin²⁷³. Sobre sua popularidade, Ângelo Segrillo escreveu que:

Era bastante popular na capital por seu estilo dinâmico, informal e exigente de trabalhar. Ao contrário de outros chefes do partido, que se encerravam em seus gabinetes, ele frequentemente aparecia em público, nos locais de trabalho, para ver se tudo estava correndo “nos conformes”²⁷⁴.

O seu discurso no Comitê e seu pedido de renúncia de seu alto cargo em Moscou foi aceito e Yeltsin foi também removido de sua posição de candidato-membro do Politburo enquanto continuou como membro do Comitê Central. Por dois anos, foi mantido marginalizado na condição de vice-presidente do GOSSTROI (Comitê Estatal de Construção). Na XIX Conferência do Partido, pediu a sua reabilitação e alegou que caminharia nos moldes da perestroika.

Entretanto, o cenário havia mudado bruscamente entre 1987 e 1989. A *glasnost* se agudizou, a liberdade de expressão e a opinião pública se desenvolveu. Dificilmente a

²⁷³ BROWN, 2011, p.579.

²⁷⁴ SEGRILLO, 2013, p. 38.

repreensão ao discurso de Yeltsin aconteceria naquele momento. No âmbito econômico, o país começou a sofrer mais severamente os percalços da *perestroika* e, nas repúblicas (principalmente as do Báltico), o separatismo crescia cada vez mais. Os três anos finais marcaram a ascensão de Yeltsin, que se beneficiou com os reveses de um líder cada vez menos popular entre sua população e isolado entre o círculo político interno.

O fervor democrático arregimentou a escalada de Yeltsin, como cristalizou legalmente o seu poder a partir das novas eleições. Em 1989, foi eleito com sucesso para o Congresso dos Deputados do Povo da União Soviética e, em seguida, foi eleito presidente do Soviete Supremo russo no fim de maio. No ano seguinte, o cargo de presidente foi criado. Autores como Archie Brown chamaram atenção ao erro de Gorbachev, que foi eleito presidente da União Soviética indiretamente enquanto Yeltsin venceu democraticamente no primeiro turno somando mais votos que todos os seus concorrentes juntos²⁷⁵.

A sede de poder foi uma marca de sua política, cada vez mais contra o Centro através de um comportamento político no qual a Rússia e a União Soviética eram incompatíveis. Yeltsin passou a defender a soberania russa e uma independência total. No vácuo ideológico deixado pelo abandono da perspectiva marxista-leninista e da perda de fé no Estado, o nacionalismo foi a principal bandeira e Yeltsin usou-a muito bem.

Além do Estado propriamente, passou a atacar Gorbachev alegando cada vez mais ineficiência na condução da *perestroika*, que caminhava a passos lentos, segundo o presidente russo. O estopim para a relação entre os dois foram os debates no segundo semestre de 1990 acerca da transição ao livre mercado. Yeltsin defendeu o “Programa de 500 dias” e Gorbachev advogou por um plano mais moderado. A incompatibilidade foi usada politicamente contra o presidente soviético como sua culpa, que viu perder o apoio dos intelectuais pró democracia²⁷⁶.

Outro lado dessa rivalidade se deu nas alterações institucionais. Yeltsin promoveu a separação progressiva entre a Rússia e a União Soviética, como na sobreposição das leis russas às soviéticas. O líder russo super dimensionou, muito mais do que foi reflexo, de um sentimento anti Estado Soviético entre os russos, historicamente privilegiados na direção do sistema²⁷⁷. A sua ambição pessoal pode ser lida no trecho a seguir:

²⁷⁵ BROWN, 2011, p.641.

²⁷⁶ BROWN, 2011, p.650.

²⁷⁷ “Na Rússia pós-soviética, pesquisas mostraram sistematicamente que a maioria dos russos lamenta a desintegração da União Soviética (mas não o fim do comunismo) [...]” (BROWN, 2011, p.643).

[...] o caminho para o topo agora passava pela tomada da Federação Russa, o que lhe permitiria contornar as instituições da União de Gorbachev. Até então, com efeito, a União e sua principal componente, a RSFSR, não eram claramente distintas. Ao transformar a Rússia numa república como as outras, Yeltsin de fato favoreceu a desintegração da URSS, que uma Rússia sob o seu controle na verdade suplantaria²⁷⁸.

Nesse sentido, Yeltsin soube lidar com o novo jogo político e o cenário catastrófico a seu favor. Conforme salientou Hobsbawm, o presidente russo “reuniu os talentos para se dar bem na velha política (dureza e esperteza) com os talentos para se dar bem na nova (demagogia, jovialidade e senso de mídia)”²⁷⁹. Quando houve o Golpe de Agosto, foi Yeltsin quem subiu em tanques e falou para a multidão reunida nas ruas de Moscou. Dado o insucesso do golpe, seu primeiro passo foi extinguir o partido comunista russo enquanto alcançava o auge de sua popularidade dentro e fora de seu país.

Além de todo o exposto anteriormente, a União Soviética caminhava para se tornar uma confederação de Estados soberanos – por muito esforço de Gorbachev manter o país de alguma forma atuante em meio a muitas concessões. O que viria a ser União de Estados Soberanos (UES) teve seu fim com o acordo de Yeltsin com os presidentes da Ucrânia, Leonid Kravchuk, e da Bielorrússia, Stanislav Shushkevich. Assinado em 8 de dezembro de 1991, o acordo consistiu na retirada das três repúblicas eslavas da União e selou a criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI), tornando o cargo e a existência do país comandado por Gorbachev inconcebíveis.

²⁷⁸ HOBBSAWM, 1995, p.470.

²⁷⁹ HOBBSAWM, 1995, p.470.

CAPÍTULO IV

A IMPRENSA

5 CAPÍTULO IV: A Imprensa

RESUMO

Este capítulo tem como foco o jornal Estado de S. Paulo. O primeiro subtópico é destinado ao levantamento histórico do periódico de modo a ressaltar seu alinhamento político e seu espectro político. Em seguida, são apresentados os resultados da análise das fontes, divididos em quatro subtópicos.

Palavras-chave: Estado de S. Paulo; neoliberalismo; fontes;

5.1. *O Estado de S. Paulo: a voz do Ocidente*

5.1.2 Trajetória histórica

Neste momento que escrevo, o jornal *O Estado de S. Paulo* comemora os seus 150 anos. O jornal atravessou diferentes séculos, conjunturas políticas totalmente distintas e até o seu nome foi modificado. Após todos esses anos, que balanço pode ser feito desde a sua fundação até o recorte de minhas fontes? A quais interesses ele serviu e qual a sua posição político-ideológica?

Fundado em 1875, com o nome de *A Província de S. Paulo*, o jornal é oriundo do cenário político paulista do final do Segundo Reinado. Àquela altura, o Movimento Republicano havia sido fundado cinco anos antes no Rio de Janeiro, mas não teve a força esperada. A Convenção de Itu, em 1873, foi um evento importante no delineamento de um projeto em torno da defesa dos interesses agrários regionais. A elite cafeeira paulista sentiu a necessidade de engendrar um canal próprio para a divulgação das ideias republicanas e, sobretudo, as aspirações regionais, diferente daquelas da capital em alguns aspectos. Na província, a defesa do federalismo era a principal pauta, enquanto a questão da escravidão era ambígua.

Américo Brasiliense e Manoel de Campos Salles foram os incumbidos de angariar os esforços e o financiamento do periódico. Juntos, reuniram 18 membros da alta elite paulista e fundaram a sociedade Pestana, Campos & Cia²⁸⁰. O projeto que deu origem ao *Província* é retratado por Nelson Werneck Sodré como “esboço da imprensa industrial”. Apesar desses esforços, os primeiros anos do jornal foram fáceis. A primeira edição, de quatro páginas, saiu com três dias de atraso e vendeu 2 mil exemplares. Dez anos após a inauguração, Alberto Salles levou adiante uma postura antilusitana, afastando os anunciantes portugueses e quase levando o jornal à falência. Foi nesse momento de tensão e indefinibilidade que Júlio de Mesquita apareceu. Mesquita conseguiu recuperar o prestígio do jornal junto aos anunciantes portugueses enquanto cortava gastos da empresa jornalística. Após mudanças na sociedade, Júlio de Mesquita e Miguel Pestana passaram a comandar o jornal a partir de 1888²⁸¹.

²⁸⁰ PILAGALLO, 2012, p.41.

²⁸¹ PILAGALLO, 2012, p.45.

Apesar de sua proximidade com o republicanismo, o jornal manteve-se na imparcialidade, sem alianças abertas a qualquer partido. Seu posicionamento inicial conjugou a união entre a elite cafeeira com a elite industrial ascendente e a defesa do cidadão²⁸². A defesa da República e da Abolição ocorre tão somente a partir de 1885. Antes disso, havia anúncios de escravizados nas páginas do – até então – *Província de S. Paulo*²⁸³.

Após a instauração da República, o jornal mudou seu nome para *Estado de S. Paulo*. Em 1895, a empresa foi vendida para a firma J. Filinto & Cia., da qual Francisco Mesquita se tornou sócio dois anos depois. Em 1902, finalmente, Júlio de Mesquita tornou-se proprietário único da empresa jornalística. Apesar de sua carreira política²⁸⁴, o *Estado* manteve-se sem alinhamento a qualquer partido. Foi porta-voz de uma “oligarquia dissidente”; advogou pelos valores positivistas de “ordem e progresso”, do nacionalismo e do patriotismo, como pôde ser observado principalmente após a Primeira Guerra Mundial. Naquele período, o positivismo foi uma corrente bastante influente na linha ideológica do jornal, que o adotou substancialmente por intermédio da ligação de Mesquita Filho com o ideário da Liga da Defesa Nacional, de Olavo Bilac.

Apesar de ser um porta-voz da elite e republicana, o *Estado de S. Paulo* não poupou críticas à “política dos governadores”. Na sua perspectiva, os políticos do Partido Republicano Paulista não representavam a elite cafeeira e impedia a ação da elite intelectual. Outro traço aparentemente ambíguo foi o “apoio” às greves de 1917. Segundo Oscar Pilagallo, não havia fundo ideológico nessa defesa. O jornal apoiava a industrialização ao passo que não via com maus olhos a reivindicação de melhores salários pelos trabalhadores – nem interpretava o movimento como uma expressão anarquista. A posição mais crítica aos eventos se deu, contudo, quando os excessos do levante operário intensificaram-se.

Em suma, Mesquita Filho seguiu os caminhos de seu pai – crítico à centralização da Primeira República. Seu federalismo era um tanto quanto específico. Em 1925, escreveu que os estados mais maduros politicamente – Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo – deveriam liderar a redemocratização. O jornal fez dura oposição aos dois últimos presidentes, Arthur Bernardes e Washington Luís, e apoiou parte do grupo tenentista, o que rendeu a

²⁸² Eleutério *apud* GUILHERME, Cássio Augusto S. A. A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal *O Estado de S. Paulo*. **Dimensões**, v. 40, jan.-jun. 2018, p.204.

²⁸³ GUILHERME, 2018, p.204.

²⁸⁴ “A despeito da atuação institucional do proprietário do matutino paulista, que exerceu vários cargos públicos – vereador em Campinas (1887), cidade em que nasceu; deputado federal por São Paulo (1892), deputado estadual (1891, 1894, 1898, 1907 e 1910) e senador estadual (1912); líder na Câmara paulista (1892 e 1907), integrante da comissão executiva do prp (1892 a 1894 e em 1896) –, tomou parte ativa nas cisões do partido e esteve entre os fundadores do pd. O jornal sempre se manteve independente, zelo que se coadunava com a cartilha liberal seguida por Júlio de Mesquita.” (MARTINS; LUCA, 2011, p.162).

Mesquita Filho detenção e a não circulação de seu jornal por duas semanas. Em linhas gerais, a fidelidade ao liberalismo “flutuava ao sabor das circunstâncias e diminuía sensivelmente diante de riscos efetivos de transformações sociopolíticas mais profundas”²⁸⁵.

Não é preciso laboriosas reflexões para compreender a luta que o *Estado* viria a travar na década seguinte. A intervenção federal nos estados durante a Primeira República, que tanto desagradou o jornal, intensificou-se largamente ao longo do governo de Getúlio Vargas – a quem o jornal apoiou inicialmente.

O *Estado* apoiou a Aliança Liberal durante a Revolução de 1930, ao passo que foi um dos maiores canais de expressão e articulação do movimento Constitucionalista de 1932. A sede do jornal foi utilizada como base de recrutamento e armamento dos manifestantes e até mesmo membros da família Mesquita foram para o *front* de combate²⁸⁶. Afinal, a elite paulista era a grande classe interessada no advento de uma Constituição e insatisfeita com a centralização dos poderes decisórios do país na figura de Getúlio Vargas e na capital, o Rio de Janeiro.

Os embates com o governo de Vargas intensificaram-se sobretudo durante a ditadura do Estado Novo e as consequentes intervenções pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Em 1940, o jornal teve a sua sede invadida pela polícia militar sob a alegação de que os proprietários e diretores tinham armas escondidas²⁸⁷. O jornal foi expropriado e passou a ser subordinado ao DIP. A família Mesquita precisou exilar-se até o fim daquele governo, em 1945. Naquele período, quando muitos jornais se enriqueceram com as verbas do DIP, o *Estado* não teve um caminho tão tranquilo como o de *O Globo*, por exemplo. Esses acontecimentos deixaram uma marca profunda na prática discursiva do jornal. Desde então, o *Estado de S. Paulo* passou a ser um dos principais críticos do Trabalhismo, de políticas consideradas “populistas” e, principalmente, de Vargas e sua herança política²⁸⁸.

Foi assim nas eleições presidenciais de 1955, ao apoiar Juarez Távora (União Democrática Nacional) ante a chapa Juscelino Kubitschek e João Goulart (Partido Social Democrático e Partido Trabalhista Brasileiro). Cinco anos mais tarde, quando Jânio Quadros foi apoiado pela UDN, o jornal fez gosto pela sua campanha: “harmoniosa e ascendente”²⁸⁹. A campanha de Teixeira Lott, apoiada pelo PTB, foi fortemente criticada: “inglória propaganda

²⁸⁵ MARTINS; LUCA, 2011, p.162.

²⁸⁶ GUILHERME, 2018, p.206.

²⁸⁷ SODRÉ, 1967, p.439.

²⁸⁸ GUILHERME, 2018, p.211.

²⁸⁹ GUILHERME, 2018, p.208.

comuno-nacionalista”²⁹⁰. Quando houve a vitória de Quadros, o periódico da família Mesquita publicou que foi “a vitória da democracia” e “a derrota do nacionalismo”²⁹¹.

A relação entre o *Estado de S. Paulo* e a ditadura militar instaurada em 1964 foi ambígua. O jornal apoiou a deposição do presidente João Goulart ao passo que foi um dos veículos jornalísticos que mais sofreu com as censuras do regime, sobretudo após 1972. A historiadora Maria Aparecida Aquino elucidou a posição do jornal – dúbia –, entre ser um baluarte do liberalismo e ter apoiado a ruptura democrática.

O *Estado* apoiou o golpe como se fosse uma “aspiração nacional”. Isto é, o jornal conclamou as Forças Armadas e a sociedade civil “na defesa do que consideram como interesses gerais e direitos naturais dos homens e conspirando abertamente contra o governo instituído”²⁹². Pouco antes do golpe, o jornal expôs diversos editoriais em crítica ao então presidente João Goulart, como ficou evidente no editorial de 5 de março de 1964 quando apontou a necessidade da intervenção das Forças Armadas e o *impeachment* do presidente da república. Neste editorial, o periódico paulistano criticou a greve geral do governador pernambucano Miguel Arraes e se colocou “ao lado das temerosas classes produtoras”²⁹³. Seguiu-se o apoio à candidatura de Castelo Branco e a crítica aos petebistas e pessedistas por advogarem a favor de Mazzilli (que entendiam como defesa da continuidade de Goulart).

Segundo Aquino, a linha ideológica do *Estado* vinculava-se ao pensamento lockeano. O apoio à intervenção militar se deu sob um entendimento de que parte dos governantes estavam abusando do poder em detrimento dos direitos naturais do homem (manobras de continuísmo, promoção de subversão da ordem, exortação à ilegalidade por parte da Nação, tolerância à subversão de alguns em detrimento das classes produtoras). A revolução (o Golpe de 64) era justa à medida que figurava a resposta das classes politicamente racional (classes produtivas) contra os excessos do governo que tenta contra a democracia liberal²⁹⁴.

Vale ressaltar que a substancial oposição a João Goulart e o apoio ao governo militar não foi apenas uma consequência de um “abuso do poder”, mas um ataque à herança do trabalhismo e do getulismo que representava o governo, Jango e seus grupos apoiadores²⁹⁵. Na ótica do *Estado*, foi tão somente no Golpe de 1964 que se pôs fim à ditadura do Estado Novo conforme pode ser lido no editorial a seguir:

²⁹⁰ GUILHERME, 2018, p. 208.

²⁹¹ GUILHERME, 2018, p. 208.

²⁹² AQUINO, 1980, p.15.

²⁹³ AQUINO, 1980, p.17.

²⁹⁴ AQUINO, 1980, p.19.

²⁹⁵ GUILHERME, 2018, p.211.

[...] o triunfo alcançado está a dizer-nos que, finalmente, a democracia brasileira venceu a ditadura sob cujas estruturas a Nação vegetava. Só os espíritos ingênuos ou apressados podem admitir que o 29 de outubro de 1945 assinalou a queda real da ditadura implantada no país por Getúlio Vargas. Esse ocaso do totalitarismo estadonovista foi apenas aparente [...]

Tão lamentável estado de coisas veio a prolongar-se até 1961. Nessa data, regia, porém, a democracia brasileira, num movimento empolgante de toda a nacionalidade infelizmente sustado em plena ascensão pela covarde renúncia do sr. Jânio Quadros [...] o poder caiu nas mãos do discípulo dileto do ditador morto [...] [agora] sorriu a democracia, terminando o embate com o esmagamento completo, e desta vez definitivo do Estado Novo.²⁹⁶

Chamo atenção ao fato de que o apoio supracitado não se restringiu ao âmbito editorial. Havia o contato direto entre o jornal e os militares através de Júlio de Mesquita Filho, quem participou de reuniões²⁹⁷ com os militares nos anos iniciais do regime. À medida que o *Estado de S. Paulo* exercia sua prática discursiva dotando aquele processo histórico de sentido – categorizando grupos contrários ao regime militar de “subversivos”, defendendo suas cassações e o AI-2 –, também exercia influência nas tomadas de decisões diretamente. O *Estado* usufruía de sua posição de empresa jornalística com poder de mobilização da opinião pública e mediador dos interesses da elite paulista para manter o seu poder de influência junto à manutenção da estabilidade do novo regime.

O próprio Ruy Mesquita, filho de Julio de Mesquita Filho, citou essa relação próxima quando defendeu que o pai era contra a *extensão* do governo militar.

Havia um projeto que os militares tinham que ficar no governo pelo menos cinco anos. [...] Mas meu pai quando foi solicitado pelos militares a apresentar uma sugestão, achava um absurdo (por aí vocês veem como as coisas mudaram) o prazo de cinco anos como estava sendo proposto. Achava que se devia fazer uma coisa muito mais rápida, no máximo três anos. E, depois que se deveria pôr, imediatamente em vigor (com algumas modificações para permitir o expurgo) a Constituição de 1946 para que o país ficasse tranquilo quanto às intenções do movimento. Para

²⁹⁶ GUILHERME, 2018, p.211-212.

²⁹⁷ Entre elas estavam as reuniões que tentavam evitar a ruptura de Carlos Chagas com os governistas, conforme consta no livro de memórias de Carlos Chagas. (GUILHERME, 2018, p. 213)

promover, imediatamente, depois, a redemocratização do país (sic) e tudo bem.²⁹⁸

De qualquer maneira, a relação entre o *Estado* e os rumos do país se alteraram em 1968. A instituição do AI-5 levou o jornal de Mesquita Filho a publicar o editorial “Instituição em frangalhos”²⁹⁹. Nele, o veículo creditou a “vitória de 64” a toda a coletividade da Nação e teceu críticas à desagregação institucional e ao abuso de poder governamental. Na ótica do *Estado*, a derrocada legal do regime abria precedentes a “rebeliões não consentidas”, igualmente criticadas pelo periódico.

Portanto, Aquino apresentou a continuidade sobre as “balizas ideológicas”³⁰⁰ do jornal – o Liberalismo alicerçado na Democracia – que se perpetuou ao longo das décadas.

A Democracia seria garantida pelo equilíbrio entre os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) o que defenderia a Nação do predomínio do Executivo. O que valida o Governo é a vontade expressa da maioria do povo através da opinião pública, da qual se consideram intérpretes.³⁰¹

Em suma, Aquino apontou que o apoio ao golpe em 1964 e a oposição em 1968 não foram contraditórios; os mesmos princípios que guiaram o veículo à apoiar a deposição de Goulart pelos militares seguiram a guiar a linha editorial na crítica ao regime militar quatro anos depois.

O fato é que dezembro de 1968 foi um divisor de águas no tocante ao trabalho da Imprensa e o seu posicionamento ideológico. Instaurado o AI-5, até mesmo aqueles jornais favoráveis ao regime militar e condizentes com o AI-2 três anos antes – como o *Estado* e a *Folha de S. Paulo* –, quando os partidos políticos foram extintos, mudaram suas convicções sobre o governo militar. O AI-5, contudo, não foi o único ataque à liberdade de imprensa no país. Em 1967, a Lei de Imprensa deu poder ao ministro da justiça para “determinar a apreensão de qualquer impresso que vinculasse incitamento à subversão da ordem política e social”³⁰². Em 1969, a Lei da Segurança Nacional determinou que seria processada qualquer pessoa que veiculou “notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de

²⁹⁸ AQUINO, 1980, p.15.

²⁹⁹ Instituição em frangalhos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13/dez/1968, p.13.

³⁰⁰ Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado analisaram a linha ideológica dos editoriais do *Estado* entre 1927 e 1937 em CAPELATO, M. H.; Prado, M. L. **O Bravo Matutino (Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

³⁰¹ AQUINO, 1980, p.21.

³⁰² PILAGALLO, 2012, p.178.

modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas”³⁰³. Um decreto de janeiro de 1970 instaurou a censura prévia sobre as publicações que fossem contra os bons costumes. O recrudescimento da ordem e o ataque mais pesado às liberdades individuais trouxeram novos contornos à esfera de atuação do Estado e à maneira de que o jornal, outrora apoiador do Golpe, passou a ser visto por parte da sociedade.

O *Estado de S. Paulo* não aceitou a imposição da censura através de bilhetes e telefonemas diários à redação. Com isso, foi submetido à censura prévia e compôs conjuntamente com o *Jornal da Tarde* e a *Folha*, o grupo dos jornais que não acataram a o cerceamento. Para simbolizar a censura em suas páginas, o *Estado* passou a estampar versos de *Os Lusíadas*, de Camões, no espaço onde estaria a notícia inicialmente. A obra foi publicada 655 vezes a partir de agosto de 1973³⁰⁴.

³⁰³ PILAGALLO, 2012, p.178.

³⁰⁴ Liz Batista, Rose Saconi e Edmundo Leite. Acervo Estadão: <[Há 50 anos, o Estadão começava a publicar poemas de Camões no lugar de notícias censuradas - Estadão](#)> Acesso em: 01/12/2025.

Figura 3 - Derrota da Arena [capa censurada] (19/11/1974)



Fonte: O Estado de S. Paulo (1974, p.1)

Figura 4 - Trecho de Os Lusíadas compõe a matéria censurada

TEMPO EM SÃO PAULO
Bom tempo, mais quente, mais seco, a 12.
de novembro, sábado, 1974, 19h, 12h, 13h.

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA (1891-1957) - JULIO DE MESQUITA FILHO (1907-1969) - FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)

Capital e Interior de São Paulo Cr\$ 1,50

ANO 55

TERÇA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1974

N.º 30.568

JULIO DE MESQUITA NETO
DIRETOR RESPONSÁVEL

Domingo: Cr\$ 3,00 Assinatura Cr\$ 282,00

Governo não considera Arena derrotada

Israel manterá prontidão

TEL-AVIV — Apesar de a tensão ter diminuído bastante na Oriente Médio, as forças israelenses não deixarão de estar prontas para o pior, afirmou o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas israelenses, Moshe Alon, em uma entrevista à imprensa.

Alon, chefe das operações militares, afirmou que o exército israelense não deixará de estar pronto para o pior, mesmo que a situação na região tenha melhorado.

Alon afirmou que o exército israelense não deixará de estar pronto para o pior, mesmo que a situação na região tenha melhorado.

Alon afirmou que o exército israelense não deixará de estar pronto para o pior, mesmo que a situação na região tenha melhorado.

Alon afirmou que o exército israelense não deixará de estar pronto para o pior, mesmo que a situação na região tenha melhorado.

Nos EUA, embaixador é refém

WASHINGTON — Um homem armado invadiu ontem a embaixada dos Estados Unidos em Washington, forçando a saída do embaixador e deixando-o refém.

O sequestro ocorreu na noite de ontem, quando um homem armado invadiu a embaixada dos Estados Unidos em Washington, forçando a saída do embaixador e deixando-o refém.

Karamanlis obtém maioria

ATENAS — O Partido Novo Democrático, do primeiro-ministro Konstantinos Karamanlis, venceu as eleições parlamentares de domingo com 157 votos.

Karamanlis obteve a maioria absoluta no Parlamento grego, com 157 votos contra 103 dos seus opositores.



Em Blumenau, mais de 15 mil pessoas saíram às ruas para comemorar a vitória da oposição

O dólar passa a Cr\$ 7,325

De S. Paulo

Vinte e dois dias depois do último reajustamento da taxa cambial, o Banco Central anunciou ontem o décimo reajuste deste ano, aumentando o dólar para Cr\$ 7,325.

O novo valor corresponde a 1,462 por cento sobre a taxa de compra em vigor até ontem — Cr\$ 7,189 — e a um total acumulado, no corrente ano, da ordem de 17,88 por cento sobre as taxas vigentes em dezembro do ano passado.

O reajustamento, divulgado pela Gerência de Operações de Câmbio, atinge o dólar norte-americano ou seu equivalente em outras moedas e é válido para todo o País.

Governo controla grupo Pignatari

Brasília — O grupo Pignatari, formado por militares e civis, está sob o controle do governo, afirmou o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Carlos Tinoco, em uma entrevista à imprensa.

Protegido, Ford chega ao Japão

TÓQUIO — Oito mil e quinhentos policiais japoneses estarão presentes para receber o presidente dos Estados Unidos, Gerald R. Ford, quando ele chegar ao Japão em uma visita oficial.

Ford, que está em uma visita oficial ao Japão, será recebido pelo imperador Akihito e pela imperatriz Michiko quando chegar a Tóquio.



Ford, no aeroporto de Hanaeda: "O dia está claro, cheio de sol e isso é um bom sinal"

Armas exaltam a Bandeira

Brasília — O Dia da Bandeira será comemorado hoje em todas as escolas militares, com a presença de autoridades e militares.

Montoro já pensa no prefeito de SP

SÃO PAULO — O governador do Estado de São Paulo, Roberto Campos, já está pensando em nomear o novo prefeito da cidade de São Paulo.

Campos, que está em uma visita oficial ao Japão, já está pensando em nomear o novo prefeito da cidade de São Paulo.

O governo não considera os resultados das eleições de 15 de novembro como uma derrota da Arena, segundo explicou ontem o secretário de Imprensa da Presidência, Humberto Barreto, porque a eleição foi um momento de transição para o MDB, que foi derrotado na maioria das eleições estaduais.

Barreto afirmou que o governo não considera a derrota da Arena, porque a eleição foi um momento de transição para o MDB, que foi derrotado na maioria das eleições estaduais.

Barreto afirmou que o governo não considera a derrota da Arena, porque a eleição foi um momento de transição para o MDB, que foi derrotado na maioria das eleições estaduais.

Barreto afirmou que o governo não considera a derrota da Arena, porque a eleição foi um momento de transição para o MDB, que foi derrotado na maioria das eleições estaduais.

Arena mantém maioria para eleger o presidente

Brasília — O partido Arena mantém a maioria absoluta no Congresso Nacional, o que lhe dá o direito de eleger o presidente da República.

A Arena, que tem 215 deputados e 100 senadores, é o partido mais votado nas eleições de 15 de novembro.

Até o fim da noite de ontem, o MDB liderava a apuração com 16 Estados, em 12 dos quais o resultado pode ser considerado definitivo: Acre, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Paraná. A Arena tem vitórias garantidas apenas no Maranhão e em Alagoas. No Bahia,

Pará, Mato Grosso e Piauí, onde o partido governista também lidera, a diferença ainda é insuficiente para uma definição, o mesmo ocorrendo no Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Estados nos quais as possibilidades do MDB não são consideravelmente maiores. A oposição ficará em maioria nas Assembleias das seis Estados — Paraná, Rio Grande do Sul, Amazonas, Acre, São Paulo e o Estado resultante da fusão Estado do Rio-Graça. No Ceará, o MDB, se a diferença deverá crescer de 51 para cerca de 170 deputados.

Em Alagoas, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49. No Ceará, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49. No Rio Grande do Sul, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49.

Em São Paulo, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49. No Rio de Janeiro, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49. No Rio de Janeiro, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49.

Os Lusíadas

Os Lusíadas, o poema épico de Luís de Camões, foi publicado pela primeira vez em 1572, em Lisboa.

O poema narra a viagem de Vasco da Gama ao Índia, e é considerado uma das obras-primas da literatura portuguesa.

62 páginas

O livro "Os Lusíadas" de Luís de Camões tem 62 páginas e é uma das obras-primas da literatura portuguesa.

Em Alagoas, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49. No Ceará, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49. No Rio Grande do Sul, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49.

Em São Paulo, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49. No Rio de Janeiro, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49. No Rio de Janeiro, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49.

Em Alagoas, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49. No Ceará, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49. No Rio Grande do Sul, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49.

Em São Paulo, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49. No Rio de Janeiro, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49. No Rio de Janeiro, a Arena tem 51 votos, o MDB tem 49.

Montoro já pensa no prefeito de SP

SÃO PAULO — O governador do Estado de São Paulo, Roberto Campos, já está pensando em nomear o novo prefeito da cidade de São Paulo.

Campos, que está em uma visita oficial ao Japão, já está pensando em nomear o novo prefeito da cidade de São Paulo.

Arena mantém maioria para eleger o presidente

Brasília — O partido Arena mantém a maioria absoluta no Congresso Nacional, o que lhe dá o direito de eleger o presidente da República.

A Arena, que tem 215 deputados e 100 senadores, é o partido mais votado nas eleições de 15 de novembro.

O livro "Os Lusíadas" de Luís de Camões tem 62 páginas e é uma das obras-primas da literatura portuguesa.

Fonte: O Estado de S. Paulo (1974, p.1)

Após ter sido cercado por militares armados diante de um aviso de que publicaria um material "capaz de abalar o regime", Ruy Mesquita não poupou o regime. Mesquita escreveu que estava "envergonhado" e o Brasil era uma "republica de banana" enquanto enveredava

para um “caudilhismo militar”. Apesar de sofrer com a censura³⁰⁵, o filho de Julio de Mesquita Filho relatou o novo momento do periódico:

Nunca nosso jornal foi tão divulgado no exterior. O *New York Times* deu matéria dizendo que não aceitávamos a autocensura. Quando dávamos página inteira do JT com receitas, aumentavam as vendas em banca. Eu, que era pichado de reacionário, virei herói de estudante, como exemplo de luta pela democracia.³⁰⁶

Apesar da alavancada publicitária inesperada, o *Estado de S. Paulo* viu a *Folha* superá-lo em cerca de uma década, entre 1976 e 1986, e se tornar o jornal de maior circulação no país, o que gerou a necessidade de uma reforma no *Estado* neste ano. Isto se deu por conta de uma defasagem tecnológica e a má gestão da empresa jornalística. Enquanto a *Folha* estava inserida na modernização, a redação do *Estado* ainda datilografava em páginas de papel. Sua sede, outrora na rua Major Quedinho, foi deslocada para a Marginal Tietê, no bairro do Limão. Segundo Augusto Nunes, a sede do jornal deveria estar inserida no centro da cidade, diferentemente apenas da gráfica. Nunes foi o nome alçado a diretor de redação para dar soluções à crise, que passou pelo foco na modernização. Em dois anos o jornal havia se modernizado, com nova disposição das informações ao longo das seções do jornal, o advento de um jornal de segunda-feira sobre esportes e a introdução das cores em 1991³⁰⁷.

Quando o debate político foi movido pelas calorosas manifestações populares pelas *Diretas Já*, o *Estado de S. Paulo* mostrou-se refratário. O clamor pelas eleições diretas, o tom contrário ao governo militar de João Figueiredo e a forte presença de grupos e partidos de esquerda na campanha chocaram-se com o liberal-conservadorismo do *Estado*. O jornal era temeroso sobre um possível “revanchismo” com os militares ao passo que via, na abertura democrática, ameaça de governos hostis ao liberalismo. Em sua ótica, as experiências de Cuba e da Nicarágua eram exemplos de como a transição democrática pode ser perigosa. No

³⁰⁵ A censura foi abrandada no centenário do *Estado* em janeiro de 1975.

³⁰⁶ PILAGALLO, 2012, p.178.

³⁰⁷ Sobre a dicotomia entre a *Folha* e o *Estado* na questão da modernização: “O primeiro jornal brasileiro a eliminar a etapa da fita perfurada foi a *Folha de S. Paulo*, com computadores que chegaram ao Brasil em dezembro de 1982. Quatro meses depois, na redação, bastava apertar uma tecla para que o texto preparado chegasse à fotocopiadora. Os revisores perderam sua função. Depois de um rápido treinamento, editores e redatores incorporaram a novidade”. No caso do *Estado*: “Aos poucos, todas as redações se informatizaram. Dos grandes jornais, o último a implantar o sistema foi o *O Estado de S. Paulo*. A primeira tentativa, iniciada em 1986, não se concluiu por causa de alterações no acordo firmado pelo jornal com a empresa americana CSI (*Communications Data Systems Incorporation*), que fora comprada por outras multinacionais. Com a adoção de um novo sistema (Atex), a redação do *Estado* abandonou completamente as máquinas de escrever no primeiro semestre de 1991.” (MARTINS; LUCA, 2008, p.217)

primeiro caso, o caudilho Fulgencio Batista deu lugar ao ditador Fidel Castro; no segundo, trocou-se “a ditadura de Somoza pelo totalitarismo sandinista”³⁰⁸. O periódico defendeu a negociação entre o governo militar e a oposição como forma de arrefecer o clima de “confronto que se vai criando em consequência do avanço da palavra de ordem diretas já e da incapacidade do Executivo em firmar uma imagem de trabalho, austeridade e grandeza.”³⁰⁹

A preocupação do *Estado* nunca fora a transição como um fim em si, rumo ao usufruto das liberdades civis e participação política, mas foi, sobretudo, uma questão de reordenamento do modelo de desenvolvimento a ser seguido pela Nova República³¹⁰. O jornal criticou veementemente a utilização do instrumento do decreto-lei como ferramenta de política econômica no contexto da reserva de mercado para produtos informáticos pela Secretaria Especial de Informática (SEI). O movimento foi denominado como uma forma de “capitalismo de Estado” e criticado por pretender afastar o capital estrangeiro.

Durante o Governo Sarney (1985-1989), o *Estado* apoiou o seu último ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, justamente pelo tema dos ajustes fiscais. O tema da austeridade foi reiterada constantemente como no editorial intitulado “Pela austeridade rigorosa”. Nele, o *Estado* escreveu que “urge dar prioridade absoluta à redução do déficit público, por via da restrição dos gastos e não da majoração dos impostos” e que advoga “a redução da folha de pagamentos dos servidores públicos e a extinção de privilégios”³¹¹. Na ótica do jornal paulistano, havia uma “Crise do Estado” cujo âmago era a intervenção do Estado na economia³¹².

Durante este período, o *Estado de S. Paulo* operou discursivamente através de termos polissêmicos (assim como encontrado nas fontes deste trabalho) para defender e criticar suas posições. Termos como “cartorialismo”, “neomercantilismo” e “nacional-oligarquismo” foram chavões utilizados para criticar os grupos, suas práticas e ideias contrárias ao do Estado; por exemplo, a existência de grupos organizados, as classes trabalhadoras organizadas comumente alinhadas à esquerda no espectro político, setores do empresariado nacional que se beneficiam da proteção do Estado, entre outros³¹³. Houve uma marca intertextual entre o *Estado de S. Paulo* e o pensamento neoliberal de fins dos anos 1980 muito claro. Em linhas

³⁰⁸ FERNANDES, William Brás Resende. **Representação política sobre o movimento civil “Diretas já” em periódicos da grande imprensa, O Globo, Jornal do Brasil, Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo (1983/1984)**. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de São João del Rei. São João del Rei, 2013. p.167.

³⁰⁹ FERNANDES, 2013, p.197.

³¹⁰ FONSECA, 2003, p.174.

³¹¹ FONSECA, 2003, p.260.

³¹² FONSECA, 2003, p.261.

³¹³ FONSECA, 2003, p.62.

gerais, o jornal defendeu uma grande desregulamentação a partir de uma lógica na qual havia dois caminhos a serem seguidos: os liberais (a modernidade) ou os modelos e fracassados retrógrados (aqueles baseados no intervencionismo).

Com base na trajetória histórica apresentada, o *Estado de S. Paulo* se cristalizou no cenário brasileiro como um liberal convicto de cunho conservador. Desde seu início, o jornal foi expressão de uma elite regional diante dos rumos do governo brasileiro. Assim se deu sua defesa dos ideais republicanos da elite cafeeira paulista e depois da elite industrial paulista contra o Governo Provisório de Vargas. Os percalços do *Estado* na história, como a prisão e exílio de Júlio de Mesquita Filho durante o Estado Novo (1937-1945) e a censura no pós AI-5 (1968) tornam sua prática discursiva heterogênea e por vezes contraditória. Em síntese, o liberalismo econômico foi um princípio que se manteve constante ao longo das décadas, diferente da defesa à democracia, interrompida durante a defesa e participação direta no Golpe de 1964.

5.1.3 Sobre as fontes

As fontes analisadas neste capítulo fazem parte da seção “Notas e Informações” e encontram-se na página 3 do jornal. Esta seção exprime a opinião do veículo e reúne por volta de 4 a 6 artigos de opinativos sobre variados temas comumente relacionados à Política e à Economia, seja nacional ou internacional. Os artigos não são assinados.

Foram analisados os artigos entre julho de 1990 e dezembro de 1991 através da busca pela palavra chave “união soviética” no acervo digital do periódico supracitado.

5.1.4 Análise das fontes

5.1.4.1 A caminho da paz

Durante o ano de 1990 – e até meados do ano seguinte – os editoriais do *Estado de S. Paulo* sobre a União Soviética estiveram predominantemente envoltos pela questão da Guerra do Golfo. O conflito apresentou-se de extrema importância pela questão energética – o petróleo – e o momento geopolítico em que ocorreu. O cenário pós-Guerra Fria permitiu esforços e acordos mútuos entre Estados Unidos e União Soviética, seguidos das demais potências mundiais. Mesmo quando os editoriais tocaram em assuntos da política interna soviética, os prognósticos, as análises e os anseios foram comumente colocados sob a perspectiva da questão do conflito no Kuwait. Portanto, esse período de consenso em torno

das propostas de resolução da questão e a centralidade dada pelos editoriais dão corpo ao que intitulei de “A caminho da paz”.

Inicialmente, é importante apresentar o cenário construído pelo *Estado* e como o conflito foi recebido pelo veículo. No editorial de 8 de agosto de 1990, “O problema não é dos árabes”, o jornal construiu discursivamente a centralidade do conflito e o seu grau de nocividade à nível mundial. O editorial advogou que os países ocidentais, a URSS e o Japão não deviam ver o conflito como um problema árabe – como Saddam Hussein e os países árabes alegavam –, mas como um problema mundial. Hussein seria tal qual Adolf Hitler; deveria ser aniquilado, qualquer negócio com ele seria um equívoco. Para fundamentar seu posicionamento, o jornal brasileiro dialogou com a revista *The Economist*, segundo a qual “apaziguar um ditador é pior do que enfrentá-lo”³¹⁴. Saddam Hussein era uma ameaça que, disse o *Estado*, “provou o que é capaz e poderá ir mais adiante ou repetir o que agora fez” ao passo que detém 20% do petróleo global. Assim, o editorial legitimou o uso da força e reclamou às potências não árabes supracitadas intervenções firmes e diretas em contraponto a propostas de negociações.

Em 6 de setembro, o editorial “A tentação da unilateralidade” apresentou a entrevista de Alexander Haig ao jornal paulistano e a posição do veículo para a nova ordem geopolítica que se formava. No primeiro momento, há um empenho na construção da figura de Haig. O ex secretário de Estado foi apresentado como alguém experiente e capacitado, aliás, foi “um velho soldado que comandou as tropas do Vietnã e chegou a comandante supremo das forças aliadas na Europa”³¹⁵, além de ter sido assistente de Henry Kissinger. Currículo à parte, Haig defendeu o bloqueio econômico ao Iraque em vez da ação militar no conflito. O editorial ressaltou da fala de Haig o entendimento de que “a atual crise no Golfo” era um teste “de acomodação das potências” no mundo sem a bipolaridade. Cenário no qual União Soviética e Estados Unidos teriam poder relativo menor, pois não teriam o poder de manejar os conflitos como antes (“iniciar, controlar e terminar certos conflitos regionais que antes manobram em sua própria conveniência”³¹⁶).

Posteriormente, há um tom de crítica moderada que se confunde na mea-culpa de Haig e que o *Estado* reverberou. Para Haig, os EUA estavam evitando a tentação de unilateralidade e se comprometendo com a multilateralidade, não fosse o presidente George Bush ter estipulado as suas condições antes do Conselho de Segurança da ONU (a rendição

³¹⁴ O problema não é dos árabes. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 ago. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³¹⁵ A tentação da unilateralidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 set. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³¹⁶ A tentação da unilateralidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 set. 1990, Notas e Informações, p. 3.

incondicional do Iraque e a rendição de Saddam Hussein). Em seguida, foi apresentado o ônus da questão militar, os gastos e a manutenção dessa política, e a estratégia de Bush em dividir os gastos com seus aliados em quotas crescentes de quem mais dependia do petróleo. Outra problemática seria a necessidade de convencer a maioria democrata do Congresso de maiores quantidades de dólares ao conflito em meio à questão do déficit público. Esses pontos marcam a posição ideológica do discurso do jornal até o momento, posição pacifista (condizente com o seu histórico conservador) e de apoio à multilateralidade sob a ONU.

A outra possibilidade no horizonte do *Estado* seria o possível “freio” da “moderação política” de Mikhail Gorbachev cujo encontro na Finlândia se aproximava. O jornal ressaltou que o líder soviético não se estusiasmava com a política de Bush, apesar de sua adesão ao bloqueio econômico. Ao fim, o editorial fez pouco caso da possível crítica do Partido Comunista sobre as incursões militares de Bush no Iraque – “para um velho ‘quadro’ do PCUS, podem tornar mais vulneráveis as fronteiras do Império Soviético”³¹⁷.

Em linhas gerais, o editorial construiu uma ideia de Nova Ordem Mundial sob o auspício da ONU, um cenário multipolar, no qual o poder não deveria ser exercido por grandes potências, mas através do consentimento e da cooperação. Há um tom de crítica ponderado ao belicismo norte-americano à medida que reverberou o depoimento de Haig ao dizer que os EUA estavam comprometidos com a multipolaridade, mas Bush minou esse comprometimento.

É possível infringir um aspecto hegemônico do discurso do *Estado* à medida que o jornal naturalizou para o público brasileiro a violência norte-americana no Iraque; a crítica é feita tão somente por conta de não ter se enquadrado nos moldes do Conselho de Segurança, mas não pela violência ao Iraque; e quando o PCUS aparece como crítico a ação americana, ele é descredibilizado. Para o *Estado de S. Paulo*, os EUA não são uma ameaça externa, apesar da forte intervenção armada em um país do Oriente Médio próximo das fronteiras de outra superpotência que até muito pouco tempo era vista como inimigo ideológico.

Na semana seguinte, no dia 11, o editorial “A moderação vence em Helsinque” tratou do encontro entre os dois líderes das duas superpotências. É possível ressaltar a intertextualidade presente no título deste editorial com o exposto anteriormente, do dia 6. Naquele dia, Gorbachev foi apresentado como a figura da moderação política, alguém capaz de “dobrar” o presidente dos Estados Unidos – e foi o que ocorreu. Portanto, é nítido a construção discursiva positiva a Gorbachev pelo *Estado* como se ele fosse o vencedor.

³¹⁷ A tentação da unilateralidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 set. 1990, Notas e Informações, p. 3.

Ao longo do editorial, o periódico constrói discursivamente a mudança de postura de Bush após o encontro com Gorbachev em Helsinque: “Sete horas de conversação no domingo bastaram para que o presidente norte-americano atenuasse as posições deliciosas sustentadas desde o início da crise”³¹⁸. Em seguida, o jornal ressaltou as fragilidades e os obstáculos estadunidenses para a empreitada belicista, pois a sua superioridade econômica e ideológica, nem sempre se confirma no plano político e militar – a URSS, por sua vez, é retratada com inferioridade econômica e ideológica. A URSS de Gorbachev, mesmo sendo o freio a Bush, não deixou de ser retratada como inferior econômica e ideologicamente.

Nota-se que a exaltação implícita a Gorbachev não é transferida ao País dos Sovietes. É como se Gorbachev não fosse fruto daquele país e daquela burocracia. Sua moderação e suas virtudes são exclusivamente suas, assim como os elogios que lhe são feitos pelo periódico.

Novamente, há a crítica ponderada aos EUA pelo jornal:

Embora carregada de conteúdo ético, a posição norte-americana pecava por confiar excessivamente nos meios militares para a solução da crise, resultando disso hesitações e resistências a governos que não desejam associar-se a atos de força.³¹⁹

O conteúdo ético por trás do ímpeto pela força, a utilização do verbete “pecava” como eufemismo para “errava” expressa um traço ideológico positivo aos EUA, isto é, mesmo errantes em seu belicismo, são retratados como bem intencionados. O jornal mantém a tênue identidade conservadora e liberal, isto é, critica o país âncora do capitalismo mundial, mas o faz através da suavização e da ponderação. Em síntese, *o Estado de S. Paulo* defendeu uma visão legalista dos conflitos mundiais. Dada o cenário de compreensão entre as superpotências, o cenário de paz no horizonte seria um papel, sobretudo, das potências regionais em gerir os seus conflitos, caso contrário, acabariam por legitimar o papel das superpotências como guardiões mundiais.

No dia 27, *o Estado* dissertou a respeito do bloqueio aéreo contra o Iraque, pois havia sido aprovada a Resolução 670 do Conselho da ONU, a qual impunha o bloqueio aéreo de ajuda ao Iraque seja pelo impedimento de um avião levantar voo ou sua interceptação. O

³¹⁸ A moderação vence em Helsinque. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 set. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³¹⁹ A moderação vence em Helsinque. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 set. 1990, Notas e Informações, p. 3.

jornal desenvolveu a sua descrença na eficiência da Resolução devido ao precedente que se abriu para interceptar aviões, movimento que se configura (quase sempre) em abatimento.

Além de todo esse aspecto analítico sobre a Resolução, o editorial expôs a postura soviética de ponderação e levantamento da seriedade acerca dos ricos humanos no Conselho de Segurança. O editorial apresentou surpresa e duvidou da posição ter sido algo paradoxal ou “sinais dos novos tempos”. Em seguida, lembrou o abatimento do *Boeing* da *Korean Air Lines*, em 1983, por caças soviéticos – incidente no qual morreram 269 pessoas. A nível ideológico, nota-se que, mesmo cinco anos após a ascensão de Gorbachev e o enorme avanço da *glasnost* e da *perestroika*³²⁰, o *Estado de S. Paulo* permaneceu reticente à postura soviética, o editorial manteve a imagem de um país agressivo e pouco confiável ao duvidar da veracidade de sua ponderação.

Dos temas internacionais à política doméstica soviética, o editorial de 29 de setembro, intitulado “Os poderes de Gorbachev”³²¹, tratou dos poderes “excepcionais” concedidos pelo parlamento ao presidente da URSS para conduzir “na transição do planejamento centralizado para o jogo do livre comércio”³²². O editorial também tratou do feito de Gorbachev ao conseguir ratificar sua proposta de elaborar um plano e reunir uma comissão para tal empreitada. O enredo exposto pelo editorial se deu no qual Gorbachev tinha o Plano de 500 dias – o “Plano Shatalin” – como o seu preferido, mas, por falta de condições políticas, não pôde levá-lo adiante. Do outro lado, não pôde rejeitar definitivamente o plano de seu primeiro-ministro Nikolai Rijkoff para não abrir “uma frente política no momento indesejável”.

O editorial foi categórico e firme sobre a adesão do líder ao plano mais direto à volta à economia de mercado – “Fica claro que o Plano dos 500 dias continua o preferido de Gorbachev”. Logo, os obstáculos políticos para sua efetivação não seriam mais uma realidade a partir do momento que o presidente soviético exercesse os poderes recebidos do parlamento (“Gorbachev poderá então introduzir por decretos as reformas que lançarão a União Soviética na economia de mercado”³²³).

Ao fim, o editorial apresentou os problemas atuais da economia soviética (déficit orçamentário e escassez de pão) e o inverno que se aproximava. A frase final (“Nessas condições, 500 dias demorarão a passar”) implica não apenas que o Plano de 500 dias está

³²⁰ Apenas alguns dados: naquela altura, a URSS não era mais unipartidária, a censura havia sido abolida anos antes e estava em curso o plano de volta à economia de mercado.

³²¹ Os poderes de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³²² Os poderes de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³²³ Os poderes de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 1990, Notas e Informações, p. 3.

garantido, como constrói discursivamente que a introdução da economia de mercado tem significado natural ao crescimento econômico.

Dois pontos são ilustrativos para compreender o pensamento do *Estado* a partir do editorial exposto acima. Primeiro, Gorbachev é apresentado como forte, seus poderes ilimitados são justificáveis pelo seu compromisso com a *perestroika*. Além disso, foi um político hábil ao negociar tempo e novos arranjos de poder para angariar um plano viável diante da impossibilidade de conciliar os dois planos anteriores. Ele “continua fazendo um complicado jogo de equilíbrio de forças para poder levar adiante a *perestroika*”³²⁴. O editorial ressaltou que o acúmulo de poderes em Gorbachev foi necessário, pois Bóris Yeltsin rejeitava a transferência de poder, logo, não teria a força necessária para engendrar uma efetiva economia de mercado.

Segundo, torna-se cristalizado, ao leitor mais atento, o aspecto ideológico liberal no discurso acima. A intertextualidade da prática discursiva do jornal pode ser percebida na reprodução de um discurso circulante nos países centrais do Ocidente durante o fim da Guerra Fria, o qual a economia de mercado era um marcador de sucesso, como uma simples fórmula a ser adotada e aplicada para crescer economicamente. Em sua dimensão hegemônica, este discurso naturalizou ao leitor brasileiro até mesmo a acumulação de poderes por um governante por meio de uma justificativa econômica. Há, dessa forma, uma hierarquia de princípios governamentais de cunho neoliberal: a economia (liberal) torna-se a justificativa para novas configurações de poder, ainda que a democracia e/ou a equipotência dos poderes sejam abaladas.

A sutileza da aposta em Gorbachev no editorial “A moderação vence em Helsinque” deu lugar aos elogios abertos no editorial “Gorbachev e a paz”, do dia 17 de outubro. Neste dia, o *Estado* reverberou o Prêmio Nobel da Paz concedido ao líder soviético por seus esforços em torno da distensão, da reconquista na liberdade nos países do leste e da redução da velocidade da corrida armamentista. O jornal teve o cuidado de ressaltar que todos esses feitos não foram sinais de um oportunismo, mas advém de “suas crenças nas necessárias mudanças internas na União Soviética com a visão que tem das relações internacionais”³²⁵.

É interessante o destaque dado à fala de Gorbachev pelo periódico. Há uma intertextualidade manifesta através do discurso relatado:

³²⁴ A moderação vence em Helsinque. O *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 set. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³²⁵ Gorbachev e a paz. O *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 out. 1990, Notas e Informações, p. 3.

Nosso ideal – descreve Gorbachev – é uma comunidade mundial de Estados de Direito, cuja política externa também se baseie nas normas jurídicas. Um acordo a ser alcançado sob os auspícios da ONU, sobre a interceptação uniforme dos princípios e das normas do Direito Internacional, com a sua codificação levando em conta as novas condições, e a elaboração jurídicas para os novos domínios de cooperação contribuíram para isso.³²⁶

O editorial continuou a reverberar o discurso do líder sobre a comunhão universal dos Estados e respeito às leis. Como exposto anteriormente, o jornal paulistano defendeu princípios similares aos de Gorbachev, sobretudo no que tange ao papel da ONU como epicentro dos acordos entre os países e da defesa a uma comunhão mundial sob regras e leis do Direito Internacional.

O *Estado de S. Paulo* codificou, então, o discurso de Gorbachev como a adesão ao ideal kantiano da paz perpétua. Isto se deu pelas iniciativas do líder na direção oposta aos conflitos internacionais, na postulação de uma “casa comum europeia”, na redução unilateral de forças, na não interferência nos processos políticos nos países do leste e na confiança nos fóruns internacionais, como a ONU. O *Estado*, entretanto, em meio à admiração por todos esses esforços, ponderou a sua aplicabilidade. Foi ressaltado que todo esse processo engendrado foi permitido sobretudo aos poderes acumulados por Gorbachev e, à medida que a URSS se transformava em uma democracia “onde as forças sociais e os interesses de grupos se entrechocam e prevalecem alternadamente”, este caminho “talvez não seja possível”³²⁷.

O *Estado de S. Paulo* reverberou uma visão realista das relações internacionais. À medida que concordou com a perspectiva gorbacheviana dos demasiados temas mundiais, ponderou a existência de uma ordem tão harmoniosa e pacífica em sistemas de governos organizados por bases políticas heterogêneas. Certamente, isso não foi impedimento para o jornal rogar por mais obras de Gorbachev à favor da paz – após ter anunciado a crescente crise de poder no país do líder. Aliás, elogios não foram poupados ao presidente soviético: “operador habilidoso e pragmático”, “não perde de vista o mundo que quer construir”. Apesar das ressalvas, o líder foi retratado como hábil, focado e consciente daquilo que desejava construir.

O tom favorável a Gorbachev se manteve límpido no editorial “As reformas econômicas de Gorbachev”. Neste dia 23 de outubro, o editorial tratou de apresentar os

³²⁶ Gorbachev e a paz. O *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 out. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³²⁷ Gorbachev e a paz. O *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 out. 1990, Notas e Informações, p. 3.

calorosos debates acerca do plano de transição à economia de mercado, tema que foi uma ferramenta de pressão dos ultra reformadores – encabeçados por Yeltsin – à Gorbachev. Neste dia, ficou visível a predileção do *Estado* pelo presidente soviético em relação ao presidente da Federação Russa durante a queda de braço que se estendeu até o fim do país no ano seguinte.

Apesar de seus votos pelo Plano de 500 dias, conforme apresentado no editorial de 29 de setembro, o *Estado de S. Paulo* reconheceu as dificuldades para sua execução devido às disputas sobre o poder entre centro e repúblicas, bem como a importância de haver um líder compromissado com os valores ocidentais e com a economia de mercado. Em síntese, o jornal assumiu uma postura realista sobre a crise soviética, pois um avanço direto ao mercado poderia pôr tudo a perder: “Ao optar por reformas mais lentas e menos espetaculares, Gorbachev provavelmente estará ministrando a dose exata de reconstituente que o organismo de seu país aceita ingerir sem passar da letargia à convulsão”³²⁸.

A nível da prática social desse discurso, há o traço ideológico de construir semanticamente Gorbachev como alguém que conhece o seu país e sabe o que é melhor para ele – o líder “conhece a fundo as almas dos povos que compõem a União Soviética”. Observa-se a manutenção dos predicados atribuídos à Gorbachev no último editorial: ele é habilidoso e possui o conhecimento necessário para engendrar a volta à economia de mercado no ritmo certo, além de ter o controle das ações. Em sua prática discursiva, o veículo reverberou um discurso semelhante ao Ocidente àquela altura, de apoio irrestrito e elevação da figura de Gorbachev.

Em contraponto, Yeltsin foi criticado a partir da reportagem de um discurso. O jornal concorda com o presidente soviético quanto a Yeltsin e os dirigentes russos não quererem assumir as responsabilidades e transferir o ônus da transição ao poder central. Se fosse aprovado o “Plano de 500 dias”, todas as repúblicas teriam que engendrará-lo em 500 dias; com esse plano conciliador, mais moderado, ficou a cargo de cada uma delas acelerar ou não o processo. Até o momento, há um *ethos* de defesa à economia de mercado contínuo nos editoriais analisados que molda as opiniões do veículo sobre os sujeitos e eventos soviéticos.

Na esteira dos editoriais apresentados acima, o do dia 30 deste mês não poderia ser diferente. “O reformismo de Gorbachev dá frutos” tratou de apresentar – quem sabe, “celebrar” – ao leitor brasileiro liberação da formação de empresas com 100% de capital estrangeiro na URSS e a remessa de lucros junto a um decreto que cria um mercado de

³²⁸ As reformas econômicas de Gorbachev. O *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 out. 1990, Notas e Informações, p. 3.

câmbio. O jornal chamou atenção para o fato de países “ditos capitalistas, como o Brasil” terem receio de abrir a sua economia como faz a União Soviética.

Há um contingente intertextual nessa alegação do *Estado*. Por um lado, a criação de condições institucionais e legislativas para o florescimento do investimento estrangeiro e da iniciativa privada é recebida como garantia de que seu sucesso e cura para a crise econômica³²⁹. Por outro, esse editorial fez parte de uma reclamação constante ao governo por medidas descentralizadoras, pelo compromisso com os valores liberais apresentados no discurso de Collor antes de se tornar presidente³³⁰.

Gorbachev foi exaltado novamente. É interessante notar que a estratégia discursiva do *Estado* não esteve no silêncio sobre as mazelas soviéticas, mas na sua reverberação, na qual as “cartadas” de Gorbachev rumo ao mercado livre aparecia como o antídoto necessário para solucionar os graves problemas internos. Sendo assim, o jornal reverberou a “ameaça de desagregação do império e a necessidade vital de rápida modernização às novas exigências da economia globalizada”³³¹. O jornal foi ilustrativo em sua dicotomia: enquanto Stalin utilizou-se do poder absoluto para “fazer o uso totalitário dos mecanismos de poder estatal”³³² diante das condições precárias na construção do socialismo, Gorbachev utiliza-se do poder absoluto para “ampliar as liberdades internas e inserir a economia soviética na mundial na internacional”³³³. Logo, a centralização do poder não é inválida, se utilizada pelos fins necessários. Para o periódico, tratou-se de “um golpe contra a ideologia em desuso”³³⁴.

Foi em 14 de dezembro, no editorial “O permanente testemunho do horror”, que a boa vontade do *Estado* passou a ser ponderada. Neste dia, o jornal reverberou a recusa de Aleksandr Soljenítsin em receber o Prêmio Nobel de Literatura da Federação Russa. O veículo utilizou-se do peso simbólico de Soljenitsin enquanto renomado escritor crítico ao Estado soviético, outrora dissidente, que escreveu sobre os horrores dos campos de trabalho

³²⁹ “Essas medidas certamente incentivarão os investimentos estrangeiros, de que a URSS necessita dramaticamente. Ampliaram, também, as bases mínimas necessárias para que o cidadão soviético participe como empreendedor num mercado mais livre de peias e regulamentos que sufocam a criatividade e a iniciativa” O reformismo de Gorbachev dá frutos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³³⁰ Entre diversos editoriais nessa perspectiva, há o editorial intitulado “A necessidade de escolher”, desse mesmo dia (30/10/1990) no qual o jornal paulistano afirmou que Collor estava dividido e sua política não era clara; a sua proposta modernizadora e privatista se chocava com o apelo da ministra da Fazenda, Zélia Cardoso, sobre a dívida externa e com o presidente da Petrobrás, “que ora condena, ora defende o monopólio conforme a constituição”.

³³¹ O reformismo de Gorbachev dá frutos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³³² O reformismo de Gorbachev dá frutos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³³³ O reformismo de Gorbachev dá frutos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³³⁴ O reformismo de Gorbachev dá frutos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 1990, Notas e Informações, p. 3.

forçado soviéticos – como exposto no *Arquipélago Gulag* – para criticar o Estado soviético num dialogismo entre presente e passado, continuidades e rupturas.

Destaco dois pontos. O primeiro no âmbito textual, argumentativo. Para o *Estado de S. Paulo*, o totalitarismo ainda deva ser uma pauta porque ele ainda se perpetuava no país. A argumentação seguiu o fato de que o sistema totalitarista deixou efeitos colaterais (uma “terra arrasada”); novamente em sua história, a Rússia e a URSS tiveram como saída a centralização (em Gorbachev) para dar conta do funcionamento do país em meio ao caos. Nesse sentido, o jornal ponderou os diagnósticos sobre os “ventos de mudança” no pós-Guerra Fria e apontou a fragilidade da transição. Em sua ótica, a crise multifatorial na Rússia não tornou clara a passagem do país para um novo momento de sua história – a existência de uma “nova Rússia” –, pois o país carecia de instituições e um bom funcionamento; eram os sintomas de anos sob o comunismo³³⁵.

O segundo ponto, no âmbito hegemônico; o *Estado* atuou para manter uma representação hostil do comunismo e da União Soviética. É válido ressaltar que, àquela altura, a URSS perdera consideravelmente o aspecto de “Império do Mal”, muito por conta da imagem, dos discursos e dos esforços de Gorbachev no trabalho empenhado em prol da paz e da cooperação internacional. Nesse sentido, o editorial fez lembrar que os anos de totalitarismo não ficaram no passado e que há um fundamento intrínseco entre as experiências de terror e a ideologia comunista. Portanto, o editorial contrapôs o momento atual da URSS sob Gorbachev, o “socialismo de rosto humano”, e apontou uma essência histórica ruim por si só (“constituía ameaça letal para a Humanidade não porque sua vocação era expansionista, mas porque existia”³³⁶).

O tom pejorativo continuou no editorial do dia 20 de dezembro, “O cometa soviético”. Nele, o jornal dissertou a respeito da dificuldade de se chegar a um acordo sobre o Novo Tratado da União e a iminência de secessão na União Soviética. No tocante ao cenário deste país, o *Estado* apresentou as vozes secessionistas como maduras e racionais. Em suas palavras: “são amadurecidas na razão e vivificadas no entusiasmo”³³⁷. O jornal rechaçou qualquer abordagem pejorativa aos protestos nas ruas por independência.

Este editorial compôs um ponto de mudança na imagem de Gorbachev nas páginas do *Estado*, outrora super valorizada e “imune” às crises domésticas. Diante da inevitabilidade da

³³⁵ “[...] a paralisia antes unicamente às perversões do sistema centralizador; as insatisfações derivadas de esperanças desfeitas e promessas não cumpridas” O permanente testemunho do horror. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 dez. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³³⁶ O permanente testemunho do horror. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 dez. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³³⁷ O cometa soviético. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 dez. 1990, Notas e Informações, p. 3.

fragmentação, o Novo Tratado da União foi representado como “muito difícil”, pois não demandava do líder apenas as tratativas com o parlamento, mas com os demais líderes das repúblicas.

Além disso, há uma transferência do poder decisivo sobre os eventos. A figura de Gorbachev deixou de ser vista como “toda poderosa”. O jornal ainda faz menção à sua habilidade política – “dotado de superior habilidade” –, mas deixou claro que a situação saiu de seu controle porque diz respeito à esfera multinacional da URSS. O poder estava na mão da periferia do sistema, não exatamente nos governantes, mas no povo, isto é, em “pessoas cujo nome a História ainda não registra”³³⁸.

Além do aspecto ideológico de validar e apoiar a secessão, o editorial foi construído a partir da perspectiva ocidental. Percebe-se pela apresentação da iminente desagregação como um desejo dos líderes ocidentais desde a Segunda Guerra e, sobretudo, pela reprodução do medo ocidental sobre a resposta das autoridades soviéticas ao impasse político. O jornal apresentou que era preocupante para o Ocidente a inevitabilidade da secessão em alguma parte da URSS, pois poderia desencadear conflitos que provoquem sintomas no mundo ou a URSS pode tornar-se uma ditadura devido sob Gorbachev. Em suma, temeu-se a “repressão militar dos separatistas ou endurecimento do regime pelos militares administrados por Gorbachev”³³⁹. Aliás, este tema passou a ser cada vez mais recorrente e mais agudo nos editoriais do *Estado* a partir do fim desta etapa “À caminho da paz”.

No dia 22, o editorial “O gambito de Shevardnadze” apresentou a polêmica saída do chanceler georgiano e companheiro próximo de Gorbachev, Eduard Shevardnadze. O evento foi um sinal da agudização da convulsão interna quando os conflitos regionais e a pressão separatista desdobravam-se em pressão da ala conservadora do PCUS e dos militares. O fato do chanceler ter sido uma das figuras políticas “mais arejadas” trazidas para integrar e levar adiante o “Novo Pensamento” durante a *perestroika*, sobretudo na questão das relações internacionais, possibilitaria uma interpretação pessimista e alarmante sobre a sobrevivência da *perestroika*. A leitura do *Estado de S. Paulo*, entretanto, foi mais positiva.

Primeiro, não foi excluído o peso da saída de Shevardnadze. Ela foi interpretada como um golpe na direção de Gorbachev e dos militares que só o tempo deixaria claro a quem o impacto deste evento realmente se direcionou. Também não foi poupada a dimensão da crise. Relembro que a saída veio junto de uma “bombástica denúncia”, nas palavras do *Estado*, da iminência de uma ditadura no País dos Sovietes. Nesse sentido, “seja como for, é inegável que

³³⁸ O cometa soviético. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 dez. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³³⁹ O cometa soviético. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 dez. 1990, Notas e Informações, p. 3.

a crise soviética chegou a seu ponto mais alto”³⁴⁰. Além disso, o jornal fez saber que a crise se dava pela dimensão do poder, cada vez mais pulverizado diante das disputas entre o governo central, os militares e as repúblicas – “E é aí, na incapacidade de impor a lei e a ordem, que se revela a inteireza da crise do Estado soviético”³⁴¹.

Diagnósticos à parte, chama atenção o sentido aplicado a este vento crítico e nebuloso. *O Estado de S. Paulo* viu na saída de Shevardnadze um possível gambito. O jornal utilizou um termo enxadrista para ilustrar uma artimanha para vencer o adversário (os militares e a ala conservadora do PCUS) – uma atitude dotada de estratégia. Ou seja, a saída do chanceler seria um passo para trás, para frear os ímpetos de tomada de poder por esses grupos. Sendo assim, “ao contrário das aparências”, o ex chanceler “pode não estar abandonando Gorbachev na hora mais difícil”³⁴².

Este sentido é complementado quando fala de Gorbachev e seu *modus operandi* no Congresso. O editorial ressaltou que o presidente costumava receber demasiadas críticas durante a sessão para depois voltar ao ponto inicial e aprovar suas propostas. Assim, Gorbachev foi representado (novamente) como hábil político, apesar de seus poderes estarem sendo enfraquecidos à medida que a crise não se encontra tanto mais no ambiente político soviético, mas no plano inter-regional.

O jornal apresentou uma metáfora ilustrativa e complementar à construção discursiva exposta acima. Segue a metáfora junto de minha interpretação: A URSS é um barco a velas (impotente) trocando o motor de propulsão a diesel (alusão à troca do socialismo pela sociedade de mercado) cujos tripulantes (população) está amotinada (separatismo) e é incompetente (militares e burocracia ortodoxa). Esse processo solta energia terrível (a carta dos 53 militares). O comandante (Gorbachev) pode confinar algumas das manifestações e canalizar apoio de outras em benefícios de seu projeto (*perestroika*). O recurso metafórico foi utilizado para defender que Gorbachev teria utilizado do antagonismo entre os vetores, militares e separatistas, para anular uns aos outros, pois utilizou a ameaça de recrudescimento da ordem para arrefecer os ânimos de secessionismo e a saída de Shevardnadze para, igualmente, eliminar os argumentos dos conservadores de que o separatismo acontecia por causa da *perestroika*.

³⁴⁰ O gambito de Shevardnadze. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 dez. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³⁴¹ O gambito de Shevardnadze. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 dez. 1990, Notas e Informações, p. 3.

³⁴² O gambito de Shevardnadze. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 dez. 1990, Notas e Informações, p. 3. Certamente, uma das características deste período que chamei de “A caminho da paz” é a visão positiva com tudo aquilo que envolve Gorbachev, como é o caso de seu chanceler Eduard Shevardnadze. Chamo atenção para este fato, pois, nas seções seguintes, a perspectiva de análise do jornal irá mudar, por vezes fazendo de uma situação tranquila um cenário crítico. Além disso, à luz da história, a saída do chanceler foi bem significativa e se concretizou em uma mudança de rumos no país.

No dia 29 deste mês, entretanto, o *Estado* voltou a reverberar pessimismo e desconfiança em torno de Gorbachev. O apoio irrestrito do mês anterior não permaneceu intacto. Os poderes acumulados pelo líder passaram a ser retratados com desconfiança. Apesar da leitura um tanto quanto positiva da saída de Shevardnadze, é possível observar consequências diante da abordagem sobre os acontecimentos e rumos soviéticos.

Nessa perspectiva, o editorial escreveu: “Gorbachev está acima do bem e do mal, podendo pender tanto para um lado quanto o outro”³⁴³; “Resta saber se o uso desse poder por um só homem não acabará fazendo dele um ditador, ao mesmo tempo criador e coveiro da *perestroika*”³⁴⁴. Chamo atenção ao fato de que Gorbachev passa a ser visto *não mais como a garantia da perestroika*, ou seja, como o agente propulsor da economia de mercado e do Estado Democrático de Direito. A marca ideológica deste discurso está na desconfiança em relação a Gorbachev por não ver clareza em sua adesão aos princípios liberais.

Boa parte dessa postura se deve, sobretudo, à nova admissão no governo central. Disse o editorial: “...surge agora um desconhecido, Gennadi Yanayev, um *apparatchik* cuja indicação pode demonstrar que Gorbachev se apoiará com mais vigor nas estruturas tradicionais do Partido Comunista”³⁴⁵. Em seguida, o periódico fez afirmações e reverberou a tensão sobre a (provável) nova condução da política externa soviética: “Daí os temores generalizados dentro e fora do país, de que os tempos da euforia libertária estão chegando ao fim”³⁴⁶.

É importante ressaltar que o *Estado* desenvolveu seu discurso a partir de afirmações universalizantes ao criar um senso de totalidade em torno de sua perspectiva pró *perestroika*. Ou seja, quem está temeroso dentro da URSS? Quem está temeroso fora? Torna-se lugar comum, nas páginas do jornal, alguns medos e angústias, assim como algumas vitórias e celebrações. O aspecto hegemônico do discurso do *Estado* passa pela naturalização de uma perspectiva neoliberal fortemente ocidentalizada. Os “temores” que tanto se fala são, principalmente, aqueles advindos dos Estados Unidos e da Europa ocidental, países temerosos com o fim da política de aproximação e colaboração da URSS. O ano terminou em clima mais agitado.

O ano de 1991 chegou e a paz foi anunciada como distante. Alguns pontos são interessantes para destacar como o *Estado de S. Paulo* interpretou aquele momento de transição. Primeiro, o jornal afirmou que o mundo ainda era bipolar, pois a multipolaridade

³⁴³ Os poderes de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 29 dez, 1990, Notas e Informações, p.3.

³⁴⁴ Os poderes de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 29 dez, 1990, Notas e Informações, p.3.

³⁴⁵ Os poderes de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 29 dez, 1990, Notas e Informações, p.3.

³⁴⁶ Os poderes de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 29 dez, 1990, Notas e Informações, p.3.

ainda não existia, estava em gestação. Este entendimento contrasta com a linha interpretativa de até meados de novembro quando falava-se em “mundo pós-Guerra Fria”. Segundo, voltou-se a ter um discurso crítico ao belicismo dos EUA e a predominância de interesses na ONU. Terceiro, o problema soviético era mais agudo, pois não se tratava apenas do aspecto econômico, mas uma reação colonial, “um movimento mundial”. Ou seja, no editorial “Um ano para consolidar a paz”, esta é apresentada como ameaçada devido à aguda fragilidade de Gorbachev na URSS e a ação dos EUA no Golfo. O ano de 1991 seria o ano para consolidar os avanços de 1989 e 1990.

Se a paz estava comprometida, ela tornou-se ainda mais distante no dia 10 de janeiro após a morte de manifestantes em Vilnius, Lituânia, pelo exército soviético. O editorial “A crise avança na URSS” tratou deste evento. Gorbachev, por sua vez, não foi retratado com aquela habilidade; os eventos acontecem apesar de sua vontade – “com ou sem o apoio explícito de Gorbachev, o Exército soviético está apertando o cerco”³⁴⁷. A sua crise de liderança foi transformada em símbolo do fracasso inevitável do socialismo: “A difícil situação do primeiro-ministro Gorbachev é a mais clara demonstração da impossibilidade de preservar a ordem bolchevista”³⁴⁸. A desintegração, apresentada como iminente, não foi uma problemática. Usou-se um termo positivo (“emancipação”) para os movimentos que se afastam de Moscou: “O processo de emancipação das repúblicas bálticas se mostra irreversível”³⁴⁹.

A dimensão ideológica desse discurso trouxe consigo alguns fatores. Entre eles, de que o socialismo é autoritário (exército contra a população), é ineficaz (Gorbachev não consegue governar) e insustentável (desmoronamento inevitável). O Ocidente aparece implicitamente como estabilidade, liberdade e futuro. A nível hegemônico, permanece a idealização de um tom estritamente pejorativo à URSS e ao socialismo em contraponto ao tom positivo do Ocidente e do capitalismo.

Diante dos últimos capítulos da conturbada crise soviética, a questão do Golfo passou a ser retratada em tom mais crítico e o editorial passou a apoiar cada vez mais a solução estadunidense para o conflito. Em 11 de janeiro, no editorial “A esperança nos interesses”³⁵⁰, o *Estado* reverberou o discurso de Bush para concordar que Saddam Hussein era tal qual Hitler e devia ser impedido. Foi, igualmente, convergente com as análises da ONU de que havia um projeto de energia nuclear, portanto, que o mal deveria ser cortado pela raiz.

³⁴⁷ A crise avança na URSS. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jan.. 1991, Notas e Informações, p. 3.

³⁴⁸ A crise avança na URSS. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jan.. 1991, Notas e Informações, p. 3.

³⁴⁹ A crise avança na URSS. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jan.. 1991, Notas e Informações, p. 3.

³⁵⁰ A esperança nos interesses. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jan. 1991, Notas e Informações, p.3.

O jornal advogou pela intervenção armada no conflito contra Hussein – em contraste com as soluções mais moderadas que vinha defendendo até então. Assim, criticou a não intervenção armada pela ONU como sinal de fragmentação de interesses e reavivamento de uma corrida pelo petróleo, como o fez no dia 15 (“Que virá depois”). Além disso, o periódico paulistano fez lembrar que a relação americano-soviética deteriorou-se de agosto para janeiro, logo, o apoio soviético não poderia ser dado como garantido. A crise no Golfo passou a ser recebida como um evento cada vez mais tenso e capaz de ser um divisor de águas através de uma corrida do petróleo.

5.1.4.2 A volta da Guerra Fria?

No mesmo dia, o editorial “A volta da Guerra Fria”³⁵¹ apresentou de forma mais detalhada o que poderia ser o novo cenário geopolítico mundial a partir daquele momento. O jornal ressaltou que uma guerra no Oriente Médio possivelmente causaria uma crise energética mundial na qual Japão e Europa teriam que recorrer ao fornecimento de petróleo pela URSS. A questão se apresentava como crítica à medida que o exército dava sinais de querer resolver a crise de Estado através da reafirmação da autoridade e da integridade do país. Logo, o editorial exprimiu (novamente) os temores – ocidentais – da volta de uma União Soviética com papel-chave mundialmente e sob uma linha dura.

Este editorial desdobrou-se em defesa de Gorbachev. Foram rechaçadas as críticas sobre a força de suas reformas e ao seu compromisso com os valores liberais. O *Estado de S. Paulo* deixou claro que “a *perestroika* e a *glasnost* produziram uma crise de Estado”, que foram antítese à burocracia soviética, logo, não podem ser vistas como meras “cortinas de fumaça” ou – em minha palavras – um blefe do comunismo. A nível ideológico, o editorial chamou para si a figura de Gorbachev em meio a um sentido negativo aos órgãos soviéticos (PCUS e KGB) como corruptas, centralizadoras, sustentações do Estado e rede de privilégios. Há um antagonismo claro, embora ameaçado, entre o presidente soviético, de um lado, e o exército e a burocracia, de outro.

Esta, por sua vez, teve destaque durante o período. Ela foi retratada como um organismo independente aos processos disruptivos do país. Naquele momento, quando o movimento comunista perdera a energia de antes e mesmo o Partido não era mais a força-guia do país, era a burocracia o pilar de sustentação que Gorbachev se apoiou para reafirmar seu

³⁵¹ A volta da Guerra Fria. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 11 jan. 1991, Notas e Informações, p.3.

poder na Lituânia. Isto é, a ideologia (comunista) não era a sustentação do país, pois estava fracassada, mas sim a burocracia.

Muitos foram os verbetes utilizados para descrever a União Soviética nesse momento. “Colcha de retalhos”, “enfraquecida internamente”, e o mais constante, “Império Soviético”. Entretanto, os acontecimentos do início de 1991 agudizaram a representação da União Soviética como um país hostil e “com interesses e capacidades planetárias”³⁵².

Diante da apreensão do *Estado de S. Paulo*, a fala do chanceler brasileiro Francisco Rezek foi duramente criticada. Em suma, Rezek discursou sobre o ônus da unipolaridade norte-americana face ao desmantelamento soviético. A chancelaria brasileira – que já havia sido criticada no ano anterior por falta de preparo e estratégia para momentos de crise como a do Golfo, bem como pela sua postura branda em relação ao Iraque – recebeu demasiada atenção neste mês. Na realidade, o mês de janeiro foi longo para Francisco Rezek, cujo nome não saiu dos editoriais (até mesmo depois deste mês) pela sua perspectiva geopolítica. A crítica aos EUA saiu cara e os argumentos do *Estado* são reveladores de sua dimensão ideológica e hegemônica dos discursos editoriais.

Em 17 de janeiro, em “Diplomacia e seriedade”, o *Estado* rebateu o chanceler ao dizer que a unipolaridade norte-americana não é uma problemática; alinhar-se aos EUA significava escolher o sucesso econômico, o desenvolvimentismo. Para o jornal, a política externa brasileira apoiou-se em uma perspectiva errada, o momento da URSS não elevava tanto a unipolaridade americana e os EUA não era ameaça ao Brasil. Além disso, a bipolaridade não representava um cenário melhor devido a sua equipotência. Pelo contrário, uma eventual volta da Guerra Fria seria o advento da possibilidade de escolha pela miséria; não se alinhar com os EUA seria manter uma postura isolacionista e retrógrada.

A perspectiva de Rezek foi recebida em tom crítico e irônico. O debate sobre soberania nacional foi comumente categorizado como “terceiro-mundismo”. Percebe-se, nessa “caricatura” política a redução do debate sobre a geopolítica internacional e o abafamento de vozes contrárias ao bloco hegemônico norte-americano através de uma categorização pejorativa. A intertextualidade apresentou-se através de *ironia* e *negação* em frases como “o fantasma do imperialismo norte-americano povoa novamente o cérebro de nossos dirigentes”. Ao localizar o “fantasma” no *cérebro* dos governantes, o editorial criou o sentido de que a ameaça imperialista não era verdadeira e só existia na imaginação dos governantes. O tom jocoso seguiu em: “Os Estados Unidos, vitoriosos, dominarão o mundo e

³⁵² A estrutura inquebrada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 jan. 1991, Notas e Informações, p.3.

o Brasil com ele!”. Ao fim, o editorial pediu ao Itamaraty publicar no *Sunday Times* um campeão para figurar como superpotência ou torcer pela KGB e o Exército soviético restaurar a ordem e manter a Guerra Fria. Esse discurso possui dimensão ideológica pró Estados Unidos ao passo que é hegemônico ao naturalizar a unipolaridade norte-americana. Não houve sequer uma análise crítica sobre a ordem mundial liderada pelos EUA e o papel do Brasil, um país subdesenvolvido, carente de capitais, inflação alta e dívidas intermináveis com o FMI.

Não bastasse o editorial acima, outro editorial, intitulado *Preocupações que voltam*, deu corpo à visão do periódico e, sobretudo, ao combate à visão da chancelaria brasileira. Entre os principais argumentos estão o fato no qual a diplomacia brasileira está equivocada e desatenta ao cenário global, pois a URSS não devia ser tomada como vencida (como “decadência”), ela era uma preocupação da Europa dos EUA à medida que não se sabia se Gorbachev recorreu ao Exército como forma de assegurar a unidade do país e reverter os feitos da *perestroika* e da *glasnost*. A diplomacia brasileira deveria preparar-se para um possível ressurgimento da Guerra Fria, caso, durante a guerra, se concretize que Gorbachev quis “enterrar” as reformas ou perdeu o controle do governo para o Exército.

Chamo atenção ao recurso textual que segue ao longo dos editoriais do *Estado* neste período. A dicotomia “enterrar” a *perestroika* e a *glasnost* e “ressuscitar” a Guerra Fria dão um tom de extremos dicotômicos. Para o editorial, o alinhamento de Gorbachev com o exército e a KGB poria um fim em toda abertura econômica e política de seu mandato. Nesta altura, é relevante o fato da possibilidade de um “golpe branco” na URSS ser um tema quente para o jornal, o qual criticava a chancelaria brasileira por temer uma ordem unipolar e não a volta de uma bipolaridade. Em síntese, o *Estado* demonstrou sua preocupação com a postura da chancelaria brasileira e reivindicou ao Brasil que deflagrasse o novo momento político (diferente do ano anterior) com desconfiança ao governo soviético, estratégias para enfrentá-lo diplomaticamente e alinhamento ao governo de George H. Bush.

O presidente estadunidense, neste tenso período, passou a ser representado com mais “boa vontade” pelo *Estado* concomitantemente aos votos do jornal por uma intervenção enérgica no Iraque. Logo no dia seguinte (18), o editorial defendeu o ataque ao país de Saddam Hussein imediatamente à ponto que seu exército fosse reduzido e suas armas destruídas; não devia se aceitar o acordo “sem vitória” como na Guerra da Coreia em 1953. As críticas ao belicismo de Bush de outrora se transfigurou em apoio ao uso da força ao passo

que (paradoxalmente) escreveu que “não houve quem mais se esforçasse pela paz quanto o Ocidente sob a liderança norte-americana”³⁵³.

Merece atenção a mudança discursiva do *Estado de S. Paulo*. A crítica moderada aos EUA foi descartada, eles agora são retratados como bastiões da paz. A guerra não era vista como um empecilho à paz, mas uma forma de alcançá-la. Em seguida, afirmou que “a Europa é o berço da civilização”; a guerra no Golfo é uma guerra do mundo civilizado contra o mundo não civilizado. O jornal não apenas atuou como porta-voz dos anseios ocidentais (sobretudo norte-americanos), mas justificou a intervenção armada a partir da utilização uma perspectiva imperialista na qual a violência era justificada pela superioridade moral e civilizacional do agressor, isto é, o mundo civilizado europeu contra o mundo não civilizado.

Outro editorial na mesma página complementa o exposto acima. Já no título, “Regressando ao passado” explicita o movimento de volta ao passado, contraponto implícito à direção para o futuro. Há também a manutenção do sentido do editorial do dia anterior que expus anteriormente – “Preocupações que voltam”. Assim, esse período foi marcado por alusões à Guerra Fria como um momento que havia terminado, mas que não estava claro o seu término por completo. O passado, portanto, é a bipolaridade em meio à ameaça soviética; o futuro é a *détente*, mas também a ordem mundial sob a primazia do capitalismo ocidental. Nem sempre explícito, esse padrão ganha corpo cada vez mais durante esse subtópico o qual intitulei “A volta da Guerra Fria?”.

Nessa perspectiva, o *Estado* afirmou que não tinha certeza de que a Guerra Fria acabara, pois a URSS tinha um pretensões nacionais e um aparato militar que não se foram com a fraqueza ideológica. O jornal ressaltou que havia um impasse no retraimento da política externa soviética e o seu rebaixamento a “país de terceiro mundo” somado à unipolaridade americana “a longo prazo”. O editorial deixou claro a distância que ainda se encontrava a “pax americana” e o chanceler Francisco Rezek não foi poupado neste editorial. Sua afirmação foi retomada como “pitoresca transgressão das leis da física”³⁵⁴.

Conforme supracitado, as críticas e a visão do *Estado* sobre a ação de Washington no Golfo mudaram durante este período de tensão e instabilidade. A criticidade de antes deu lugar à reverência aos esforços estadunidenses pela paz e a sua iniciativa foi reiterada e justificada. Fica evidente a mudança de posição do jornal quanto ao papel que cada ator deveria exercer na questão dos conflitos globais. Neste editorial do dia 18, o jornal afirmou que a situação do Kuwait foi um caso raro (a coalizão internacional) e *não se devia esperar e*

³⁵³ O futuro de cem anos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 18 jan. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁵⁴ Preocupações que voltam. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 18 jan. 1991, Notas e Informações, p.3.

acreditar na ONU como resolutive de conflitos. No momento em que a União Soviética dava indícios de mudança em sua condução política e mantinha a proposta de moderação sobre o conflito no Golfo, o *Estado* rompeu com a perspectiva defendida anteriormente de Nova Ordem Mundial sob a primazia da ONU – onde a URSS tinha poder de veto. Ao leitor brasileiro, foi apresentado o discurso hegemônico de naturalização do poder norte americano, sob ameaça soviética e inabilidade da ONU, ao passo que a unipolaridade ainda estava muito distante. Cabia ao Governo brasileiro escolher a civilização e a superioridade ideológica e econômica, isto é, os Estados Unidos.

É nebuloso a construção de sentido que o *Estado de S. Paulo* fez sobre a União Soviética, embora seja compreensível do ponto ideológico e hegemônico. Isto porque, na empreitada ideológica anticomunista, os editoriais ora tratavam da falência ideológica, da desintegração como questão de tempo, ora tratavam-na como uma potência a ser severamente temida e freada. Em linhas gerais, o *Estado* recusou a conceber a URSS como enfraquecida, apesar de editoriais citando a crise em níveis críticos e impasses, o país permeou os editoriais do *Estado* como uma ameaça constante aos EUA e ao mundo – e que requeria da diplomacia brasileira uma estratégia para lidar com ela. A metáfora visual contribuiu para a construção discursiva do país como entidade agressiva, irracional, selvagem, pronta para atacar o mundo (simbolizado pelo globo na ilustração abaixo).

Figura 5 - 18/01/1991

Regressando ao passado

No início da vigília que começou com o primeiro ataque da coalizão ao Iraque e ao Kuwait ocupado, o secretário-geral da ONU queixava-se pateticamente de que hora e meia depois do início das hostilidades ninguém se dera ao trabalho de informá-lo oficialmente. Pouco depois, o presidente George Bush ia à televisão prestar conta de seus atos ao povo norte-americano e, entre outras coisas, falava sobre a nova ordem internacional que se delineia e na qual a ONU teria papel cada vez mais preponderante. A queixa de Perez de Cuellar e o anúncio de Bush correm em direções opostas, e não é preciso clareza para saber qual prevalecerá. A ONU continua sendo um organismo incapaz de impor regras internacionais, e não é preciso clareza — como no caso presente —, os cinco grandes promovam a convergência de seus interesses. A invasão do Kuwait foi um caso raro em que a condenação da comunidade internacional passou das palavras aos atos. Caso singular, ele não faz jurisprudência, e seria insensato julgar que, com a predominância dos Estados Unidos, fortalecidos pelo fim da guerra fria, a ONU será o instrumento da chamada "pax americana".

Já dissemos nesta página que a sangrenta repressão aos lituanos não aconteceu às vésperas do início das ações militares contra o Iraque por acaso ou mera coincidência. As autoridades soviéticas tiveram várias oportunidades e pretextos de fazê-lo antes e, se empregaram a força naquele exato momento — se com a aprovação de Gorbachev, menos mal, porque o processo poderá estar controlado; se

com sua ignorância, pior, porque a desordem interna transbordará —, pretendiam, num único movimento, reprimir o separatismo báltico e avisar ao mundo que o urso rugiu e ainda tem os dentes e as garras afiados.

Fica agora claro, para os que duvidavam, que o desabamento dos cânones ideológicos não arrastou consigo os interesses nacionais soviéticos nem eliminou os meios com que Moscou sempre contou para sustentá-los, em escala planetária. Fica também muito claro que, embora às voltas com gravíssimos problemas internos, a liderança soviética não perde de vista que o retraimento de suas posições no plano internacional tem limites. Limites que podem conflitar, no curto prazo, com o tratamento de potência de terceira classe que a URSS vem recebendo

e, no longo prazo, com as atribuídas aspirações norte-americanas à "unipolaridade" — pitoresca transgressão das leis físicas usada pelo chanceler Francisco Rezek para rotular um fato político.

Ao primeiro desses limites é que se refere o comandante dos soldados soviéticos estacionados na Polônia, quando diz que seus homens sairão do país no momento e da forma que decidirem, caso o governo presidido por Lech Walesa continue criando obstáculos à permanência da guarnição de 50 mil homens e à passagem dos 350 mil soldados que estão na Alemanha — que Walesa teme sejam usados para reprimir a independência báltica. As palavras do general Viktor Dubynin, mais que o orgulho de um soldado, revelam uma política: "O Exército

entrará no território desta grande potência — a União Soviética — usando nossos próprios planos e as rotas que escolhermos".

O segundo limite acaba de ser fixado pelo próprio Gorbachev. A guerra fria somente terminou porque ele patrocinou a glasnost e a perestroika. Pois bem, o líder propõe que, para estabelecer a lei e a ordem, em oposição à agitação nacionalista, a glasnost seja suspensa. Mais uma vez fica claro, para os que duvidavam, que o acúmulo de poderes pessoais é um instrumento para a gestão da crise interna, mas tais poderes, exagerados, não podem ser assepticamente isolados da presença soviética no mundo. Se Gorbachev propõe a interrupção da glasnost é porque admite golpear o breve e incompleto experimento de liberdade na União Soviética. E, se admite suprimir o fundamento sobre o qual repousam as reformas liberalizantes, nada mais impede que se acredite que o retrocesso engolfará também tudo quanto se fez para que o confronto Leste-Oeste ficasse no passado.

Mudou Gorbachev? Provavelmente, não. Mas o mundo certamente mudou com Gorbachev. O líder soviético, ao lançar seu programa de recuperação da superpotência de pés de barro, liberou forças ainda indomadas. A euforia que se seguiu ao relaxamento das tensões e a embriaguez que acompanha a velocidade vertiginosa dos recentes acontecimentos internacionais provocaram miragens de um mundo que poderia ser, mas ainda não era, e não foram poucos os que acreditaram no que viam. A volta à realidade pode nos colocar, a toda a Humanidade, em um passado que criamos superado.



Fonte: Acervo Estadão.

No dia 25 de janeiro, a situação soviética foi apresentada como crítica. Em "A gangorra soviética"³⁵⁵, foi abordado o fato da repressão da Lituânia e da Letônia ter causado perda de apoio do Canadá e da Europa, essenciais à União Soviética. Assim, a estabilidade tanto interna como externa era impossível, a implosão da URSS era uma questão de tempo. Na metáfora ilustrativa, foi retratada uma gangorra com a foice e o martelo em uma ponta e um barril de pólvora em baixo prestes a ser explodido a qualquer momento. O cenário soviético foi retratado como inevitavelmente ruinoso. A cambiante política do país não poderia evitar a sua implosão.

Enquanto isso, a imagem de Gorbachev sofreu as consequências da apreensão do *Estado*. Afinal, a pergunta que se agudizou foi: Gorbachev utilizou o aparato militar para reforçar o seu cargo e frear as manifestações pró independência nos Bálticos ou os incidentes aconteceram sem o seu conhecimento? Em qualquer um dos casos, trata-se de um cenário desfavorável ao líder. O uso da força de um lado e a falta de governança do outro, o presidente estava de qualquer forma enfraquecido perante aqueles apoiadores — como era o caso do *Estado de S. Paulo*.

³⁵⁵ A gangorra soviética. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 jan. 1991, Notas e Informações, p.3.

Em 26 de janeiro, houve uma mudança na representação de Gorbachev. Ele não é mais visto como um hábil político; agora, ele é representado como um governante com boas ideias, mas demasiadamente teórico, sem poder tácito da realidade de seu país, sem clareza e confiança em suas estratégias em torno da *perestroika*. Novamente a irremediável crítica foi apresentada “a crise da URSS é enorme, até o que tende a ser benéfico, reage a mais crise”³⁵⁶. Houve também uma crítica ao chefe do Executivo. Para o *Estado*, Gorbachev fez tal qual Collor, no Brasil, ao atingir a poupança nacional e, principalmente, os idosos e os inativos. As fichas do jornal se esgotaram tanto para o líder da *perestroika* quanto para o “Caçador de Marajás”.

A chancelaria brasileira voltou a receber críticas variadas em relação ao Iraque. Entre elas estão o fato de não ter discriminado o país de Hussein pelo derramamento de petróleo no mar, por não ter sido realmente dura com o país e por ter dispensado os correspondentes de perto do conflito. Para o jornal, a chancelaria errou em manter o tom moderado de oposição ao Iraque, deveria ter enviado tropas e não ter tentado preservar a relação com o país. Ou seja, o Ministério das Relações Exteriores deveria ter se colocado diante da “mudança substantiva dos objetivos políticos e militares da coalizão” (a guerra não é mais para libertar o Kuwait, mas acabar com o Iraque).

É sabido que, desde a fala de Francisco Rezek sobre a unipolaridade americana, os editoriais passaram a estar ainda mais críticos à política externa brasileira. Enquanto defendia a adesão à resolução norte-americana sobre o Iraque, o editorial fez lembrar mais uma vez o tema e escreveu em tom irônico: “a sua posição terceiro-mundista arrastará o País para posições globais ainda mais desvantajosas, se o que vier por aí for a ‘paz americana’ prevista pelo chanceler”³⁵⁷. Ressalto que o termo “terceiro mundista” apareceu pela terceira vez no mês. O editorial utilizou a expressão para criticar a chancelaria brasileira de não aderir às posições ocidentais incondicionalmente, de procurar manter relações amplas com o mundo todo, até mesmo os Estados tidos como hostis aos EUA (URSS e Iraque).

Não bastasse o celeuma causada pela declaração de Francisco Rezek em janeiro, o chanceler brasileiro emitiu um artigo afirmando que o Itamaraty não atende aos interesses americanos, mas aos brasileiros. O caso gerou dois editoriais no topo da página nos dias 12 e 13 de fevereiro. O primeiro, “As relações Brasil-EUA –1”³⁵⁸, o *Estado* afirmou que a fala do chanceler merecia atenção e repulsa. Em seguida, o julgou o tom do artigo por ter reafirmado

³⁵⁶ Lenha na fogueira. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 26 jan. 1990, Notas e Informações, p.3.

³⁵⁷ Novos tempos para o Brasil novo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 31 jan. 1990, Notas e Informações, p.3.

³⁵⁸ As relações Brasil-EUA –1. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 12 fev. 1991, Notas e Informações, p.3.

o compromisso da chancelaria com o Brasil em tom de crítica a quem defende os interesses norte-americanos. Penso que o meu trabalho até aqui é auto explicativo para tamanha revolta do jornal paulistano. Na linguagem popular, seria dito que a “carapuça serviu”.

A ameaça soviética foi reiterada. Em tom irônico, o *Estado* disse haver um leve progresso na fala de Rezek que agora vê a URSS como potência nuclear. Para o veículo, ela era mais do que isso, era uma potência bélica com uma burocracia forte e um exército (quicá o mais) poderoso, e, com isso, a Guerra Fria pode ser revivida. Para afirmar seu ponto, o editorial construiu discursivamente a URSS como “potência euroasiática”, “segunda massa territorial do globo”, “a primeira produtora de petróleo do mundo” e “segunda economia mundial”. Assim, era preciso ter uma política externa tendo em vista a ameaça soviética.

[...] supor que a partir da desagregação da Europa oriental e da crise interna na URSS tenha deixado de existir, desobrigando quaisquer nações de levar em conta a existência dela e de seus interesses nacionais na Europa e no oriente médio é coisa inteiramente diversa [...] é no mínimo precipitado desqualificar a União Soviética enquanto potência.³⁵⁹

Em resumo, a frase do chanceler foi de mau gosto e não devia ser dita. A URSS não era uma potência morta, ela era uma potência com atributos substanciais e interesses nacionais sobre a Europa e o Oriente Médio. A chancelaria brasileira não deveria ter uma postura altiva frente aos EUA. Segundo o *Estado*, realmente não deveria haver adesão e alinhamento incondicional, mas deveria-se levar em conta os interesses nacionais das potências e o poder relativo do Brasil, a posição geográfica, a economia e a adesão da população aos governos. Em outras palavras, o *Estado* defendeu o alinhamento com os EUA a partir de circunstâncias diversas brasileiras (proximidade geográfica e adesão interna) e da ameaça soviética. Há um aspecto hegemônico nesse discurso, ao passo que a adesão à perspectiva pró Estados Unidos foi apresentada como natural diante das circunstâncias brasileiras enquanto permaneceu o *ethos* de ameaça da União Soviética, apesar de seu declínio e convulsão interna.

Em “As relações Brasil-EUA – 2”, o editorial iniciou-se ressaltando se resguardando de possíveis críticas sobre tamanha importância dada à política externa. Em resumo, o *Estado* afirmou que a política externa é “condição *sine qua non* para o desenvolvimento harmônico do País e sua pertença ao primeiro mundo” e continuou: “Infelizmente, essa concepção de

³⁵⁹ As relações Brasil-EUA – 1. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 12 fev. 1991, Notas e Informações, p.3.

grandeza da política externa não é compartilhada pela sociedade, nem mesmo pelo governo como um todo”³⁶⁰. Este é o intento do Estado aqui: alertar a importância da condução da política externa a partir de uma perspectiva específica. Norman Fairclough não poderia estar mais contemplado ao formular que o discurso é uma prática social, uma ação sobre o outro. O jornal paulistano advogou sobre a linha diplomática a ser seguida pelo Governo enquanto apresentou o tema ao leitor brasileiro.

Dessa vez, o editorial recorreu a duas vozes da chancelaria brasileira do passado. Vasco Leitão da Cunha³⁶¹ foi trazido às páginas do jornal para ser parafraseado: “Política internacional é uma coisa ditada pelas circunstâncias e orientada pela tradição”³⁶². Barão Rio Branco, em sua fala: “Procurei fazer não o que meu pai fez em sua época, mas o que ele teria feito se estivesse nesse momento”³⁶³. O jornal retoma vozes consagradas na história brasileira para advogar pelo histórico das relações Brasil e EUA e o pragmatismo situacional do momento de transição mundial.

O editorial promoveu uma ideologia de realismo pragmático: cobrou do Brasil um posicionamento estratégico e funcional, com cooperação com os EUA como pilar; defendeu uma maior aproximação com os EUA, não só por conveniência econômica, mas como forma de garantir inserção no sistema internacional. Chamo atenção também para a reprodução de uma ideologia de subordinação periférica: deslegitimação do poder à iniciativa estratégica brasileira e crítica à tentativa de independência como forma de defender o alinhamento com os EUA. O discurso serviu, portanto, para manter a hegemonia de uma ordem mundial centrada nos EUA, e limitar a legitimidade de alternativas sul-americanas, não alinhadas ou multipolares.

A tensão nas páginas do *Estado* aumentaram à medida que a moderação de Gorbachev divergia do belicismo de Bush sobre o Iraque. Lembro que, durante o período “A caminho da paz” esses desacordos não eram vistos como um perigo, mas como possibilidades do presidente frear (diplomaticamente) o uso da força. Em fevereiro de 1991, o tom das visões dissonantes se tornou carregado de receios. Em “Os interesses soviéticos”³⁶⁴, houve um sentido de temor implícito por Gorbachev ter divergência com a política de Bush (que o jornal concordava) e fazer frente à ação norte-americana no oriente médio, reafirmando um outro interesse na região. Embora desacredite, o *Estado* reconheceu a responsabilidade e o

³⁶⁰ As relações Brasil-EUA –2. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 13 fev. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁶¹ Trata-se do último chanceler de Castelo Branco.

³⁶² As relações Brasil-EUA –2. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 13 fev. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁶³ As relações Brasil-EUA –2. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 13 fev. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁶⁴ Os interesses soviéticos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 12 fev. 1991, Notas e Informações, p.3.

compromisso de Gorbachev com as vias diplomáticas e com a paz para resolução dos conflitos (no editorial do dia 18 do mês passado, entretanto, o jornal defendeu o combate com o Iraque, inclusive a diminuição de seu exército. Contudo, o editorial considerou insuficiente a proposta de Gorbachev – uma ação moderada dos EUA (dentro da resolução da ONU), apenas com o esvaziamento do Kuwait.

O editorial legitimou a ação norte-americana no conflito do Golfo diante da permanência da URSS enquanto potência bélica e econômica imiscuída de interesses nacionais sobre outras regiões do globo. Na ótica do jornal, é como se os passos de Gorbachev fossem alinhados com as aspirações do país enquanto os norte-americanos fossem em torno de uma realidade natural, de combate a um “Estado pirata”, por exemplo. Ao presidente soviético foram atribuídos adjetivos que o engrandeceram e construíram um sentido de poder – “responsabilidade, realista político, autonomia e legitimidade para emitir interesses soviéticos a despeito do mundo pós Guerra Fria”. A URSS, por sua vez, foi retratada como “a maior máquina de guerra do planeta”. Esse discurso promoveu a manutenção do *ethos* de ameaça, que foi reforçado a partir da leitura do periódico sobre a divergência soviética como reafirmação dos interesses. Para o jornal, a autonomia diplomática de Gorbachev significou que a unipolaridade americana estava longe³⁶⁵. A prática social desse discurso até o momento foi a defesa do alinhamento diplomático do Brasil com os Estados Unidos. Isto explica as críticas veementes e frequentes ao chanceler Francisco Rezek por ter citado a unipolaridade americana no pós Guerra Fria e emitido uma carta defendendo a soberania diplomática nacional.

A independência da Lituânia, tratada no editorial “A lituânia independente”, é elucidativa. Nela, o *Estado* foi categórico sobre a decisão do parlamento lituano e interpretou o evento como um processo legal de uma vontade nacional cristalizada³⁶⁶. Na perspectiva do jornal, o país báltico, entretanto, não possuía condições de afirmar como independente sem a mediação de Moscou ou de Washington. Nota-se a manutenção do sentido da guerra fria (Ocidente x URSS) e dos EUA enquanto pilar do Ocidente, como ator guardião da liberdade, mediador e interventor das questões mundiais e a reprodução de uma lógica intervencionista ocidental sob o signo da liberdade. Trata-se da reprodução de um discurso hegemônico

³⁶⁵ Isto aconteceu no editorial do dia 19 de fevereiro, O plano Gorbachev, no qual, para o *Estado*, a URSS se refazia superpotência ao retomar medidas contrárias aos EUA – “tudo que acontecer a partir desse momento passará pelo crivo da União Soviética que retoma a posição de superpotência”.

³⁶⁶ “[...] o plebiscito de sábado passado não deixou dúvidas”; “nada mais é que a instrumentalização jurídica dessa vontade”; “abafar tais anseios e rasurar vontades tão fortes já não tarefas ao âmbito da ação policial”. A Lituânia independente. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 13 fev. 1991, Notas e Informações, p.3.

(norte-americano) no qual a política dos EUA autoriza e consolida processos políticos de forma natural “a favor da liberdade”.

Em 26 de fevereiro, o *Estado de S. Paulo* fez sua maior crítica até o momento contra o presidente soviético no editorial “O novo Gorbachev”³⁶⁷. Aos poucos, o cenário soviético passou a se configurar em dois pólos: de um, Gorbachev cada vez mais próximo aos burocratas do PCUS e Yeltsin, em prol das reformas, do outro. As representações do presidente soviético, comumente ligadas à sua habilidade política, deram lugar a uma nova perspectiva. Escreveu o *Estado*: “Gorbachev seria hoje um homem subordinado ao establishment que ele pretendia substituir”, “Gorbachev derivou 180 graus em sua rota”. Pouco a pouco, os eventos dos últimos três meses foram colocados em perspectivas e saída de Shevardnadze passou a ser vista como prenúncio para a guinada à direita de Gorbachev – “a renúncia de Shevardnadze foi um prenúncio e a repressão nos Bálticos foi só o início de um novo momento da URSS”. Além disso, o editorial fez notar a mudança discursiva do *Pravda*, que mudou o tom e retomou a linguagem da Guerra Fria para condenar o ataque terrestre no Kuwait.

³⁶⁷ O novo Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 fev. 1991, Notas e Informações, p.3.



Ameaçado diante dos valores liberais do *Estado de S. Paulo* e criticado pelo Ocidente pelo uso da força nos Bálticos, o presidente soviético ainda usufruía de tamanho apoio dos EUA. Tendo o periódico paulistano se mostrado ferrenho defensor da perspectiva liberal ocidental, o somatório destas perspectivas ficou visível no editorial “Progressos frágeis”. O presidente norte-americano teve seu discurso reverberado pelo *Estado*, que reiterou o pensamento de Bush segundo o qual Gorbachev era o ideal (o editorial concordou, pois, para Bush, a alternativa seria um líder populista ou uma ditadura do PCUS). Entre o morde e a assopra com Gorbachev, o *Estado* não deixou de fazer votos pelo prosseguimento das reformas e a volta do presidente soviético ao seu antigo *modus operandi*. Vale mencionar que a noção de progresso nas páginas do editorial era, em linhas gerais, a reforma liberal. O jornal associou o prosseguimento das reformas política e econômica aos moldes ocidentais à

estabilidade, reforçando a ideia de que somente um líder comprometido com essas reformas pode manter a estabilidade.

O tom sobre Gorbachev, entretanto, havia mudado substancialmente. Quando enviou proposta de novo tratado da união ao Soviete Supremo após Letônia e Estônia declararem independência, este movimento não foi recebido como uma engenharia política ou jogada de habilidade. As discussões em torno de um novo tratado foram interpretadas como uma derrota para Gorbachev que tanto almejava a unidade do país. De maneira enfática, o *Estado de S. Paulo* afirmou que “a divisão meio a meio é uma derrota total”.

À medida que uma estrela se apagava, outra acendia. Em “A força de Yeltsin”³⁶⁸, no dia 29 de março, o editorial elucidou o que seria o problema político-social do território soviético: a falta de alternativas ao PCUS. Por conta disso, expôs o *Estado*, “Gorbachev teve de se realinhar com as velhas estruturas do PCUS e refrear o ímpeto da *perestroika*”³⁶⁹. Portanto, a organização de uma oposição partidária ao PCUS seria a única forma viável de prosseguir com a *perestroika*. Seria preciso que os dois líderes deixassem as diferenças de lado e canalizassem esforços para a continuação da abertura, pois a URSS ainda não entrou no jogo do livre mercado.

Sendo assim, houve uma “transferência simbólica” de legitimidade de Gorbachev para Yeltsin, a qual foi coerente com o discurso liberal que o editorial vinha construindo. Finalmente, Yeltsin passou a ser mencionado e visto como alguém capaz de levar adiante a *perestroika*. Nota-se o tom respeitoso a Gorbachev enquanto retirava o seu apoio como bastião da *reestruturação*; o editorial o tratou como se o líder estivesse sem escolha a não ser se resguardar pelo PCUS. O caminho agora é na oposição liberal reformista de Yeltsin.

Nesse sentido, o jornal demonstrou seu descontentamento com o parlamento russo ao vetar a criação do cargo de presidente da Federação Russa a ser escolhido por votação direta. Em “Um sonho frustrado”³⁷⁰, o editorial fez votos à Yeltsin e demonstrou, em tom dramático, a situação do líder russo: “O que foi dado a Yeltsin pela mão do eleitorado lhe foi tirado pela mão dos parlamentares”. Sem a força institucional necessária para engendrar suas propostas (inclusive da transição econômica), o periódico apresentou a mudança de comportamento de Yeltsin, que abandonou a rivalidade de antes para se aproximar de Gorbachev sob um viés integracionista. De um lado, o líder russo tem o povo, mas lhe falta a força institucional enquanto o líder soviético tem a força institucional, mas perde popularidade

³⁶⁸ A força de Yeltsin. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 29 mar. 1991, Notas e Informações, p.3

³⁶⁹ A força de Yeltsin. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 29 mar. 1991, Notas e Informações, p.3

³⁷⁰ Um sonho frustrado. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 2 abr. 1991, Notas e Informações, p.3.

progressivamente. O periódico paulistano viu nesse estreitar de laços a oportunidade de Gorbachev se distanciar dos conservadores ao passo que deixou claro que era Yeltsin quem carregava o prestígio e o ímpeto necessário para o prosseguimento das reformas.

No período de reavivamento da rivalidade entre Ocidente e URSS – talvez maior nas páginas do *Estado* do que propriamente nas vias diplomáticas – os EUA foram retratados como interessados e garantidores do equilíbrio global. Dois editoriais no mesmo dia – “A inspiração para a paz”³⁷¹ e “Em busca da paz”³⁷², em 1 de março – apresentaram os EUA como tal. Disse, no primeiro editorial: “O governo Bush está dando mostras de que administra a paz com a mesma eficiência demonstrada nos campos de batalha” após o presidente ter emitido cessar-fogo no Iraque. No segundo, o jornal tratou da dificuldade de encontrar entendimentos entre as potências com o fim do inimigo comum como foi Saddam Hussein. Apesar de não ser uma tarefa simples, os Estados Unidos estavam fazendo o possível para assegurar a paz.

O fim do conflito no Golfo não só trouxe preocupações sobre a garantia da paz em um mundo de interesses díspares, mas por conta do regime iraquiano após a crise. Através do editorial “O cessar-fogo no Iraque”³⁷³, o jornal demonstrou incerteza sobre o penoso acordo de paz da ONU ao Iraque, cuja fronteira com o Kuwait não contemplaria territórios reclamados, seu exército seria diminuído e a parte de sua produção de petróleo seria confiscada. A incerteza se materializou na resposta de Saddam ou de quem assumiria o país e na possibilidade do país assumir com as suas obrigações (pagamento da dívida externa, fundo de reparos, etc.). Em meio a variadas incertezas e temores, reforço que elas foram reverberadas sob a perspectiva Ocidental. Os arranjos da Nova Ordem Mundial para garantir a paz, igualmente, passariam pela dupla ação da ONU, no âmbito jurídico, e dos EUA político e militarmente³⁷⁴.

“A volta da Guerra Fria?” termina em meio à indefinição sobre a política internacional. Com o fim do conflito do Kuwait, os editoriais se distanciaram da questão no Oriente Médio e trataram mais de perto os esforços de Gorbachev pela aquisição de créditos, recuperação econômica e união de seu país. O seu poder foi cada vez mais duvidado devido à sua posição central entre, reformadores e conservadores para os quais ele era a personificação

³⁷¹ A inspiração para a paz. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 1 mar. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁷² Em busca da paz. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 1 mar. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁷³ O cessar fogo no Iraque. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 9 abr. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁷⁴ “será visto como um dos documentos fundamentais da Nova Ordem Mundial que se está construindo lentamente, com o respaldo político-militar dos Estados Unidos e jurídico da ONU” O cessar fogo no Iraque. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 9 abr. 1991, Notas e Informações, p.3.

da perestroika e o elo entre o partido e o poder, respectivamente. Contudo, as tratativas que se seguiram de maio a julho com o G7 esfriaram a tensão característica dos editoriais durante esse período que acabei de escrever.

5.1.4.3 O Grupo dos 7, o FMI e o BIRD

“Moscou, sem dúvida, mudou”. Foi assim que o editorial “Gorbachev e o G-7”³⁷⁵ codificou o pedido do presidente por auxílio técnico e econômico ao Grupo dos 7. A atitude do líder foi vista como uma garantia de seu compromisso com a transição econômica. Ao longo do editorial, foi possível observar uma intertextualidade com o discurso ocidental popularmente conhecido como “Terapia de Choque”. Disse o jornal: “Para ter êxito, no entanto, o plano precisa de uma alavancada imediata, capaz de sacudir as estruturas anquilosadas no prazo máximo de ano e meio”³⁷⁶. Assim, a Guerra Fria foi dada como finda novamente, evidenciando a falência ideológica do comunismo.

Alguns eventos contribuíram para o clima tranquilo e otimista dos editoriais neste período. Entre eles estava a aprovação no Soviete Supremo da discussão sobre um projeto que autorizava e incentivava o investimento estrangeiro na economia soviética – empresas estrangeiras poderiam ter 100% de capital externo. O gesto foi percebido como um sinal de saída da crise: “pode vir a tornar menos sombrias as previsões pessimistas”; “O contraponto a este cenário vem com a aprovação quase unânime, do projeto de lei destinado a atrair investimentos estrangeiros”³⁷⁷. Em sua construção discursiva, o *Estado* reverberou um tom monolítico e fatalista: “Sem a implementação destas medidas, a economia soviética poderá passar do colapso ao caos” – o jornal utilizou como fontes o Instituto de Estudos Estratégicos de Londres e o Salomon Brothers como autoridades de legitimidade –, “Sem o afluxo de capital estrangeiro, a União Soviética não conseguirá vencer os pontos de estrangulamento que a tornam eficaz...”³⁷⁸.

Com o fim da “ameaça soviética”, a URSS é retratada como à beira do caos. Por um lado, esse cenário foi utilizado para defender a recusa de Bush sobre o ingresso da URSS no G7, isto é, o lugar da URSS é em outro patamar e deve-se acatar as grandes potências. Por outro, foi o cenário ideal para defesa da abertura total à economia de mercado, comumente feito a partir de extremos dicotômicos – economia de mercado ou caos. Em outras palavras, o

³⁷⁵ Gorbachev e o G7. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 25 mai. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁷⁶ Gorbachev e o G7. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 25 mai. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁷⁷ Gorbachev e o G7. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 25 mai. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁷⁸ Gorbachev e o G7. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 25 mai. 1991, Notas e Informações, p.3.

editorial construiu uma narrativa na qual não havia caminhos alternativos para o país sair da crise, apenas a abertura ao capital estrangeiro (reformas estruturais, políticas internas). Também não houve ressalvas quanto aos riscos geopolíticos ou dependência externa. A ideologia neoliberal se manifestou a partir da desambiguação da realidade (pró mercado) e da redução de vozes a partir de políticos e fontes ocidentais.

É visível a leveza do *Estado de S. Paulo* em “Memorial foice e martelo”³⁷⁹. Ao tratar da mudança terminológica da URSS, que passou a se chamar União das Repúblicas Soberanas Soviéticas, e dos PCs do mundo inteiro, que reordenaram seus programas políticos, o jornal escreveu em tom celebrativo sobre o fim do comunismo no leste europeu: “Desde que começou a *perestroika* e a *glasnost* [...] varreu espetacularmente”³⁸⁰. Houve espaço para um tom de espetacularização da notícia: “a humanidade tem assistido a lances cada vez mais surpreendentes no processo de descomunização”³⁸¹. Sobrou também para o Partido Comunista Brasileiro, em tom de crítica e ironia com o PCB – como se faltasse coragem por não ter adotado a social democracia – “o PCB também afinou com os demais PCs do Ocidente”³⁸². Em analogia aos cristãos-novos do século XVI, o editorial citou os “cristãos-novos da economia de mercado” para designar os comunistas europeus que se viram forçados a adotar a economia de mercado.

O processo apresentado acima foi recebido como fruto de uma evolução. O comunismo, por sua vez, como uma ideologia fracassada em vias de desuso no mundo inteiro. A renúncia ao marxismo-leninismo seria fruto de um processo evolutivo. Fica evidente a intertextualidade com outras vozes (ocidentais) da época, como a de Francis Fukuyama sobre o “fim da História”. Para o *Estado*, a humanidade estava caminhando em tons evolutivos, quiçá rumo ao seu apogeu. O fim do comunismo era o principal sintoma.

O editorial “Collor e Gorbachev”³⁸³, de 7 de junho, trouxe críticas a ambos os presidentes. Inicialmente, é preciso sublinhar que o pedido de ingresso do líder soviético ao G7 foi recebido como ofensa por querer se incluir em um lugar que não se encaixava. É sintomático como o editorial do *Estado de S. Paulo* saiu em defesa das políticas ocidentais durante aquele período. Apresentado este (importante) detalhe, a comparação entre os líderes e seus respectivos países não se deu em tons favoráveis, tal qual poderia ser feito no “A

³⁷⁹ Memorial foice e martelo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 6 jun. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁸⁰ Memorial foice e martelo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 6 jun. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁸¹ Memorial foice e martelo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 6 jun. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁸² Memorial foice e martelo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 6 jun. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁸³ Collor e Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 7 jun. 1991, Notas e Informações, p.3.

caminho da paz” ou no princípio do governo de Collor, quando as promessas eram maiores que as suas ações ou falta delas.

Mais uma vez, a abertura e o estreitamento de relações com a comunidade internacional foi colocada como a única saída para o desenvolvimento econômico. O jornal fundamentou sua análise a partir de Gorbachev, ou seja, seu país era um exemplo de que a centralização econômica o levou ao mal funcionamento público e ele era o exemplo de que a saída estava na comunidade internacional. Disse o *Estado*: “Se Gorbachev busca apoio nas economias modernas ocidentais, é porque está convencido de que a tendência resultante do planejamento centralizado equivale a um garrote que reduz o fornecimento de oxigênio e sangue ao cérebro do gigante soviético”³⁸⁴. Um aspecto hegemônico de tal discurso se dá à medida que o jornal naturalizou a ideologia de que foi a centralização que causou a crise soviética, sem apresentar sua dimensão multifatorial, bem como as próprias reformas descentralizadoras.

Para o *Estado de S. Paulo*, o Brasil e a URSS eram dois países com poder nacional reduzido por conta da incapacidade do Estado e da falta de condições favoráveis ao setor privado criar empregos. Em ressonância com o presidente soviético, o jornal reiterou uma crítica recorrente a Collor sobre a falta da execução de suas promessas liberais³⁸⁵ – aliás, a boa vontade com o presidente alagoano se esgotou em março daquele ano, quando o periódico escreveu que as diferenças entre Sarney e Collor se reduziam a cada dia. Os dois países careciam de capitais e tecnologia e o seu caminho estava no alinhamento de atores fundamentais (os EUA e a Europa) e a conquista da confiança da comunidade internacional, ou seja, *o crescimento econômico vem de fora*. Caberia ao Estado apenas propor as condições para abertura econômica e engendrar uma política amigável aos mais ricos.

As analogias entre os dois países não acabaram por aí. Ou seja, não apenas em tom de crítica, também em tom professoral o caso soviético foi usado. Quando o poder legislativo soviético adquiriu uma série de desregulações de sua economia a fim de engendrar o investimento estrangeiro, o jornal escreveu “As lições de Moscou”³⁸⁶. O *Estado* deu ênfase na atitude do parlamento – “indo além de muitos países ocidentais” e celebrou os incentivos fiscais.

Há outros atrativos: qualquer companhia soviética que tenha um mínimo de 15% de participação

³⁸⁴ As lições de Moscou. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 11 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁸⁵ Como exposto neste trabalho, em torno de Gorbachev, esta cobrança vinha sob a forma de dar continuidade e/ou concluir a *perestroika*.

³⁸⁶ As lições de Moscou. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 11 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

estrangeira ficará isenta de licenças e taxa de importação e exportação e as relações trabalhistas serão reguladas por acordo coletivo ou contratos de trabalho, negociados livremente entre patrões e empregados. Imagine isso no Brasil!³⁸⁷

Externei anteriormente o descontentamento do periódico com o Executivo. Desta vez foi o parlamento brasileiro. Este editorial compôs uma linha discursiva do *Estado* na qual via (entre outros problemas) a legislação brasileira como deficiente e condizente com o atraso econômico e tecnológico do país. O periódico escreveu: “Bem fariam os deputados e senadores brasileiros se na próxima revoada internacional do próximo recesso fossem apreender com o Soviete Supremo lições de coerência e desprendimento patriótico”³⁸⁸. E novamente a União Soviética apareceu como exemplo prático do que seguir: “Os deputados soviéticos [...] sabem que sem a ajuda dos capitais, da tecnologia e das técnicas de gestão estrangeiras a URSS está condenada à estagnação e à regressão”³⁸⁹.

Indo mais afundo desta abertura ao capital estrangeiro de que o *Estado* advogou para o Brasil, tratava-se das condições favoráveis através da privatização de estatais deficitárias e da desregulação econômica (flexibilização da legislação trabalhista para acordos entre patrões e empregados/coletivo e incentivo fiscal às empresas com capital estrangeiro). Assim, o mercado deveria ser o processador das informações sobre o rumo das empresas e o Estado deveria apenas proporcionar o florescimento deste mercado e do investimento externo. Na relação conflituosa entre Capital e Trabalho, o jornal demonstrou pouco empenho na defesa deste último.

O mês de julho marcou o encontro do G7 em Londres no qual Gorbachev foi sem ter sido convidado. Neste mesmo mês, houve exaltação aos grupos das sete nações mais ricas, problematização sobre eles, julgamento a Gorbachev e aos Estados Unidos, e discordância à crítica de Collor ao FMI.

No dia 14 de julho, o poder dos industrializados tratou da ida de Gorbachev ao G7 para pedir crédito. O jornal apresentou a importância dos países mais ricos no mundo pós bipolar:

O Grupo dos Sete (G-7) reúne-se agora para deliberar além das questões ‘internas’, sobre problemas de alcance global, e o que decidem adquirem, para efeitos práticos, efeito normativo”

³⁸⁷ As lições de Moscou. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 11 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁸⁸ As lições de Moscou. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 14 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁸⁹ As lições de Moscou. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 14 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

[...] ao ampliar o alcance político de suas decisões para um leque cada vez mais aberto de questões, o G7 transforma riqueza em poder³⁹⁰.

Em seguida, defendeu o bom uso do poder por parte do grupo:

Nem por isso sete países industrializados interferem nos negócios internos de terceiros países [...] ficou claro que os países industrializados desejam colaborar para a solução dos problemas ambientais dos países em desenvolvimento³⁹¹.

Diante da recusa ao auxílio a Gorbachev em bilhões de dólares, o *Estado* ponderou a situação e escreveu que “Gorbachev não terá o que quer, mas não voltará de Londres de mãos vazias, recebendo a promessa de que terá de toda a assistência técnica que desejar para encaminhar suas reformas”³⁹².

Devo ressaltar que a assistência técnica foi recebida como qualitativamente igual aos dólares, como se a transição econômica fosse a garantia de recuperação. É notável o esforço, a nível ideológico, de construir os países mais industrializados como benevolentes e dispostos a um ideal de bem comum, materializado no incentivo ao debate ecológico (nessa caso, a preservação da Amazônia) e em auxílio à URSS. Em contrapartida, as políticas externas que não contemplaram o alinhamento ao G7 foram vistas de forma pejorativa e reduzidas a jargões como “ranços nacionalistas”. A nível hegemônico, o jornal naturalizou o poder centrado no norte global ao leitor brasileiro, enquanto criava, ao longo de seus editoriais, pedidos pela adesão às políticas desses mesmos países.

Quatro dias depois, em 18 de julho, a perspectiva do *Estado de S. Paulo* sobre o G7 deu um giro de 180 graus. Em “O império dos sete”³⁹³, o jornal fez um balanço sobre a mudança na dinâmica de poder e da manutenção da paz no pós-Guerra Fria. Escreveu: “os Grandes já não veem o mundo como antes”, “os países industrializados imporão controles e restrições à transferências de armas convencionais para qualquer país”³⁹⁴. Em seguida, ponderou e problematizou a Nova Ordem Mundial a partir de alguns poucos países: “O Grupo dos Sete, assim como a ONU, no entanto, são aquilo que seus membros querem que sejam”³⁹⁵,

³⁹⁰ O poder dos industrializados. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 14 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁹¹ O poder dos industrializados. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 14 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁹² O poder dos industrializados. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 14 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁹³ O império dos sete. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 18 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁹⁴ O império dos sete. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 18 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁹⁵ O império dos sete. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 18 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

“as bênçãos da ONU não aludiram ao fato de que seriam os cinco países com poder de veto no Conselho de Segurança que determinariam quais países teriam acesso a que armamentos”³⁹⁶. Em tom de pragmatismo, houve espaço também para a ressaltar que a URSS e a China eram os únicos entraves para a estabilização de uma ordem de segurança mundial pautada pela ONU. Chama atenção o realismo político e a descrença, por exemplo, quanto à ONU em comparação à sua defesa como organização decisória para os temas globais no ano anterior. O novo arranjo de poder global centrado no ocidente foi visto como problemático pela primeira vez nas páginas do periódico.

O *Estado* reverberou os impasses que se configuraram naquela altura. Entre eles, os debates e acordos sobre desarmamento geravam um novo problema ao criar um desnível entre ricos e pobres ao não contemplar os cinco países da ONU. Assim, verbalizou que havia um outro tipo de divisão no mundo, não mais ideológico, mas em termos de hemisfério: os países ricos com alto poder decisório e os países pobres na posição de meros acatadores. Portanto, considero o editorial um momento simbólico entre os demais enquanto discurso contra-hegemônico no qual foi defendido que a Nova Ordem Mundial emergiu sob a vontade política dos mais ricos e a ONU como nada mais que uma expressão das vontades destes países.

O tom contra-hegemônico do editorial anterior, entretanto, não alterou a perspectiva do *Estado de S. Paulo* sobre as relações exteriores do Brasil. No topo da página de 23 de julho, “A bravata dominical”³⁹⁷ destilou críticas e ironias sobre a declaração de Fernando Collor de Mello sobre o FMI. A começar pela forma em que se deu o discurso do presidente brasileiro – de camiseta após sua corrida matinal – o jornal apontou “a exuberante demonstração de como se decidem problemas de fundo no Brasil”³⁹⁸. É interessante notar como o rompimento com as políticas governamentais trouxeram ao *Estado* uma clarividência. O mesmo “*Estadão*” que apoiou a espetacularização política sobre a imagem do “Caçador de Marajás”, pouco tempo antes, ressaltou as intenções midiáticas de Collor: “Bom começo de semana para quem aprecia o marketing político”³⁹⁹.

O plano de fundo da polêmica estava na declaração do economista José Fajgenbaum, chefe de uma missão do Fundo, o qual defendeu ao Brasil mudanças na Constituição brasileira como forma de promover as reformas estruturais na economia. A fala de Fajgenbaum foi recebida como uma afronta ao Governo e setores dele. No sábado, dia 20,

³⁹⁶ O império dos sete. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 18 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁹⁷ A bravata dominical. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 23 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁹⁸ A bravata dominical. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 23 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

³⁹⁹ A bravata dominical. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 23 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

Collor o respondeu em tom crítico e irônico – “Ele que vá reformar a casa dele”⁴⁰⁰ – e o representante foi substituído. Este evento discursivo marcou um cenário de atritos com o FMI, celebrado por “boa parte dos pterodáctilos da esquerda brasileira”. É evidente o tom jocoso e pejorativo que os experientes políticos à esquerda foram representados pelo jornal. A construção discursiva de identidades sociais foi, além disso, um mecanismo discursivo hegemônico para reduzir o debate sobre soberania nacional trazida majoritariamente por este espectro. Junto às identidades, há um sentido temporal nas posições de sujeito. A metáfora com espécies de dinossauros traz um sentido de algo antigo, envelhecido, atraso e retrógrado – em contraponto ao tom de modernização e futuro frequentemente aplicado ao Ocidente neoliberal.

As farpas de Collor ao FMI foram recebidas como a influência “dos que desejam conduzir a política externa para o rumo ditado por sua estreita visão terceiro-mundista”⁴⁰¹. O jornal fez menção ao chanceler Francisco Rezek, anteriormente criticado pela sua crítica à unipolaridade norte-americana, e à Leonel Brizola, quem havia “passado duas horas e meia com o chefe do governo, discutindo política internacional!”⁴⁰². O editorial também reverberou o discurso de Collor ao *El Excelsior* e criticou termos utilizados como “o Império do Norte, absolutamente sozinho, rico e próspero” e sua concepção de que “a humanidade corria riscos de ‘grande separação’ entre Norte e Sul”⁴⁰³. Novamente, o *Estado* utilizou a ironia como marca intertextual de deslegitimar as alegações de Collor e silenciar o debate crítico ao Fundo, representando o então presidente como alguém que tinha interesses publicitários ou havia tomado sol em excesso.

Mais ainda, sobre a dívida externa, disse que ‘não podemos encarar a dívida do Terceiro Mundo como uma mera operação bancária, de crédito e débito’ e seu governo quer cumprir suas obrigações, mas deseja ‘que isso se faça sem exigir da sociedade brasileira um sacrifício ainda muito maior que aquele a que está submetida há muito’. Há nessas frases – e depois, no México, na acolhida a Fidel Castro – sinais de mudança de rumo.⁴⁰⁴

⁴⁰⁰ Brasil já teve atritos com o FMI. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 12 fev. 2000. <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1202200005.htm>> Acesso em: 17/out/2025.

⁴⁰¹ A bravata dominical. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 23 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁰² A bravata dominical. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 23 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁰³ A bravata dominical. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 23 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁰⁴ A bravata dominical. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 23 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

O *Estado* se mostrou ofendido pelo desdenho do presidente ao chamar o FMI de “essa organização” (o que pôde ser observado pela repetição em tons irônicos) e defendeu o Fundo. O editorial deixou evidente as necessidades em jogo; era Collor quem deveria ceder e contemplar as normas do Fundo – “o FMI nada perderá se Collor de Mello insistir em sua catilinária e provocar o rompimento. Pelo contrário, terá US\$ 2 bilhões a mais para emprestar à União Soviética, quando ela solicitar [...]”⁴⁰⁵. O editorial foi construído tal qual não houvesse contrapartidas às alegações e cartilhas do Fundo e seus representantes. Por isso, o discurso de Collor nada mais foi que uma bravata, pois a soberania brasileira “não foi ameaçada por ninguém”⁴⁰⁶.

Nesta linha, o editorial abaixo – “Os ‘inimigos’ dos EUA”⁴⁰⁷ – teceu críticas à postura estadunidense de ver o Japão como “inimigo” diante de seu crescimento econômico. A essa altura, deve estar claro que as críticas e os contrapontos aos países ocidentais aconteceram tão somente nos momentos de relaxamento entre o bloco norte-americano e soviético, no período que intulei “A caminho da paz” e este, “O Grupo dos 7, o FMI e o BIRD”. Não à toa, o editorial fez menção ao vácuo deixado pela URSS no programa político do país de Bush: “Na falta da União Soviética, o Japão está sendo eleito o inimigo público número um dos Estados Unidos”. Ou seja, o *Estado* apontou que os EUA forjaram um novo “inimigo” como força legitimadora moral de sua política e economia, bem como de seu atraso frente ao Japão. Trata-se de um problema de superioridade moral dos EUA, origem do incômodo quando veem o avanço da comunidade japonesa.

A crítica, entretanto, não vem desalinhada de marcadores ideológicos. O *Estado de S. Paulo* a faz para reafirmar a ideologia liberal. Primeiramente, nota-se esta dimensão ideológica a partir de sua caricatura política “terceiro-mundista”. Para o jornal, as *think-tanks* estão adotando pautas “terceiro mundistas”, isto é, atribuem o próprio infortúnio à ação de terceiros e a falta de solidariedade interna à vontade do outro de progredir. Em segundo lugar, o editorial se remete a outras vozes em seu discurso, como a Teoria da Dependência. Para o veículo, a Teoria atribui a outros países suas mazelas internas. Os EUA estariam repetindo tal modelo de hostilizar o Outro por conta do sucesso alheio, transferindo a culpa de seu insucesso a quem o buscou e foi bem sucedido. Há um traço hegemônico neste discurso por reduzir a teoria a uma mera atribuição do subdesenvolvimento a outros países, em tom inclusive de se desfazer da própria responsabilidade. Logo, mesmo nesta crítica aos Estados

⁴⁰⁵ A bravata dominical. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 23 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁰⁶ A bravata dominical. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 23 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁰⁷ Os ‘inimigos’ dos EUA. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 23 jul. 1991, Notas e Informações, p.3.

Unidos, o jornal paulistano a faz como forma de reafirmar os valores ocidentais liberais e atacar perspectivas contrárias, como quem clama ao país retomar sua política liberal. Assim, a crítica não foi centrada apenas no país, mas “terceirizada” e atenuada, como se os EUA estivessem tomando para si um traço negativo de outros países, que não condiz com sua história.

5.1.4.4 O Golpe de Agosto e a “ficção soviética”

O editorial que abre esta seção traz consigo a tônica dos meses finais da União Soviética. A queda de Gorbachev trouxe as análises e os prognósticos do *Estado de S. Paulo* sobre o que veio a se conhecer dias depois como o (fracassado) Golpe de Agosto. De qualquer maneira, a construção da identidade de Gorbachev pelo jornal mudou a partir de então e o otimismo com a URSS e a Nova Ordem Mundial também.

Neste editorial do dia 20, o presidente soviético foi referendado como alguém do passado, tal qual uma homenagem póstuma. O editorial se iniciou com uma frase de Margaret Thatcher: “Ele era um de nós”⁴⁰⁸. Além da marca intertextual explícita com Thatcher, baluarte do neoliberalismo inglês àquela altura, há uma mensagem implícita sobre esse “nós” que se cristalizou ao longo do texto. O *Estado* apresentou Gorbachev como um homem ocidental cujo golpe paralisou seu processo de ocidentalização em seu próprio país. Disse o jornal: “Gorbachev, o governante descartado, era o símbolo e garantia das mudanças no rumo da democracia”⁴⁰⁹. Além do sentido de passado aplicado a Gorbachev, chamo atenção à posição de sujeito em que o *Estado* se coloca ao parafrasear Thatcher; ele faz parte deste “nós”, o cidadão ocidental.

Não apenas elogios, mas algumas críticas pertinentes apareceram nos meses que sucederam o Golpe. Entre elas, a de que Gorbachev foi incompleto em suas reformas.

As reformas econômicas e políticas promovidas por Gorbachev, até aqui inconclusas, não criaram suficientes recompensas materiais, sociais e políticas para justificar maciças reações populares contra o golpe. [...] Embora prestigiado – cada vez menos – e confiável aos olhos do Ocidente, Gorbachev tornava-se cada vez mais irrelevante no interior de seu próprio país⁴¹⁰.

⁴⁰⁸ A queda de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 20 ago. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁰⁹ A queda de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 20 ago. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴¹⁰ A queda de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 20 ago. 1991, Notas e Informações, p.3.

Quanto ao Golpe, ele foi recebido como uma resposta precipitada às “convulsões naturais da democracia” – como a crise da governabilidade. O golpe teria sido um erro de diagnóstico da ala conservadora do PCUS que permitiu que o poder se deslocasse às forças armadas e à KGB. O jornal atenuou a gravidade da crise soviética interna. Segundo o veículo, apesar de sua crise, a URSS possuía certa estabilidade e previsibilidade que podiam ser vistas com o espírito de cooperação com o exterior. A ala conservadora do PCUS e a KGB, entretanto, confundiram estes processos internos e a disputa pelo poder pesou para o Exército e à inteligência secreta.

Voltaram ao debate as antigas proposições do *Estado* sobre a política externa brasileira e o papel das potências a nível global durante o período de tensão como apresentado em “A volta da Guerra Fria?”. A diferença, entretanto, é a urgência dada aos temas. O jornal passou a reivindicar o desenvolvimento de estratégias do Ocidente e da diplomacia brasileira como forma de fazer frente ao provável endurecimento da política soviética. O momento atual foi o pretexto para a reafirmação de seus ideais.

A começar com as declarações de Collor e da chancelaria brasileira. Na ótica do jornal, não havia mais espaço para rugas com os Estados Unidos – “O discurso sobre o ‘Império do Norte’, sobre a insensibilidade dos ‘ricos’ e sobre tudo aquilo que o Brasil fez sem contrapartida”⁴¹¹. O golpe de Agosto trouxe um novo momento cujas afirmações anteriores sobre unipolaridade não tinham mais aplicabilidade – “As palavras do presidente da República e do próprio chanceler sobre o fim da bipolaridade e as reclamações de tratamento cordial foram levadas pelo vento”. Assim, o *Estado de S. Paulo* demandou do governo estratégias de ação diante do fim da *détente*, da alta do petróleo e dos novos fluxos de investimento. Similar à crítica em novembro de 1990, o *Estado* criticou o governo pela ausência de estratégias. A diferença substancial, no entanto, esteve no fato de que a crítica fora endereçada aos subordinados de Collor; agora, elas atenderam, sobretudo, pelo seu nome – “Sem política econômica, sem política militar e defesa, sem saber como assistir à imensa massa de desprotegidos da fortuna, o governo Collor de Mello continuará improvisando políticas, enquanto lhe for possível brincar com coisas sérias [...]”⁴¹².

A relação do periódico paulistano com a administração brasileira se agravou após Collor afirmar que o golpe em Gorbachev foi culpa do G7, conforme apresentado no editorial “À beira do abismo”. O jornal utilizou o supracitado chavão “terceiro mundismo” como crítica à postura “confrontacionista” do presidente brasileiro aos países industrializados, o

⁴¹¹ Um olhar para frente. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 20 ago. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴¹² À beira do abismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 25 ago. 1991, Notas e Informações, p.3.

qual não se opôs à fala dos militares, segundo os quais “existe possibilidade de invasão da Amazônia”. Na ótica do veículo, Collor havia mudado sua política “de uns tempos para cá” para o “recrudescimento de um nacionalismo mais fora da realidade do que o habitual”⁴¹³. Somado a isso, o *Estado* apresentou a preocupação sobre o próximo pacote econômico que estaria ameaçando diariamente controlar os preços e aplicar “leis draconianas” que atingem os empresários. O veículo reiterou uma visão exposta anteriormente de que a legislação brasileira dificulta o investimento estrangeiro – “A Constituição é contra o estrangeiro”, disse o *Estado*. Em suma, Collor estava “descolado da realidade e inspirado por uma visão estrábica e conspirativa da História”⁴¹⁴.

O Brasil, portanto, deveria negociar com o G7 e desenvolver condições favoráveis ao investimento externo – proporcionar um clima favorável, leis de incentivo aos empresários, preços livres e *uma Constituição que não discriminasse os estrangeiros*. Chamo atenção para o atrito com o FMI no episódio com Fajgenbaum. Naquela altura, o economista defendeu alterações na Constituição brasileira, o que foi recebido com críticas de setores à direita e à esquerda, mas não do *Estado de S. Paulo*, que se manteve fiel aos princípios (neoliberais), entre eles de que o Brasil não possuía o poder de barganha soviético, por exemplo; logo, deveria enquadrar-se nas recomendações do Fundo. Neste editorial de 25 de agosto, o jornal repetiu um discurso semelhante: o Brasil deve negociar e não atacar o G7, pois não tem o mesmo peso mundial que a URSS. Em síntese, os debates sobre economia – especialmente movimentos pró mercado – dificilmente foram perpassados por ponderações acerca da soberania nacional, seja no leste europeu ou no Brasil de Collor.

Da beira do abismo ao pânico. A breve crítica à Constituição brasileira no editorial acima deu lugar às críticas mais contundentes à Carta Magna e ao chefe do Executivo. Entre elas, a afirmação de que Collor só agrava a crise econômica e fiscal por 2 motivos: a tentativa de trocar a rolagem das dívidas estaduais por uma pressão dos governadores sobre o Congresso e a exposição da intimidade de sua crise conjugal. O *Estado* trouxe um sentido de movimento da História que o Brasil não acompanha, pois “não sabe para onde vai e está deslocado da tendência mundial”⁴¹⁵, o que podia ser observado pelo poder Legislativo, o qual não tinha ideia de como enfrentar “o desmoronamento do sistema político nacional”; e pelo Executivo, que não apresentou uma emenda constitucional para enfrentar as “raízes da crise nacional”. Além disso, o *Estado* aproveitou os últimos acontecimentos mundiais – o afã do

⁴¹³ À beira do abismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 25 ago. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴¹⁴ À beira do abismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 25 ago. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴¹⁵ O Brasil em pânico. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 1 set. 1991, Notas e Informações, p.3.

pós-Guerra Fria, de distensão e enfraquecimento dos grupos políticos à esquerda – para redigir uma nova Constituição, pois “o texto constitucional foi redigido num momento emotivo, de reação ao regime militar sepultado pelo Congresso Nacional e antes de o mundo tomar conhecimento do fim do sonho comunista”⁴¹⁶.

Ainda sobre o contexto brasileiro, o editorial do dia 23 deste mês, intitulado “Uma vela na escuridão” tratou a respeito do projeto neoliberal de Delfim Neto e Francisco Campos. Já no título é possível perceber um tom metafórico, místico e dicotômico. A vela atua como alusão à luz, comumente utilizada como sinônimo de salvação no gênero religioso. O título traz estas vozes se interpelando, também lido em: “O documento Delfim-Campos é uma vela que se acende para afugentar a escuridão”⁴¹⁷. Assim, o plano de reforma econômica pró mercado é parcialmente retirado do âmbito econômico para o âmbito religioso e metafórico, que encontra no imaginário popular – sobretudo num país majoritariamente católico à época – “a luz” como sinônimo daquilo que é sagrado, bom e a salvação (neste caso, da economia brasileira).

Mas salvação do quê ou de quem? O *Estado* reverberou um discurso de que o Brasil precisava de reafirmar a economia de mercado eliminando as tendências vigentes de cerceamento do empreendimento e aos privilégios, cartórios e corporativismos. As empresas estatais foram apresentadas como algo sem valor – “Como se não se valorizasse pela via do desenvolvimento econômico e devesse ser avaliado pela quantidade de sucata acumulada pelo capitalismo de Estado”⁴¹⁸. Esses foram um dos argumentos para a defesa da reformulação fiscal para o Brasil.

A conversão neoliberal no leste europeu foi tomada como exemplo – “O que se sucede no Leste Europeu, hoje, reflete o acerto das providências preconizadas no documento que dá ensejo a este comentário”⁴¹⁹. Assim, a adoção do neoliberalismo no leste foi apresentado como o retrato-vivo das proposições do projeto Delfim-Campos. As medidas foram defendidas tais quais como um modelo fechado a ser seguido, mimetizado do leste europeu, no qual o mercado livre aparece como única via de desenvolvimento econômico. Outro ponto de argumentação do jornal se debruçou na afirmativa de que o Brasil cresceu quando adotou essas medidas por Castelo Branco e voltou a cair quando na época do Plano Cruzado, em 1986. Segundo o jornal, há uma parte de economistas que criaram a narrativa de que a queda do PIB se deu por conta dos empresários, “inocentando” o poder público.

⁴¹⁶ O Brasil em pânico. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 1 set. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴¹⁷ Uma vela na escuridão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 21 set. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴¹⁸ Uma vela na escuridão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 21 set. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴¹⁹ O Brasil em pânico. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 1 set. 1991, Notas e Informações, p.3.

No tocante ao cenário europeu, o *Estado de S. Paulo* clamou pela intervenção da Europa Ocidental nos países do Leste.

“[...] os governos eleitos desses países, os quais buscam com ardor trilhar os caminhos da democracia, descubrem [...] que a crise na União Soviética poderá atingi-los seja no que diz respeito à sua segurança militar, à sua estabilidade político-constitucional, seja no seu desenvolvimento econômico.”⁴²⁰

O jornal recebeu o *coup* soviético como potencial desencadeador de outras tentativas de “golpes brancos” ao longo dos países da antiga Cortina de Ferro. O veículo salientou a dependência, sobretudo energética, destes países com a União Soviética, mesmo no contexto de transição pós-Guerra Fria⁴²¹. Por isso, defendeu que os países ocidentais deveriam “vencer os ressentimentos” – título do editorial –, isto é, superar as adversidades decorrentes do passado incomum entre as duas regiões do continente que desenvolveram sistemas políticos e visões de mundo antagônicas.

O editorial lançou mão de outros argumentos pró intervenção, como o perigo da migração das populações do leste rumo à Europa Ocidental e a importância geopolítica da porção orientação do continente. Para isto, parafraseou Halford John MacKinder⁴²² no intuito de trazer a noção de que a Europa Ocidental deveria utilizar a sua influência para garantir a transformação desta região tão estratégica que é o leste europeu – “nela se inscreve aquela velha porção do novo mundo em que MacKinder chamava de ‘o Coração da Terra’, cujo controle permitiria o domínio da Ilha Mundo e consequentemente do Mundo”. O discurso do *Estado de S. Paulo* tem como traço ideológico a defesa da economia de mercado a todo custo, inclusive a intervenção externa. O jornal promoveu um discurso hegemônico, o qual caracterizo como paternalista, ao defender e justificar intervenções dos países centrais do continente europeu – o que já havia acontecido anteriormente em relação aos EUA no Oriente Médio – a partir do pressuposto de que estes países possuíam a responsabilidade de auxiliar e garantir as transformações no leste europeu⁴²³.

⁴²⁰ Uma vela na escuridão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 21 set. 1991, Notas e Informações, p.3

⁴²¹ “A crise soviética [...] atingirá diretamente os antigos satélites, cuja dependência da “pátria mãe do socialismo” ainda não deixou de existir, especialmente no campo energético” Uma vela na escuridão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 21 set. 1991, Notas e Informações, p.3

⁴²² Halford Mackinder (1861-1947) foi um geógrafo britânico. Ele conceituou a “Ilha-Mundo” (*World Island*) como a união da Eurásia (Europa, Ásia) e África, o maior bloco de terras contínuas e com maior população/recursos, defendendo que quem controlasse o *Heartland* (o “coração” da Eurásia, a Europa Oriental e Ásia Central) teria o poder sobre essa Ilha-Mundo e, consequentemente, sobre o mundo.

⁴²³ “Sua responsabilidade é dar aos povos que escolheram a liberdade e aos governos que estão dispostos a construir uma economia moderna e livre as condições para criar a prosperidade” Uma vela na escuridão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 21 set. 1991, Notas e Informações, p.3

Quando retornou ao seu ofício após os três dias em prisão domiciliar, Gorbachev teve a construção de sua identidade transformada nas páginas do *Estado*. Não bastasse a situação em si, foi retratado de forma pejorativa e menosprezada quando afirmou que “lutaria ‘até o fim’ para renovar o Partido Comunista”⁴²⁴. O jornal deu a entender que Gorbachev não sabe o que diz – “está desorientado” – e “Seu papel se tornou patético desde o momento que Yeltsin assinou o decreto suspendendo o funcionamento do Partido Comunista russo”⁴²⁵. O PCUS é compatível com a *perestroika*, pois não há como transformar um nomenklaturista em um capitalista. moralmente quebrado, desorientado, ultrapassado, Gorbachev não tem moral, nem poder política para governar o país. O *Estado* advogou que o presidente soviético deveria renunciar ao seu cargo e ceder lugar a líderes com dinamismo para continuar suas reformas.

As fichas do *Estado* passaram todas para Yeltsin. Ele agiu “corretamente” ao utilizar o fracasso do golpe para agir contra a estrutura que o fez acontecer e está certo, “não há a possibilidade de reabilitação de uma instituição formada por burocratas”⁴²⁶. A diferença entre a construção das identidades de Gorbachev e Yeltsin podem ser lidas respectivamente: “O homem que quase foi derrubado por um golpe tramado no interior do PCUS continua sendo o secretário-geral desta organização e, ademais, anuncia publicamente que pretende reabilitá-lo”⁴²⁷; “Já o homem que resistiu ao golpe quer explorar o êxito e arrasar as estruturas reacionárias do partido e da polícia política que lhe deu sustentação”⁴²⁸.

Yeltsin foi o protagonista desta fase final intitulada “O Golpe de Agosto e a ‘ficção ‘soviética’”, expressão esta que foi verbalizada no editorial do dia 27 de agosto – “O caleidoscópio da História”⁴²⁹. Nele, o *Estado* apresentou o golpe fracassado como um divisor de águas. Em outras palavras, o país deixou de ser uma realidade, “a União Soviética em uma semana se tornou nada mais que uma ficção à qual, mesmo assim muitos se apegam”⁴³⁰. Isto se deu pelo processo em curso, como a independência declarada de repúblicas, a renúncia de Gorbachev do PCUS, a mudança no nome de ruas e a depredação de estátuas públicas referentes aos símbolos comunistas. Apesar do tom celebrativo e “ficcional” aplicado ao país, o jornal se eximiu de categorizar o fim do país. Após os reveses na URSS – possíveis de serem observados até mesmo partir da periodização que fiz em quatro momentos diferentes – o periódico escreveu: “os heróicos acontecimentos da última semana [...] não são um ciclo

⁴²⁴ A sina de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 21 set. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴²⁵ A sina de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 21 set. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴²⁶ A sina de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 21 set. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴²⁷ A sina de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 21 set. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴²⁸ A sina de Gorbachev. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 21 set. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴²⁹ O caleidoscópio da história. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 27 set. 1991, Notas e Informações, p.3

⁴³⁰ O caleidoscópio da história. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 27 set. 1991, Notas e Informações, p.3

fechado”; “A História que ainda está se fazendo oferece aos espectadores de tempos tão pródigo ricas e cambiantes imagens de caleidoscópio”⁴³¹. Em síntese, o que se afirmou do desmantelamento da URSS iminente foi um processo de liberdade ante um Estado hostil que “sufocava” as pessoas, a URSS foi reduzida a controle e repressão, assim como os xiitas (“forma de ideologia totalizante e expansionista”).

O *Estado* fez um balanço do passado recente da União Soviética e a atenção para um problema que pode vir a ser latente futuramente. Em linhas gerais, o jornal repetiu a incompletude das reformas de Gorbachev, o poder decisório do golpe – cuja cisão política se substancializou em antagonismos o novo e o velho, a reforma e anti-reforma, a liberdade e o autoritarismo – e o arrefecimento do debate ideológico, sobretudo a dissipação da forma ideológica do marxismo – “não está em causa mais”. Entretanto, a crise de poder, em vias de ser sanada por Boris Yeltsin, pode ser um sinal de alerta para outro tipo de concentração e acumulação de poder, pois Yeltsin traz consigo interesses milenares sobre a região e tem agido estrategicamente em prol dos objetivos russos durante a desagregação soviética. O *Estado* evocou um sentido de que a Rússia carrega consigo uma essência de centralização do poder e domínio que Boris Yeltsin engendra no desmanchar do Estado soviético.

É possível observar a desconfiança do *Estado de S. Paulo* com Yeltsin, mesmo neste momento. O ex-burocrata do PCUS tornou-se desejável à medida que a governabilidade de Gorbachev se mostrou impraticável e o presidente russo simbolizou e agiu para o fim do aparato soviético e aprofundamento das reformas rumo ao mercado. O cenário soviético foi construído a partir de dicotomias: novo e velho, reforma e anti-reforma; liberdade e autoritarismo, no qual Yeltsin foi retratado alinhado aos primeiros. Além disso, o editorial apresentou um discurso hegemônico à medida que, mais uma vez, reverberou vozes ocidentais. Os anseios e temores de um Estado russo forte e ativo politicamente na região euroasiática foram preocupações geopolíticas mais ocidentais (dos EUA e da Europa ocidental) do que propriamente do Brasil.

Assim o fez quando defendeu a recusa do FMI e do BIRD em ajudar a União Soviética. Para justificar a negação ocidental, o *Estado* construiu um sentido da URSS enquanto um país com alta capacidade de recuperação: o editorial fez pouco caso do colapso soviético e deu a entender que o país se recuperaria “Os soviéticos [...] tem uma notável capacidade de superação”⁴³². Sem contar que o golpe fracassado e a nova organização da URSS (confederação) minaram a confiança do Ocidente no país – “A tentativa de golpe de

⁴³¹ O caleidoscópio da história. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 27 set. 1991, Notas e Informações, p.3

⁴³² Cenário nebuloso. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 11 set. 1991, Notas e Informações, p.3.

Estado e transformação em uma confederação de fato a névoa de mais incertezas militares e econômicas ao cenário”⁴³³. O editorial construiu o sentido de que a URSS se recuperará de alguma forma, ainda que não receba o auxílio do ocidente, ou seja, atenuou o peso da recusa ocidental em ajudar o país à beira do colapso. É natural o Ocidente (Bush e Major no G7) não ajudar a URSS, pois ela representa uma ameaça, um país com poderio militar e transformações em curso. O Ocidente tem razão, pois o problema não é econômico, mas a incerteza do tipo de regime neste país após o Golpe de Agosto e a crise severa.

No mês seguinte, em 16 de outubro, há um discurso levemente diferente deste acima. O *Estado* defendeu a ajuda do FMI e do Banco Mundial aos países do Terceiro Mundo e aos antigos países comunistas (sem citar a URSS). A empreitada, entretanto, trouxe tarefas de casa aos dois grupos. Aos industrializados, a redução do subsídio agrícola e dos gastos militares em 25% como forma de aumentar os 25 bilhões de dólares que os seus bancos centrais podem emprestar por ano. O efeito destas reduções poderiam “distribuídos em entre investimentos nos territórios nacionais e ajuda ao Terceiro Mundo e ao mundo socialista”⁴³⁴. O Brasil se beneficiaria podendo “aumentar a exportação dos produtos agrícolas e aproveitar-se da redução da taxa de juro no mercado internacional”⁴³⁵. Aos necessitados, requer-se “o sucesso da conversão dos ex-países comunistas à economia de mercado”⁴³⁶ para que a ideia “apenas semeada em Bangkok”⁴³⁷.

O discurso acima reverberou vozes ocidentais no fim da Guerra Fria. O tom professoral “basta ensinar aos países que eram de economia centralizada como criar empresas privadas”⁴³⁸ – a palavra “ensinar” foi utilizada duas vezes – é uma das marcas intertextuais entre o *Estado de S. Paulo* e o pensamento hegemônico ocidental. A “conversão” à economia de mercado, verbete oriundo do gênero religioso, foi utilizado no período como metáfora a uma mudança radical (cultural, ideológica, legislativa, política e econômica) – sentido similar à “Terapia de Choque”. Assim, o jornal tratou do “novo mundo” reverberando promessas de sucesso econômico condicionada a uma adesão completa do modelo neoliberal. Por fim, a circunstância histórica de fim da bipolaridade ideológica e primazia estadunidense não foi citada pelo jornal. A unipolaridade parecia não existir e o papel das instituições financeiras, cuja presença norte-americana sempre fora substancial, não foi problematizada. As mudanças pareciam acontecer “repentinamente” como pode ser lido no trecho adiante: “De repente as

⁴³³ Cenário nebuloso. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 11 set. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴³⁴ Recursos para um mundo novo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 16 out. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴³⁵ Recursos para um mundo novo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 16 out. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴³⁶ Recursos para um mundo novo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 16 out. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴³⁷ Recursos para um mundo novo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 16 out. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴³⁸ Recursos para um mundo novo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 16 out. 1991, Notas e Informações, p.3.

instituições criadas em Bretton Woods se transformaram em organismos nos quais cabe coordenar a política econômica e social do mundo inteiro, ajudar os países com problemas”⁴³⁹, continuou: “e, se for seguir o conselho do secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady, ensinar o capitalismo aos antigos países comunistas”⁴⁴⁰.

O desmontar da União Soviética possibilitou e agudizou as críticas aos governos socialistas remanescentes como Cuba. O editorial deste dia, 16 de outubro, tratou das alterações políticas e econômicas (renovação do politburo, autorização para que profissionais trabalhem por conta própria) feitas pelo PC Cubano – para o editorial, de nada adiantaram. Na verdade, Fidel “mudou para não ter de mudar”.

Chamo atenção para o sentido temporal que o *Estado de S. Paulo* lidou com o socialismo durante todo esse tempo, cuja presença foi mais marcante ao tratar de países “sem *perestroika*” como Cuba. O editorial chamou atenção para o descompasso de Fidel com os rumos globais – “Ambas as decisões chegam com pelo menos dez anos de atraso”. Além disso, o líder revolucionário foi retratado como teimoso, incoerente e ultrapassado – “mostram que Fidel Castro pretende fazer da Ilha um museu vivo”; “Nada do que ocorreu nos últimos cinco anos, especialmente no mundo comunista, foi suficiente para levar Castro a uma revisão de suas ideias”. Após os acontecimentos no leste europeu, quaisquer mudanças que não fossem rumo à abertura total foram recebidas como incompletas e anacrônicas. O *Estado* reverberou um discurso neoliberal, comum no Ocidente durante o período, que via o governo de Cuba como uma sobrevivência anacrônica do comunismo⁴⁴¹. A nível ideológico e hegemônico, portanto, naturalizou a ideia de que Cuba está fora do tempo (“museu”) e legitimou o capitalismo como único caminho viável (“fim das alternativas”) e inevitável.

De volta à URSS, as últimas semanas registraram conflitos internos, ameaça de guerras pós-URSS e desconfiança em torno da figura de Yeltsin. O editorial “Uma derrota de Yeltsin” apresentou a revogação do Parlamento Russo do decreto presidencial de estado de emergência. Nesse sentido, em torno do processo de transformação sistêmica interno, o *Estado* delineou duas linhas de condução da questão das nacionalidades que são opostas: de um lado, Yeltsin; do outro, o parlamento e a Rússia Democrática. O veículo reiterou novamente que o presidente russo era populista e autoritário, características que foram

⁴³⁹ Recursos para um mundo novo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 16 out. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁴⁰ Recursos para um mundo novo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 16 out. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁴¹ Essa ideia de comunismo como anacrônico pode ser vista em um editorial de 1990 no qual Cuba foi retratada como um “museu vivo” e Fidel como um ditador envelhecido (Vão-se os aviões, mas ficam os bois. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 3 out. 1990, Notas e Informações, p.3) assim como em um editorial sobre a China (Diálogo de Surdos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 6 set. 1991, Notas e Informações, p.3) e em outro novamente sobre Cuba (Amargo e inevitável fim. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 12 set. 1991, Notas e Informações, p.3).

atenuadas por sua resistência ao golpe de agosto. Além disso, o tom pessimista do editorial pôde ser lido ao afirmar que a Rússia lida com os antigos problemas da URSS, mas tem a diferença de ter unidades menores e maior diversidade cultural no mesmo território. Por fim, o periódico reforçou a inabilidade das instituições soviéticas ao apontar o silêncio ou a demora (seguindo, então, a violência) para sanar a questão das nacionalidades, enquanto o parlamento russo foi ágil e hábil.

Até aqui, Yeltsin não recebeu as “fichas” do *Estado* de forma definitiva. Foi defendido tanto mais quando passou a fazer maior rivalidade a um Gorbachev cada vez mais à direita (apoiado na burocracia) e, com certeza, no Golpe de Agosto, quando Yeltsin foi “aplaudido” por sua resistência aos golpistas e colocado como o líder ideal para seguir adiante com a condução das reformas. Fora isso, Yeltsin foi pouco mencionado até meados de 1991 e depois frequentemente colocado como demagogo e populista.

O fim da União Soviética foi “cravado” sobretudo em 3 de dezembro quando a Ucrânia votou um referendo com o resultado favorável à secessão. O editorial ressaltou que trata-se de um país-chave para a existência da URSS, pois abrigava grande quantidade da produção agrícola e da malha industrial, além de ser um condicionante da permanência do Cazaquistão à URSS. Gorbachev perdeu autonomia política e administrativa; a Federação Russa, de Yeltsin, assumirá responsabilidades econômicas e políticas (ficará responsável pelo pagamento de salários e pelos créditos do Banco Central soviético). Com isso, “A União Soviética, na verdade, torna-se uma ficção”⁴⁴² a depender apenas da resolução da dívida externa e da proliferação nuclear para deixar de existir. Isto é, a URSS acabou e o seu fim é questão de tempo, o que a mantém existindo são problemáticas ligadas à comunidade internacional como a dívida externa e a proliferação de armas nucleares.

Além da supracitada dimensão ideológica do discurso celebrativo do fim da URSS, a dimensão hegemônica se materializou em alguns pontos. Um deles foi a naturalização da mudança geopolítica global. O editorial não problematizou o fim de uma superpotência, a consequente crise nas antigas repúblicas e, sobretudo, a hegemonia norte-americana que se iminente ao fim da URSS. Outrossim, os problemas em relação ao fim da URSS foram retratados somente a partir da perspectiva mundial, o editorial não disserta sobre o ônus da secessão. Por fim, o editorial baseou-se nos principais países da ordem mundial. O editorial apresentou os interesses dos EUA e da Federação Russa sobre a Ucrânia, mas não dissertou sobre o cenário do país pós independência.

⁴⁴² URSS sem Ucrânia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 3 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

Quando Boris Yeltsin, Leonid Kravchuk (Ucrânia) e Stanislav Shushkevich (Bielorrússia) assinaram o acordo retirando-se da URSS⁴⁴³, o *Estado* escreveu “A jogada eslava” para dissertar sobre o poder milenar na região e os prognósticos em um novo futuro que se cristalizou em 10 de dezembro. O editorial se iniciou desta maneira:

A morte da União Soviética acaba de ser anunciada pelas repúblicas eslavas. Se a elas se unir o Cazaquistão, Gorbachev será o presidente nominal de uma união de oito repúblicas pobres, atrasadas, política e militarmente irrelevantes. Parece ser este o destino temporário do estadista que, em menos de cinco anos, demoliu os fundamentos do maior império totalitário jamais construído pelo homem. Gorbachev ainda luta para reformar as estruturas da União Soviética. Está isolado e parece não entender que, ao destruir a “mais poderosa ilusão do século” – a suposta dimensão socialista da URSS, no dizer de Edgar Morin –, derreteu o cimento ideológico que, compartes iguais do Partido e do Estado, mantinha coesa a sociedade soviética. Ao expor a natureza não socialista da URSS, ele deu início a um processo irresistível, que pôs fim a um sistema totalitário, de maneira fulminante, jamais prevista pelos teóricos⁴⁴⁴.

Pelo trecho acima, a URSS não era nada mais que uma expressão de poder alicerçado entre uma alienação coletiva (a ilusória natureza socialista do país) e a relação indissociável entre Partido e Estado. Afinal, qual seria a origem do núcleo desse poder?

Para o *Estado de S. Paulo*, a URSS seria fruto da “sinergia” entre pan-eslavismo e comunismo. Interesses oriundos do grupo étnico que versavam com a ideologia de Marx – “Baseava-se na sinergia entre o imperialismo pan-eslavo e as aspirações universais próprias ao comunismo”⁴⁴⁵. Ao fim do Estado e da ideologia, foi este grupo étnico que restou – “e restou intacto”. Portanto, as repúblicas eslavas foram retratadas como um núcleo de poder com força, objetivos em comum e estratégia – “a jogada eslava” – e a força de quem tem o rumo dos acontecimentos nas mãos – “decidiram que são o centro de eventuais laços políticos e econômicos que venham a interessar a outras repúblicas”⁴⁴⁶ [grifo meu]. O editorial viu nas repúblicas eslavas um traço histórico de projeto de poder e dominação. No contexto do fim da URSS, as repúblicas eslavas foram apresentadas como um resquício de poder que se mantém sobre os demais territórios soviéticos mesmo após o desmembramento do país.

⁴⁴³ Também referido como Pacto (ou Acordos) de Belaveja.

⁴⁴⁴ A jogada eslava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 10 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁴⁵ A jogada eslava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 10 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁴⁶ A jogada eslava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 10 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

Entretanto, o grande problema para o Ocidente – do qual o *Estado* atuou como porta-voz – foi a questão do arsenal nuclear fora do domínio do núcleo eslavo. No editorial *Proliferação indesejada*, apresentou o temor ocidental da proliferação nuclear após a crise de poder do governo central e o relaxamento militar. As repúblicas eslavas e o mundo ocidental compartilhavam os temores da posse do arsenal nuclear na mão de grupos étnicos da então URSS e uma eventual guerra civil no território antes controlado por um governo forte e soberano. Escreveu o *Estado*: “Teme-se que as armas táticas espalhadas por todas as repúblicas possam ser usadas em uma guerra civil”⁴⁴⁷; “passou a fazer parte das preocupações dos analistas ocidentais a possibilidade de que algumas dessas armas possam ser tomadas por forças nacionalistas extremistas [...]”⁴⁴⁸.

Entre as forças remanescentes da URSS estava a burocracia, sobretudo a KGB. O Estado reproduziu o medo ocidental da KGB, que controlava o arsenal, de manter-se alinhada ao velho regime⁴⁴⁹. Outro grupo sobrevivente do fim do País dos Sovietes foi a comunidade científica. A problemática que intensificava a questão nuclear foi a relação entre esta comunidade e as empresas privadas. Com a crise de financiamentos, havia o temor de que os cientistas vendessem armas para empresas de outros países – estimava-se que 4 mil cientistas perderam o emprego. Assim, o fim da URSS apresentava-se trazia consigo um conjunto de preocupações, sobretudo na área da Segurança, na qual o Estado reverberou vozes ocidentais, como analistas e centros de pesquisa, tal qual o *Canadian Centre for Arms Control and Disarmament*.

O curioso editorial de 27 de dezembro foi o primeiro após a retirada da bandeira soviética do Kremlin. O seu título – “O estranho silêncio na Rússia” – foi um preâmbulo do que viria no editorial. O jornal expressou o estranhamento com a apatia dos russos frente ao gesto simbólico de hasteamento da bandeira russa no lugar da soviética – apenas alguns moscovitas curiosos apareceram em frente ao Kremlin. Parece que o *Estado de S. Paulo* se deixou levar pela própria cobertura positiva dos eventos ocorridos naquele país nos últimos meses onde cada proposta e arranjo legislativo pró mercado fora comemorada pelo jornal, independente de quaisquer contrapartidas. Aliás, foi uma marca de sua prática discursiva a intertextualidade com vozes ocidentais e omissão de abordagens críticas às investidas neoliberais na URSS. Portanto, quando o fim de fato ocorreu, a apatia pública da população –

⁴⁴⁷ A jogada eslava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 10 dez. 1991, Notas e Informações, p.3

⁴⁴⁸ A jogada eslava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 10 dez. 1991, Notas e Informações, p.3

⁴⁴⁹ “Os analistas não deixam de considerar, por exemplo, a possibilidade de a KGB permanecer leal ao velho regime e aos velhos governantes”. A jogada eslava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 10 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

que vivia as transformações *in loco* – fez o *Estado* estranhar a falta de espetacularização, como a presença de multidões eufóricas e esperançosas.

A transformação se dá sem a vibração das massas nas ruas [...] A União Soviética não acabou com uma explosão; tampouco um chiado marcou seu fim. O silêncio do seu passamento choca, sobretudo porque a morte da URSS corresponde à extinção do último império de 12 repúblicas, livres e independentes. Nada disso se comemorou.⁴⁵⁰

Além da “extinção do último império”, o *Estado* ilustrou a extraordinariedade do processo a partir da construção de identidade sobre as instituições soviéticas como fortes e imbatíveis. “O outrora monolítico e todo-poderoso Partido Comunista da União Soviética, a imbatível burocracia estatal, os dogmas sagrados da ideologia – tudo que era sólido se desmanchou no ar”⁴⁵¹. Os eventos dos sete anos anteriores até o fim do Estado soviético foram recebidos pelo jornal como acontecimentos extraordinários – “um *momentum* próprio” que aprisionou os protagonistas “a um enredo que ele mesmo desconhece”⁴⁵².

O jornal então apresentou sua leitura da “passagem” da União Soviética para a Federação Russa e advogou aquilo que o país necessitava a partir de então. O editorial se desenvolveu em modo comparativo entre as passagens ocorridas no país, isto é, a Revolução bolchevique de 1917 e o fim da União Soviética.

A diferença substancial trazida pelo periódico foi o fato da Revolução de Outubro ter havido fortes razões (como a fome) e a existência de uma direção política (pelos bolcheviques).

A União Soviética nasceu, há 74 anos, de um plano de batalha entusiasta, típico de um Lênin e Trotski que já haviam como teórico e o outro de fazer, um sopro. O entusiasmo vinha das populações então desorganizadas, espoliadas e guerreiras pela fome, mas disponíveis aguerridas e pela promessa do poder doutorado. E poucos dias, naquele fim de outubro, a Rússia deixou de ser um país para se transformar num caótico poder. Nasceram o advento e a causa das massas que se morrem em dificuldades se percebem um plano difuso por trás tanto de tudo proclamado mudando. A União Soviética foi achada como uma espécie de

⁴⁵⁰ A jogada eslava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 27 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁵¹ O estranho silêncio na Rússia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 27 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁵² A jogada eslava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 27 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

instrumento da humanidade sem fim. A paixão do pensamento coletivo espalhou e impregnou milhões por todo o mundo.⁴⁵³

O editorial defendeu que o vigor revolucionário em 1917 foi o antídoto necessário para sair do atraso; em dezembro de 1991, “a força redentora” estava na moderação. Caso contrário, a Rússia se engoliria e voltaria ao cenário pré revolucionário de esgotamento, divisão e desespero.

A moderação referida pelo jornal era, sobretudo, a atenuação do chauvinismo russo de Yeltsin. Em outras palavras, a moderação era um verbete para se referir à continuação do projeto democrático aventado por Gorbachev. O *Estado* fez saber que a tentativa de Gorbachev, embora nobre, foi incompleta. O jornal justificou que a URSS deixou um legado sociológico (ruim): o *homo sovieticus*. Trata-se de todos aqueles (de Yeltsin ao cidadão comum) frutos da “engenharia social feita de terror, submissão e solidão”⁴⁵⁴. A liberdade, quando doada por Gorbachev, encontrou a todos “socialmente ilhados, mas não criativamente individualistas”⁴⁵⁵. Assim, todo esse território carecia de fundamentos sociológicos para a criação de organizações e instituições democráticas – a começar com a “tarefa essencial de organizar a vida pluripartidária, democrática”⁴⁵⁶.

O *Estado de S. Paulo* expôs ao seu leitor a perspectiva hegemônica de que tão somente a adesão aos valores ocidentais democráticos levaria a Rússia ao status de superpotência, tal como fora a URSS, capaz de fazer frente ao Ocidente. Do contrário,

Se prevaleceram alguns elementos do chauvinismo russo, a Rússia não adotará os valores e instituições da democracia ocidental. Nesse caso, a Rússia será, enquanto assim suportarem as qualidades e os recursos de seu próprio isolamento, uma superpotência incapaz de oferecer ameaças globais ao Ocidente.⁴⁵⁷

Chamo atenção ao fato do discurso sobre moderação e democracia não estar apenas vinculado às liberdades políticas internas do novo governo, mas à adesão de um tipo de governo aberto ao Ocidente. O trecho acima apresentou a fórmula do *Estado*, uma espécie de interdiscurso ocidental: o caminho para o progresso e prosperidade é o estreitamento de laços com o Ocidente. Em resumo, enquanto os capítulos finais da URSS foram reverberados em tom

⁴⁵³ O estranho silêncio na Rússia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 27 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁵⁴ A jogada eslava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 27 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁵⁵ A jogada eslava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 27 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁵⁶ A jogada eslava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 27 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁵⁷ A jogada eslava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 27 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

positivo, a emergência da Rússia independente sob Boris Yeltsin recebeu ressalvas e desconfianças sobre o seu comprometimento com a democracia e sua adesão à agenda positiva quanto ao mundo ocidental.

O editorial que fecha o ano e as fontes aqui analisadas tratou do cenário econômico em alguns territórios outrora soviéticos. O título “As ondas de choque” é um interdiscurso claro com a “Terapia de Choque”, termo supracitado neste trabalho que foi reverberado pelas instituições multilaterais (BIRD, FMI) naquela altura. Neste editorial, o título se refere mais estritamente ao ônus decorrente do passado soviético que voltarei a falar mais adiante.

A tese central do editorial foi o fato das antigas repúblicas terem adquirido independência e soberania de comércio. O jornal reverberou o acordo de assistência técnica no campo petrolífero entre o Irã e o Azerbaijão, cuja capital, Baku, receberá um banco e sua admissão nas instituições multilaterais será secundarizada, também pelo Irã. De modo similar, outra república soviética, o Turcomenistão, receberá apoio do Irã em sua adesão à Organização de Cooperação Econômica. Portanto, há um processo discursivo de que o fim da URSS abriu as possibilidades de comércio e isso, por si só, aventou possibilidades de crescimento como as novas cooperações reverberadas pelo editorial.

E quanto à severa crise de outras ex repúblicas como a Armênia e as demais do leste europeu? O editorial deixou claro que a cooperação econômica acima foi mediada pela identidade religiosa comum dos países muçulmanos. Quanto ao leste europeu, seu infortúnio se deve ao passado soviético, isto é, ao “esquema montado por Stalin após a 2 Guerra Mundial”⁴⁵⁸ que beirava os moldes coloniais, segundo o jornal. Nesse esquema, os países satélites “não foram planejados para complementar a economia da União Soviética, mas sim para servi-la, sem a necessária reciprocidade da complementaridade”⁴⁵⁹. Nesse contexto, o editorial ressaltou que caso os países produtores de petróleo da antiga URSS decidam “alterar as praxes comerciais e exigir o pagamento em divisas fortes”, os países da Europa oriental – “submersos na crise de adaptação ao sistema”⁴⁶⁰ – dificilmente terão condições de manter o fluxo comercial.

O editorial acima é uma engenharia discursiva. Primeiro, a liberdade de mercado foi celebrada a partir daquilo que estava dando certo (os acordos entre os países muçulmanos). Assim, o fim da União Soviética foi recebido como um “importante desenvolvimento geopolítico”⁴⁶¹. Segundo, diante daquilo que não pôde ser celebrado – o caso da Armênia e do

⁴⁵⁸ As ondas de choque. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 27 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁵⁹ As ondas de choque. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 27 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁶⁰ As ondas de choque. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 29 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁶¹ As ondas de choque. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 29 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

leste europeu –, o editorial se voltou ao passado soviético como causa do problema. A crise que enveredou a Europa oriental se deu, em grande medida, à desarticulação do bloco econômico de décadas, oriundo do contexto da Guerra Fria. Assim como a Comunidade Econômica Europeia representava um organismo que integrava diversas economias no lado europeu ocidental, havia também a organização de uma rede de economias no leste motivadas pela proximidade geográfica, política e ideológica. Não se trata aqui de negar o projeto de poder stalinista naquela região, mas de ressaltar as incongruências discursivas e a dimensão ideológica e hegemônica oculta nesta prática discursiva, como a redução do tema a uma herança negativa do tempo soviético.

Nesse sentido, volto ao título “As ondas de choque”. O editorial terminou da seguinte maneira: “O império soviético desabou. Só agora as ondas de choque estão chegando às vizinhanças”⁴⁶². O editorial trouxe um discurso hegemônico de naturalização, de causa e consequência da crise. É circundante o sentido de que é uma questão de adaptação como dito anteriormente – “submersos na crise de adaptação ao sistema”. Classifico o termo “ondas de choque” como uma fala mítica ao se referir meta discursivamente ao termo “Terapia de choque”. Não se trata da mesma significação, pois há um deslocamento, “uma inflexão”, diria Barthes. Aqui, o termo mítico é utilizado para atender ao uso principal dos mitos – transformar a história em natureza – ao naturalizar a ideologia neoliberal (de Terapia de Choque), segundo a qual a crise econômica no contexto de pós Guerra Fria se justificava pela adesão da economia de mercado nos países pós comunistas, tal qual um remédio amargo à história pregressa destes países. Lembro, a partir das palavras de Roland Barthes, que “a imprensa encarrega-se de demonstrar todos os dias que a reserva dos significantes míticos é inesgotável”⁴⁶³.

⁴⁶²As ondas de choque. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 29 dez. 1991, Notas e Informações, p.3.

⁴⁶³ BARTHES, 1980, p.148.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentei fazer uma exposição do discurso do *Estado de S. Paulo* no período final da União Soviética e extrair dele sua dimensão ideológica e hegemônica com o intuito de responder às questões levantadas na introdução deste trabalho. Entre elas estão: qual a visão de mundo apresentada pelo jornal a partir do discurso sobre o fim da União Soviética? Qual proposta político-econômica foi defendida para o Brasil? Quais paralelos foram feitos entre as realidades dos dois países? Qual o sentido atribuído a Mikhail Gorbachev e Boris Yeltsin diante dos eventos finais do país? Os resultados da análise, entretanto, excederam as perguntas propostas e abriram possibilidades de maiores entendimentos sobre a prática discursiva do *Estado*.

Conforme apresentado, houve um *ethos* pró economia de mercado nos editoriais durante todo o período analisado. Este fator é primordial para o entendimento da linha editorial do periódico, pois houve alterações discursivas, como mudanças na construção de atores sociais e no posicionamento deles no discurso do jornal, mas o princípio balizador foi, desde sempre, o compromisso com a ideologia neoliberal. A intertextualidade com esta ideologia foi observada na perspectiva sobre o papel do Estado e da Economia, das relações internacionais, da História e dos caminhos a serem seguidos pelo Brasil. Consequentemente, um dos sintomas deste *ethos* destacado acima foi a marca anticomunista, que também se manteve substancial ao longo do recorte analisado.

O *Estado de S. Paulo* defendeu uma visão de mundo na qual o Mercado é a Razão e a justificativa das ações do Estado, bem como o real indicador de liberdade. Isto pôde ser visto na sua celebração quando Gorbachev recebeu direitos excepcionais do parlamento para engendrar a volta à economia de mercado em meio às pressões internas. Segundo o jornal, os poderes reunidos em Gorbachev eram justificáveis, pois atendiam ao dever de frear os obstáculos (a legislação do país e os políticos contrários à privatização total) para seguir com a *perestroika*. Na lógica do *Estado*, o acúmulo de poder por um líder e o enfraquecimento da equipotência dos três poderes não leva a uma ditadura, nem é problemático se o compromisso está no mercado livre. O Estado deve servir à Economia.

Isso torna visível a intertextualidade do discurso do *Estado de S. Paulo* com o pensamento neoliberal, conforme apresentado no Capítulo 2. O jornal emitiu uma perspectiva como a de Friederich Hayek, segundo a qual o livre mercado era equivalente à liberdade do indivíduo, e todas as formas econômicas contrárias a essa máxima afastavam-se da

democracia. Esse discurso produzido criou um sentido que reafirma o que David Harvey escreveu de “clima de opinião favorável ao neoliberalismo como o garante exclusivo da liberdade”⁴⁶⁴.

A defesa neoliberal caminhou junto com a crítica contínua ao Estado brasileiro, que deveria criar as condições mais favoráveis possíveis para o Capital estrangeiro. Na ótica do jornal, a Constituição brasileira era “contra o estrangeiro”, o parlamento era ineficiente e o chefe do Executivo, Fernando Collor, era vacilante em suas propostas liberais de campanha. Assim, os rearranjos soviéticos de abertura ao capital estrangeiro e incentivos fiscais foram apresentados pelo periódico em tom professoral ao cenário brasileiro, sobretudo ao parlamento. Estes eventos na URSS foram utilizados retoricamente na defesa de reformas trabalhistas.

Em torno do cenário político global, o *Estado de S. Paulo* silenciou qualquer debate contrário ao pensamento neoliberal, como a crítica à unilateralidade norte-americana e os debates sobre a soberania nacional. O jornal esvaziou tais debates através de falas míticas (à luz da teoria barthesiana) como “terceiro-mundismo”, que mais deturparam do que explicaram do que se tratavam. Além disso, defendeu a democracia tão somente quando não havia outras formas senão o neoliberalismo. Quando a *perestroika* estava abalada, defendeu o acúmulo de poderes em Gorbachev; quando a URSS dava indícios de retomar o enrijecimento do país, deixou de defender a ONU como centro das decisões entre as nações globais e apostou na defesa dos EUA de Bush como bastiões da paz.

A unipolaridade norte-americana pós-Guerra Fria foi defendida como benéfica ao Brasil. O disparate de poder em Washington ou ao Grupo das 7 nações industrializadas foi problematizada em apenas um editorial, em contraste com a construção discursiva positiva para o novo arranjo de poder da Nova Ordem Mundial. Nota-se que as análises globais poucas vezes passaram por uma análise crítica em torno dos prós e contras de novos arranjos globais diante de um mundo unipolar. Haver apenas uma alternativa – a norte-americana – era o ideal.

O *Estado de S. Paulo* posicionou-se como sujeito ocidental. Escreveu e teceu análises sobre os mais diversos temas exprimindo temores – invasão soviética, migração de russos em massa, um possível antagonismo futuro da Federação Rússia – e anseios ocidentais – o apoio a Gorbachev e depois a Yeltsin, a conversão dos antigos países socialistas à Terapia de Choque, a adesão de uma agenda amigável ao FMI e aos EUA. O *Estado* promoveu um discurso ideológico de naturalização aos leitores brasileiros dos signos do norte global, posicionando estes leitores como beneficiários dos triunfos e prejudicados com as reveses

⁴⁶⁴ HARVEY, 2011, p.50.

destes países. O *Estado* criou um discurso hegemônico de adoção de uma visão de mundo em que há apenas um modelo favorável ao Brasil: o Ocidental.

Procurei demonstrar que a defesa do Capital materializou-se também na negativização da União Soviética através do *ethos* de ameaça soviética e pela agudização do anticomunismo. A construção discursiva dessa perspectiva se deu em dois vetores de certo modo contrastantes. Por um lado, a construção semântica em torno da URSS e do socialismo foram as piores e evidenciaram decadência, fracasso e um fim anunciado. O *Estado* trabalhou com uma noção essencialista, na qual não havia *perestroika* alguma que fosse capaz de tornar a ideologia socialista ou o Estado soviético positivo. O jornal apostou em metáforas visuais que demonstraram violência, raiva e pretensões globais. Por outro, o periódico construiu uma narrativa que potencializava a URSS como uma potência global, dona da segunda economia mundial e do (quicá) maior exército do mundo. Logo, caberia ao Governo brasileiro manter a atenção quanto às “possibilidades imperiais” deste “inimigo”.

O jornal paulistano desenvolveu uma concepção da História na qual o socialismo aparecia como uma ideologia anacrônica, datada a desaparecer. Isso pôde ser observado na construção da identidade dos políticos e governos comunistas mundo afora. Cuba foi apresentada como um país com os dias contados, enquanto Fidel Castro resistia de forma teimosa ao curso da História. Eles foram comumente como “dinossauros”, “museu a céu aberto”, entre outros. A marca temporal também pôde ser vista no período “A volta da Guerra Fria?”. Foi comum ler termos como “volta”, “regresso” para denominar o mundo bipolar ou o bloco socialista. O futuro, entretanto, foi retratado como o relaxamento das tensões, Nova Ordem Mundial sob a primazia do neoliberalismo norte-americano.

Naquilo que Norman Fairclough denominou de função identitária da linguagem – a construção das identidades sociais e as posições de sujeito –, Gorbachev foi comumente representado de forma positiva. Os predicados atribuídos ao secretário-geral giraram em torno da exaltação de seu virtuosismo político, seu bom senso, controle das ações e do tempo. Ele foi exaltado como “hábil político”, “forte” e “operador habilidoso e pragmático”. O líder soviético foi posicionado como alguém pró economia de mercado e empenhado nas liberdades civis de seu povo, assim como um político com boa visão das relações internacionais, cujo governo não era hostil ao Ocidente – que o *Estado* se posicionou como parte integrante.

A construção da identidade de Gorbachev começou a sofrer alterações à medida que ele admitiu burocratas ligados à “linha dura” do Partido, como Gennadi Yanayev. O processo de desconfiança do jornal paulistano se concretizou em janeiro de 1991 com a repressão do

Exército soviético em Vilnius. Gorbachev passou então a ser apresentado como alguém não mais como uma garantia da *perestroika*, pois deixou acontecer ou ordenou a repressão.

No período “O Grupo dos 7, o FMI e o BIRD” houve substancial melhora na sua imagem. Afinal, Gorbachev reafirmava o compromisso de seu país com as instituições capitalistas globais. Após o golpe de Agosto, a fragilidade política e a sua falta de governabilidade levaram a um só momento o Ocidente e o *Estado de S. Paulo* a vê-lo incapaz de levar adiante a *perestroika*. Quando renunciou de seu cargo, o *Estado* concebeu Gorbachev com gratidão, por ter tentado reformar o irreformável. Os feitos de Gorbachev foram recebidos como significativos, embora incompletos.

O periódico paulistano recebeu Yeltsin com desconfiança, que não se desfez até o fim do recorte analisado. Inicialmente, o presidente russo foi pouco mencionado, apresentado como demagogo, e só passou a ser recebido como uma alternativa política plausível a partir do momento que Gorbachev parecia não corresponder à sua agenda pró-Ocidente e à *perestroika*. Mesmo quando o *Estado de S. Paulo* passou a advogar pelo governo de Yeltsin em detrimento de Gorbachev, os elogios feitos a este último nunca se transpuseram ao presidente russo. O compromisso com a economia de mercado e a força política foram exaltados, mas a demagogia e o nacionalismo russo foram sinais de alerta ao *Estado*, que via um potencial reavivamento do sentimento dos grãos-russos e de novas tensões com o Ocidente.

O Estado era o locus da ineficiência e do atraso. Brasil e União Soviética eram correspondentes neste sentido: tratava-se de dois países de dimensões continentais e alto potencial de crescimento cujo impedimento estava na incapacidade estatal de criar empregos e incentivar o setor privado. De forma direta e simplificada, cabia aos respectivos Estados criar as condições ideais para o crescimento, isto é, alinhar-se à comunidade internacional dos países mais industrializados e abrir-se o tanto quanto possível para o investimento estrangeiro. Portanto, a lógica de desenvolvimento veiculada pelo *Estado de S. Paulo* baseou-se em uma forma exógena, cujo Capital nacional não deveria ser o foco, mas o Capital estrangeiro.

As correspondências entre os dois países pôde ser vista a partir de seus líderes. Collor e Gorbachev eram dois líderes com discursos positivos, mas que falhavam em executá-los. Na ótica do *Estado de S. Paulo*, Collor se distanciou de propostas liberais e falhava em propor uma abertura econômica efetiva, uma política externa mais estreita e amigável com o FMI e o norte global. Gorbachev, por sua vez, foi vacilante ao aglutinar velhos burocratas ao longo de seu governo e defender o Partido Comunista. O Estado brasileiro, então, deveria renunciar ao

seu “capitalismo de Estado” e a URSS deveria concluir a *perestroika* até a completa liberalização.

Em síntese, o *Estado de S. Paulo* atuou como veículo de comunicação e como partido político à serviço do capital estrangeiro. Advogou um Brasil cujo parlamento deveria criar as condições favoráveis ao Capital estrangeiro, como forma de modernização e crescimento econômico. Defendeu uma linha diplomática amigável, que não fosse altiva, ao “mundo civilizado” – os EUA e o FMI –, e o rompimento de relações com o “mundo não-civilizado”, como o Iraque, de Saddam Hussein. Criticou o presidente Collor, quando este defendeu a soberania do país frente ao Fundo Monetário Internacional. O Brasil deveria acatar as diretrizes do FMI e seguir na esteira das reformas estruturais do leste europeu.

O discurso que analisei do *Estado de S. Paulo* é um mito. O jornal se valeu da defesa da liberdade como *forma*, enquanto construiu um sentido onde havia apenas uma opção de progresso e sucesso no mundo, sem ressalvas e aplicável a todas as nações. Qualquer discurso contrário (como os debates sobre a soberania nacional) foi abafado, despolitizado e ironizado. O capitalismo foi apresentado como uma força ambiental, não como um processo político-econômico orientado. Negar a sua forma neoliberal foi apresentada como ir contra a tendência da História, conforme foi direcionado a Collor. Passar pela crise social, econômica, identitária e política (privatizações predatórias, fim dos programas sociais e desemprego estrutural) foi suavizado como um efeito colateral natural por conta de anos sob o comunismo, conforme a leitura do *Estado* sobre os países do leste europeu.

Por fim, é sabido que a Imprensa torna nebulosa as dimensões entre o público e o privado. Os pesquisadores que se lançam a sua análise levam em conta a tensão entre a empresa jornalística, a massa leitora (no caso de jornais de grande porte) e o cenário político-econômico. No caso do *Estado de S. Paulo*, notadamente liberal-conservador, era de se esperar a adesão à agenda neoliberal. Entretanto, a adesão praticamente irrestrita sob um discurso hegemônico de supervalorização dos Estados Unidos e depreciação do Brasil, em suas mais diferentes formas, são significativos e problemáticos. Acredito que esta pesquisa propõe a reflexão, não apenas sobre o papel da Imprensa e sua relação com o poder do Capital, mas sobre a importância de situá-la com outras agências internacionais, isto é, a dimensão geográfica do Poder. Caso contrário, haverá vozes hegemônicas brasileiras na defesa de objetivos e interferências do norte global no Brasil, seja como em 1964 ou 2025.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- ARANTES JR, Abelardo. **A passagem do neoestatismo ao capitalismo liberal na União Soviética e na Europa Oriental**. Brasília : FUNAG, 2015.
- AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado autoritário (1968-78):** O exercício cotidiano da repressão e resistência *O Estado de S. Paulo e Movimento*. Tese (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980.
- BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.
- BARTHES, Roland. O mito, hoje. In: **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1980.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2.ed. Peter Burke; tradução Maria Carmelita Pádua Dias – 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- BROWN, Archie. **Ascensão e queda do comunismo**. São Paulo: Record, 2011.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. traduzido por Mário A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. - São Paulo : Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **O grande fracasso: o nascimento e morte do comunismo no século XX**. Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito e sociedade civil**. Rio de Janeiro, Edições Graal: 1982.
- BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo: In: BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. tradução: Maria Lúcia Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. 1996. 256f. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 1996.
- CAPELATO, Maria H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- CAPELATO, Maria H. R.; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino (Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, A; TÉTART, P. (Org.). **Questões para história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Eduardo G. **Velhas histórias, memórias futuras**: o sentido da tradição em Paulinho da Viola. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COUTINHO, Eduardo G. **Comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

CRUZ; PEIXOTO. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n.35, pp. 253-270, dez. 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Luís. **O capital e o Estado soviético**: o debate na URSS sobre as leis do capitalismo e do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FERNANDES, William Brás Resende.. **Representação política sobre o movimento civil “Diretas já” em periódicos da grande imprensa, O Globo, Jornal do Brasil, Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo (1983/1984)**. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de São João del Rei. São João del Rei, 2013.

FERRARI, Bruno Baptista. **Imprensa, hegemonia e a agenda neoliberal no Brasil**: o discurso privatista e a imagem depreciada do Estado e do funcionalismo público nas páginas do jornal O Globo (1990-1999). 2017. 154f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. L. F. B. Neves. 3. ed, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FONSECA, Francisco. A grande imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na Nova República. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 1, pp. 83-105, 2003.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado** - A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FRANCISCON, Moisés Wagner. A trajetória política e intelectual de Gorbachev e as Relações Internacionais da URSS. **Sæculum - Revista de História**, [S. l.], n. 34, p. 213–240, 2016.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. New York: Free press, 1992.

GIL, Gilberto. *O Fim da História*. In: **Parabolicamará**. [S.l.]: Warner Music Brasil (WEA), 1991.

GONZALBO, Fernando Escalante. **História mínima del neoliberalismo**. México, D.F.: El Colégio de México, 2015.

GORBACHEV, Mikhail. **Perestroika**: novas ideias para o meu país e o mundo. São Paulo, SP: Editora Best Seller, 1987.

GOULART, Ana Paula. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n. 31, 2003.

GOWAN, Peter. **A roleta global**. trad.: Regina Bhering. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUILHERME, Cássio Augusto S. A. A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal *O Estado de S. Paulo*. **Dimensões**, v. 40, jan.-jun., 2018, pp.199-223.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2011.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Ortiz, 1991.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Impérios : 1875-1914**. 31 ed. – Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2022.

HUDAYA, Salman. Cold war ended 25 December 1991. 2020. Vídeo online. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=LBVwzXUfnf8>>. Acesso em: 15/out/2024.

IANNI, Otávio. O príncipe eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo, v. 22, n.1, pp.11-29, 1999.

IRINEU, Lucineudo Machado (org.) *et al.* **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. **O socialismo traído: por trás do colapso da União Soviética**. Trad.Gabriel Landi Fazzio, Giovanna Laranja. São Paulo: Lavrapalavra, 2022.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: **Fontes históricas** / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). — 2.ed., 1ª reimpressão — São Paulo: Contexto, 2008.

MACIEL, David. O GOVERNO COLLOR E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL (1990-1992). **Revista UFG**, Goiás, v.11, n. 11, pp.98-108, 2011.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MISES, Ludwig von. **Socialismo**: uma análise econômica e sociológica. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O ano vermelho**: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Collor, a falsificação da ira**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

PEIXOTO, Fernanda. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 3, n. 4, pp. 31-42, 1998.

PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa paulista**: jornalismo e poder de d. Pedro a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PLOCHY, Serhi. **O último império: os últimos dias da União Soviética**. São Paulo: LeYa, 2015.

POMERANZ, Lenina. **Do socialismo soviético ao capitalismo russo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

PONTO de virada: bomba e a Guerra Fria. Episódio 5: *Jogos de guerra*. Direção: Brian Knappenberger. Estados Unidos: Netflix, 2024. *Streaming*.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n. 31, 2003, pp.147-160.

SANTOS, Ismael Andrade. Linguagem e Poder: as contribuições de Deleuze e Fairclough. **Revista de Filosofia**, v.10, n.2, pp.84-105, dezembro/2014.

SEGRILLO, Ângelo. **Reconstruindo a ‘reconstrução’**: uma análise das principais causas da *perestroika* soviética. 1999. 203 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

_____, Ângelo. **De Gorbachev a Putin**: a saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo. Curitiba: Editora Prismas, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VIEIRA, Rosa Maria. O consenso midiático. **Projeto História**, São Paulo, n.35, pp.383-393, dez. 2007.